



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1747

Quinta-feira - 21 de Maio de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Guaramirim.....	130	Passo de Torres.....	282
Água Doce.....	3	Guarujá do Sul	131	Passos Maia	283
Antônio Carlos	5	Herval d'Oeste	132	Paulo Lopes	284
Atalanta.....	7	Ilhota	149	Penha.....	285
Balneário Rincão	9	Imbituba	150	Pinheiro Preto	290
Bela Vista do Toldo.....	10	Indaial.....	152	Pomerode.....	291
Benedito Novo	11	Ipumirim	156	Ponte Serrada	297
Biguaçu	13	Irineópolis	175	Porto Belo.....	300
Blumenau	18	Itá	176	Porto União.....	301
Bom Jesus do Oeste	28	Itapiranga.....	177	Pouso Redondo	302
Brusque.....	29	Itapoá	178	Presidente Castello Branco	303
Caçador.....	36	Ituporanga	181	Presidente Nereu.....	304
Camboriú.....	38	Joaçaba	185	Rio dos Cedros.....	313
Campo Alegre	39	Lages	193	Rio do Sul.....	305
Campos Novos.....	49	Laguna	194	Salto Veloso	314
Canoinhas.....	50	Lauro Muller	196	Santa Terezinha do Progresso	315
Capinzal	57	Lebon Regis.....	204	São Bento do Sul.....	316
Caxambu do Sul.....	59	Leoberto Leal.....	205	São Carlos	323
Chapadão do Lageado	60	Luzerna	207	São Domingos.....	324
Cocal do Sul.....	62	Macieira.....	208	São José.....	330
Concórdia	63	Mafra	209	São José do Cedro.....	343
Cordilheira Alta	65	Maracajá	210	São Lourenço do Oeste.....	349
Coronel Martins.....	71	Marema	214	São Miguel da Boa Vista	352
Correia Pinto.....	72	Massaranduba.....	215	São Miguel do Oeste.....	353
Corupá	92	Meleiro	219	São Pedro de Alcântara.....	357
Curitibanos	114	Modelo	220	Schroeder	360
Dionísio Cerqueira	116	Navegantes.....	222	Sombrio.....	371
Ermo	117	Nova Trento	237	Timbó	373
Eral Velho	118	Novo Horizonte	251	Três Barras	375
Forquilha.....	119	Orleans	252	Treze Tílias	376
Fraiburgo.....	121	Ouro Verde	266	Tunápolis.....	411
Garopaba.....	122	Paial	269	Vidal Ramos.....	412
Gaspar	124	Palhoça	270	Videira.....	413
Grão Pará	128	Palmitos	278	Xavantina	418
Guaraciaba	129	Papanduva.....	281	Xaxim.....	428

Associações

AMAVI.....	429	FECAM	429
------------	-----	-------------	-----

Consórcios

ARIS	430
CIMCATARINA - Consórcio Intermunicipal	
Catarinense	430
CIS Nordeste	432
CIGAMERIOS	432

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 56/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 71/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 56/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO PARA DISTRIBUIÇÃO DE ACORDO COM PROGRAMA DE INCENTIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 03 de junho de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 20 de maio de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 06/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 70/2015

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 06/2015

Objeto: O objeto da presente Tomada de Preços é a contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada, com material e mão-de-obra, destinada a perfuração de poço tubular profundo no Parque Municipal de Eventos, conforme especificações e condições constantes do Anexo 1 - Projeto Básico, que integra o presente edital para todos os fins.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 09 de junho de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 15 de maio de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

EDITAL Nº 006/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2015

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000, combinada com a Lei Municipal nº 1.163/01 de 29/05/2001, faz saber a quem interessar possa, que será realizada a Audiência Pública para Prestação de Contas do 1º quadrimestre referente aos meses de janeiro a abril do exercício de 2015.

Data da Audiência: 29/05/2015

Início: 14h00min

Local: Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Água Doce

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de maio de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 179/2015

PORTARIA Nº 179/2015 de 18 de maio de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário Valdir Alves, inscrito sob CPF nº 806.711.959-72, funcionário efetivo no cargo de Motorista, a partir de 18/05/2015 a 16/06/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de maio de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 180/2015

PORTARIA Nº 180/2015 de 18 de maio de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário Ivo Ney Bissani, inscrito sob CPF nº 517.952.219-68, funcionário efetivo no cargo de Médico Veterinário, a partir de 19/05/2015 a 30/05/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de maio de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 181/2015

PORTARIA Nº 181/2015 de 18 de maio de 2015

"CONCEDE RETORNO DAS ATIVIDADES NORMAIS DE TRABALHO A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder retorno ao trabalho, no cargo efetivo de Suporte Pedagógico a partir de 05 de maio de 2015 a funcionária Denise Aparecida Celso Putton, que se encontrava afastada.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de maio de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 182/2015

PORTARIA Nº 182 DE 20 DE MAIO DE 2015

"NOMEIA MEMBROS PARA FORMAR A COMISSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º. Nomear os seguintes membros para formar a COMISSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO:

- ROSANE PUTTON FERREIRA HARTCOPF – representando a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
- EVANDRO CARLOS ZANATTO – representando a Câmara Municipal de Vereadores;
- JULIANA DE MATTOS – representando o CEDUP – Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva;
- NILSE TERESINHA BARBOSA – representando a Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon;
- CHARLES FRESKI DA SILVA – Representando a CEJEL – 1ª Série
- EBERT HENRIQUE KALBFLEISCH - Representando a CEJEL – 2ª Série
- JEAN CARLOS RODRIGUES - Representando a CEJEL – 3ª Série

Art. 2º. A Comissão receberá até o dia 22 de maio de 2015 as inscrições dos estudantes interessados em receber o benefício.

Art. 3º. A Comissão terá o prazo até o dia 29 de maio de 2015 para definir o benefício para cada estudante.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º: Fica revogada a Portaria nº 104/2014 de 25.03.2014

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de maio de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 047/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº. 028/2015; Tipo: Menor Preço por Lote; Objeto: Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos do Município de Antônio Carlos/SC, tais como: mecânica, elétrica, hidráulico, ar condicionado, torno e solda, balanceamento, alinhamento e geometria. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 08 de junho de 2015 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 21 de maio de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Aditivo ao Contrato nº 032/2014; Origem: Processo Licitatório nº 001/2014 – Pregão Presencial nº 001/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: SUL CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES S.A.; Objeto: Prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de crédito/auxílio alimentação (cartão alimentação) aos empregados da contratante, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios "in natura" através de redes de estabelecimento credenciados. Prazo: Fica prorrogado por mais 12(doze) meses, o prazo anunciado na cláusula Terceira, do contrato nº. 032/2014.

Antônio Carlos, 21 de maio de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

PORTARIA N 299/2015

PORTARIA Nº 299/2015

Dispensa servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, KARINA PRAZER DE JESUS SAUKIO, do cargo temporário de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, as partir de 22 de maio de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 21 de maio de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**LEI LEGISLATIVA 194/2015**

LEI LEGISLATIVA Nº 194/2015

Cria Cargo e respectiva vaga de ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA na Câmara de Vereadores e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos/SC, considerando o disposto pelo Inciso IV, do artigo 31, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Cargo, com a respectiva vaga de ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA para a Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos/SC, com vencimento mensal de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), acrescido de R\$187,51 (cento e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos) de abono já incorporado.

Art. 2º O Cargo de que trata o artigo 1º, será de provimento em comissão.

Art. 3º As atribuições do cargo de Assessor da Presidência são as inerentes a própria função, conforme descrito no Anexo I, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º Fica criado o Cargo, com a respectiva vaga de DIRETOR GERAL para a Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos/SC, com vencimento mensal de R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), acrescido de R\$ 187,51 (cento e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos) de abono já incorporado.

Art. 5º A carga horária dos ocupantes dos cargos abrangidos por esta Lei será de 20 (vinte) horas semanais, além do comparecimento em todas as sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, comemorativas e especiais, sem qualquer pagamento extra.

Art. 6º O Cargo de que trata o artigo 4º, será de provimento em comissão.

Art. 7º As atribuições do cargo de Diretor Geral são as inerentes a própria função, conforme descrito no Anexo II, parte integrante da presente Lei.

Art. 8º Fica extinto o cargo e respectiva vaga em comissão de Diretor Geral, criado na Câmara Municipal de Vereadores por Lei nº 15 de 24 de novembro de 1992, anterior à vigência desta Lei.

Art. 9º Os valores referidos nos artigos 1º e 4º desta Lei serão reajustados de acordo com o percentual aplicado ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Art. 10 As despesas desta Lei, correrá por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o cargo e respectiva vaga em comissão de Diretor Geral, disposto na Lei nº 15 de 24 de novembro de 1992.

Antônio Carlos, 19 de maio de 2015.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT

Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, no dia 21 de maio de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 022/2015

DECRETO Nº 022/2015

“Institui a Comissão Municipal Coordenadoria do Concurso Público nº 01/2015 da Prefeitura Municipal de Atalanta e Estabelece Outras Providências”.

Prefeito Municipal do município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público nº 01/2015 da Prefeitura Municipal de Atalanta.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro deste Decreto, fica assim composta:

Presidente: Simoni Antunes

Secretário: Regiane Cristina Bunn Kuhnen

Membro: Lilian Sebold Maciel

Membro: Alessandra Zanelato Tavares

Membro: Gigliola Vanessa Mohr

§ 1º - O Presidente e o Secretário terão obrigatoriamente seus respectivos suplentes que serão nominados na ata da primeira reunião da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público, para atuarem no impedimento ou ausência dos titulares.

§ 2º - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público compete promover a realização das provas escritas, práticas e de títulos, exarar decisões em recursos e deliberar sobre os casos omissos.

§ 1º - Compete também à Comissão Coordenadora do Concurso Público, adotar todas as medidas necessárias ao bom andamento do processo de concurso, incluindo a exclusão de candidatos por infringência dos termos do edital.

§ 2º - Compete ainda à Comissão avaliar e submeter à homologação do Chefe do Poder Executivo o resultado do Concurso.

§ 3º - Poderá, a juízo da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público e com a anuência do Chefe do Poder Executivo, ser contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, em cuja hipótese caberá à Comissão Coordenadora, a fiscalização da aplicação das provas.

Art. 4º - As decisões da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público nº 01/2013 serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público nº 01/2013 presidir as reuniões.

Art. 6º - Compete ao Secretário da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público:

I - lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II - coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;

III - propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

IV - elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta, 14 de maio de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 023/2015

DECRETO Nº 023/2015, DE 18/05/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA-SC.

TARCÍSIO POLASTRI, Prefeito Municipal de Atalanta-SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 1420/2015, de 29 de abril de 2015:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Atalanta-SC, crédito adicional especial no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para a inclusão do seguinte programa:

Órgão: 03.00 - Secretaria da Administração e Finanças

Unidade: 03.01 - Secretaria da Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 - Administração Geral

Programa: 0008 - Centro Administrativo

Projeto 1.002 - Construção do Paço Municipal

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0090

R\$ 500.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito especial de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1424/2015, de 13 de maio de 2015.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Atalanta - SC, 18 de maio de 2015.

TARCÍSIO EDEGAR HILHESHEIM

Prefeito Municipal em Exercício

LEI N.º 1425/2015

LEI N.º 1425/2015

“Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0007.2.003 – Manutenção da Administração Geral
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔ-
 MICO
 04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔ-
 MICO
 20.606.0037.2.014 – Incentivo a Produção Agrícola e Pecuária
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 27.812.0058.2.026 – Manutenção do Desporto Amador
 3.3.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
 06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
 26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
 4.4.90.00.00.00.00.00.0116 – Aplicações Diretas
 R\$ 35.000,00

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a im-
 portância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º
 desta Lei.

Art. 3º - Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do su-
 perávit financeiro do Exercício de 2014 da Fonte de Recurso 0116 –
 Alienação de Bens, no valor de R\$ 35.000,00; e das anulações das
 seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔ-
 MICO
 04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔ-
 MICO
 20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 27.812.0058.1.004 – Construção e Reformas de Dependências Es-
 portivas
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/
 SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 20 de maio de 2015.
 TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM
 Prefeito Municipal em Exercício

LEI N.º 1426/2015

LEI N.º 1426/2015

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providên-
 cias."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no
 uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste
 Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a
 seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a
 abrir Suplementação na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil
 reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do
 Município para o corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 04.122.0008.1.002 – Construção e Reforma do Paço Municipal
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a im-
 portância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º
 desta Lei.

Art. 3º - O crédito aberto por esta Lei correrá por conta da anula-
 ção da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar
 4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/
 SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 20 de maio de 2015.
 TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM
 Prefeito Municipal em Exercício

Balneário Rincão

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

EXTRATO DE ADITIVO CORREIOS

EXTRATO DE ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 015/SAMAE/2014, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses. ASSINATURA: 02/05/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior – Presidente I e pela empresa o Sr. Paulo Oliveira de Andrade

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015 PREF

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 014/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Tomada de Preço do tipo menor preço global. O objeto a contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para execução das obras de engenharia com vistas à, execução das obras relativas à meio-fio, sinalização e passeios da Rua Estanislau Schumann - COHAB, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do presente Edital.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 08/06/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 08/06/2015 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 21 de Maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 67-2015 - PP/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2015
Referente: Processo Licitatório nº 26/2015
Contratada: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICO LTDA
Objeto: AQUISICAO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS E INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Valor Total Contratado: R\$ 18.440,00
Vigência: 13/04/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 13/04/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 68-2015 - PP/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2015
Referente: Processo Licitatório nº 26/2015
Contratada: BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Objeto: AQUISICAO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS E INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Valor Total Contratado: R\$ 9.284,00
Vigência: 13/04/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 13/04/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 69/2015 - PP 25/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2015
Referente: Processo Licitatório nº 25/2015
Contratada: A.C.M.M. SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (ÁREA CELESC)
Valor Total Contratado: R\$ 60.000,00
Vigência: 13/04/2015 a 31/12/2015
Data Assinatura: 13/04/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 81-2015 - PP 36/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 81/2015
Referente: Processo Licitatório nº 36/2015
Contratada: MINISTER SERVICOS DE VIGILANCIA EIRELI
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SEGURANÇA DESARMADA PARA ATUAR EM DIVERSOS EVENTOS DA SECRETARIA DE ESPORTES.
Valor Total Contratado: R\$ 35.700,00
Vigência: 04/05/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 04/05/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 82/2015 - PP 39/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2015
Referente: Processo Licitatório nº 39/2015
Contratada: METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITAL
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E NO CORPO DE BOMBEIROS.
Valor Total Contratado: R\$ 8.914,16
Vigência: 18/05/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 18/05/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 83/2015 -PP 39/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2015
Referente: Processo Licitatório nº 39/2015
Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E NO CORPO DE BOMBEIROS.
Valor Total Contratado: R\$ 9.270,15
Vigência: 18/05/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 18/05/2015
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 84/2015 - PP 39/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 84/2015

Referente: Processo Licitatório nº 39/2015

Contratada: ALIANCA HOSPITALAR LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E NO CORPO DE BOMBEIROS.

Valor Total Contratado: R\$ 346,00

Vigência: 18/05/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 18/05/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 85/2015 - PP 39/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2015

Referente: Processo Licitatório nº 39/2015

Contratada: PROHOSPITAL SUL LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E NO CORPO DE BOMBEIROS.

Valor Total Contratado: R\$ 2.958,90

Vigência: 18/05/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 18/05/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 86/2015 - PP 39/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2015

Referente: Processo Licitatório nº 39/2015

Contratada: SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E NO CORPO DE BOMBEIROS.

Valor Total Contratado: R\$ 165,00

Vigência: 18/05/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 18/05/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 87/2015 - PP 39/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2015

Referente: Processo Licitatório nº 39/2015

Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E NO CORPO DE BOMBEIROS.

Valor Total Contratado: R\$ 3.858,08

Vigência: 18/05/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 18/05/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 89/2015 - PP 39/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2015

Referente: Processo Licitatório nº 39/2015

Contratada: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E NO CORPO DE BOMBEIROS.

Valor Total Contratado: R\$ 2.611,90

Vigência: 18/05/2015 A 31/12/2015

Data Assinatura: 18/05/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 90/2015 - PP 39/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2015

Referente: Processo Licitatório nº 39/2015

Contratada: LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EI

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E NO CORPO DE BOMBEIROS.

Valor Total Contratado: R\$ 30.046,00

Vigência: 18/05/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 18/05/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 91/2015 - PP 39/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 91/2015

Referente: Processo Licitatório nº 39/2015

Contratada: BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E NO CORPO DE BOMBEIROS.

Valor Total Contratado: R\$ 15.072,20

Vigência: 18/05/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 18/05/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº. 12/2015 – PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
SOB O Nº 12/2015

Leandro Adriano de Barros, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Decreto nº. 149/2012 e art. 49 da Lei nº. 8.666/1993,

CONSIDERANDO que a sessão de licitação foi realizada na sala da Diretoria Compras, Licitação e Contratos, no dia 09.04.2015, às 14h00min, tendo como participante a seguinte empresa: Gisiane Matilde Vieira ME;

CONSIDERANDO que o setor que recebe as correspondências (Recepção) não encaminhou o envelope contendo documentos da empresa Via novita Ltda ME, interessada em participar do certame;

CONSIDERANDO que tal situação somente foi informada após a realização da sessão de licitação, o que impediu que todos os interessados pudessem participar de forma igualitária;

CONSIDERANDO que a empresa que não teve o envelope ref. os documentos de proposta e habilitação abertos na sessão não contou com iguais condições aos demais interessados;

CONSIDERANDO que existe a possibilidade desta empresa ter feito menor valor de proposta;

CONSIDERANDO os princípios dispostos no art. 3º da Lei 8.666/1993, em especial a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;

CONSIDERANDO violação ao ordenamento jurídico, em especial aos preceitos impostos na Lei 8.666/1993 e 10.520/2002, eis que o princípio da igualdade deixaria de ser observado, caso fosse mantida a presente licitação e ignorado o envelope não entregue por departamento interno desta Secretaria;

Esta Administração Pública Municipal entende por bem ANULAR o Pregão Presencial nº. 12/2015, cujo objeto era a aquisição de material permanente áudio, vídeo e informática para o setor de vigilância ambiental para o município de Biguaçu.

Importante destacar que novo Pregão Presencial será realizado nas dependências da nova Secretaria de Saúde (Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº. 114, Praia João Rosa, Biguaçu – SC – CEP: 88160-000). Por fim, para fins de esclarecimento, informa-se que a Recepção desta Secretaria já foi devidamente comunicada frente a importância da entrega imediata dos documentos direcionados a esta Comissão Permanente de Licitação.

Biguaçu, 07 de maio de 2015.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

PORTARIA Nº 1487/2015

PORTARIA Nº 1487/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 98, incisos I e VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu.

Resolve:

ART. 1º - Instituir a Comissão Especial de Licitação para a execução de sistema de macrodrenagem complementar, para o Município de Biguaçu.

ART. 2º - Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS para presidir a Comissão Especial de Licitação e como membros os servidores MARISTELA LIRA, OIZES VIEIRA MENDES, RODRIGO STEFFEN, ADRIELI ROBERTA SCHONS E ZILZA ROSENI CORRÊA.

ART. 3º - Fica instituída uma Gratificação mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do artigo 120 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo Único - Os servidores terão direito a Gratificação apenas no período em que estiver vigente a referida Comissão, cessando com a homologação do certame.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/05/2015

Biguaçu, 19 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1503/2015

PORTARIA nº 1503 de 20 de maio de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI FATIMA CARDOSO DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/05/2015 a 22/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/05/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1504/2015

PORTARIA nº 1504 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RENATA PEREIRA MARAFIGO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/04/2015 a 05/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/04/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1505/2015

PORTARIA nº 1505 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARINA HEINZ QUILIN DE LIMA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/04/2015 a 12/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/04/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1506/2015

PORTARIA nº 1506 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) APARECIDA SANTOS DA COSTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/04/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1507/2015

PORTARIA nº 1507 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DÉBORA ALEXANDRE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/04/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1508/2015

PORTARIA nº 1508 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DOUGLAS NUNES DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA) com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/05/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/05/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1509/2015

PORTARIA nº 1509 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ANGÉLICA RODRIGUES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (PORTUGUÊS) com jornada

de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/05/2015 a 16/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/05/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1511/2015

PORTARIA nº 1511 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARTA VIRGINIA BORGES CAPISTRANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL) com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/04/2015 a 09/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/04/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1512/2015

PORTARIA nº 1512 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KELLI CRISTINA SILVA DE JESUS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL) com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/04/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1513/2015

PORTARIA nº 1513 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA CAROLINE CARELLO GALLIANI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 15/04/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/04/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1514/2015

PORTARIA nº 1514 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JESSICA ROSA GALLIANI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 22/04/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/04/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1515/2015

PORTARIA nº 1515 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSEMARY DO NASCIMENTO VIOTORINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS IV (MERENDEIRA) com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 23/04/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/04/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1516/2015

PORTARIA nº 1516 de 20 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CAROLINE MARIE HODEL ALMEIDA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇO GERAIS V (SERVENTE) com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 20/04/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/04/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1517/2015

PORTARIA Nº 1517/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

Resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) CATARINA LAURA MIRANDA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 66/2015, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/05/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1518/2015

PORTARIA Nº 1518/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

Resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO, da Secretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 67/2015, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/05/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1519/2015

PORTARIA nº 1519 de 20 de maio de 2015

Nomeia Dircilene Carmelita Maria da Luz, para exercer o cargo em comissão de Coordenação de Transferência de Renda, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

Resolve:

Art. 1º Nomear, Dircilene Carmelita Maria da Luz, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Coordenação de Transferência de Renda, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a contar de 04/05/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/05/2015.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
RESOLUÇÃO Nº 05/2015

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FIA e do Plano de Ação e Aplicação dos Recursos para o exercício de 2015.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Sessão Plenária ordinária de 12 de maio de 2015.

- A ATA nº 06/2015.

- ECA – Lei nº 8069/90.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e do Plano de Ação e Aplicação dos Recursos para o exercício de 2015.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.
Ana Paula Medeiros e Silva Vicente
Presidente do CMDCA/Biguaçu

REVOGAÇÃO PP 113/2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 113/2015 PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor Ramon Wollinger, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação por falta de empresas interessadas em apresentar proposta, do Processo Licitatório PP 113/2015 PMB, que tem por objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS".

Biguaçu, 20 de maio de 2015

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 132/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DA CASA LAR, CCI, CRAS, CREAS, RECREIA E SECRETARIA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 2 junho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 2 junho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.biguaçu.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 20 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 18.767/2015

PORTARIA Nº 18.767, DE 18 DE MAIO DE 2015.
EXONERA ANDRESSA SANTIAGO GONÇALVES DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO LEGISLATIVO, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 4º da Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 871, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, Resolve:
EXONERAR

ANDRESSA SANTIAGO GONÇALVES, do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo Legislativo, símbolo CC-3, na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, nomeada pela Portaria nº 16.613, de 31 de janeiro de 2013, no dia 18 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.768/2015

PORTARIA Nº 18.768, DE 18 DE MAIO DE 2015.
NOMEIA ANDRESSA SANTIAGO GONÇALVES PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 4º, da Lei Complementar nº 701, de 29/01/2009, alterada pela Lei Complementar nº 871, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, Resolve:
NOMEAR,

ANDRESSA SANTIAGO GONÇALVES, para o exercício do cargo em comissão de Gerente Administrativo, símbolo CC-3, na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, a contar de 19 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 387/2015 - SEMUS

PORTARIA Nº 387 / 2014 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR
Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, Resolve:
DESIGNAR

Para o Município de Blumenau, MARCUS VINÍCIUS CAMPOS ROSA, como responsável pela autorização e preenchimento do formulário da Receita Federal – Laudo de Avaliação Deficiência Física e/ou Visual - Anexo IX, de toda a Secretaria Municipal de Saúde.

Secretaria Municipal de Saúde, em 20 de maio de 2015.
MARIA REGINA DE SOUZA SOAR
Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 16/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 16/2015
Regulamenta o Processo UNIFICADO de Escolha dos Conselheiros Tutelares do ano de 2015, no âmbito do Município de Blumenau e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 411 e alterações, de 1.º de agosto de 2003 e a deliberação em Plenária Ordinária, realizada no dia 07 de maio de 2015, e

CONSIDERANDO

- a Lei Federal 12.696/2012 que estabeleceu a data unificada do Processo de Escolha em todas as cidades do país
- a Resolução nº 170 de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que altera a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1º. Regularizar o Processo Unificado de Escolha dos Conselheiros Tutelares no âmbito do Município de Blumenau e instituiu Comissão Organizadora do Processo de Escolha - COPE, composta por dois Conselheiros Governamentais e dois Conselheiros Não Governamentais com seus respectivos suplentes para coordenar os trabalhos, escolhido entre eles um coordenador.

Parágrafo Único: Para coordenar os trabalhos do Processo Unificado de Escolha dos Conselheiros Tutelares – PRUECT, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constituiu Comissão Organizadora do Processo de Escolha através de Resolução CMDCA nº 10 de 02 de abril de 2015.

CAPÍTULO I DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Art. 2º. Os candidatos a Conselheiros Tutelares deverão inscrever-se, nos dias e horários determinados no Edital, mediante ficha de inscrição, disponibilizado na página eletrônica do CMDCA, endereçado Coordenador da COPE, apresentando os documentos e comprovações dos requisitos determinados no art. 26 da LC 411/2003, da seguinte forma:

I – declaração original de autoridade pública atestando sua idoneidade moral;
II – certidões Criminais e para fins eleitorais, conforme determinado no Edital;
III - comprovação, através de cópia autenticada de documento oficial com foto, de que possui mais de 21 anos;
IV – documento que comprove que reside no Município de Blumenau há, pelo menos, um ano, podendo apresentar:
a) comprovante de energia elétrica, água, telefone emitido em maio de 2014 e outra emitida no mês da data de publicação do edital;
b) cópia do contrato de locação em nome do candidato, devidamente autenticado ou declaração do proprietário do imóvel, com firma reconhecida, de que reside no local há mais de um ano;
V - declaração original emitida por médico, da rede pública ou privada, do município de Blumenau de que está de posse de suas aptidões físicas e mentais, com data de emissão no ano de 2015;
VI – apresentar cópia autenticada do Certificado de conclusão do ensino médio ou superior, devidamente registrado por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

§ 1º. Será permitida a inscrição por procuração específica para esta finalidade, com reconhecimento de firma por autenticidade, devendo esta ser apresentada no ato da inscrição com os documentos exigidos no art. 2º.

§ 2º. Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado no Edital.

§ 3º. O candidato poderá inscrever-se com o nome ou apelido e, caso ocorra registro de apelidos idênticos prevalecerá o apelido daquele que primeiro fez o registro.

§ 4º. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente que pretenda concorrer a vaga de Conselheiro Tutelar deverá solicitar seu afastamento no ato de sua inscrição.

Art. 3º. Os demais requisitos para o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares serão determinados no Edital a ser elaborado pela COPE e aprovados por este Conselho.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 20 maio de 2015.

Ivone Serpa

Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

EDITAL CMDCA Nº 002/2015

EDITAL CMDCA Nº 002/2015

IVONE SERPA, Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar 411 e alterações, de 1º de agosto de 2003, FAZ SABER, que estará aberta, de 25 de maio de 2015 a 19 de junho de 2015, as inscrições para o PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES - Gestão 2016/2020. As pessoas físicas interessadas em candidatar-se a uma das vagas de Conselheiro Tutelar deverão acessar o Edital completo que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.furb.br/cmdcabnu>.

Blumenau, 21 maio de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/15

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 007/2015
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA TERRAPLANEM ÁGUA VERDE LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização da Rua: José Ramos, localizada no Bairro: Salto Weissbach – Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-028/14.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 5.428,57 (cinco mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos) totalizando o valor do contrato em R\$ 151.589,12 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e doze centavos).

DATA: 14 de abril de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/13

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 020/13
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA HGL TECNOLOGIA LTDA - ME.

OBJETO: Serviço de manutenção evolutiva, adaptativa e corretiva de software denominado farol – sistema de gestão de trânsito e transportes.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 168/2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 03 de abril de 2015 até 02 de abril de 2016.

PREÇO: Reajusta o valor do contrato para R\$ 37.464,81 (trinta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos), sendo de R\$ 78,05 (setenta e oito reais e cinco centavos) o valor da hora cobrado pela contratada

DATA: 17 de abril de 2015.

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/11

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 028/11
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de vigilância eletrônica e prestação de serviço de segurança desarmada.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 077, de 04 de novembro de 2010.

PREÇO: Altera o valor contratual para R\$ 177.200,16 (cento setenta e sete mil, duzentos reais e dezesseis centavos), reajustado para os próximos 12 (doze) meses, será de R\$ 12.671,40 (doze mil, seiscentos e setenta e um reais e quarenta centavos).

DATA: 09 de abril de 2015.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/14

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 032/2014
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E AEMPRESA TERRAPLANAGEM ÁGUA VERDE LTDA

OBJETO: Execução de terraplanagem, drenagem e pavimentação com lajotas sextavadas da Rua Pedro José Koch.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 077, de 04 de novembro de 2010.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 29 de junho de 2015.

DATA: 14 de abril de 2015.

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/11

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 047/11
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E AEMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. – EPAGRI

OBJETO: Prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-034/11, de 28 de março de 2011.

PREÇO: Reajusta o valor do contrato para R\$ 21.461,12 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e um reais e doze centavos).

DATA: 24 de abril de 2015.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/12

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 052/12
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA ORCALI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza e conservação predial DA Administração Pública Direta e Indireta.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 06-006, de 20 de março de 2012.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 62.910,32 (sessenta e dois mil, novecentos e dez reais trinta e dois centavos), a contar de setembro/2014 até maio/2015, em decorrência da inclusão do Centro de Prevenção e Recuperação de Animais Domésticos – CEPREAD.

DATA: 08 de janeiro de 2015.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/12

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 052/12
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E AEMPRESA ORCALI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza e conservação predial da Administração Pública Direta e Indireta.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 06-006, de 20 de março de 2012.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 40.608,60 (quarenta mil, seiscentos e oito reais e sessenta centavos).

DATA: 1º de abril de 2015.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/12

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 056/12
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. HORST WIRTH.

OBJETO: Locação de um terreno, sem benfeitorias, situado nesta cidade, no Bairro Itoupava Central, na Rua Gustavo Zimmermann, próximo ao Nº 6.100, destinado às instalações da sede operacional da área II da Diretoria de Manutenção de Bairros.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-035, de 16 de abril de 2012.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 202,62 (duzentos e dois reais e sessenta e dois centavos) mensais, a contar de 1º de janeiro de 2015, totalizando o valor do contrato em R\$ 2.431,44 (dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos).

DATA: 27 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 060/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 060/2015
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E AEMPRESA SEEL SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Execução de obras de contenção de encostas em áreas de risco, na Rua Londres, Bairro Itoupava Norte, Lote 01 (um).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-046/14

PRAZO: A vigência contratual será de 08 (oito) meses, contados da data de assinatura do contrato.

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago a CONTRATADA o valor total de R\$ 782.503,10 (setecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e três reais e dez centavos).

DATA: 05 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 071/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 071/2015
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E AEMPRESA SEEL SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Execução de obras de contenção de encostas em áreas de risco, na Rua Progresso, Bairro Progresso, Lote 05 (cinco).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-046/14.

PRAZO: A vigência contratual será de 08 (oito) meses, contados da data de assinatura do contrato.

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago a CONTRATADA o valor total de R\$ 1.615.977,44 (um milhão, seiscentos e quinze mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

DATA: 16 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 072/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 072/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E AEMPRESA SEEL SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Execução de obras de contenção de encostas em áreas de risco, na Rua Olga Krutzsch, Bairro Itoupava Norte, Lote 06 (seis).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-046/14.

PRAZO: A vigência contratual será de 08 (oito) meses, contados da data de assinatura do contrato.

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago a CONTRATADA o valor total de R\$ 611.247,10 (seiscentos e onze mil, duzentos e quarenta e sete reais e dez centavos).

DATA: 16 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 073/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 073/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E AEMPRESA SEEL SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Execução de obras de contenção de encostas em áreas de risco, na Rua Alexandre Pfeiffer, Bairro Progresso, Lote 07 (sete).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-046/14.

PRAZO: A vigência contratual será de 08 (oito) meses, contados da data de assinatura do contrato.

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago a CONTRATADA o valor total de R\$ 946.777,68 (novecentos e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

DATA: 16 de março de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/14

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 074/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O CONSÓRCIO CONCRESOLO/ASTEP/PROYFE.

OBJETO: Elaboração do projeto de engenharia corredor estrutural norte, com extensão prevista de projeto de 13,2 km, na Cidade de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 1005/2013 (SDP – 003/2013).

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 66.582,67 (sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos)

DATA: 03 de março de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/14

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 079/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E ASR. VALDEMIRO JOSÉ FRUCTUOSO.

OBJETO: Locação de um terreno, edificado com uma casa de construção, localizado na rua casemiro de abreu, nº 235, Bairro Vila

Nova, Blumenau/SC, destinado ao funcionamento de bases do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-069/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 15 de abril de 2015 até 14 de abril de 2016.

PREÇO: Renova também o valor da locação que se mantém em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

DATA: 27 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 094/15

EXTRATO – CONTRATO Nº 094/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E ASRA. IVANDA MARIA STICHLER GERALDO.

OBJETO: Locação de um prédio de alvenaria em dois pavimentos, contendo 332,14m², situado nesta cidade, na Rua Pastor Oswald Hesse, nº 1.620, destinado ao funcionamento da Unidade de Estratégia de Saúde da Família Rudolfo Osvaldo Hesse.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-002/15, de 26 de janeiro de 2015.

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 18 de janeiro de 2015 até 17 de janeiro de 2016.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 2.683,77 (dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta e sete centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 32.205,24 (trinta dois mil, duzentos e cinco reais e vinte e quatro centavos).

DATA: 13 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 095/15

EXTRATO – CONTRATO Nº. 095/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E AEMPRESA PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Vale do Selke - Bairro Testo Salto, localizada no Município de Blumenau/SC, com extensão de 2.410,00 m conforme projetos.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-039/2014.

PRAZO: A vigência do contrato decorrente desta licitação será de 14 (catorze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: O valor total estimado dos serviços ora contratados é de R\$ 3.715.055,31 (três milhões, setecentos e quinze mil, cinqüenta e cinco reais e trinta e um centavos).

DATA: 14 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 096/15

EXTRATO – CONTRATO Nº 096/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E AEMPRESA CERVEJARIA BIERLAND LTDA.

OBJETO: Permissão de uso de bem público, por ato unilateral, a título precatório e remunerado, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração de comercial de Cerveja e/ou Chope Artesanal e Coquetel de Chope com Vinho, no Parque Vila Germânica nas condições estabelecidas no edital, no período correspondente as edições da OKTOBERFEST 2015 e 2016 e nas edições da SOMMERFEST 2016 e 2017, para as ÁREAS 01 e 04.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-008/2015.

PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será contado a partir de sua assinatura até o dia 28 de fevereiro de 2017.

PREÇO: O valor total dos Pontos de Venda arrematados é de R\$ 32.192,00 (trinta e dois mil e cento e noventa e dois reais), sendo que R\$ 17.760 (dezesete mil, setecentos e sessenta reais) corresponde à área 01, e R\$ 14.432,00 (catorze mil, quatrocentos e trinta e dois reais).

DATA: 20 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 097/15

EXTRATO – CONTRATO Nº 097/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E AEMPRESA CERVEJARIA BIERLAND LTDA.

OBJETO: Permissão de uso de bem público, por ato unilateral, a título precatório e remunerado, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração de comercial de Cerveja e/ou Chope Artesanal e Coquetel de Chope com Vinho, no Parque Vila Germânica nas condições estabelecidas no edital, no período correspondente as edições da OKTOBERFEST 2015 e 2016 e nas edições da SOMMERFEST 2016 e 2017, para as ÁREAS 01 e 04.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-008/2015.

PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será contado a partir de sua assinatura até o dia 28 de fevereiro de 2017.

PREÇO: O valor total do ponto de venda arrematado - área 06 é de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais).

DATA: 20 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 098/15

EXTRATO – CONTRATO Nº 098/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E ASOCIEDADE RECREATIVA ESPORTIVA IPIRANGA.

OBJETO: Locação de instalações esportivas com todas as infraestruturas necessárias para a utilização das dependências da Sociedade Recreativa Esportiva Ipiranga para a execução da modalidade basquetebol masculino em todas as suas categorias, envolvendo aproximadamente 120 atletas da iniciação esportiva ao alto rendimento.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-34/15, de 06 de abril de 2015.

PRAZO: O prazo de vigência da presente locação será de 01 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado se for interesse da Fundação Municipal de Desportos.

PREÇO: O valor total da locação das instalações que serão utilizadas para os polos da iniciação desportiva da FMD no exercício 2015 será de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

DATA: 22 de abril de 2015.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 099/11

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 099/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E ASRA. MARIA SALETE TOMIO HERKENHOFF.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria, destinada ao funcionamento do CEI Prof. Emiliano Stolf.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-063, de 16 de maio de 2011.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de abril de 2015 até 31 de março de 2016.

PREÇO: Renova também o valor da locação para R\$ 2.141,18 (dois mil, cento e quarenta e um reais e dezoito centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 25.694,16 (vinte e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos).

DATA: 08 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 099/15

EXTRATO – CONTRATO Nº 099/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA EPP.

OBJETO: Confeção de 43.000 (quarenta e três mil) cartas auto-envelopamento com dobra, cola e serrilha lateral. Personalização e endereçamento com "dados variáveis" - formato A4 – 1x1 cores - Papel Sulfite 75GR.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 043/2015.

PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será contado a partir de sua assinatura até 30 de novembro de 2015.

PREÇO: O valor unitário é de R\$ 0,09 (nove centavos), totalizando o valor de R\$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais).

DATA: 22 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 101/15

EXTRATO – CONTRATO Nº. 101/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E AEMPRESA LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação com lajotas de concreto (sextavadas) e sinalização na Rua Jacy da Silva (ITEM 04).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 044/2014.

PRAZO: A vigência do contrato decorrente desta licitação será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do instrumento

contratual.

PREÇO: O valor total dos serviços objeto deste contrato é de R\$ 70.324,78 (setenta mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos).

DATA: 22 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 102/215

EXTRATO – CONTRATO Nº. 102/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – EPP

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação com lajotas de concreto (sextavadas) e sinalização na Rua Reinoldo Ehmke (ITEM 02).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Concorrência nº 044/2014.

PRAZO: A vigência do contrato decorrente desta licitação será de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: O valor total dos serviços objeto deste contrato é de R\$ 240.865,42 (duzentos e quarenta mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

DATA: 22 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 103/15

EXTRATO – CONTRATO Nº. 103/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - EPP.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação com lajotas de concreto (sextavadas) e sinalização na Rua Adolfo Hass (ITEM 03).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Concorrência nº 044/2014.

PRAZO: A vigência do contrato decorrente desta licitação será de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: O valor total dos serviços objeto deste contrato é de R\$ 41.330,57 (quarenta e um mil, trezentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos).

DATA: 22 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 104/15

EXTRATO – CONTRATO Nº. 104/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - EPP.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização na Rua Selma Becker (ITEM 07).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Concorrência nº 044/2014.

PRAZO: A vigência do contrato decorrente desta licitação será de 210 (duzentos e dez) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: O valor total dos serviços objeto deste contrato é de R\$ 95.970,63 (noventa e cinco mil, novecentos e setenta reais e sessenta e três centavos).

DATA: 22 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 105/15

EXTRATO – CONTRATO Nº. 105/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA – EPP.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação com lajotas de concreto (sextavadas) e sinalização na Rua Ricardo Geske (ITEM 05).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Concorrência nº 044/2014

PRAZO: A vigência do contrato decorrente desta licitação será de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: O valor total dos serviços objeto deste contrato é de R\$ 56.516,40 (cinquenta e seis mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta centavos).

DATA: 22 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 106/15

EXTRATO – CONTRATO Nº. 106/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação com lajotas de concreto (sextavadas) e sinalização na Rua Gerda Georg (ITEM 06).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Concorrência nº 044/2014.

PRAZO: A vigência do contrato decorrente desta licitação será de 300 (trezentos) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: O valor total dos serviços objeto deste contrato é de R\$ 208.197,19 (duzentos e oito mil cento e noventa e sete reais e dezenove centavos).

DATA: 22 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 107/15

EXTRATO – CONTRATO Nº. 107/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E ACOMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU.

OBJETO: Implantação de rotatória no entroncamento da Rua 02 de Setembro com a Rua Gustavo Lueders.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa 08-47, de 17 de abril de 2015.

PRAZO: A vigência contratual será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura do contrato.

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago à CONTRATADA o valor

total de R\$ 148.987,11 (cento e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e sete reais e onze centavos).

DATA: 27 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 108/15

EXTRATO – CONTRATO Nº. 108/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa par adequação de imóvel para implantação do novo Ambulatório Geral Heinz Schrader (AG Centro).

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-001/2015.

PRAZO: A vigência do presente contrato será de 5 (cinco) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual

PREÇO: O preço total do serviço ora contratado é de R\$ 987.629,51 (novecentos e oitenta e sete mil seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos).

DATA: 29 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 109/15

EXTRATO – CONTRATO Nº. 109/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para adaptação de uma edificação com 530m², para instalação de 02 (duas) equipes de Estratégia de Saúde da Família.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-006/15.

PRAZO: Prazo de vigência contratual: a vigência da presente contrato será de 3 (três) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: O preço total do serviço ora contratado é de R\$ 212.123,40 (duzentos e doze mil, cento e vinte e três reais e quarenta centavos).

DATA: 29 de abril de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/13

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O SR. MÁXIMO CUSTÓDIO.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria, destinada ao funcionamento do CEI Prof. Emiliano Stolf.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-114, de 16 de agosto de 2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 03 de maio de 2015 até 02 de maio de 2016.

PREÇO: Renova também o valor da locação que se mantém em R\$ 1.737,60 (mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 20.851,20 (vinte mil oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos).

DATA: 17 de abril de 2015.

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/10

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 112/10

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O SR. ROGÉRIO PROVENZA VIEIRA REIS.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria de dois pavimentos, destinada ao funcionamento da Unidade E.S.F. Walter Reiter.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-067/10, de 25 de maio de 2010.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 20 de maio de 2015 até 19 de maio de 2016.

PREÇO: Renova também o valor da locação para R\$ 1.518,54 (mil, quinhentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 18.222,48 (dezoito mil, duzentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos).

DATA: 17 de abril de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/14

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 125/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O SR. LEONARDO ALBA PARISOTTO.

OBJETO: Locação de um terreno destinado às atividades do centro de referência de Assistência Social.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-108, de 03 de junho de 2014.

PRAZO: Prorroga prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 15 de abril de 2015 até 14 de abril de 2016.

PREÇO: Renova também o valor da locação que se mantém em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, até que seja publicado o índice de reajuste do INPC referente ao período de abril de 2014/2015, totalizando o valor contratual em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

DATA: 17 de março de 2015.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/11

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 127/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A INCORPORADORA LEME LTDA.

OBJETO: Locação de um prédio de alvenaria destinado a ser sede da Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-091, de 06 de julho de 2011.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou

seja, de 17 de abril de 2015 até 16 de abril de 2016.

PREÇO: Renova o valor do da locação que se mantém em R\$ 8.466,64 (oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 101.599,68 (cento e um mil quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos).

DATA: 17 de março de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/14

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 131/2014
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. HERCÍLIO SIMON.

OBJETO: Locação de imóvel localizado na Rua José Reuter, nº 1.415, Bairro Velha Central, utilizado para o funcionamento da Unidade de Estratégia de Saúde da Família – E.S.F. Adelina Manoel da Silva Brueckheimer.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-105, de 27 de maio de 2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 17 de maio de 2015 até 16 de maio de 2016.

PREÇO: Renova também o valor da locação que se mantém em R\$ 1.484,37 (mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 17.812,44 (dezessete mil, oitocentos e doze reais e quarenta e quatro centavos).

DATA: 17 de abril de 2015.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/11

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 140/11
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O SR. ISAIAS RIBEIRO GERMANO.

OBJETO: Locação de duas salas comerciais de alvenaria destinadas ao funcionamento da unidade de estratégia de saúde da família – E.S.F. Hasso Muller I.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-076, de 06 de junho de 2011.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 17 de abril de 2015 até 16 de abril de 2016.

PREÇO: Renova também o valor da locação que se mantém em R\$ 1.619,26 (mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e seis centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 19.431,12 (dezenove mil, quatrocentos e trinta e um reais e doze centavos).

DATA: 09 de abril de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/13

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 142/2013
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E ASR. ALUISIO DEPINÉ E A SRA. MARIA ARLETE DEPINÉ.

OBJETO: Locação de uma casa destinada ao funcionamento DO

centro de atenção Psicossocial CAPS II.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-173, de 23 de outubro de 2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 20 de maio de 2015 até 19 de maio de 2016.

PREÇO: Renova também o valor da locação que se mantém em R\$ 5.119,11 (cinco mil, cento e dezenove reais e onze centavos), totalizando o valor da locação em R\$ 61.429,32 (sessenta e um mil quatrocentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos).

DATA: 27 de abril de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/14

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 149/14
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E ASRA. CATARINA BECHTOLD.

OBJETO: Locação de um imóvel destinado ao funcionamento do CEI Ricardo Manske.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-118/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de junho de 2015 até 31 de maio de 2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 2.443,35 (dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e cinco centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 29.320,20 (vinte e nove mil trezentos e vinte reais e vinte centavos).

DATA: 31 de março de 2015.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 166/11

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 166/11
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E AEMPRESA IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços e engenharia relativos a gerenciamento ambiental, coordenação, supervisão e controle de obras, geoprocessamento e subsídios à fiscalização da obra referente ao Pac-Drenagem - Macro Drenagem da Bacia do Ribeirão Itoupava).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-002/11, de 10 de maio de 2011.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 07 (sete) meses, ou seja, de 18 de abril até 17 de novembro de 2015.

DATA: 23 de abril de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 198/13

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 198/2013
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E ASTRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: Execução de pavimentação com lajotas sextavadas na Rua Oswaldo Meuche.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-021, 28 de novembro de 2013.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 49.104,30 (quarenta e nove mil, cento e quatro reais e trinta centavos), ou seja, 13,60% a mais que o valor inicialmente previsto, e posteriormente suprimindo a quantia de R\$ 51.720,30 (cinquenta e um mil setecentos e vinte reais e trinta centavos).

DATA: 04 de maio de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 198/14

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 198/2014
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E OCONSÓRCIO COBA S.A. – LOGITRANS – COBA BR.

OBJETO: Elaboração dos projetos de engenharia (projetos executivos) do Terminal Integrado Norte (Itoupavas) e do Terminal Integrado Oeste (Água Verde), na Cidade de Blumenau, incluindo os estudos de viabilidade técnicos-econômicos e estudos ambientais complementares para obtenção das licenças ambientais de instalação (LAI).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 1004/2013.

PRAZO: prorrogando por mais 120 (cento e vinte) dias, ou seja, de 25 de março até 23 de julho de 2015

DATA: 27 de março de 2015.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/13

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 199/2013
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E AEMPRESA SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Execução de pavimentação com lajotas sextavadas na Rua Oswaldo Meuche.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-021, 28 de novembro de 2013

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 29 de junho de 2015.

DATA: 15 de abril de 2015.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 203/11

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 203/11
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
(SETERB)
E A EMPRESA EXPRESSO PRESIDENTE GETÚLIO LTDA.

OBJETO: Permissão de uso que fazem entre si o serviço autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-137/11, de 20 de setembro de 2011.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 20 de abril de 2015 até 19 de abril de 2016.

PREÇO: Reajusta os valores pagos ao Município, conforme abaixo disposto: R\$ 819,45 (oitocentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos) mensais, referente à permissão de uso; R\$ 122,92 (cento e vinte e dois reais e noventa e dois centavos) mensais, referente à quota de manutenção. Totaliza-se o valor anual do contrato em R\$ 11.308,46 (onze mil, trezentos e oito reais e quarenta e seis centavos).

DATA: 17 de abril de 2015.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 221/12

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 221/12
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E ASR. JORGE MACHADO FILHO.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria destinada ao funcionamento ao funcionamento do Centro de Educação Infantil Leonardo Laurino Terres.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-123, de 21 de agosto de 2012.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 01 de abril de 2015 até 31 de março de 2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 1.686,88 (mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 20.242,56 (vinte mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

DATA: 31 de março de 2015.

EXTRATO 23º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/09

EXTRATO – 23º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/09
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E AEMPRESA LOCASIM LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Locação de veículos (Diária e Mensal) sem motorista.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 06-119/2009, de 25 de setembro de 2009.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, ou seja, de 19 de abril até 18 de agosto de 2015, ou até que se homologue nova licitação.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 864.386,32 (oitocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos), pelo período prorrogado.

DATA: 14 de abril de 2015.

EXTRATO 24º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/09

EXTRATO – 24º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 228/09
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E AEMPRESA LOCASIM LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Locação de veículos (diária e mensal), sem motorista.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 06-119/2009, de 25 de

setembro de 2009.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 5.134,84 (cinco mil, cento e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), referente à inclusão de 02 (dois) veículos para a Secretaria Municipal de Turismo.

DATA: 24 de abril de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 294/14

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 294/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E AEMPRESA SANTOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI - ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforço e restauração de alvenaria e piso para o CEI José Dickmann.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite 01-032/14.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 19.824,49 (dezenove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos). suprime a quantia de R\$ 2.507,71 (dois mil quinhentos e sete reais e setenta e um centavos).

DATA: 14 de abril de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 296/14

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 296/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E AEMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização da rua: Rua Prefeita Dorcelina Folador, Localizada no Bairro: Fortaleza – Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-027/14.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 5.601,70 (cinco mil seiscentos e um reais e setenta centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 33.013,78 (trinta e três mil treze reais e setenta e oito centavos).

DATA: 14 de abril de 2015.

EXTRATO Nº 98/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato 098/2015

Dispensa de Licitação nº. 069/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, V e VII, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de piso vinílico, adesivo e rodapé, com serviços de colocação com garantia para a obra do galpão do programa de pós graduação em engenharia florestal (PPGEF) da FURB.

Contratadas: BGL Pisos e Colocações Ltda - ME

Valor/Elemento de Despesa: R\$ 25.706,00 (vinte e cinco mil, setecentos e seis reais) / 3.3.90.00.

Blumenau, 19 de maio de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 084/2015 DE 20 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 084/2015, DE 20 DE MAIO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º. EXONERA Servidora Municipal SRA. ELINI PEREIRA SCHMITT, matrícula nº 703-0, portadora do CIC sob. nº 928.735.619-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ocupante do cargo de Professor I - Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, em caráter temporário, nomeada em 23/02/2015, por motivo de homologação de novos aprovados em processo seletivo nº 002/2015, sendo sua exoneração a partir de 20 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 20 de maio de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 085/2015 DE 20 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 085/2015, DE 20 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. CARMEN MARIA LENHARD, inscrita na matrícula nº 337-9, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária, conforme Atestado Médico, no período de 19 de maio de 2015 a 28 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 20 de maio de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1055/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1055/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2015

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 02 de Junho de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços, tendo como objeto a Aquisição de material elétrico hidráulico sanitário e de construção para construção de escritório de 17,17 m² em barracão industrial na área industrial.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 21 de Maio de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.603, DE 19 DE MAIO DE 2015

DECRETO nº 7.603, DE 19 DE MAIO DE 2015.

Substitui membro representante da Secretaria de Educação do Município no Conselho Administrativo da Fundação Educacional de Brusque – FEBE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 1º, inciso II da Lei nº 2.321/98, e legislação vigente, e ainda, o Decreto nº 7.262/13,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a Sra. Gleusa Luci Fischer pelo Sr. Ivanor de Mendonça, Secretário de Educação do Município, como membro do Conselho Administrativo da Fundação Educacional de Brusque – FEBE.

Art 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.014, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 10.014, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

Resolve:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de AUDITOR FISCAL e AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme abaixo nominados:

AUDITOR FISCAL

EDUARDO ZIMMERMANN E SILVA

AGENTE ADMINISTRATIVO

NADINE IOLANDA DA CUNHA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.602, DE 19 DE MAIO DE 2015

DECRETO nº 7.602, DE 19 DE MAIO DE 2015.

Substitui membro representante do Município no Conselho Curador da Fundação Educacional de Brusque – FEBE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 1º, inciso I da Lei nº 2.321/98, e legislação vigente, e ainda, o Decreto nº 7.261/13,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o Sr. Diego Fagundes pela Sra. Cátia Fischer Custódio, Secretário de Orçamento e Gestão, como membro representante do Município de Brusque no Conselho Curador da Fundação Educacional de Brusque – FEBE.

Art 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 173/2015 SAMAE

PORTARIA SAMAE Nº. 173/2015

O Ilustríssimo Sr. Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO os termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, Institui Novos Padrões de Vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências, especificamente o disposto nos artigos 48 a 53 da referida lei.

Resolve:

Art. 1º Criar, nesta data, a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, no âmbito da autarquia SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – BRUSQUE – SANTA CATARINA, estabelecida na Rua Dr. Penido, 297, Centro, na cidade de Brusque, CNPJ nº 82.985.003/0ta001-96, designando como Presidente a servidora Sílvia Eliane Roso da Silva, como 1º Secretária Fausto Murilo Diegoli, como 2º Secretário o servidor Jean Wons Fernandes e demais membros Adriana Kosai Campello, Áureo Onorato da Luz, Adalberto João Garcia, Jean Gevaerd de Oliveira e Anderson Manrich.

Art. 2º Atribuir à Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS o encargo de coordenar, organizar, fiscalizar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente processo de criação e instalação da Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, tudo nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009.

Art. 3º Fica instituída a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, como atividade permanente desta Autarquia para o estímulo à formação continuada de seus servidores, tendo como objetivos:

- I - criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;
- II - capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;
- III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;
- IV - integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.
- V – Trabalhar em acordo e sintonia com a ESAP – Escola de Administração Pública de Brusque, padronizando as atividades conforme os padrões do município.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº. 167/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 167/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor JULIANO PEREIRA, ocupante do cargo de Mecânico, referente aos exercícios de 01.04.2010 a 02.04.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº. 174/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 174/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

R E S O L V E

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao servidor JOSE VENDELINO TURRO, ocupante do cargo de Agente de Obras, referente aos exercícios de 09.09.1999 a 04.09.2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 18 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 10.011, DE 18 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 10.011, DE 18 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

Resolve:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargo efetivo de PSICÓLOGO, conforme abaixo nominado:

PSICÓLOGO

BEATRIZ FUZETO FERREIRA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.015, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

Constitui Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório na Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e, ainda, em conformidade com a Leis Complementares nºs 143/09 e 147/09, e Decreto nº 6.287/10,

Resolve:

Art. 1º Constituir Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório na Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, composta pelos seguintes servidores:

- a) Sandro Bertolini, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque;
- b) Silvia Eliane Roso da Silva, representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE;
- c) Valdonir Xavier Pereira, representante da Secretaria de Orçamento e Gestão – Recursos Humanos;
- d) Fábio Caetano Pereira;
- e) Suzana Márcia Machado Mafra.

Parágrafo único. A Comissão constituída supra reunir-se-á, sempre que necessário, devendo-se proceder, em sua primeira reunião, à eleição de um dos seus integrantes para Presidente e de outro para Secretário.

Art. 2º Os servidores especificados nesta Portaria desempenharão as suas atribuições de Membros da Comissão concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Parágrafo único. Na conformidade do art. 91 da Lei Complementar nº 147/09 será concedida aos servidores nominados no art. 1º desta Portaria, uma gratificação especial equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento, da faixa I, jornada de 40h semanais, da categoria "1", do Quadro Permanente de Pessoal, previsto na Lei Complementar que "Dispõe sobre o Plano de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

Art. 3º Os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas e arquivadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.016, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.016, DE 19 DE MAIO DE 2015.

Constitui Comissão Permanente para proceder a avaliação funcional dos servidores públicos municipais, com vistas às promoções previstas na Lei Complementar nº 143/09.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e, ainda, em conformidade com o art. 33 da Lei Complementar nº 143/09,

Resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Permanente de Avaliação Funcional dos servidores públicos municipais, com vistas às promoções verticais e horizontais previstas na Lei Complementar nº 143/09, composta pelos seguintes servidores:

- a) Tânia Mara Vieira Pompermayer, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque;
- b) Alexandre Ivan Mafra, representante da Secretaria de Orçamento e Gestão;
- d) Ernani Bolognini, Rudi Raimundo Vetter, Sandra Bertoldi Bertolini, servidores efetivos e estáveis.

Parágrafo único. A Comissão constituída supra reunir-se-á, sempre que necessário, devendo-se proceder, em sua primeira reunião, à eleição de um dos seus integrantes para Presidente e de outro para Secretário.

Art. 2º Os servidores especificados nesta Portaria desempenharão as suas atribuições de Membros da Comissão concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Parágrafo único. Na conformidade do art. 92 da Lei Complementar nº 147/09 será concedida aos servidores nominados no art. 1º desta Portaria, uma gratificação especial equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento, da faixa I, jornada de 40h semanais, da categoria "1", do Quadro Permanente de Pessoal, previsto na Lei Complementar que "Dispõe sobre o Plano de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações.

Art. 3º Os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas e arquivadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.017, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.017, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Orlando Borchardt para ocupar o cargo em comissão de Diretor, Símbolo CC-IV, lotado na Secretaria de Educação/ Diretoria de Ensino Fundamental, Médio e EJA, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I-E da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 13 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/ SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.018, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.018, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 - Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Tafarel de Souza para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Símbolo CC-V, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I-E da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 13 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/ SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.019, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.019, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jorge Pereira para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Símbolo CC-V, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I-E da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 18 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/ SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.020, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.020, DE 19 DE MAIO DE 2015.

Substitui membro titular representante do Poder Executivo na Comissão de Análise de Projetos Incentivados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando a Portaria nº 6.428/09 que nomeou os membros da Comissão de Análise de Projetos Incentivados,

Resolve:

Art. 1º Substituir Rogério Koschnik por Danielle Mariel Heil como membro titular, representante do Poder Executivo Municipal, na Comissão de Análise de Projetos Incentivados.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/ SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.021, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.021, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 - Anexo I-E, c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Aurinho Silveira de Souza para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Símbolo CC-V, lotado na Procuradoria-Geral do Município, com gratificação de representação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.022, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.022, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 - Anexo IV-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Cláudio Eduardo Santana para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Símbolo CC-IV, lotado na Procuradoria-Geral do Município, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo IV-E da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.023, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.023, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 - Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Edson Machado para ocupar o cargo em comissão de Diretor, Símbolo CC-IV, lotado na Secretaria de Turismo, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo IV-E da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.024, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.024, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 - Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jaqueline Rita Bertoldi para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Símbolo CC-VI, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Diretoria de Patrimônio, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo IV-E da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.025, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.025, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Luiz Carlos Brehm para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Símbolo CC-6, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 144/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.026, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.026, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Célio Clemer para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Símbolo CC-6, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 144/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.027, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.027, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maria Luiza Afonso para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Símbolo CC-6, lotado na Secretaria de Saúde, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I-E da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15, a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.028, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA nº 10.028, DE 19 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o ato administrativo que concedeu gratificação, no percentual de 50% (cinquenta por cento), à servidora Beatriz Wochner Grubert, matrícula nº 761311-1, contratada para o cargo de Agente de Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1211/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015
PORTARIA Nº 1211/2015, de 12 de maio de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2273/2014 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 40/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, a alteração de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários.

Considerando, o acúmulo de serviço por parte do novo Secretário de Orçamento e Gestão e membros da Comissão Processante;

Considerando, feriado ocorrido em 03/04/2015 (Paixão de Cristo) e 21/04/2015 ;

Considerando, Ponto facultativo, ocorrido em 20/04/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor do servidor BRUNO RAGNINI FLORES, ocupante do cargo em provimento efetivo de motorista – Lotado na Secretária de Saúde, portador do CPF nº 009.836.479-09, Mat. 72831.4, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ memorando 338/2014 encaminhado pela Secretária de Saúde, bem como pelo despacho do Departamento de Recursos Humanos, datado de 09 de setembro de 2014, onde em tese o referido servidor: a) - não vem cumprindo com a assiduidade no horário de trabalho, dever do servidor público conforme prevê o inciso II, artigo 174, da LC 147/2009; b) Vem se ausentando do local de trabalho sem a devida autorização de sua chefia imediata, ação proibida e que se verifica no inciso I do art. 175 da Lei Complementar 149/2009; c) O servidor não vem cumprindo com o horário de trabalho, apresentando-se com atraso quase diário e se ausentando sem prévia autorização da chefia imediata, vem afetando os serviços prestados pela Unidade Básica de Saúde, deixando enfermeiros e médicos a espera do servidor para realizar as tarefas programadas para o dia. Em desacordo com artigos: Incisos I, II e III, VII, do artigo 174; Inciso I do art. 175 e art. 188, II, III e VI, todos da Lei Complementar 147/2009 .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de maio de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 168/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 168/2015

O DIRETOR PRESIDENTE do SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Resolve

1) Retificar as portarias N.º 152/2015, 153/2015, 154/2015, 156/2015, 157/2015 E 158/2015:

Onde se lê: Designar (...) para receber gratificação de confiança no percentual de 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos; Leia-se: Designar (...) para exercer função de confiança gratificada de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo de origem;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 13 de julho de 2014.

ROBERTO BOLOGNINI

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 169/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 169/2015

O DIRETOR PRESIDENTE do SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Resolve

1) Retificar as portarias N.º 149/2015, 150/2015, 151/2015, 155/2015 e 159/2015:

Onde se lê: Designar (...) para receber gratificação de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos; Leia-se: Designar (...) para exercer função de confiança gratificada de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo de origem;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 13 de julho de 2014.

ROBERTO BOLOGNINI

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 170/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 170/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

Resolve

Exonerar o servidor Antônio Fernando Golçalves de Oliveira, da função de confiança gratificada.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/06/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 172/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 172/2015

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

Resolve

Art. 1º Fica criada a Comissão Avaliação e Controle do Patrimônio, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão os seguintes servidores: Django Deucher , Gilberto dos Anjos, Ederson Manrich, Moacir Cavichioli, Anauri Schafer, Jair Padilha dos Santos, Fernando-Luiz Ghislandi, Maureci Zancanela, Juliano Pereira e Valentim Motta

Parágrafo Único. Deverão normatizar, implantar e fiscalizar os procedimentos relativos a administração de Bens móveis Permanentes e Bens Imóveis, conforme a Instrução Normativa nº 0002/2012/ CGM

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/05/2015.

Brusque, 11 de maio de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.407

DECRETO Nº 6.407, de 20 de maio de 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 Manutenção da Divisão da Segurança Pública

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 Manutenção da Divisão da Segurança Pública

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.408

DECRETO Nº 6.408, de 20 de maio de 2015.

Altera o Anexo I do Decreto nº 5152/2012, que estabelece a concessão e os valores de diárias de deslocamento de motoristas, profissionais médicos e de enfermagem, que desempenham atividade junto ao Setor de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) da Secretaria Municipal de Saúde, pelo afastamento temporário da respectiva sede, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e considerando o disposto nos artigos 163, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I - Tabela de Diárias, do Decreto nº 5152, de 23 de fevereiro de 2012, que estabelece a concessão e os valores de diárias de deslocamento de motoristas, profissionais médicos e de enfermagem, que desempenham atividade junto ao Setor de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) da Secretaria Municipal de Saúde, pelo afastamento temporário da respectiva sede, e dá outras providências, alterado pelo Decreto nº 5.780, de 04 de novembro de 2013, passando a vigor o Anexo ao presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

ANEXO I TABELA DE DIÁRIAS

Distância (km)			
Até 100	De 101 a 300	De 301 a 600	Acima de 600
60,00	85,00	120,00	250,00

Diária Hemodiálise

Videira – TRS	R\$ 85,00
---------------	-----------

DECRETO Nº 6.411

DECRETO Nº 6.411, de 20 de maio de 2015.

Suplementa dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e atendendo ao disposto na Lei nº 3.185/2014, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2015,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Bloco de Investimentos

4.4.90.00.00.00.0366 – Aplicações Diretas R\$ 56.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior, Recurso 0066, no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.412

DECRETO Nº 6.412, de 20 de maio de 2015.

Convoca Fórum para eleição dos membros das entidades não governamentais, para composição do Conselho Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocado o Fórum bianual para eleição dos membros das entidades não governamentais, para composição do Conselho Municipal de Assistência Social, Gestão 2015/2017, nos termos do art. 6º, § 2º e art. 13, § 1º, da Lei Municipal nº 2.869/2011, a ser realizado no dia 23 de junho de 2015, com início às 13h00, no Plenário Osvaldo José Gomez, na Câmara Municipal de Caçador.

Art. 2º Ficam nomeadas as seguintes pessoas para organizarem o referido Fórum:

I – Andreia Teresinha de Almeida;

II – Arlete Torrezan;

III – Marizete Fátima Iaczinski;

IV – Mariany Boscari.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,

PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

RESUMO DE CONVENIOS Nº 28 E 29

RESUMO DOS CONVÊNIOS ESPORTES

Convênio nº 028/2015

Entidade conveniada: Associação Beneficente Unidos por Todos - ABUT

Data: 18/05/2015

Prazo: 10 (dez) meses

Valor do repasse: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Beneficente Unidos por Todos - ABUT, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Futsal Unidos por Todos", que objetiva o ensino e a prática da modalidade esportiva de futsal, a crianças e adolescentes do Município de Camboriú.

Convênio nº 029/2015

Entidade conveniada: Associação Desportiva Atlético Camboriuense

Data: 18/05/2015

Prazo: 10 (dez) meses

Valor do repasse: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Desportiva Atlético Camboriuense, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Formando Valores", o qual beneficiará crianças, adolescentes e adultos do Município de Camboriú com o ensino e a prática da modalidade esportiva de futsal.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO 16/2015 FMS

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 16/2015)

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal e Irineu Woitskovski Júnior, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 16/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a Contratação de Instituição Hospitalar para realização de consultas de urgência/emergência destinada à população de Campo Alegre. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: MATERNIDADE E CIRURGIA NOSSA SENHORA DO ROCIO – CNPJ: 75.802.348/0001-00. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo o Sr. Luiz Ernesto Wendler, representante da empresa licitante. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e não comprovou o enquadramento como empresa de pequeno porte ou micro empresa. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO UNITÁRIO. O licitante não concedeu desconto na fase de lances.

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
MATERNIDADE E CIRURGIA NOSSA SENHORA DO ROCIO	25.000,00	25.000,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a licitante MATERNIDADE E CIRURGIA NOSSA SENHORA DO ROCIO foi declarada vencedora com o valor UNITÁRIO de R\$ 25.000,00,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO 46/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 46/2015)

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal e Irineu Woitskovski Júnior, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 46/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção de caminhões da frota municipal, conforme relação dos veículos. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: VANDIESEL LTDA – CNPJ: 01.106.070/0001-91 E PAULI OFICINA MECÂNICA DIESEL E TRANSPORTES LTDA – CNPJ: 75.822.783/0001-98. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo o Sr. Carlos Alberto Zulauf, representante da empresa PAULI OFICINA MECÂNICA DIESEL E TRANSPORTES LTDA, e Sra. Rosemari Oliveira Hilgenstieler, representante da empresa VANDIESEL LTDA. Todas empresas apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e somente a empresa VANDIESEL LTDA comprovou o enquadramento como empresa de pequeno porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
VANDIESEL LTDA	32.800,00	24.500,00	1ª	HABILITADA
PAULI OFICINA	37.501,50	25.000,00	2ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a licitante VANDIESEL LTDA LTDA foi declarada vencedora com o valor global de R\$ 24.500,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 9.021 DE 20 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.021 DE 20 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a fim de suplementar Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência			
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
300000.00.497 -	Despesas Correntes			
330000.00.497 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.497 -	Aplicações Diretas			
339039.00.497 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 100,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência			
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
400000.00.497 -	Despesas de Capital			
440000.00.497 -	Investimentos			
449000.00.497 -	Aplicações Diretas			
449052.00.497 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 100,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 20 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.022 DE 20 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.022 DE 20 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato Temporário firmado com a Srª. NATALIA WOJCIECHOSKY, para exercer o cargo de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Registro no Sistema sob nº 955425, a partir de 20 de Maio de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.301 DE 19 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.301 DE 19 DE MAIO DE 2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO AO PROJETO CERAMICA NA ESCOLA, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 4.999,40 (quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) à MARIA LUIZA FACHINETTO BRUNELLO, inscrita no CPF/MF sob nº 304.570.689-49, residente a Rua José Gomes Munhoz, nº 239, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em única parcela no mês de Maio de 2015.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo deverão ser aplicados conforme previsto no Plano de Aplicação apresentado pela Srª. Maria Luiza Fachinetto Brunello do Projeto "CERAMICA NA ESCOLA".

Art.2º. A beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, da parcela junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece o Decreto nº 8.620 de 21 de Outubro de 2014, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º. É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

§1º - Os cheques nominais de que trata o caput este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§2º - Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§3º - Os Recursos concedidos de que trata o caput do Artigo 1º desta Lei, poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º. O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

Art.6º. A responsabilidade pela correta aplicação dos Recursos transferidos é a Srª. Maria Luiza Fachinetto Brunello.

Art.7º. A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pela responsável Srª. Maria Luiza Fachinetto Brunello.

Art.8º. Para fins de comprovação de gastos, serão considerados as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação desta Lei.

Art.9º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente: 14.01.13.392.0089.2.136 – Apoio Financeiro a Projetos Artísticos e Culturais, 335041.00 – Contribuições, do Fundo Municipal de Cultura.

Art.10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.302 DE 19 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.302 DE 19 DE MAIO DE 2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO AO PROJETO LUGARES E OLHARES, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao MIGUEL NENEVÊ, inscrita no CPF/MF sob nº 352.330.529-20, residente a Rua Manoel Francisco Nenevê, snº, Localidade de Pirizal, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em única parcela no mês de Maio de 2015.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo deverão ser aplicados conforme previsto no Plano de Aplicação apresentado pelo Sr. Miguel Nenevê, do Projeto publicação de Livro "LUGARES E OLHARES".

Art.2º. O beneficiado deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, da parcela junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece o Decreto nº 8.620 de 21 de Outubro de 2014, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º. É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

§1º - Os cheques nominais de que trata o caput este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a prestação de contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§2º - Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§3º - Os Recursos concedidos de que trata o caput do Artigo 1º desta Lei, poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º. O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º. A responsabilidade pela correta aplicação dos Recursos transferidos é o Sr. Miguel Nenevê.

Art.7º. A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;

V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelo responsável Sr. Miguel Nenevê.

Art.8º. Para fins de comprovação de gastos, serão considerados as despesas efetuadas com despesas correntes à partir da publicação desta Lei.

Art.9º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente: 14.01.13.392.0089.2.136 – Apoio Financeiro a Projetos Artísticos e Culturais, 335041.00 – Contribuições, do Fundo Municipal de Cultura.

Art.10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 01 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002

APROVA A PARTILHA DOS RECURSOS DO SAC – SERVIÇOS ASSISTÊNCIAIS DE AÇÃO CONTINUADA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Verônica Gorniack Schroeder, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a Partilha dos Recursos SAC - Serviços Assistenciais de Ação Continuada do Município de Campo Alegre/SC., para o Campo Alegre/SC., para o exercício financeiro 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 2002.

VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dois.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS
2ª Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2002

APROVA CRITÉRIO PARA CONCESSÃO DE SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Verônica Gorniack Schroeder, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova os seguintes critérios para CONCESSÃO DE SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

CESTAS BÁSICAS: Será concedida para pessoas acamadas e portadoras de deficiência, com renda percapita de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo;

ATAÚDE: será concedido para famílias com renda de até 1 $\frac{1}{2}$ (um e meio) salário mínimo;

TRANSPORTE COLETIVO: Será concedido para pessoas que necessitam de consultas médicas e exames específicos que o Município não ofereça e Assistência Jurídica, comprovados pelo setor de Assistência Social, com renda familiar de até 1 $\frac{1}{2}$ (um e meio) salário mínimo.

FOTOS PARA DOCUMENTOS: Será concedido para pessoas que necessitem para fazer a Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Carteirinha de Estudante, com renda percapita de até 01 (zero um) salário mínimo;

MEDICAMENTOS: Serão concedidos pelo Fundo Municipal de Saúde, para as pessoas que após avaliadas pelo Setor de Assistência Social se enquadrem nos seguintes critérios: de até 12 (doze) anos de idade, idoso a partir de 60 (sessenta) anos de idade, gestantes ou pessoas que necessitem de medicamentos de seu contínuo, que comprovem renda familiar de até 01 (zero um) salário mínimo.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 25 de fevereiro de 2002.

VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dois.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

2ª Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002

APROVA O PLANO PLURIANUAL 2002/2005 E O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 2002 DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Verônica Gorniack Schroeder, Vice-Presidente do Conselho

Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Plano Plurianual 2002/2005 e Plano Municipal de Assistência Social do ano de 2002 do Município de Campo Alegre/SC

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro de 2002.

VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dois.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

2ª Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 25 DE JANEIRO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 25 DE JANEIRO DE 2002

APROVA A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE CAMPO ALEGRE/SC E O PAGAMENTO DE PROCEDIMENTOS NÃO OFERTADOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE.

Sueli Treml, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a aquisição de um veículo para uso da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Campo Alegre/SC. bem como o pagamento de procedimentos não ofertados pelo Sistema Único de Saúde/Consórcio Intermunicipal de Saúde.

Art.2º) As despesas decorrente ficarão por conta do Superávit Financeiro do Orçamento do exercício de 2001.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 25 de janeiro de 2002.

SUELI TREML

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dois.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2002

APROVA O PLEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., ANO GPABA – GESTÃO PLENA DE ATENÇÃO BÁSICA AMPLIADA.

Sueli Treml, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o pleito do Município de Campo Alegre/SC., na Gestão Plena de Atenção Básica Ampliada – GPABA, conforme determinação da NOAS/SUS 01/01.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 25 de fevereiro de 2002.

SUELI TREML

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dois.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 30 DE MAIO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 30 DE MAIO DE 2002

APROVA O BALANCETE FINANCEIRO REFERENTE AOS MESES DE DEZEMBRO DE 2001 A ABRIL DE 2002, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os Balancetes Financeiros do Fundo Municipal do Município de Campo Alegre/SC., e da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Campo Alegre referente aos meses de dezembro de 2001 a abril de 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de maio de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 30 DE MAIO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 30 DE MAIO DE 2002

APROVA A AQUISIÇÃO DE UM GRAVADOR DE CD COM RECURSOS PAB – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado a aquisição de um gravador de CD com recursos PAB – Piso de Atenção Básica.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de maio de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 30 DE MAIO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 30 DE MAIO DE 2002

APROVA O CRONOGRAMA DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC. PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2002.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Cronograma de Reuniões do Conselho Municipal do Município de Campo Alegre/SC., para o segundo Semestre do ano de 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de maio de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 22 DE 30 DE MAIO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 22 DE 30 DE MAIO DE 2002

APROVA RELATÓRIO DE USUÁRIOS QUE USUFRUÍRAM DE EXAMES/CONSULTAS ESPECIALIZADAS COM RECURSOS DO CIS-AMUNESC – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, NOS MESES DE JANEIRO A ABRIL DE 2002.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;
RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os Relatórios de Usuários que usufruíram de exames/consultas especializadas com Recursos do Consórcio Intermunicipal de Saúde, nos meses de Janeiro à Abril do ano de 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de maio de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 23 DE 13 DE AGOSTO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 23 DE 13 DE AGOSTO DE 2002

DESIGNA CONSELHEIRA SUPLENTE PARA SECRETARIAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC., POR TEMPO INDETERMINADO.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;
RESOLUÇÃO:

Art.1º) Designar a Srtª. Rosana Emília Greipel para responder pelos Serviços da Secretaria do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) O período de que trata o Art. 1º desta Resolução estender-se-á por tempo indeterminado.

Art.3º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de agosto de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 13 DE AGOSTO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 13 DE AGOSTO DE 2002

APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2001.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;
RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Relatório de Gestão do ano de 2001.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de agosto de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 25 DE 13 DE AGOSTO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 25 DE 13 DE AGOSTO DE 2002

APROVA BALANCETE FINANCEIRO REFERENTE AOS MESES DE MAIO E JUNHO/2002.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;
RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os Balancetes Financeiros referente aos meses de Maio e Junho do ano de 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 13 de agosto de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 26 DE 22 DE AGOSTO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 26 DE 22 DE AGOSTO DE 2002

APROVA OS ANEXOS I, II, III E IV DA CARTA DE ADESÃO MUNICIPAL AO PROGRAMA BOLSA-ALIMENTAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte: RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os Anexos I, II, III e IV da Carta de Adesão Municipal do Programa Bolsa-Alimentação.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 22 de agosto de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 27 DE 22 DE AGOSTO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 27 DE 17 DE OUTUBRO DE 2002

APROVA BALANCETE FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, REFERENTE AOS MESES DE JULHO A SETEMBRO DE 2002.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte: RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os Balancetes Financeiros referente aos meses de Julho à Setembro do ano de 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 28 DE 17 DE OUTUBRO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 28 DE 17 DE OUTUBRO DE 2002

APROVA RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS CARENTES APONTADAS COMO PROVÁVEIS BENEFICIÁRIAS PARA RECEBER O BOLSA-ALIMENTAÇÃO.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte: RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a relação de famílias carentes do Município de Campo Alegre/SC., apontadas como prováveis beneficiárias para receber o Bolsa-Alimentação, sendo 118 (cento e dezoito) crianças prioritárias, 09 (zero nove) Nutrízes-Gestantes prioritárias e 03 (zero três) crianças não prioritárias.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 29 DE 17 DE OUTUBRO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 29 DE 17 DE OUTUBRO DE 2002

APROVA RELAÇÃO DE USUÁRIOS ATENDIDOS E PROCEDIMENTOS REALIZADOS ATRAVÉS DO CIS/AMUNESC- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NO PERÍODO DE JANEIRO A ONZE DE OUTUBRO DE 2002.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte: RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a relação de usuários atendidos e procedimentos realizados do CIS/AMUNESC – Consórcio Intermunicipal de Saúde no período de Janeiro a onze de outubro do ano de 2002.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 30 DE 17 DE OUTUBRO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 30 DE 17 DE OUTUBRO DE 2002

APROVA AUMENTO DO VALOR DAS CONSULTAS PAB REALIZADO PELO HOSPITAL SÃO LUIZ.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte: RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o valor de dezoito reais para as consultas PAB realizadas pelo I.E.A.S – Hospital São Luiz.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/
ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 30 DE 17 DE OUTUBRO DE 2002

APROVA AUMENTO DO VALOR DAS CONSULTAS PAB REALIZADO PELO HOSPITAL SÃO LUIZ.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte: RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o valor de dezoito reais para as consultas PAB realizadas pelo I.E.A.S – Hospital São Luiz.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 31 DE 17 DE OUTUBRO DE 2002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 31 DE 17 DE OUTUBRO DE 2002

APROVA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE SAÚDE.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte: RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a eleição dos Conselheiros que participarão do Curso de Capacitação para Conselheiros Municipais de Saúde:

I – Os Conselheiros eleitos do segmento de usuários que deverão suprir 50% das vagas são os seguintes:

a) José Bagnhuck e Maria Donizete Binner dos Santos – Titular e suplente respectivamente, representantes das Associações de Bairros e Moradores;

b) Maria Eveldi Schadeck e Herzelaide Hansen Cubas – Titular e suplente respectivamente, representantes das Associações de Pais e Professores;

c) José Odorico Munhoz e Luiz Tadeu Valério Munhoz – Titular e suplente respectivamente, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

II – Os Conselheiros eleitos do segmento de Trabalhadores de Saúde que deverão suprir 25% das vagas são os seguintes:

a) Lídia Pagliari e Lurdes Nunes de Moraes – Titular e suplente respectivamente, representantes da Área Hospitalar;

III – Os Conselheiros eleitos do segmento de Gestores e Prestadores de Saúde deverão suprir 25 % das vagas são os seguintes:

a) Eliana Pessoa Machado Collê e Rosana Emília Greipel – Titular e suplente respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 2002.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 07_2015 - SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº11/2015

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar no dia 02 de junho de 2015 às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por lote, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MOVÉIS SOB MEDIDA, COM FABRICAÇÃO E MONTAGEM, PARA AS NOVAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS). CONFORME DESCRIÇÃO EM ANEXO. Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h00 horas, e das 13h30min às 17 horas diariamente.

Campos Novos, 21 de Maio de 2015.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

AVISO PP 23/2015 - AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 01/06/2015 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (OLEO DIESEL S10) VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 21 de maio de 2015.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL Nº. 034/2015

EDITAL Nº. 034/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 8 de novembro de 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

Resolve:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional

de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 034/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NOME: PATRÍCIA CAROLINA TEODOROVECZ FERREIRA

ADRIANE APARECIDA DOS SANTOS DESEN

INEZ APARECIDA SCHERMACH DOS SANTOS

PATRÍCIA MOREIRA ICKER

PORTARIA Nº 449/2015

PORTARIA Nº. 449/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido JAQUELINE BONETES CARVALHO DO PRADO, contratada na função de Professor de Artes, MAG II, 20 horas semanais no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 450/2015

PORTARIA Nº 450/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, Resolve:

PRORROGAR LICENÇA

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestação a ALEXANDRA LAVINA, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 21/05/2015 a 19/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento 18/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 451/2015

PORTARIA Nº. 451/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a GISELE SAUER, efetiva no cargo de Fisioterapeuta, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 18/05/2015 a 16/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a ELIANE SOUZA ORTIZ, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 19/05/2015 a 28/05/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a MARCELO GONÇALVES PADILHA, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 20/05/2015 a 03/06/2015, conforme requerimento.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 452/2015

PORTARIA Nº. 452/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a ELIANE GOMES HATSCHBACH, concursada no cargo de Cuidador, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 2013/2014, a desfrutar no período de 20/05/2015 a 03/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a VIVIANA WATCHEL SELEME UBA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 2013/2014, a desfrutar no período de 25/05/2015 a 03/06/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ZENILDA LEMOS DE SOUZA, efetiva no cargo de Assistente Social, atualmente comissionada no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria

Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 2012/2013, a desfrutar no período de 18/05/2015 a 16/06/2015, conforme requerimento.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 453/2015

PORTARIA Nº. 453/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio a MIRIAM WORELL, efetiva no cargo de Professor, MAG 3, 40 horas semanais na EBM Presidente Castelo Branco, na disciplina de Matemática, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2000/2005, a desfrutar no período de 19/05/2015 a 17/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 454/2015

PORTARIA Nº. 454/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a ANTONIO FERREIRA FILHO, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 14/05/2015, conforme comunicação interna nº 186/DP/2015, sendo que a partir do 31º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 455/2015

PORTARIA Nº. 455/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 397/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a JULIANA JACK SIMÃO, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais no CEI Rodolfo Linzmeier, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 18/05/2015 a 16/06/2015, conforme requerimento.”

Art. 2º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 435/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para o CEI Carlos Drummond de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional DORIANE VIEIRA DOS SANTOS, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 024/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/05/2015, conforme comunicação interna nº 236/SME/2015.

Art. 3º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 435/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 2º – Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para o CEI Fernando Pessoa, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARIA FERNANDA ANTONOVICZ, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 024/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/05/2015, conforme comunicação interna nº 237/SME/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 18/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 456/2015

PORTARIA Nº. 456/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; Resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado para a EBM Evaldo Dranka, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional ELCIO MARIO NINGELESKI JUNIOR, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 21/05/2015, conforme comunicação interna nº 256/SME/2015.

Art. 2º – Fica nomeada para exercer o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para a ERM Edemita Conceição Rosa e ERM Bonetes de Cima, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MAURA ROSA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/06/2015, conforme comunicação interna nº 257/SME/2015.

Art. 3º – Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado para a EBM Achilles Pazda, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional JEFFERSON ORLOVSKI, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/06/2015, conforme comunicação interna nº 258/SME/2015.

Art. 4º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 457/2015

PORTARIA Nº. 457/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação;

CONSIDERANDO; suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em remoção temporária;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional SILVANA APARECIDA TIBES, na função de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 21/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso III, na vaga vinculada do professor Luis Roberto Holler, o qual ocupa o cargo de diretor do GEM Reinaldo Krüger, conforme comunicação interna nº 255/SME/2015.

Art. 2º - Fica contratada a profissional ELIZABETE APARECIDA NOGUEIRA FIGURA, na função de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho, no período de 21/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Alcione Aparecida Artner, que está em remoção temporária no GEM Menino Jesus, na vaga vinculada da professora Beatriz Prust da Cruz, a qual ocupa o cargo de diretora, conforme comunicação interna nº 255/SME/2015.

Art. 3º - Fica contratada a profissional ALEXANDRA APARECIDA DE CASTRO, na função de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 21/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Eliane Pereira Pieczarka, a qual ocupa o cargo de diretora, conforme comunicação interna nº 255/SME/2015.

Art. 4º - Fica contratada a profissional JANAINA APARECIDA GODOY, na função de Professor de Arte, MAG II, 10 horas semanais, 15% de regência, 10 aulas ministradas, 02 aulas excedentes, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires, no período de 21/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Maria das Graças Kulchelski, a qual está em processo de readaptação, conforme comunicação interna nº 255/SME/2015.

Art. 5º - Fica contratada a profissional DEISI DENISE CIECALESKI, na função de Professor de Geografia, MAG II, 10 horas semanais, sem regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 21/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, devido a desdobramento de turmas, conforme comunicação interna nº 255/SME/2015.

Art. 6º - Fica contratada a profissional ALINE DE SOUZA RUCHINSKI, na função de Professor de Arte, MAG I, 10 horas semanais, 10 aulas ministradas, 02 aulas excedentes, com 15%

regência, para atuar na EBM Benedito Thérézio de Carvalho, no período de 21/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, devido a desdobramento de turmas, conforme comunicação interna nº 255/SME/2015.

Art. 7º - Fica contratada a profissional BEATRIZ LEITE BORGES DE LIMA, na função de Professor de Geografia, MAG I, 20 horas semanais, 12 aulas ministradas, sem regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 21/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada do professor Edson Luiz Hacker o qual está em processo de readaptação, conforme comunicação interna nº 255/SME/2015.

Art. 8º - Fica contratada a profissional ADRIANA MOSKWIKA HERBST, na função de Professor de Geografia, MAG I, 10 horas semanais, 10 aulas ministradas, 02 excedentes, 15% de regência, para atuar na EBM Benedito Thérézio de Carvalho, no período de 22/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, na vaga vinculada da professora Caciene Henning Meirelles, a qual está em Remoção Temporária na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, conforme comunicação interna nº 260/SME/2015.

Art. 9º - Fica contratado o profissional DIEGO SORG JURGENSEN, na função de Professor de Matemática, MAG I, 10 horas semanais, 08 aulas ministradas, 15% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 22/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, devido a desdobramento de turmas; conforme comunicação interna nº 260/SME/2015.

Art. 10º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de maio de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 458/2015 PORTARIA Nº. 458/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990, da Lei Municipal nº 4.960/2012 e da Lei Municipal nº 5.139/2013 Resolve:
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor, para atuar no Setor CadÚnico, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional SIOMARA DO ROCIO MARCONDES SAFANELLI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrita sob nº. 45710, e convocada conforme Edital nº 029 de 04 de maio de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 21/05/2015, conforme comunicação interna nº 126/

SEMAS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de maio de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 459/2015 PORTARIA Nº. 459/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 2º da Portaria nº. 437/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 2º - Fica contratada a profissional JULIANA KRIGINSKI VOTKOSKI, na função de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência no CEI Emília Ferreiro, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 14/05/2015 a 18/12/2015, em substituição da professora Beatriz de Fátima Pontes, a qual pediu demissão. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Bronisia Gurzynski Zakaluzne, qual está em processo de readaptação.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de maio de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 44/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/15

HOMOLOGAÇÃO: 19/05/15

CONTRATADO: ALBACORASUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE TONER E TINTA E CARTUCHOS ORIGINAIS, DESTINA-

DOSÀSDIVERSASIMPRESSORASUTILIZADASPELOSCENTROSDEE-
DUCAÇÃOINFANTILEESCOLASDAREDEMUNICIPALDEENSINO.
VALORDADESPESA:R\$29.200,00(vinteenovemileduzentosreais)
DATA:19/05/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

PREGÃOPRESENCIALNº44/15
PROCESSOLICITATÓRIONº74/15
HOMOLOGAÇÃO:19/05/15
CONTRATADO:I9SOLUÇÃOESTECNOLÓGICALTDA-MECONTRA-
TANTE:PREFEITURADOMUNICIPIODECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSPARAAQUISIÇÃOPARCELADADE-
CARGASDETONERETINTAECARTUCHOSORIGINAIS,DESTINA-
DOSÀSDIVERSASIMPRESSORASUTILIZADASPELOSCENTROSDEE-
DUCAÇÃOINFANTILEESCOLASDAREDEMUNICIPALDEENSINO.
VALORDADESPESA:R\$5.999,00(cincomilnovecentosenoventaeno-
vereais)
DATA:19/05/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

PREGÃOPRESENCIALNº44/15
PROCESSOLICITATÓRIONº74/15
HOMOLOGAÇÃO:19/05/15
CONTRATADO:JOÃODEOLIVEIRAMARTINS
CONTRATANTE:PREFEITURADOMUNICIPIODECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSPARAAQUISIÇÃOPARCELADADE-
CARGASDETONERETINTAECARTUCHOSORIGINAIS,DESTINA-
DOSÀSDIVERSASIMPRESSORASUTILIZADASPELOSCENTROSDEE-
DUCAÇÃOINFANTILEESCOLASDAREDEMUNICIPALDEENSINO.
VALORDADESPESA:R\$2.100,00(doismilecemreais)
DATA:19/05/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

PREGÃOPRESENCIALNº44/15
PROCESSOLICITATÓRIONº74/15
HOMOLOGAÇÃO:19/05/15
CONTRATADO:A.A.DASILVACARTUCHOS
CONTRATANTE:PREFEITURADOMUNICIPIODECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSPARAAQUISIÇÃOPARCELADADE-
CARGASDETONERETINTAECARTUCHOSORIGINAIS,DESTINA-
DOSÀSDIVERSASIMPRESSORASUTILIZADASPELOSCENTROSDEE-
DUCAÇÃOINFANTILEESCOLASDAREDEMUNICIPALDEENSINO.
VALORDADESPESA:R\$20.567,00(vintemilquinhentosesessentaese-
tereais)
DATA:19/05/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

PREGÃOPRESENCIALNº44/15
PROCESSOLICITATÓRIONº74/15
HOMOLOGAÇÃO:19/05/15
CONTRATADO:LAURINDANAZAREHEIDEN
CONTRATANTE:PREFEITURADOMUNICIPIODECANOINHAS

OBJETO:REGISTRODEPREÇOSPARAAQUISIÇÃOPARCELADADE-
CARGASDETONERETINTAECARTUCHOSORIGINAIS,DESTINA-
DOSÀSDIVERSASIMPRESSORASUTILIZADASPELOSCENTROSDEE-
DUCAÇÃOINFANTILEESCOLASDAREDEMUNICIPALDEENSINO.
VALORDADESPESA:R\$34.119,00(trintaetquatromilcentoedezeno-
vereais)
DATA:19/05/15-LUIZALBERTORINCOSKIFARIA-Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º FMAS 07/2015 (PRESENCIAL)

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 07/2015
EDITAL DE PREGÃO N.º FMAS 07/2015 (PRESENCIAL)

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09/06/2015, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE 50 (CINQUENTA) CÓPIAS DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO E 50 (CINQUENTA) CÓPIAS DO PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTA EDITAL. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 09/06/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º FUNREBOMPM 02/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOMPM DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:
Licitação.....: 2/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA REFORMA GERAL E PINTURA EXTERNA COMPLETA EM TINTA PU NA VIATURA DO CORPO DE BOMBEIROS DE CANOINHAS, TOYOTA HILUX ATM-63, PLACA MDY 7893.

Processo Administrativo:
1 - FUNREBOMPM DE CANOINHAS-CORPO BOMBEIROS

Total dos Itens Vencedores:
7.350,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311043607	- MATERIAIS PARA REFORMA E PINTURA VIATURA ATM-63 PLACA MDY 78	- Unidade: CJ					
12619	ALEXANDRO DE AZEVEDO- MEI	PROPRIA	1,000	0,0000	1.850,9910	1.850,99	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 311043608	- MAO DE OBRA PARA REFORMA E PINTURA VIATURA ATM-63 PLACA MDY	- Unidade: CJ					
12619	ALEXANDRO DE AZEVEDO- MEI	PROPRIA	1,000	0,0000	5.499,0090	5.499,01	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO
CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS -	SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
JOSE CARLOS HERBST -	CRC/SC 031639/O-0

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO 066/2015

DECRETO No 066, DE 13 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 24.240,27 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta reais e vinte e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 24.240,27 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta reais e vinte e sete centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0302.06.181.0190.2119	MANUT CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-231	Aplicações Diretas	0300	00	R\$	24.240,27
	Total	0300	00	R\$	24.240,27

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1o deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 24.240,27 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta reais e vinte e sete centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	0300	00	R\$	24.240,27
Total	0300	00	R\$	24.240,27

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 13 de maio de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO 067/2015

DECRETO No 067, DE 20 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.115,83 (trezentos mil, cento e quinze reais e oitenta e três centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 300.115,83 (trezentos mil, cento e quinze reais e oitenta e três centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-037	Aplicações Diretas	3064	00	R\$	283.926,60
33900000-038	Aplicações Diretas	3002	00	R\$	16.189,23
	Total			R\$	300.115,83

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1o deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, na fonte 0302 "Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos", no valor de R\$ R\$ 16.189,23 (dezesseis mil, cento e oitenta e nove reais e vinte e três centavos) e na fonte 3064 "Atenção Básica", no valor de R\$ 283.926,60 (duzentos e oitenta e três mil, novecentos e vinte e seis reais e sessenta centavos), totalizando o valor de R\$ 300.115,83 (trezentos mil, cento e quinze reais e oitenta e três centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	3002	00	R\$	16.189,23
Superávit Financeiro – Atenção Básica	3064	00	R\$	283.926,60
Total			R\$	300.115,83

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 20 de maio de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0176/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0176/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: D & MZ COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS LTDA - ME Valor : 1.013,82 (um mil e treze reais e oitenta e dois centavos) Vigência : Início: 12/05/2015 Término: 31/12/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2015 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de material para as atividades a serem desenvolvidas no Centro de Reabilitação e Estratégia Saúde da Família - ESF da Cidade Alta. Com Recursos oriundos da multa imposta à BRF Brasil Foods S/A perante a Justiça do Trabalho, Ação Civil Pública n. 001327-2009-012-12-00-0, movida pelo Ministério Público do Trabalho - MPT Capinzal, 20 de Maio de 2015		

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 29/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 29/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 18/2015
Tipo: Menor Preço/ Por item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA USO DE DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 02 de Junho de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 02 de Junho de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 20 DE MAIO DE 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

253.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 253/2015
- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do Ensino Fundamental.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

Resolve:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível II, por nova habilitação ou titulação, ao Servidor EDESIO VALDEMIRO CHIQUIO, matrícula nº 2648/02 (Código 3.3.05), ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Art. 2º A progressão corresponderá a um (1) nível por habilitação no ensino fundamental, com fundamento no art. 22, incisos I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível II, código 3.3.05, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 20 de maio de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

254.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 254/2015
- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

Resolve:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública ELAINE DA SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 19.05.15 a 21.05.15 (03 três) dias, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 19.05.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de maio de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

255.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 255/2015
- CONSIDERANDO os efeitos da Portaria nº 245/2015 de 14.05.15, da Servidora JOSIANI MACHADO DE PINHO;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2014/SMECE;

Resolve:

Art.1º Admitir em caráter temporário DJESSICA MANRICH, para exercer as funções do cargo de Professor ACT - 20 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na turma do 4º ano, anos iniciais, no Centro de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 21.05.2015 a 10.09.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 20 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

256.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 456/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, ANDRÉ SEBOLD, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 20 e 27 de maio de 2015, 02 (dois) dias, das férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 35/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 35/2015.

Vigência: 19/05/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 52/2015

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Petry Empreiteira de Mão de Obra e Empreendimentos Imobiliários Ltda

Valor: R\$ 219.717,88 (duzentos e dezenove mil setecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos);

Objeto O presente contrato tem por objeto a execução/construção de Mirante no Parque Ecológico Cachoeira Rio Saltinho do Município de Chapadão do Lageado/SC, de conformidade com os projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos) e cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo.

1.1 Considera-se:

Execução/Construção: A execução de serviços preliminares; canteiro e acampamento; movimento de terra; serviços técnicos; estrutura; paredes e painéis; instalações elétricas; urbanização; revestimentos; pisos; segurança e acessibilidade; serviços finais da obra do Mirante no Parque Ecológico Cachoeira Rio Saltinho do Município de Chapadão do Lageado/SC, vinculada ao Contrato de Repasse Nº 783192/2013MTUR/CAIXA – Objeto: Construção de um Mirante do Parque Ecológico Cachoeira Rio Saltinho..

DATA DA ASSINATURA: 19 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Elétricas; Pintura; Paisagismo; Complementações; Limpeza da Obra do Portal Turístico do Município de Chapadão do Lageado/SC, vinculada ao Contrato de Repasse Nº 783208/2013MTUR/CAIXA – Objeto: Construção de um Portal Turístico.

Para o Item 1.1.2: Execução de Serviços Iniciais; infraestrutura; Supra Estrutura; Fechamentos; Cobertura; Revestimentos; Piso; Instalações Elétricas; Instalações Hidráulicas; Preventivo Contra Incêndio; Esquadrias, Pintura; Complementações; Limpeza da Obra do Posto de Informação Turística do Município de Chapadão do Lageado/SC, vinculada ao Contrato de Repasse Nº 783208/2013MTUR/CAIXA – Objeto: Construção de um Posto de Informação Turística.

DATA DA ASSINATURA: 19 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 36/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 36/2015.

Vigência: 19/05/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 53/2015

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Petry Empreiteira de Mão de Obra e Empreendimentos Imobiliários Ltda

Valor: R\$ 264.130,92 (duzentos e sessenta e quatro mil cento e trinta reais e noventa e dois centavos); sendo R\$ 155.839,67 (cento e cinquenta e cinco mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos) para o item 1.1.1 Portal Turístico; e R\$ 108.291,25 (cento e oito mil duzentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos) para o item 1.1.2 Posto de Informação Turística. Objeto: O presente Contrato tem por objeto a execução/construção de:

1.1.1 Um Portal Turístico, com área de intervenção de 633,35m², localizado na Rodovia de acesso ao Município via localidade de Rio Lageado, Chapadão do Lageado – SC, de conformidade com os projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos) e cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo (LOTE 1);

1.1.2 Um Posto de Informação Turística, com área de 22,84m², localizado na Avenida 29 de Novembro, Centro, Município de Chapadão do Lageado – SC de conformidade com os projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos) e cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes aos projetos em anexo (LOTE 2).

1.2 Considera-se Execução/Construção:

Para o Item 1.1.1: Execução de Serviços Iniciais; infraestrutura; Supra Estrutura; Pavimentação; Paredes; Revestimentos; Instalações

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 24/PMCS/2015

CONTRATO N°: 24/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CIASAMREC – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA DA AMREC

Objeto: O presente contrato tem por objeto o rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré – operacionais, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO .

Assinatura: 01/05/2015

Vigência: Início: 01/05/2015/ Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 7.696,08 (sete mil seiscentos e noventa e seis reais e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N° 25/FMS/2015

CONTRATO N°: 25/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CISAMREC – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC

Objeto: O presente contrato tem por objeto o rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Assinatura: 01/05/2015

Vigência: Início: 01/05/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 25.882,56 (vinte e cinco mil oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para locação e instalação de coberturas tipo autoportantes e lona tipo piramidal, para colocação no espaço da feira agropecuária, FENAL, praça de alimentação e espaço da agricultura familiar, durante a Expo Agro 2015, de 22 a 26 de julho de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 11/06/2015.

Abertura: dia 11/06/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207

Concórdia, SC, 20 de Maio de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para confecção e fornecimento de bonés, aventais e chapéus para utilização na XXIX Festa Nacional do Leitão Assado – FENAL, que será realizada durante a Expo Agro 2015, de 22 a 26 de julho de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 09/06/2015.

Abertura: dia 10/06/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207

Concórdia, SC, 20 de Maio de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços visando a realização de Rodeio Country Show, durante os dias 23 à 26 de julho de 2015, na Expro Agro 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 08/06/2015.

Abertura: dia 08/06/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113

Concórdia, SC, 20 de Maio de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS COMPRAS E SERVIÇOS Nº 1/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

Compras e Serviços

Nº 1/2015 - PMC

Objeto: Contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada à instituição de ensino superior, para realização de concurso público, com provas escritas, títulos, práticas e de aptidão física para cargos de nível fundamental incompleto, médio, técnico e superior, de acordo com as especificações constantes nos Anexos "D", "E" e "F" deste Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 12/06/2015, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 09/06/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 12/06/2015, às 16h00min.

Abertura: dia 15/06/2015, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 20 de maio de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 36/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 36/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 252.275,75 (duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Concórdia SC, 20 de maio de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO Nº 394/2014-PMC

Contrato Nº : 394/2014

Aditivo Nº : 1/2015

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual- Unilateral

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 9/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão-de-obra) para execução de obra de construção da Escola Básica Municipal Frei Lency e de muros de contenção, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 03/11/2014 Término: 19/05/2015

Assinatura : 19/05/2015

Valor R\$: 0,00

PORTARIA Nº 34/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 34/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora VANESSA DAIANE RIFFEL.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

Resolve:

Art. 1º Conceder, no mês de maio de 2015, à servidora VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de Administradora, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de outubro de 2009 a 30 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 19 de maio de 2015.

MARGARETE PECINI

Agente Administrativo

Cordilheira Alta

PREFEITURA

CANCELAMENTO PROCESSO 56/2015 TP 02/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
AVISO DE CANCELAMENTO

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que CANCELA a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 56/2015.

Tomada de Preço n. 02/2015.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Cordilheira Alta - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB.

Justificativa: Não foi dada publicidade no Diário Oficial do Município.

Cordilheira Alta - SC, 20 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 239/2015

DECRETO Nº 239 DE 18 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitido a pedido, a partir de 19/05/2015, o Sr. ELIEZER JOSÉ SOARES, na função de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 240/2015

DECRETO N. 240/2015 DE 19 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. MICHELLE PARNOFF ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, com carga horária integral, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 241/2015

DECRETO Nº 241 /2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, a partir de 19/05/2015, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. SUZANE EVELIN PROVENSI, ocupante do cargo de Nutricionista, carga horária 20 h, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipais, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de maio de 2015

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 242/2015

DECRETO Nº 242 /2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido , a partir de 20/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. ELIEZER JOSÉ SOARES, na função de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de maio de 2015

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 243/2015

DECRETO Nº 243 /2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido , a partir de 20/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. LEANDRO SALVADOR, na função de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de maio de 2015

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 244/2015

DECRETO Nº 244 /2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido , a partir de 20/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. EDSON MIORELLI, na função de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de maio de 2015

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 245/2015

DECRETO Nº 245 /2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido , a partir de 20/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. CLAUDEMIR VILANI, na função de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de maio de 2015

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 246/2015

DECRETO Nº 246 /2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido , a partir de 20/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. EDER CARLOS RETORE , na função de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de maio de 2015

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 247/2015

DECRETO N. 247/2015 DE 20 DE MAIO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Concede ao Servidor Municipal, Sr. VALDIR PERIN, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 15 (quinze) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 01/07/2013 à 30/06/2014, que serão gozadas a partir do dia 01/06/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de maio do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

VALDIR PERIN Ciente em: ____/____/2015

DECRETO N. 248/2015

DECRETO N. 248/2015 DE 20 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ERNA DOMBROVSKI, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social , de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 249/2015

DECRETO N. 249/2015 DE 20 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. MICHELLE PARNOFF ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, com carga horária integral, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO TP 03/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 62/2015.

Tomada de Preço n. 03/2015.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Cordilheira Alta - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 07/06/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 07/06/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 20 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

RESULTADO ATA PROCESSO 59/2015 PP 26/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo,27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2015 - PR Processo Administrativo: 59/2015 Processo de Licitação: 59/2015 Data do Processo: 29/04/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE TABLETS E AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 12 de Maio de 2015, às 14:45 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 59/2015, Licitação nº 26/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**LOTE: 1**

Participante: 1495 - MB CATARINENSE LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	EQUIPAMENTO MÓVEL (TABLET) COM NO MÍNIMO WI-FI B/G/N (2,4 GHZ) , WI-FI DIRECT DISPONÍVEL,PERFIS BLUETOOTH: V4.0, LE (A2DP, AVRCP, HSP, OPP, SPP, HID, PAN), COMPATIBILIDADE COM KIES, PROCESSADOR ,PROCESSADOR DE APLICAÇÃO DUAL CORE 1,2 GHZ, CONECTIVIDADE USB 2.0, ENTRADA DE ÁUDIO ESTÉREO DE 3,5 MM, RANHURA DE MEMÓRIA EXTERNA MICROSD (ATÉ 32 GB), SISTEMA OPERATIVO ANDROID, MEMÓRIA 1 GB DE RAM, ARMAZENAMENTO DE 8 GB, DIMENSÕES MINIMAS 116,4 X 193,4 X 9,7 MM, BATERIA 3 600 MAH, FORMATO DE VÍDEO: FLV, M4V, MKV, MP4, TS, WEBM, WMV, 3G2, 3GP, ASF, AVI, REPRODUÇÃO DE VÍDEO 1080P A 30 FPS DISPONÍVEL,FORMATO DE ÁUDIO: 3GA, AWWB, FLAC, MID, MXMF, OGA, OTA, RTX, RTTTL, XMF, AAC, AMR, IMY, M4A, MIDI, MP3, OGG, WAV, WMA, TECNOLOGIA TFT, PROFUNDIDADE DE COR 16 M, TAMANHO DE 7", WSVGA (1024 X 600, 169 PPI),CÂMARA COM RESOLUÇÃO DE 2 MP (TRASEIRA),COR: BRANCO, PRETO.	un	10,00	samsung galax	0,0000	495,00	4.950,00

Total do Participante ———> 4.950,00

Total Geral —————> 4.950,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04
R. Celso Tozzo, 27
C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 26/2015 - PR**

Processo Administrativo: 59/2015
Processo de Licitação: 59/2015
Data do Processo: 29/04/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 12 de Maio de 2015

COMISSÃO:

MICHELE ENDLER	- - Pregoeiro(a)
SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI	- - SECRETARIA
CACHTIUZE MAGNANTI	- - MEMBRO
KELLY CRISTINA RANZAN	- - MEMBRO
OSNI COLPANI	- - MEMBRO
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI	- - MEMBRO
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN	- - MEMBRO

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº 067 DE 18 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 067 DE 18 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Complementar. Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

CONCEDER:

Art. 1º Licença de 08 (oito) dias, por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao Servidor Sr. Edilso Garbin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico Geral, a partir do dia 16 a 23 de maio de 2015, de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 040/2014 de 29/04/2014, conforme cópia de Atestado Médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir do dia 16 de maio de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC., em 18 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - PROCESSO 59/2010 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 59/2010
EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 067/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA CONFORME CONTRATO DE REPASE Nº0326926-88/2010 DO PROGRAMA PRODESA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E TRÊS TRATORES AGRÍCOLAS, SENDO UM ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE N. 0334012-91/2010 DO PROGRAMA PRONAT - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DOIS ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASE Nº0326926-88/2010 DO PROGRAMA PRODESA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MARCIA DA CUNHA VENTURA ME

CNPJ: 04.498.706/0001-86

Valor final reprogramado: 161.785,01

Data do contrato: 07/05/2015

Correia Pinto/SC 21 de maio de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 23/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2014
EXTRATO DE CONTRATO- ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 0240/2015

Objeto: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO ASSENTAMENTO PÁTRIA LIVRE, EM CORREIA PINTO SC, ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 19675/2013, ENTRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ANEXAS AO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 03.637.604/0001-31

Processo Licitatório nº 23/2014 – Tomada de Preços

Vigência: 23/04/2015 à 17/08/2015

Correia Pinto/SC 21 de maio de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 01/2015 FMS-FHMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR
MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2015
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EMERGÊNCIA, PARA A FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Instrumento:

Contrato 0244/2014 - Fundo Municipal de Saúde

Contrato 0243/2014 - Fundação Hospitalar Municipal

Valor: 148.646,84

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 83.157.032/0001-22

Instrumento:

Contrato 0249 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0250 - Fundo Municipal de Saúde

Valor: 159.237,43

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME

CNPJ: 05.021.932/0001-34

Instrumento:

Contrato 0252 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0251 - Fundo Municipal de Saúde

Valor: 61.257,89

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 03.501.603/0001-65

Instrumento:

Contrato 0242 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0241 - Fundo Municipal de Saúde

Valor: 161.781,40

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 03.033.589/0001-12

Instrumento:

Contrato 0253 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0254 - Fundo Municipal de Saúde

Valor: 361.587,70

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa FUFA SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 07.164.711/0001-40

Instrumento:

Contrato 0245 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0246 - Fundo Municipal de Saúde

Valor: 208.592,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa PRODUVALE
PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 03.505.263/0001-40
Instrumento:
Contrato 0256 - Fundação Hospitalar Municipal
Contrato 0255 - Fundo Municipal de Saúde
Valor: 189.237,16

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa LA DALLA PORTA JUNIOR
CNPJ: 11.145.401/0001-56
Instrumento:
Contrato 0248 - Fundação Hospitalar Municipal
Contrato 0247 - Fundo Municipal de Saúde
Valor: 51.543,60

Vigência da ata: 24/04/2015 a 31/12/2015

Correia Pinto/SC 21 de maio de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 17/2015 PMCP
ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 17/2015 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: CONTRATAÇÃO DO SHOW DA DUPLA JOÃO NETO E FREDERICO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa: CONTRACT SHOW PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ n. 14.738.613/0001-35
Instrumento: Contrato nº 0232/2015 PMCP
Valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)

Vigência: 08/04/2015 à 09/05/2015

Correia Pinto/SC 21 de maio de 2015
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 01/2015 FMS-FHMCP**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**

Página: 1/18

Processo Nº.: 1/2015**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2015**

No dia 25 do mês de Março do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.741.096/0001-53, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Vânio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2015, Processo Licitatório nº. 1/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MEDICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR PARA O ANO DE 2015. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
108	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	4, 13, 14, 17, 20, 21, 22, 30, 32, 37, 66, 86, 87, 88, 103, 110, 138, 146, 168, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 225, 228, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 243, 244, 245, 250, 251, 264, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 307
10	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	11, 56, 62, 63, 76, 79, 104, 109, 117, 133, 139, 158, 161, 164, 169, 171, 178, 232, 252, 256, 260, 304
348	CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP	
618	FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	49, 52, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 122, 247, 268, 271, 275, 278, 279, 299
848	LA DALLA PORTA JUNIOR	12, 74, 83, 84, 85, 107, 239, 240, 241, 265, 276, 277, 310
985	LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELLI ME	
13	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1, 24, 27, 28, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 68, 70, 71, 72, 73, 77, 80, 91, 106, 114, 124, 126, 127, 129, 137, 143, 145, 163, 165, 172, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 230, 238, 306, 309
155	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME	18, 19, 26, 29, 105, 112, 116, 128, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 170, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 213, 258, 296, 298, 301, 305
856	OLIMED MAT. HOSPITALAR HOSPITALAR LTDA	3, 6, 7, 8, 9, 31, 34, 35, 36, 51, 75, 82, 101, 118, 119, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 140, 166, 173, 174, 175, 179, 204, 205, 206, 249, 253, 254, 255, 257, 259, 262, 263, 295, 300, 302, 303
984	Produvale Prod.Hosp.Itlda	2, 5, 10, 23, 25, 33, 64, 67, 69, 78, 81, 108, 111, 120, 121, 123, 125, 141, 142, 144, 162, 167, 222, 248, 266, 272, 308

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	03.501.603/0001-65	FELIPE POLINI	068.271.919-66
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZ	517.236.469-20
CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP	02.994.122/0001-76	.	.
FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	SILMAR JOSE DOS SANTOS	547.942.009-78
LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	RODRIGO MARMENTINI	003.426.200-88
LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELLI ME	18.941.818/0001-74	JARDEL VALENTIM DOS SANTOS	011.296.550-40
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	ARISTORIDES MENDES FILHO	498.207.619-72
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME	05.021.932/0001-34	MATHEUS FRANCALACCI DE ALMEID	073.278.229-50
OLIMED MAT. HOSPITALAR HOSPITALAR LTDA	03.033.589/0001-12	RAFAEL FERNANDO PAGEL	008.167.269-14
Produvale Prod.Hosp.Itlda	03.505.263/0001-40	MARCOS ANTONIO GUGELMIN VELH	481.280.589-91

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 2/18
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MEDICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR PARA O ANO DE 2015.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	ALCOOL IODADO 1% litro	LT	Vic Pharma	400,000	8,4400	3.376,00
56	CUBA RIM EM INOX ALTA RESISTENCIA A CALOR E A PRODUTOA ABRAS	UN	Fami/Luminox	20,000	29,3000	586,00
62	DEGERMANTE DIGLUCONATO DE CLOREXEDINA 4% 1 l	UN	Vic Pharma	300,000	13,3455	4.003,65
63	DESINCRUSTANTE 100g	UN	Cinord Sudest	100,000	17,4371	1.743,71
76	EMBALAGEM P ESTERILIZAÇÃO TAM 60 X 60 MTS COR VERDE GRAMATURA 60g POR METRO QUADRADO	UN	Zematt	80,000	339,4000	27.152,00
79	EQUIPO MICRO GOTAS PARA INFUSOES DE SOLUCOES PARENTERAIS, MEDINDO NO MINIMO 1,50M, COM CAMARA DE GOTEJAMENTO FLEXIVEL COM FILTRO DE PARTICULAS CONTENDO RESPIRO COM FILTRO BACTERIOLOGICO, INJETOR LATERAL NA CAMARA E NO TUBO, COM BORRACHA AUTOCICATRIZANTE PARA ADMINISTRACAO DE SOLUCOES PARENTERAIS, TUBO MALEAVEL, TRANSPARENTE, ISENTO DE MEMORIA DE DOBRAS, COM PINÇA CORTA FLUXO EM ROLETE PLASTICO RESISTENTE, UMA PONTA PERFURANTE E NA OUTRA UM CONECTOR LUER COM CALIBRE DAS CONEXOES ADEQUADAS, ATOXICO, APIROGENICO, ESTERIL, DESCARTAVEL, EMBALAGEM UNITARIA COM ABERTURA ASSEPTICA EM PAPEL GRAU CIRURGICO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PRECEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, NUMERO DO LOTE E REGISTRO NO M.S.	UN	Laborimport	20.000,000	0,9935	19.870,00
104	FITA MICROPORE, MEDINDO 2,5 CM X 4,5 M, MICROPOROSA DE FINISSIMA ESPESSURA, HIPOALERGENICA, COM ALTA ADESIVIDADE, COMPOSIÇÃO A BASE DE FIBRA DE VISCOSE, COM RESINA ACRILICA E MASSA ADESIVA SINTÉTICA, NÃO ESTÉRIL, REBOBINADA EM CARRETEL PLÁSTICO COM ABAS E CAPA DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 01/98.	CX	Cral	5.000,000	1,1990	5.995,00
109	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 300ml	UN	Biobase	20.000,000	0,7121	14.242,00
117	INFRA VERMELHO DE MESA P/ FISIOTERAPIA - Infra Vermelho de Pedestal, montado sobre base de polietileno injetado de alto impacto com 4 pés desmontáveis e rodízios giratórios, haste flexível, refletor de alumínio anodizado, Altura Regulável deve acompanhar 01 lampada de infravermelho.	UN	Cirurgica Bras	6,000	168,4854	1.010,91
133	LUVA GINECOLOGICA PLAST 5 DEDOS ESTERIL - LUVA DESCARTÁVEL EM POLIPROPILENO, NÃO SILICONIZADA, COM CINCO DEDOS TAMANHO ÚNICO, TRANSPARENTE, MATERIA PRIMA NÃO RECICLADA E ATÓXICA, COMPRIMENTO DE NO MINIMO 50 CM, EMBALAGEM UNITÁRIA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, NUMERO DO LOTE	UN	Luplast	6.000,000	2,1183	12.709,80
139	MASCARA DE VENTURI INFANTIL - CARACTERISTICAS DO PRODUTO 06 CONECTORES PARA FLUXO DE 02 DIFERENCIADO POR CORES (24%, 28%, 31%, 35%, 40%, 50%); DEVE ACOMPANHAR 01 EXTENSÃO PARA OXIGÊNIO, 01 COPO DE UMIDIFICAÇÃO Azul 24% 4 L/min - Amarelo 28% 4 L/min - Branco 31% 4 L/min - Verde 35% 6 L/min - Vermelho 40% 8 L/min - Laranja 50% 12 L/min	UN	MD	20,000	12,0000	240,00
158	POLVIDINE DEGERMANTE - LITRO	UN	Vic Pharma	300,000	13,3455	4.003,65
161	POVIDINE TÓPICO - litro	UN	Vic Pharma	300,000	14,8284	4.448,52

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 3/18
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 10 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
164	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE INFANTIL, DEVE POSSUIR ALÇA INTEGRADA PARA FIXAR O REANIMADOR NA MÃO DO OPERADOR, BALÃO EM SILICONE, COM MEMBRANA DE SEGURANÇA, RESERVATÓRIOS DE O2 COM VÁLVULA, FORNECER ATÉ 100% DE OXIGÊNIO, MÁSCARA FACIAL DE SILICONE TRANSLÚCIDA, FORMATO ANATÔMICO PROPORCIONANDO UMA EXCELENTE VEDAÇÃO 100% AUTOCLAVÁVEL	UN	MD	8,000	138,0000	1.104,00
169	ROLO PARA POSICIONAMENTO P/ FISIOTERAPIA GRANDE	UN	Isp	15,000	100,8895	1.513,34
171	SACO P/ LIXO HOSPITALAR 30 LTS C/100UN	UN	Nekplast	600,000	14,7900	8.874,00
178	SERINGA 40ml s/agulha	CX	SR	12.000,000	2,5109	30.130,80
232	Tatame em E.v.a com Encaixe para fisioterapia 100x100cm e 3cm de Espessura	UN	Haiti	50,000	119,7000	5.985,00
252	Tubo p/ entubação orotraqueal c/ CUFF nº 3,5	UN	Lamedid-Solid	30,000	2,8781	86,34
256	Tubo p/ entubação orotraqueal c/ CUFF nº4,0	UN	Lamedid-Solid	30,000	2,8781	86,34
260	VASELINA LÍQUIDA - 1 LITRO	UN	Vic Pharma	80,000	15,9900	1.279,20
304	SERINGA DE INSULINA CAPACIDADE 100UI COM AGULHA 12,7mm x 0,33mm 29g	UN	Lamedid-Solid	1.100,000	0,1878	206,58

Fornecedor: 13 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABAIXADOR DE LINGUA EMBALADO INDIVIDUALMENTE - PCT C/ 100 PC, COM AS EXTREMIDADES ARREDONDADAS, LISAS, MEDINDO 14CM DE COMPRIMENTO, 1,4CM DE LARGURA E 0,5MM DE ESPESSURA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE	UN	ESTILO	1.000,000	10,0000	10.000,00
24	ATADURA GESSADA confeccionada em tecido tipo giro ingles ou gaze co- mum; tempo de secagem ente 5 a 6 minutos, medindo 15cm de largura x 2,00m de comprimento, embalada individualmente em invólucro apropriado constando os dados de identificacao e procedencia, caixa com 20 rolos.	UN	NEVE	18,000	33,0500	594,90
27	BOLA DE GINASTICA - 75cm	UN	ARKTUS	4,000	76,4100	305,64
28	BOLA CRESPA Nº 01 PARA AUTO MASSAGEM	UN	ARKTUS	40,000	3,2400	129,60
38	CATETER TIPO OCULOS P/ OXIGÊNIO - adulto	UN	BIOSANI	3.000,000	0,7200	2.160,00
39	CATETER TIPO OCULOS P/ OXIGENIO - infantil	UN	BIOSANI	1.000,000	0,7200	720,00
40	CATETER SONDA NASAL P/OXIGÊNIO Nº 04	UN	BIOSANI	300,000	0,3600	108,00
41	CATETER SONDA NASAL P/OXIGÊNIO Nº 06	UN	BIOSANI	300,000	0,3700	111,00
42	CATETER SONDA NASAL P/OXIGÊNIO Nº 08	UN	BIOSANI	300,000	0,3800	114,00
43	CATETER SONDA NASAL P/OXIGÊNIO Nº 10	UN	BIOSANI	300,000	0,4000	120,00
44	CATETER SONDA NASAL P/OXIGÊNIO Nº 12	UN	BIOSANI	300,000	0,4100	123,00
45	CATETER SONDA NASAL P/OXIGÊNIO Nº 14	UN	BIOSANI	300,000	0,4200	126,00
46	CATETER SONDA NASAL P/OXIGÊNIO Nº 16	UN	BIOSANI	300,000	0,4500	135,00
47	CATETER SONDA NASAL P/OXIGÊNIO Nº 18	UN	BIOSANI	300,000	0,5100	153,00
48	CLAMP UMBILICAL	UN	WILTEX	300,000	0,3800	114,00
50	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE - 13 litros	UN	EMBALAIRE	2.400,000	2,4800	5.952,00
68	DISPOSITIVO P/INFUSAO INTRAVENOSA Nº 25 C/ 100 UNIDADES	CX	LAMEDID	1.200,000	13,9900	16.788,00
70	DRENO DE PENROSE Nº 01	UN	WALTEX	100,000	0,6200	62,00
71	DRENO DE PENROSE Nº 02	UN	WALTEX	100,000	0,6900	69,00
72	DRENO DE PENROSE Nº 04	UN	WALTEX	100,000	1,8800	188,00
73	ELETRODO DESCARTAVEL ADULTO/INFANTIL c/50uni	CX	SOLIDOR	400,000	11,4600	4.584,00
77	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO TAM 15 X 100M COR AZUL GRAMATURA 60g POR METRO QUADRADO	UN	ESTERIL CAF	80,000	56,5000	4.520,00
80	EQUIPO P/ TRANSFUÇÃO SANGUINEA	UN	MED GOLDM	200,000	2,1700	434,00
91	Extensor intermediário de duas vias (tipo polifix)	UN	VITALGOLD	15.000,000	0,5700	8.550,00
106	FITA P/ ELETROCARDIOGRAMA 8cm	UN	TECNOPRINT	200,000	5,6000	1.120,00
114	Indicador p/ esterilização químico interno comply 1250 multiparamétrico a vapor 3M c/ 240 tiras	PCT	PROPPER	100,000	82,0000	8.200,00
124	LAMINA P/ BISTURI Nº 15 - c/ 50un	CX	ADVANTIVE	100,000	8,0500	805,00
126	LAMINA P/ BISTURI N. 23 - CX C/ 50	CX	ADVANTIVE	100,000	8,0500	805,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 4/18
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 13 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
127	LÂMINAS SIMPLES C/ EXTREMIDADE FOSCA - IDENTIFICAÇÃO DE SUA ÁREA DE CORTE ATRAVÉS DA DIFERENÇA DE TONALIDADE DA LÂMINA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM FORMA DE SACHE, COM INIBIDOR DE CORROSÃO, EMBALAGEM QUE NÃO PERMITA A PERFURAÇÃO GARANTINDO A ESTERILIZAÇÃO, COM ABERTURA ASSEPTICA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, APRESENTAR REGISTRO MS. CAIXA COM 50 UNIDADES	UN	ADLIN	102,000	2,3500	239,70
129	Lanceta para coleta de sangue por punção digital – características do produto sistema estéril edescartável, com invólucro protetor de plástico, diâmetro da agulha: 0,36 mm, com protusão: 1,5 mm, Ponta tri facetada e revestimento siliconizado da lâmina, com retração automática da agulha. Deve atender as normas reguladoras: ISO 13485 e NR32. A empresa deverá apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) emitido pela ANVISA	UN	ADVANTIVE	110.000,000	0,2200	24.200,00
137	MARTELO DEJERINE 20CM	UN	ABC	4,000	26,0900	104,36
143	NEBULIZADOR PORTÁTIL - TAXA DE NEBULIZAÇÃO: ACIMA DE 0,23ML/MIN - DEVE CONTER, MANUAL DO USUARIO, TERMO DE GARANTIA, MÁSCARA ADULTO, MÁSCARA INFANTIL, COPINHO, EXTENSÃO	UN	DARU	30,000	118,5000	3.555,00
145	PAPEL TOALHA BRANCO C/1000	UN	DAMASPEL	1.100,000	4,9400	5.434,00
163	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE ADULTO, DEVE POSSUIR ALÇA INTEGRADA PARA FIXAR O REANIMADOR NA MÃO DO OPERADOR, BALÃO EM SILICONE, COM MEMBRANA DE SEGURANÇA, RESERVATÓRIOS DE O2 COM VÁLVULA, FORNECER ATÉ 100% DE OXIGÊNIO, MÁSCARA FACIAL DE SILICONE TRANSLÚCIDA, FORMATO ANATÔMICO PROPORCIONANDO UMA EXCELENTE VEDAÇÃO 100% AUTOCLAVÁVEL	UN	MD	8,000	137,5000	1.100,00
165	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE NEO NATO, DEVE POSSUIR ALÇA INTEGRADA PARA FIXAR O REANIMADOR NA MÃO DO OPERADOR, BALÃO EM SILICONE, COM MEMBRANA DE SEGURANÇA, RESERVATÓRIOS DE O2 COM VÁLVULA, FORNECER ATÉ 100% DE OXIGÊNIO, MÁSCARA FACIAL DE SILICONE TRANSLÚCIDA, FORMATO ANATÔMICO PROPORCIONANDO UMA EXCELENTE VEDAÇÃO 100% AUTOCLAVÁVEL	UN	MD	8,000	139,0000	1.112,00
172	SACO P/ LIXO HOSPITALAR 50 LTS C/100UN	UN	JUREMA	700,000	18,3000	12.810,00
176	SERINGA 3ml s/ AGULHA	CX	EMBRAMAC	40.000,000	0,0780	3.120,00
177	SERINGA 5ml s/ AGULHA	CX	EMBRAMAC	40.000,000	0,0880	3.520,00
180	Shaker Incentivador respiratório para eliminar secreções	UN	NCS	12,000	81,6400	979,68
181	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.4	UN	BIOSANI	1.000,000	0,3400	340,00
182	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.6	UN	BIOSANI	1.000,000	0,3500	350,00
183	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.8	UN	BIOSANI	1.000,000	0,3600	360,00
184	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.10	UN	BIOSANI	1.200,000	0,3800	456,00
185	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	UN	BIOSANI	2.000,000	0,3900	780,00
186	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	UN	BIOSANI	2.000,000	0,4000	800,00
207	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA N.8	UN	SOLIDOR	600,000	0,3500	210,00
208	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA N.10	UN	SOLIDOR	600,000	0,3600	216,00
209	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 12	UN	SOLIDOR	600,000	0,3800	228,00
210	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 14	UN	SOLIDOR	600,000	0,4100	246,00
211	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 16	UN	SOLIDOR	600,000	0,4300	258,00
212	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA N.18	UN	SOLIDOR	600,000	0,4700	282,00
214	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 08	UN	SOLIDOR	600,000	0,5000	300,00
215	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 10	UN	SOLIDOR	600,000	0,5200	312,00
216	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12	UN	SOLIDOR	1.000,000	0,5700	570,00
217	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14	UN	SOLIDOR	1.000,000	0,5800	580,00
218	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16	UN	SOLIDOR	1.000,000	0,7100	710,00
219	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18	UN	SOLIDOR	1.000,000	0,7300	730,00
220	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 20	UN	SOLIDOR	1.000,000	0,7800	780,00
221	SONDA URETRAL Nº 12 - SILICONIZADA	UN	SOLIDOR	30.000,000	0,3800	11.400,00
223	SONDA URETRAL Nº 16 - SILICONIZADA	UN	SOLIDOR	10.000,000	0,4200	4.200,00
224	SONDA URETRAL Nº 18 - SILICONIZADA	UN	SOLIDOR	5.500,000	0,4500	2.475,00
226	SONDA URETRAL Nº 08 - SILICONIZADA	UN	SOLIDOR	16.000,000	0,3500	5.600,00
230	TALA IMOBILIZADORA METÁLICA DE ALUMÍNIO COM ESPUMA/ TALA ORTOPÉDICA IMOBILIZAÇÃO DE FALANGES	UN	MSO	110,000	3,9300	432,30
238	TESOURA CIRÚRGICA R/R CURVA	UN	ABC	20,000	12,7000	254,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 5/18
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 13 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
306	Tens / Fes estimulador neuromuscular transcutâneo de dois canais com controles independentes para os tratamentos com Estimulação Elétrica Transcutânea (TENS) portátil com bateria de 9 volts, com programação via teclado, visor frontal de cristal líquido	UN	IBRAMED	5,000	579,9500	2.899,75
309	COMADRE (PARA URINA) EM PLÁSTICO EM FORMA DE PÁ	UN	FAMITA	25,000	8,1000	202,50

Fornecedor: 108 - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AGULHA 20x5,5 c/ 100	CX	LABOR	600,000	4,5600	2.736,00
13	ALMOTOLIA 250ml BICO RETO ESCURO	UN	JP	200,000	1,4500	290,00
14	ALMOTOLIA 250ml BICO RETO TRANSPARENTE	UN	JP	200,000	1,4500	290,00
17	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO 10 cm x 1,80 m elaboradas a partir de fibras 100% algodão cru, transformada em rolos de mantas uniformes. Deve possuir camada de goma aplicada em uma das faces pct c/ 12 unid	UN	ORTOFEN	100,000	5,4500	545,00
20	Atadura de crepon, 13 fios cm², medindo 08 cm de largura com 1,80metros de comprimento desenrolada em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida , com acabamento na lateral sem fios soltos, apresentando elasticidade e maciez adequada a sua finalidade. Uniformemente enrolada, isenta de falhas e lanugem, não abrasiva, amoldável, absorvente, aerada, resistente aos meios de esterilização, embalada individualmente, conforme normas ABNT NBR 14.056, acondicionada em pacotes contendo 12 unidades, Rdc 59 e Registro MS"	UN	POLAR	1.300,000	2,9800	3.874,00
21	Atadura de crepon, 13 fios cm², medindo 12 cm de largura com 1,80metros de comprimento desenrolada em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida , com acabamento na lateral sem fios soltos, apresentando elasticidade e maciez adequada a sua finalidade. Uniformemente enrolada, isenta de falhas e lanugem, não abrasiva, amoldável, absorvente, aerada, resistente aos meios de esterilização, embalada individualmente, conforme normas ABNT NBR 14.056, acondicionada em pacotes contendo 12 unidades, Rdc 59 e Registro MS"	UN	POLAR	1.300,000	4,2900	5.577,00
22	"Atadura de crepon, 13 fios cm², medindo 20 cm de largura com 1,80metros de comprimento desenrolada em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida , com acabamento na lateral sem fios soltos, apresentando elasticidade e maciez adequada a sua finalidade. Uniformemente enrolada, isenta de falhas e lanugem, não abrasiva, amoldável, absorvente, aerada, resistente aos meios de esterilização, embalada individualmente, conforme normas ABNT NBR 14.056, acondicionada em pacotes contendo 12 unidades, Rdc 59 e Registro MS"	UN	POLAR	1.300,000	7,2500	9.425,00
30	CABO P/ BISTURI Nº 3 EM INOX ALTA RESISTENCIA A CALOR E A PRODUTOS ABRASIVOS	UN	ABC	10,000	4,9800	49,80
32	CATETER FLEXIVEIS (tipo abocath) Nº 14 C/ dispositivo de segurança	UN	LABOR	600,000	1,4200	852,00
37	CATETER FLEXIVEIS (tipo abocath) Nº 24 C/ dispositivo de segurança	UN	LABOR	4.000,000	1,4000	5.600,00
66	DISPOSITIVO P/INFUSAO INTRAVENOSA Nº 21 C/ 100 UNIDADES	CX	SOLIDOR	1.200,000	14,0000	16.800,00
86	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL MODELO COLLINS GRANDE LUBRIFICADO, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO.	UN	ADLIN	1.100,000	1,2300	1.353,00
87	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL MODELO COLLINS MÉDIO LUBRIFICADO, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO.	UN	ADLIN	3.100,000	0,9200	2.852,00
88	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL MODELO COLLINS PEQUENO LUBRIFICADO, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO.	UN	ADLIN	2.100,000	0,8900	1.869,00
103	FITA MICROPORE, MEDINDO 10 CM X 4,5 M, MICROPOROSA DE FINISSIMA ESPESSURA, HIPOALERGÊNICA, COM ALTA ADESIVIDADE, COMPOSIÇÃO A BASE DE FIBRA DE VISCOSE, COM RESINA ACRILICA E MASSA ADESIVA SINTÉTICA, NÃO ESTÉRIL, REBOBINADA EM CARRETEL PLÁSTICO COM ABAS E CAPA DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 01/98.	CX	MISSNER	2.000,000	3,4600	6.920,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 6/18
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 108 - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
110	GAZE EM ROLO, "TIPO QUEIJO", MEDINDO 91CM X 91 M. COM 13 FIOS POR CM², NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, 04 DOBRAS, 08 CAMADAS, COM TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.108, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 01 UNIDADES, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO. VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003.	UN	TEXCARE	2.000,000	22,3500	44.700,00
138	MASCARA DE VENTURI ADULTO - CARACTERISTICAS DO PRODUTO 06 CONECTORES PARA FLUXO DE 02 DIFERENCIADO POR CORES (24%, 28%, 31%, 35%, 40%, 50%); DEVE ACOMPANHAR 01 EXTENSÃO PARA OXIGÊNIO, 01 COPO DE UMIDIFICAÇÃO Azul 24% 4 L/min - Amarelo 28% 4 L/min - Branco 31% 4 L/min - Verde 35% 6 L/min - Vermelho 40% 8 L/min - Laranja 50% 12 L/min	UN	MDA	20,000	11,9000	238,00
146	PAPEL TOALHA BRANCO PICOTADO C/ 2 UNID	UN	BOB	1.500,000	2,3000	3.450,00
168	ROLO DE PAPEL P/ ESTERELIZAÇÃO 25X100	UN	VEDAMAX	300,000	69,0000	20.700,00
187	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	UN	MEDSONDA	2.000,000	0,4100	820,00
188	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 18	UN	MEDSONDA	2.000,000	0,4500	900,00
189	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N.14	UN	SOLIDOR	1.000,000	1,8600	1.860,00
190	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N.16	UN	SOLIDOR	1.400,000	1,8600	2.604,00
191	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N.18	UN	SOLIDOR	1.400,000	1,8600	2.604,00
192	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 20	UN	SOLIDOR	1.400,000	1,8600	2.604,00
193	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 22	UN	SOLIDOR	1.400,000	1,8600	2.604,00
225	SONDA URETRAL Nº 20 - SILICONIZADA	UN	MEDSONDA	12.000,000	0,5000	6.000,00
228	Tala de papelão p/ imobilização 45x10 (M)	UN	SERMEDICAL	1.010,000	0,7200	727,20
229	Tala de papelão p/ imobilização 60x10 (G)	UN	SERMEDICAL	1.010,000	0,9800	989,80
231	Tala papelão p/ imobilização 30x10 (P)	UN	SERMEDICAL	1.010,000	0,4500	454,50
233	TERMOMETRO CLINICO tipo - BD	UN	PREMIUM	450,000	4,6900	2.110,50
234	TESOURA CIRURGICA F/F CURVA	UN	ABC	20,000	11,8500	237,00
235	TESOURA CIRURGICA F/F RETA	UN	ABC	20,000	11,8500	237,00
236	TESOURA CIRURGICA F/R CURVA	UN	ABC	20,000	11,8500	237,00
237	TESOURA CIRURGICA F/R RETA	UN	ABC	20,000	11,8500	237,00
242	TESOURA MAYO STILLE CURVA	UN	ABC	20,000	14,9800	299,60
243	TESOURA MAYO STILLE RETA	UN	ABC	20,000	14,9800	299,60
244	TESOURA METZEMBAUM CURVA	UN	ABC	20,000	14,9800	299,60
245	TESOURA METZEMBAUM RETA	UN	ABC	20,000	15,8000	316,00
250	Tubo p/ entubação endotraqueal c/ CUFF nº 6,5	UN	SOLIDOR	30,000	2,6000	78,00
251	Tubo p/ entubação endotraqueal c/ CUFF nº 6,0	UN	SOLIDOR	30,000	2,6000	78,00
264	Coletor de urina sistema fechado com válvula anti-refluxo tipo membrana, deve acompanhar coldre e filtro, com capacidade de 2000 ml, embalado em papel grau cirúrgico, esterilizado a óxido de etileno, com conector escalonado para sonda uretro vesicais com ponto de coleta permitindo a retirada de amostras para exames laboratoriais, pinça ou clamp no tubo extensor para vedação, e no tubo de saída para desmame, tubo extensor flexível permite a passagem da secreção entre o paciente e bolsa coletora, tira de deambulação, alça de sustentação rígida dupla "U" para fixação ao leito, válvula anti-refluxo, tipo membrana evita retorno de urina para o paciente, bolsa coletora em PVC flexível, membrana em látex que garante múltiplas aspirações para coleta de urina com o uso direto de seringa sem agulha, suporte de fixação com haste retangular que permite o manuseio com apenas uma das mãos e fixação segura em todos os tipos de leitos e cordão para fixação em maca, tubo de drenagem amplo e ergonômico com dispositivo corta fluxo, esterilização por Óxido de Etileno, garantida por 5 anos, embalagem individual em papel grau-cirúrgico de fácil abertura, graduada aproximadamente até 2.000ml, transparente na parte da frente e opaca no verso, possuir filtro hidrófobo na parte superior, câmara gotejadora tipo Pasteur, tubo extensor de 1,20cm em PVC transparente, com pinça corta-fluxo, conector com ajuste perfeito para sonda vesical e tampa protetora, livre de látex.	UN	LABOR	2.000,000	2,1600	4.320,00
280	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo faca curva eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - pequena 67mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90
281	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo faca curva grande 83mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 7/18
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 108 - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
282	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo faca reta pequena 67mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90
283	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo faca reta grande 100mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90
284	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo bola 2,1mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90
285	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo bola 4,2mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90
286	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo bola 6,0mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90
287	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo bola 7,5mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90
288	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo alça grande 9,0mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90
289	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo alça pequena 4,5mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90
290	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo alça grande 85mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90
291	Eletrodos (pontas de cauterio) para bisturis elétricos - eletrodo tipo agulha para depilacao 66mm	UN	EMAI	10,000	15,3900	153,90
307	Termômetro Clínico Digital - visor decimal, medição em °C, à prova d'água, indicador sonoro / alertas diferenciados para temperatura normal e febril, memorizar última temperatura	UN	STAR	150,000	5,9800	897,00

Fornecedor: 155 - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO 15 cm x 1,80 m elaboradas a partir de fibras 100% algodão cru, transformada em rolos de mantas uniformes. Deve possuir camada de goma aplicada em uma das faces pct/ 12 unid	UN	POLARFIX	100,000	6,8900	689,00
19	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO 20 cm x 1,80 m elaboradas a partir de fibras 100% algodão cru, transformada em rolos de mantas uniformes. Deve possuir camada de goma aplicada em uma das faces pct/ 12 unid	UN	PORLARFIX	100,000	9,1900	919,00
26	BOLA TIPO FEIJAO - Grande 100x400cm	UN	CARCE	4,000	82,3500	329,40
29	CABO COMPATIVEL COM APARELHO NEURODYN V2.0 Ibramed - canal 01 laranja - pino banana	UN	IBRAMED	4,000	34,0200	136,08
105	FITA MICROPORE, MEDINDO 5 CM X 4,5 M, MICROPOROSA DE FINÍSSIMA ESPESSURA, HIPOALERGÊNICA, COM ALTA ADESIVIDADE, COMPOSIÇÃO A BASE DE FIBRA DE VISCOSE, COM RESINA ACRILICA E MASSA ADESIVA SINTETICA, NÃO ESTÉRIL, REBOBINADA EM CARRETEL PLÁSTICO COM ABAS E CAPA DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 01/98.	CX	MISSNER	6,000,000	1,8000	10.800,00
112	HIPOCLORITO DE SÓDIO - Cloro Vic 1% é uma solução aquosa desinfetante hospitalar à base de hipoclorito de sódio com 1% de cloro ativo estabilizado. Possui ação bactericida, atuando como elemento oxidante em cadeias protéicas de microorganismos 1 litro	UN	CICLOFARMA	1.300,000	2,1800	2.834,00
116	Indicador Químico p/ esterilização integrador pacote	PCT	BAG	100,000	34,0200	3.402,00
128	LAMPADA INFRAVERMELHA P/ FISIOTERAPIA C/ 220 W	UN	PHILIPS	12,000	79,7600	957,12
147	PINÇA ANATOMICA 11CM MICRO DENTE DE RATO	UN	ABC 12CM	40,000	5,3000	212,00
148	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO	UN	ABC	40,000	5,1500	206,00
149	PINÇA ANATOMICA DISSECÇÃO	UN	ABC	40,000	4,7200	188,80
150	PINÇA CRILE CURVA	UN	ABC	40,000	11,6000	464,00
151	PINÇA CRILE RETA	UN	ABC	40,000	11,6000	464,00
152	PINÇA KELLY CURVA	UN	ABC	40,000	11,6000	464,00
153	PINÇA DE KELLY RETA	UN	ABC	40,000	11,6000	464,00
154	PINÇA DE KOCHER CURVA	UN	ABC	40,000	15,4700	618,80
155	PINÇA DE KOCHER RETA	UN	ABC	40,000	15,4700	618,80
159	PORTA AGULHA CRILE WOOD	UN	ABC	40,000	19,3400	773,60
160	PORTA AGULHA DERF 12cm C/ WIDEA	UN	ABC	40,000	12,6100	504,40
170	SABONETE LIQUIDO 5000ML (FRAG.ERVA DOCE)	UN	SAO PAULO	200,000	14,8800	2.976,00
194	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 24	UN	LABOR	1.400,000	2,2200	3.108,00
195	Sonda de baixo perfil com retenção interna por cogumelo Button confeccionado em silicone, transparente, com válvula anti-refluxo com 3 extensões destacáveis, sendo duas para alimentação e uma para descompressão gástrica tamanho 18 Fr x 1,2 cm	UN	POLITEC	2,000	801,7300	1.603,46

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 8/18
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 155 - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
196	Sonda de baixo perfil com retenção interna por cogumelo Button confeccionado em silicone, transparente, com válvula anti-refluxo com 3 extensões destacáveis, sendo duas para alimentação e uma para descompressão gástrica tamanho 18 Fr x 1,7 cm	UN	POLITEC	2,000	801,7300	1.603,46
197	Sonda de baixo perfil com retenção interna por cogumelo Button confeccionado em silicone, transparente, com válvula anti-refluxo com 3 extensões destacáveis, sendo duas para alimentação e uma para descompressão gástrica tamanho 18 Fr x 2,4 cm	UN	POLITEC	2,000	801,7300	1.603,46
198	Sonda de baixo perfil com retenção interna por cogumelo Button confeccionado em silicone, transparente, com válvula anti-refluxo com 3 extensões destacáveis, sendo duas para alimentação e uma para descompressão gástrica tamanho 18 Fr x 3,4 cm	UN	POLITEC	2,000	801,7300	1.603,46
199	Sonda de baixo perfil com retenção interna por cogumelo Button confeccionado em silicone, transparente, com válvula anti-refluxo com 3 extensões destacáveis, sendo duas para alimentação e uma para descompressão gástrica tamanho 24 Fr x 1,2 cm	UN	POLITEC	2,000	801,7300	1.603,46
200	Sonda de baixo perfil com retenção interna por cogumelo Button confeccionado em silicone, transparente, com válvula anti-refluxo com 3 extensões destacáveis, sendo duas para alimentação e uma para descompressão gástrica tamanho 24 Fr x 1,7 cm	UN	POLITEC	2,000	801,7300	1.603,46
201	Sonda de baixo perfil com retenção interna por cogumelo Button confeccionado em silicone, transparente, com válvula anti-refluxo com 3 extensões destacáveis, sendo duas para alimentação e uma para descompressão gástrica tamanho 24 Fr x 2,4 cm	UN	POLITEC	2,000	801,7300	1.603,46
202	Sonda de baixo perfil com retenção interna por cogumelo Button confeccionado em silicone, transparente, com válvula anti-refluxo com 3 extensões destacáveis, sendo duas para alimentação e uma para descompressão gástrica tamanho 24 Fr x 3,4 cm	UN	POLITEC	1,000	801,7300	801,73
203	Sonda de baixo perfil com retenção interna por cogumelo Button confeccionado em silicone, transparente, com válvula anti-refluxo com 3 extensões destacáveis, sendo duas para alimentação e uma para descompressão gástrica tamanho 24 Fr x 4,4 cm	UN	POLITEC	2,000	801,7300	1.603,46
213	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 20	UN	MEDSONDA	600,000	0,6900	414,00
258	UMIDIFICADOR PARA OXIGENIO (Umificador c/valv.segurança 400 ml o2 c/ext e máscara)	UN	PROTEC	300,000	21,1600	6.348,00
296	Incentivador do volume inspiratório modelo adulto 5000ml, utilizado na reabilitação pulmonar, composto de coluna graduada, indicador de limitação do incentivo, traquéia e bocal atóxico (pode ser conectado filtro viral, similar ou superior voldyne)	UN	CARCE	12,000	154,5000	1.854,00
298	LASER TERAPEUTICO deve acompanhar 01 caneta laser e ter possibilidade de operação com três canetas Laser 660nm, 830nm, 904nm, emissão do feixe Laser contínuo e pulsado, possibilidade de escolha de 10 frequências de modulação, 1 caneta toposcópio	UN	CARCE	5,000	825,4400	4.127,20
301	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA PEDIÁTRICA DE 1 METRO PARA MEDIÇÃO DE CRIANÇAS DEITADAS	UN	CARCE	12,000	35,6900	428,28
305	TENS (ESTIMULADOR NEUROMUSCULAR TRANSCUTÂNEO)FES - Deve conter visor frontal, timer ajustável de 1 a 60 minutos, 4 canais de aplicação, manual de instruções, eletrodos de silicone 5cm x 5cm, 1 Cabo de conexão ao paciente (laranja canal 1, preto canal 2), 1 Cabo de conexão ao paciente (azul canal 3, verde canal 4)	UN	CARCE	5,000	665,6000	3.328,00

Fornecedor: 618 - FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
49	Colchão pneumático: anti-escaras (composto de câmaras de ar que se enchem e esvaziam alternadamente ativando a circulação sanguínea e prevenindo a formação de escaras) com ciclo de ar alternado com compressor, confeccionado em polivinil, composto de no mínimo 130 células uniformes, volume de ar ajustável, possuir ciclo de ar alternado, com até 60 graus de possibilidade de inclinação, tamanho solteiro, ganchos para fixação ao leito do paciente, luz indicadora de funcionamento, mangueira de conexão com o colchão, alimentação elétrica: 220 v / 60hz	UN	Bio Air	4,000	898,0000	3.592,00
52	Compressa de gaze confeccionada em rayon , não estéril, embebida com 3ml de óleo, composto de ácidos graxos, óleo de melaleuca e copaiba, lecitina de soja, vitamina A e E, medindo 7,5 x 7,5cm embaladas individualmente em material que garanta a integridade do produto, caixa com 24 envelopes	UN	PielSana Sach	220,000	70,0000	15.400,00
53	Compressa de gaze confeccionada em rayon , não estéril, embebida com 3ml de óleo, composto de ácidos graxos, óleo de melaleuca e copaiba, lecitina de soja, vitamina A e E, medindo 7,5 x 15 cm embaladas individualmente em material que garanta a integridade do produto, caixa com 24 envelopes	UN	PielSana Sach	220,000	87,0000	19.140,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 9/18
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 618 - FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
57	CURATIVO a base de ácidos graxos essenciais, associado a óleos de melaleuca e copaiba, rico em ácidos linoléico e oléico, contendo ainda ácido capríco, caprílico, láurico, palmítico, mirístico, esteárico, palmitato de retinol (vitamina A), acetato de tocoferol (vitamina E) e lecitina de soja, para uso na prevenção e tratamento de feridas. Embalado em frascos tipo almofolia 200 ml, com tampa inviolável e auto perfurante. Apresentar cópia do Registro na ANVISA como correlato classe de risco III. Na embalagem deverá conter lote e data de fabricação, prazo de validade, modo de usar e técnico responsável	UN	Pielisana óleo	220,000	21,5000	4.730,00
58	Curativo de Hidrocolóide e Alginato de Cálcio e Sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbômero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoina, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, para cavidades profundas, úlceras – venosa e arterial – pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com pH neutro, com tampa flip top, tubo com 85gr, Apresentar bula do produto juntamente com a proposta	UN	Saf Gel	220,000	54,2000	11.924,00
59	Curativo de hidrofibra composto de carboximetilcelulose sódica e prata iônica em uma concentração de 0,1 a 2% não dispensando a prata no leito da ferida, altamente absorvente, não aderente, estéril, que interaja com o exsudato da ferida que mantenha o meio úmido, com drenagem vertical, mantendo o fluxo distante da ferida e pele circundante, para uso em feridas, ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas em queimaduras que possa permanecer até 14 dias mantendo a ação antimicrobiana contra uma ampla gama de microorganismos incluindo Enterococos resistentes a vancomicina (VRE), Staphylococos resistentes a meticilina (MRSA) e pseudônomas, tamanho 10x10 cm. Apresentar bula do produto juntamente com a proposta	UN	Aquacel Ag 10	220,000	54,7000	12.034,00
60	Curativo de hidrofibra composto de carboximetilcelulose sódica e prata iônica em uma concentração de 0,1 a 2% não dispensando a prata no leito da ferida, altamente absorvente, não aderente, estéril, que interaja com o exsudato da ferida que mantenha o meio úmido, com drenagem vertical, mantendo o fluxo distante da ferida e pele circundante, para uso em feridas , ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas, e em queimaduras, que possa permanecer até 14 dias mantendo a ação antimicrobiana contra uma ampla gama de microorganismos incluindo Enterococos resistentes a vancomicina (VRE), Staphylococos resistentes a meticilina (MRSA) e pseudônomas, tamanho 15x15 cm. Apresentar bula do produto juntamente com a proposta.	UN	Aquacel Ag 15	320,000	88,0000	28.160,00
61	Curativo tratamento GEL, oclusivo estéril debridador, hidroativo a base de água, estéril, composto por 02 Hidrocolóides (Pectina e Carboximetilcelulose Sódica) e Propilenoglicol, tubo com 30 gramas. Apresentar bula do produto junto com a proposta	UN	Duoderm Gel	320,000	43,0000	13.760,00
122	KIT P/ CONTROLE E INCONTINÊNCIA FECAL CONTENDO UM CONJUNTO DE CATETER COM PAREDE PREGUEADA DE SILICONE FLEXÍVEL, PONTEIRA MOLDADA EM FORMA DE BALÃO INFLÁVEL E BOLSA COLETORA, SERINGA C/ 45ml VÁLVULA TIPO LUER LOCK CATETER COM VIA DE ACESSO IDENTIFICÁVEL	UN	Flexiseal	4,000	980,0000	3.920,00
247	Tira reagente para determinação de glicemia que aceita amostra capilar, venosa, arterial e neonatal, que aceita apenas mg/dl como unidade de medida. Faixa de medição entre 10 a 600 mg/dl, com reação química mediada por PQQ (glicose desidrogenase), que não reaja com PO2 (oxigenoterapia); princípio de medição por fotometria ou amperometria, tamanho máximo da amostra de 02 microlitros, calibrado para plasma, tempo de leitura de 05 a 10 segundos. Com cedência de 100 (cem) aparelhos compatíveis com a tira colada, dar garantia por tempo indeterminado dos equipamentos e substituição no caso de defeito	UN	Accu Chek Act	90.000,000	0,6100	54.900,00
268	Bandagem branca, elástica de alta compressão, confeccionada em algodão, viscose, nylon e lycra, possuindo linha central de indicação para a aplicação da bandagem e indicadores retangulares para a mensuração da compressão com a pressão de 40mmHg em diferentes diâmetros de membros, resistente suportando no mínimo 20 lavagens sem comprometimento de sua finalidade. tamanho 10cm x 3m caixa com uma unid.	UN	Surepress	70,000	78,0000	5.460,00
271	Curativo com tecnologia de camada dupla hidrofíber unidas por pontos com fio de celulose regenerada tencel, composto 100% carboximetilcelulose sódica e com 1 a 2% de prata iônica. Curativo resistente a tração, forma em gel coeso que proporciona um meio úmido que auxilia na remoção de tecidos necróticos e favorece a cicatrização, com absorção vertical evitando a maceração da borda da ferida, tamanho 15x15 cm, caixa com 05 unidades. Apresentar bula do produto juntamente com a proposta.	UN	Aquacel Ag Ex	120,000	94,0000	11.280,00
275	Pasta hidroativa composta de hidrocolóides naturais (gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica) num excipiente hipoalergênico aprovado para uso dermatológico (óleo mineral) tubo com 30g	UN	Duoderm Past	120,000	68,0000	8.160,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 10/18
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 618 - FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
278	Curativo estéril, gelificante e oclusivo, composto de cinco camadas: uma camada superior impermeável de poliuretano, uma camada de hidrocolóide com borda adesiva, uma camada central absorvente de fibras 100% carboximetilcelulose sódica para o contato com a ferida. tamanho 10x10cm - caixa com 10 unidades	UN	Versiva XC	120,000	35,5000	4.260,00
279	Dispositivo de fixação de sondas e cateteres na pele, constituído de placa de adesivo acrílico hipoalergénico na parte que fica em contato com a pele do paciente, o lado o oposto consiste de uma lamina de espuma de polietileno sobre a qual foi montado o sistema de abas reutilizáveis, a base das abas adesivas reutilizáveis consiste de um filme de polietileno revestido na face interna pelo adesivo acrílico hipoalergénico que mantém os cateteres ou tubos na posição desejada. tamanho 100mmx38mm - caixa com 50 unidades.	UN	Flexi-track	40,000	9,8000	392,00
299	MONITOR GLICOSÍMETRO PARA TESTE E CONTROLE DA GLICEMIA, APARELHO COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 10 A 600mg/dl TECNOLOGIA BIOSENSOR, MEMÓRIA PARA 350 TESTES COM DATA E HORA MÉDIA DE 7, 14 e 30 DIAS, DE FÁCIL MANUSEIO, DEVE SER ACIONADO(LIGADO) APENAS COM A INSERIRÇÃO DA TIRA REAGENTE PARA O TESTE NO MONITOR, com a quantidade de 1-2 ?L de sangue (1 ?L (microlitro) = 1 milésimo de mililitro), já deve ser suficiente para realização do teste, se a quantidade de sangue aplicada na tira-teste não for suficiente, o monitor de glicemia reconhecerá o problema, deve possuir uma porta de infravermelho que poderá transferir os resultados armazenados para um computador, (este aparelho deve ser compatível com a marca de tiras reagentes que ganhar a licitação)	UN	Monitor Active	410,000	28,0000	11.480,00

Fornecedor: 848 - LA DALLA PORTA JUNIOR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	ALGODÃO HIDRÓFILO 500 gr	UN	MELHORMEC	600,000	7,5900	4.554,00
74	EMBALAGEM P ESTERILIZAÇÃO TAM 10 X 100 MTS COR AZUL GRAMATURA 60g POR METRO QUADRADO	UN	HARBO	60,000	37,6800	2.260,80
83	ESPARADRAPO, IMPERMEÁVEL, 10 CM X 4,5 M, COM ALTA ADESIVIDADE FIXANTE E HIPOALERGÊNICO, TEXTURA LISA E REGULAR, EMBALAGEM PLÁSTICA, COM CAPA PROTETORA RESISTENTE E INDIVIDUAL, COM IDENTIFICAÇÃO CLARA, COLA QUE NÃO DEIXA RESÍDUOS CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 01/98.	UN	CRAL	2.000,000	3,7500	7.500,00
84	ESPARADRAPO, IMPERMEÁVEL, 5 CM X 4,5 M, COM ALTA ADESIVIDADE FIXANTE E HIPOALERGÊNICO, TEXTURA LISA E REGULAR, EMBALAGEM PLÁSTICA, COM CAPA PROTETORA RESISTENTE E INDIVIDUAL, COM IDENTIFICAÇÃO CLARA, COLA QUE NÃO DEIXA RESÍDUOS CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 01/98.	UN	CRAL	5.000,000	2,0100	10.050,00
85	ESPATULA DE AYRE C/ 100 UN	PCT	THEOTO	160,000	4,1600	665,60
107	FITA PARA AUTOCLAVE	ROL	CIEX	6.000,000	2,3500	14.100,00
239	TESOURA CIRURGICA R/R RETA	UN	ABC	20,000	12,6900	253,80
240	TESOURA IRIS CURVA	UN	ABC	20,000	10,6900	213,80
241	TESOURA IRIS RETA	UN	ABC	20,000	10,6900	213,80
265	Coletor de urina tipo preservativo masculino com extensão, confeccionado em PVC atóxico e flexível e preservativo de puro látex, comprimento da extensão: 1,20m	UN	MEDSONDA	800,000	1,2600	1.008,00
276	Placa de alginato de cálcio e sódio de alta absorção, derivando de algas marinhas, 120 gramas por cm2, composto por duas moléculas de ácido gulturônico para cada ácido manurônico, capacidade de absorção de 20g de fluido/ 1g de curativo - tamanho 10x20cm - caixa com 10 unidades	UN	CURATEC	120,000	25,8500	3.102,00
277	Placa de alginato de cálcio e sódio de alta absorção, derivando de algas marinhas, 120 gramas por cm2, composto por duas moléculas de ácido gulturônico para cada ácido manurônico, capacidade de absorção de 20g de fluido/ 1g de curativo - fita 2g - caixa com 10 unidades	UN	CURATEC	120,000	42,9400	5.152,80
310	COLETOR URINA SISTEMA ABERTO TIPO GARRAFA 1.200ML SEM PRESERVATIVO	UN	MEDSONDA	1.000,000	2,4690	2.469,00

Fornecedor: 856 - OLIMED MAT. HOSPITALAR HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	AGULHA 13x4,5 - c/ 100un	CX	SR	600,000	4,2000	2.520,00
6	AGULHA 25x7 - c/ 100un	CX	SR	800,000	4,2000	3.360,00
7	AGULHA 25x8 - c/ 100un	CX	SR	800,000	4,2000	3.360,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 11/18
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 856 - OLIMED MAT. HOSPITALAR HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	AGULHA 40x12 - c/ 100un	CX	SR	1.000,000	4,2000	4.200,00
9	AGULHA PARA PUNÇÃO INTRA OSSEA COMPOSTO DE DISPOSITIVO PC 10 PLASTICO COM TRAVA DE SEGURANCA E MOLA DISPARADORA, CORPO PLASTICO E TRAVA DE SEGURANCA EM POLICARBONATO, COM PROFUNDIDADE DE PENETRAÇÃO AJUSTAVEL, AGULHA TROCAR (MANDRIL) EM AÇO INOX, IMBUTIDAS TOTALMENTE NO CORPO DO DISPOSITIVO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS AISI 316 E 304, DISPARADAS POR MOLA AUTOMATICA, COM ACIONAMENTO MANUAL, UTILIZADO PARA ACESSO INTRA OSSEO, PERMITINDO INFUSAO DE MEDICAMENTOS E FLUIDOS, NA AUSENCIA DE ACESSO VENOSO, TAMANHO ADULTO, CALIBRE 15G, DIAMETRO 1,70MM COMPRIMENTO 33,3MM, PROFUNDIDADE AJUSTAVEL 0,5 A 2,5 CM, ESTERIL, DESCARTAVEL, EMBALADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE	UN	COOK MEDIC	10,000	99,1000	991,00
31	CADARCO FIXAÇÃO TUBO ENDOTRAQUEAL	UN	SONY	20,000	3,0500	61,00
34	CATETER FLEXIVEIS (tipo abocath) Nº 18 C/ dispositivo de segurança	UN	MEDICATETE	3.000,000	1,2500	3.750,00
35	CATETER FLEXIVEIS (tipo abocath) Nº 20 C/ dispositivo de segurança	UN	MEDICATETE	3.000,000	1,2500	3.750,00
36	CATETER FLEXIVEIS (tipo abocath) Nº 22 C/ dispositivo de segurança	UN	MEDICATETE	4.000,000	1,1900	4.760,00
51	Compressa de Gaze 7,5 X 7,5 cm, constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm2, 15 cm X 30 cm quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 7,5 X 7,5 cm quando dobrada, 500 g por pacote no mínimo com as bordas voltadas para parte interna e sem fios soltos. A compressa deverá ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas. Pacotes com 500 unidades, não esteril. Com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica. ABNT NBR 13843 e possuir Registro MS e Rdc 59.	UN	HOSPITEX	4.000,000	14,1000	56.400,00
75	EMBALAGEM P ESTERILIZAÇÃO TAM 20 X 100 MTS COR VERDE GRAMATURA 60g POR METRO QUADRADO	UN	SIGMA	80,000	50,1000	4.008,00
82	ESCOVA P/ ASSEPSIA C/ CLOREXIDINA 2%	UN	VICPHARMA	400,000	1,5200	608,00
101	FITA CREPE	UN	CIEX	1.000,000	1,5500	1.550,00
118	INTRACART Nº 16x12	1	BIOMEDICAL	100,000	28,0000	2.800,00
119	INTRACART Nº 19x12	UN	BIOMEDICAL	100,000	28,0000	2.800,00
130	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,0 CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, IMPERMEÁVEL, BOAS ELASTICIDADE E RESISTÊNCIA, FORMATO ANATÔMICO, ACABAMENTO COM PUNHO, TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ENVELOPADAS AOS PARES, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE.	CX	MAXITEX	1.000,000	0,8600	860,00
131	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,5 CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, IMPERMEÁVEL, BOAS ELASTICIDADE E RESISTÊNCIA, FORMATO ANATÔMICO, ACABAMENTO COM PUNHO, TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ENVELOPADAS AOS PARES, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE.	CX	MAXITEX	2.400,000	0,7900	1.896,00
132	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,0 CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, IMPERMEÁVEL, BOAS ELASTICIDADE E RESISTÊNCIA, FORMATO ANATÔMICO, ACABAMENTO COM PUNHO, TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ENVELOPADAS AOS PARES, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE.	CX	MAXITEX	2.400,000	0,7900	1.896,00
134	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO GRANDE, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. DEVE APRESENTAR CONFORMIDADE COM A RDC Nº 5 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2008, ESTAR DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA NBR 13392, PORTARIA Nº 233, DE 30 DE JUNHO DE 2008 DO INMETRO E NR 6 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE	CX	NUGARD	2.400,000	12,8900	30.936,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 12/18
 Processo Nº.: 1/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 856 - OLIMED MAT. HOSPITALAR HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
135	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO MÉDIO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. DEVE APRESENTAR CONFORMIDADE COM A RDC Nº 5 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2008, ESTAR DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA NBR 13392, PORTARIA Nº 233, DE 30 DE JUNHO DE 2008 DO INMETRO E NR 6 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE	UN	NUGARD	7.000,000	11,7500	82.250,00
136	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO PEQUENO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. DEVE APRESENTAR CONFORMIDADE COM A RDC Nº 5 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2008, ESTAR DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA NBR 13392, PORTARIA Nº 233, DE 30 DE JUNHO DE 2008 DO INMETRO E NR 6 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE	UN	NUGARD	8.000,000	11,7500	94.000,00
140	MASCARA DE VENTURI NEO NATO - CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO 06 CONECTORES PARA FLUXO DE 02 DIFERENCIADO POR CORES (24%, 28%, 31%, 35%, 40%, 50%); DEVE ACOMPANHAR 01 EXTENSÃO PARA OXIGÊNIO, 01 COPO DE UMIDIFICAÇÃO Azul 24% 4 L/min - Amarelo 28% 4 L/min - Branco 31% 4 L/min - Verde 35% 6 L/min - Vermelho 40% 8 L/min - Laranja 50% 12 L/min	1	GOODCOME	20,000	14,0500	281,00
166	ROLO DE PAPEL P/ ESTERELIZAÇÃO 15X100	UN	SIGMA	300,000	45,9900	13.797,00
173	Seringa 10 ml s/ agulha	CX	SR	40.000,000	0,1300	5.200,00
174	Seringa 1ml s/ agulha	CX	SR	20.000,000	0,0950	1.900,00
175	SERINGA 20ml s/ AGULHA	CX	SR	30.000,000	0,2050	6.150,00
179	Seringa 60ml s/ agulha	CX	SR	1.000,000	1,5500	1.550,00
204	SONDA NASOENTERAL Nº 10	UN	SOLUMED	200,000	9,0500	1.810,00
205	SONDA NASOENTERAL Nº 11	UN	SOLUMED	200,000	9,0500	1.810,00
206	SONDA NASOENTERAL Nº 12	UN	SOLUMED	200,000	9,0500	1.810,00
249	TUBO DE SILICONE P/OXIGENIO (6x10mm) c/15mt	UN	KINNER	500,000	4,8000	2.400,00
253	Tubo p/ entubação orotraqueal c/ CUFF nº 7,5	UN	VITALGOLD	200,000	2,9500	590,00
254	Tubo p/ entubação orotraqueal c/ CUFF nº 8,0	UN	VITALGOLD	200,000	2,9500	590,00
255	Tubo p/ entubação orotraqueal c/ CUFF nº2,0	UN	VITALGOLD	30,000	2,9500	88,50
257	Tubo p/ entubação orotraqueal c/ CUFF nº 7,0	UN	VITALGOLD	200,000	2,9500	590,00
259	VALVULA REGULADORA P/ OXIGENIO C/ FLUXOMETRO E MANO	UN	PROTEC	60,000	160,1000	9.606,00
262	Colchão piramidal solteiro D33 a vácuo - superfície perfurada, capacidade: 130 kg, dimensão: 88cm x 1,88m, 4cm de altura, densidade: 33	UN	ORTOBOM	12,000	69,1000	829,20
263	COLCHONETES EM COURVIM (1,20X60x5cm) AZUL	UN	ORTOBOM	50,000	78,0000	3.900,00
295	Espaçador valvulado encaixe universal (compatível com todas as "bombinhas de mercado), 3 opções de máscara - pequeno, médio e grande, válvula em silicone, unidirecional no bocal, capacidade de 250 ml	UN	MEDCAT	14,000	45,5000	637,00
300	PAPAGAIO (GARRAFA COLETORA DE URINA) EM PLÁSTICO COM TAMPÁ	UN	FAMII	25,000	4,8600	121,50
302	SERINGA DE INSULINA CAPACIDADE 30UI COM AGULHA 6mm x 0,25mm 31g	UN	SR	1.100,000	0,6900	759,00
303	SERINGA DE INSULINA CAPACIDADE 50UI COM AGULHA 8mm x 0,3mm 30g	UN	SR	1.100,000	0,3750	412,50

Fornecedor: 984 - Produvale Prod.Hosp.ltda

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ACIDO PERACÉTICO 1 LITRO	UN	RICIE	400,000	29,0000	11.600,00
5	AGULHA 25x6 - C/ 100	CX	LABOR	600,000	4,5400	2.724,00
10	ALCOOL 70% - litro	UN	RICE	1.000,000	3,8000	3.800,00
23	ATADURA GESSADA confeccionada em tecido tipo giro ingles ou gaze co-mum; tempo de secagem ente 5 a 6 minutos, medindo 12cm de largura x 2,00m de comprimento, embalada individualmente em invólucro apropriado constando os dados de identificacao e procedencia, caixa com 20 rolos.	UN	POLAR FIX	18,000	28,0000	504,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 13/18

Processo Nº.: 1/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

Fornecedor: 984 - Produvale Prod.Hosp.Itda						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
25	ATADURA GESSADA confeccionada em tecido tipo giro ingles ou gaze co- mum; tempo de secagem ente 5 a 6 minutos, medindo 20cm de largura x 2,00m de comprimento, embalada individualmente em invólucro apropriado constando os dados de identificação e procedência, caixa com 20 rolos.	UN	POLAR FIX	18,000	58,4000	1.051,20
33	CATETER FLEXIVEIS (tipo abocath) Nº 16 C/ dispositivo de segurança	UN	DESCARPACI	1.000,000	1,3900	1.390,00
64	DETERGENTE ENZIMATICO de 1 Litro características do produto	UN	VIC PHARMA	400,000	14,6700	5.868,00
67	DISPOSITIVO P/INFUSAO INTRAVENOSA Nº 23 C/ 100 UNIDADES	CX	LAMEDID	1.200,000	13,9500	16.740,00
69	DISPOSITIVO P/INFUSAO INTRAVENOSA Nº 27 C/ 100 UNIDADES	CX	LAMEDID	1.200,000	13,9900	16.788,00
78	EQUIPO MACRO GOTAS PARA INFUSOES DE SOLUCOES PARENTERAIS, MEDINDO NO MINIMO 1,50M, COM CAMARA DE GOTEJAMENTO FLEXIVEL COM FILTRO DE PARTICULAS CONTENDO RESPIRO COM FILTRO BACTERIOLOGICO, INJETOR LATERAL NA CAMARA E NO TUBO, COM BORRACHA AUTOCICATRIZANTE PARA ADMINISTRACAO DE SOLUCOES PARENTERAIS, TUBO MALEAVEL, TRANSPARENTE, ISENTO DE MEMORIA DE DOBRAS, COM PINÇA CORTA FLUXO EM ROLETE PLASTICO RESISTENTE, UMA PONTA PERFURANTE E NA OUTRA UM CONECTOR LUER COM CALIBRE DAS CONEXOES ADEQUADAS, ATOXICO, APIROGENICO, ESTERIL, DESCARTAVEL, EMBALAGEM UNITARIA COM ABERTURA ASSEPTICA EM PAPEL GRAU CIRURGICO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PRECEDENCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZACAO, NUMERO DO LOTE E REGISTRO NO M.S.	UN	LABOR	20.000,000	0,9000	18.000,00
81	ESCOVA CERVICAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM 22 CM DE COMPRIMENTO E 0,3CM DE CERDAS MACIAS EM FORMATO CONICO COM APCE NO POLO SUPERIOR, TIPO DE EMBALAGEM E ACONDICIONAMENTO ADOTADOS SEGUINDO AS NORMAS VIGENTES DA ANVISA. PACOTE COM 100 UNIDADES	UN	KOLPLAST	7.000,000	0,1600	1.120,00
108	FIXADOR P/ PREVENTIVO	UN	ADLIN	102,000	3,2300	329,46
111	GEL P/ ULTRASSONOGRAFIA SEM SAL, INODORO, INCOLOR, PH NEUTRO 100ml	UN	HAL	200,000	1,0700	214,00
120	KIT MASCARA E EXTENSÃO ADULTO/NEBULIZ	UN	DARU	200,000	5,0000	1.000,00
121	KIT MASCARA E EXTENSÃO INFANTIL/NEBULIZ	UN	DARU	200,000	5,0000	1.000,00
123	LAMINA P/ BISTURI Nº 11 - c/ 50un	CX	LABOR	100,000	8,0000	800,00
125	LAMINA P/ BISTURI N. 21- C/ 50	CX	LABOR	100,000	8,0400	804,00
141	MICRONEBULIZADOR INFANTIL	1	DARU	110,000	5,3500	588,50
142	MICRONEBULIZADOR P/ OXIGENIO ADULTO	UN	DARU	110,000	5,3500	588,50
144	PAPEL CREPADO 50 X 50cm BRANCO P/ ESTERELIZAÇÃO	UN	HOSPFLEX	300,000	79,0000	23.700,00
162	QUARTENARIO DE AMONIA - 5000ML - Utilizado na desinfecção de artigos semicríticos hospitalares, odontológicos e laboratoriais, sensíveis ao calor.	UN	RICIE	450,000	15,7500	7.087,50
167	ROLO DE PAPEL P/ ESTERELIZAÇÃO 20X100	UN	HOSPFLEX	300,000	58,9900	17.697,00
222	SONDA URETRAL Nº 14- SILICONIZADA	UN	MEDSONDA	30.000,000	0,3850	11.550,00
248	TOUCA DESCARTAVEL - PCT C/ 50	PCT	SKY	80,000	4,0000	320,00
266	COLETOR URINA SISTEMA ABERTO TIPO BOLSA COM PRESERVATIVO 1.500ML	UN	MEDSONDA	1.000,000	2,5000	2.500,00
272	Bota de unha pronta para o uso composta de bandagem flexível branca (30% algodão e 70% poliéster) impregnada de pasta não solidificável de óxido de zinco (mínimo de 23%), acácia, glicerina, óleo de ricino e vaselina, tamanho 10.16x9.14m - caixa com 12 unidades	UN	CASEX	70,000	23,9000	1.673,00
308	Compressa de Gaze 10 X 10 cm, constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm2, 15 cm X 30 cm quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 7,5 X 7,5 cm quando dobrada, 500 g por pacote no mínimo com as bordas voltadas para parte interna e sem fios soltos. A compressa deverá ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas. Pacotes com 500 unidades, não esteril. Com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica. ABNT NBR 13843 e possuir Registro MS e Rdc 59.	UN	MEDI HOUSE	2.000,000	19,9000	39.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTOPágina: 14/18
Processo Nº.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou corôná".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 15/18
Processo Nº.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 16/18
Processo Nº.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 17/18
Processo Nº.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTOPágina: 18/18
Processo Nº.: 1/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 25 de Março de 2015.

Vânio Forster
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 03.501.603/0001-65	_____
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP	CNPJ: 02.994.122/0001-76	_____
FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 07.164.711/0001-40	_____
LA DALLA PORTA JUNIOR	CNPJ: 11.145.401/0001-56	_____
LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELLI ME	CNPJ: 18.941.818/0001-74	_____
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22	_____
MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME	CNPJ: 05.021.932/0001-34	_____
OLIMED MAT. HOSPITALAR HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 03.033.589/0001-12	_____
Produvale Prod.Hosp.Ltda	CNPJ: 03.505.263/0001-40	_____

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3331/15

PORTARIA Nº 3331/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT, A SRA. TEREZA ROZANE MARQUES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. TEREZA ROZANE MARQUES, a partir de 01 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 11 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, na Unidade de Saúde da Família ESF3 e na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 44 horas semanais, em virtude de não haver candidato em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 12 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3332/15

PORTARIA Nº 3332/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO NUTRICIONISTA ACT, A SRA. BRUNA PETRY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. BRUNA PETRY, a partir de 22 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 11 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Nutricionista ACT, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 20 horas semanais, em virtude da licença maternidade da profissional Tássia Augusta Hillbrecht, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos

Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 12 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3333/15

PORTARIA Nº 3333/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO FISIOTERAPEUTA ACT, A SRA. MICHELLE BIEMBENGUT DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MICHELLE BIEMBENGUT DA SILVA, a partir de 13 de abril de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 11 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Fisioterapeuta ACT, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 32 horas semanais, em virtude de não haver candidato em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 12 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3334/15

PORTARIA Nº 3334/15

REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 055/15 DE 04 DE MAIO DE 2015 E SUAS ALTERAÇÕES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09

de 15 de dezembro de 2009 e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora SRA. MARIANGELA BUTTCHEVITZ HILLESHEIM, ocupante do cargo de Fisioterapeuta com carga horária semanal de 30 horas, percebendo a remuneração prevista no Fator 31, conforme Lei Complementar nº 055/15 de 04 de maio de 2015 e suas alterações.

Art. 2º- A Diretoria de Recursos Humanos deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com a Servidora reenquadrada, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2429/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 13 de maio de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3335/15

PORTARIA Nº 3335/15
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL ACT, SEGUNDO OS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 055/15 DE 04 DE MAIO DE 2015 E SUAS ALTERAÇÕES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009 e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º- Reenquadrar a Servidora ACT, SRA. MICHELLE BIEMBEN-GUT DA SILVA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta com carga horária semanal de 30 horas, percebendo a remuneração prevista no Fator 31, conforme Lei Complementar nº 055/15 de 04 de maio de 2015 e suas alterações.

Art. 2º- A Diretoria de Recursos Humanos deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com a Servidora reenquadrada, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3333/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 13 de maio de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3336/15

PORTARIA Nº 3336/15
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL, SEGUNDO OS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 055/15 DE 04 DE MAIO DE 2015 E SUAS ALTERAÇÕES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009 e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor, SR. NORBERTO ADLER BAÜMLE, ocupante do cargo de Fisioterapeuta com carga horária semanal de 30 horas, percebendo a remuneração prevista no Fator 31, conforme Lei Complementar nº 055/15 de 04 de maio de 2015 e suas alterações.

Art. 2º- A Diretoria de Recursos Humanos deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2430/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 13 de maio de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3337/15

PORTARIA Nº 3337/15
REENQUADRA SERVIDOR MUNICIPAL ACT, SEGUNDO OS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 055/15 DE 04 DE MAIO DE 2015 E SUAS ALTERAÇÕES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VI do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009 e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º- Reenquadrar o Servidor ACT, SR. RAFAEL FELIPE VINOTTI DA SILVA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta com carga horária semanal de 30 horas, percebendo a remuneração prevista no Fator 31, conforme Lei Complementar nº 055/15 de 04 de maio de 2015 e suas alterações.

Art. 2º- A Diretoria de Recursos Humanos deverá promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as devidas alterações no contrato de trabalho mantido com o Servidor reenquadrado, quando reenquadramento resultar modificações quanto aos termos do respectivo contrato.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3090/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 13 de maio de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3354/15

PORTARIA Nº 3354/15

EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE PROFESSORA, A SRA. MARILIA LUIZA CARVALHO KANZLER MOREIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

R E S O L V E:

Art. 1º- Fica exonerada a pedido a SRA. MARILIA LUIZA CARVALHO KANZLER MOREIRA, do cargo de Professora, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Portaria nº 30/98 de 01/07/98 e Concurso Público nº 001/98, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 30/98.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 13 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3355/15

PORTARIA Nº 3355/15

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e combinando com o artigo 9º da Lei Municipal nº 2141 de 04 de abril de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:

I – JONEY CÍCERO MOROZINI – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

II – FELIPE RAFAEL RODRIGUES – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

III - ALCEU GILMAR MORETTI – Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

IV – BERNADETE CORREA HILLBRECHT – Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

V- WILSON GEAN GESSNER - Representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

VI – JEAN MARCEL BERTOLDI DIEL – Representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

VII – CELSO GARCIA – Representante da Autarquia Águas de Corupá;

VIII – MARIA CELI DA COSTA – Representante da Secretaria Municipal de Educação;

IX - FERNANDO GEAN LUNELLI – Representante da Assessoria Jurídica;

X – LORIVAL HORN – Representante dos Bombeiros Voluntários;

XI- SARGENTA DANIELA KREUSBERG KNAPIK – Representante do Bombeiro Militar;

XII- SARGENTO MAURÍCIO MARCARINI – Representante da Polícia Militar;

XIII- CLÓBIO MAURICIO FRANCISCO – Representante da Polícia Civil;

XIV- GEORGE LIVRAMENTO – Representante da EPAGRI;

XV- PAULO QUADROS – Representante da CELESC;

XVI – ANÉSIO MEES – Representante da ACIAC;

XVII – CRISTIAN HERMANN - Representante do JEEP CLUB;

XVIII – ALISON SIQUEIRA - Representante do BANANALAMA;

XIX – ANDRÉ SPAIT - Representante do LIONS CLUB;

XX – GILBERTO KAZUBOWSCKI - Representante do ROTARY CLUB;

XXI – MAURO GAERDTNER – Representante Rádio Amador;

XXII – CESAR HUMBERTO ROCHA – Representante do CREA Del. Jaraguá do Sul;

XXIII – SANDRO ROGÉRIO GLATZ – Representante da OAB Regional de Jaraguá do Sul;

XXIV – ERNESTO FELIPE BLUNK – Representante do COMPDEC;

XXV – CELSO DOS SANTOS BERLATTO – Representante dos Nudex;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3329/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 19 de maio de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	44.746.784,41	44.746.784,41	6.976.705,16	15,59	12.418.883,69	32.327.900,72
RECEITAS CORRENTES	37.844.734,41	37.844.734,41	6.169.086,47	16,30	11.610.067,09	26.234.667,32
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.630.845,13	6.630.845,13	1.513.153,72	22,82	1.976.166,46	4.654.678,67
IMPOSTOS	3.369.681,00	3.369.681,00	1.143.616,44	33,94	1.477.034,85	1.892.646,15
TAXAS	1.428.126,63	1.428.126,63	369.041,84	25,84	497.796,55	930.330,08
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.833.037,50	1.833.037,50	495,44	0,03	1.335,06	1.831.702,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	242.550,00	242.550,00	41.941,75	17,29	86.071,90	156.478,10
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	242.550,00	242.550,00	41.941,75	17,29	86.071,90	156.478,10
RECEITA PATRIMONIAL	232.601,25	232.601,25	58.924,25	25,33	106.277,56	126.323,69
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	232.601,25	232.601,25	58.924,25	25,33	106.277,56	126.323,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	30.318,75	30.318,75	5.097,44	16,81	8.067,62	22.251,13
Outras Receitas Agropecuárias	30.318,75	30.318,75	5.097,44	16,81	8.067,62	22.251,13
RECEITA DE SERVIÇOS	2.006.025,00	2.006.025,00	387.185,57	19,30	754.900,45	1.251.124,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.851.868,03	27.851.868,03	4.057.624,58	14,57	8.499.954,41	19.351.913,62
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	27.517.968,03	27.517.968,03	4.020.295,64	14,61	8.447.313,44	19.070.654,59
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00	-8.000,00
Transf. de Conv.	333.900,00	333.900,00	29.328,94	8,78	44.640,97	289.259,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	850.526,25	850.526,25	105.159,16	12,36	178.628,69	671.897,56
Multas e Juros de Mora	420.661,50	420.661,50	27.574,48	6,56	47.050,91	373.610,59
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.640,00	17.640,00	15.062,65	85,39	21.871,39	-4.231,39
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	359.856,00	359.856,00	56.120,22	15,60	93.524,45	266.331,55
RECEITAS DIVERSAS	52.368,75	52.368,75	6.401,81	12,22	16.181,94	36.186,81
RECEITAS DE CAPITAL	6.902.050,00	6.902.050,00	807.618,69	11,70	808.816,60	6.093.233,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	349.366,05	34,94	349.366,05	650.633,95
Operações de Crédito Internas	1.000.000,00	1.000.000,00	349.366,05	34,94	349.366,05	650.633,95
ALIENAÇÃO DE BENS	262.500,00	262.500,00	0,00	0,00	0,00	262.500,00
Alienação de Bens Móveis	157.500,00	157.500,00	0,00	0,00	0,00	157.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.587.050,00	5.587.050,00	92.222,62	1,65	92.222,62	5.494.827,38
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.587.050,00	5.587.050,00	92.222,62	1,65	92.222,62	5.494.827,38
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	52.500,00	52.500,00	4.779,68	9,10	5.977,59	46.522,41
Outras Receitas	52.500,00	52.500,00	4.779,68	9,10	5.977,59	46.522,41
Outras Receitas - Convênios	0,00	0,00	361.250,34	0,00	361.250,34	-361.250,34
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	44.746.784,41	44.746.784,41	6.976.705,16	15,59	12.418.883,69	32.327.900,72

Continua 1/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	44.746.784,41	6.976.705,16	15,59	12.418.883,69	27,75	32.327.900,72
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	44.746.784,41	44.746.784,41	6.976.705,16	15,59	12.418.883,69	27,75	32.327.900,72
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.788.623,72	—	—	612.011,77	—	—
Superávit Financeiro	—	1.788.623,72	—	—	612.011,77	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	44.746.784,41	48.787.686,42	7.585.795,18	14.448.456,34	34.339.230,08	11.506.859,39	10.841.610,06		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.048.314,66	31.393.754,03	5.172.892,31	11.026.477,46	20.367.276,57	9.726.920,54	9.061.671,21		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	16.387.683,50	16.348.084,14	2.604.838,03	5.530.410,95	10.817.673,19	5.528.568,13	5.025.007,75		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	420.000,00	420.000,00	1.600,92	3.519,14	416.480,86	1.610,50	3.356,60		
Transferências a União	220.000,00	220.000,00	14.414,48	43.986,24	176.033,76	29.827,75	190.172,25		
	14.020.631,16	14.405.669,89	2.552.038,88	5.448.591,13	8.957.088,76	4.165.188,06	10.240.501,83		
DESPESAS DE CAPITAL	13.173.469,75	16.868.932,39	2.412.902,87	3.421.978,88	13.446.953,51	1.779.938,85	1.779.938,85		
INVESTIMENTOS	12.123.469,75	15.818.932,39	2.378.995,65	3.361.049,20	12.457.893,19	1.723.923,56	1.723.923,56		
Amortização da Dívida	1.050.000,00	1.050.000,00	33.907,22	60.929,68	989.070,32	56.015,29	56.015,29		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00		
RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	44.746.784,41	48.787.686,42	7.585.795,18	14.448.456,34	34.339.230,08	11.506.859,39	10.841.610,06		

Continuação 3/3

Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	44.746.784,41	48.787.686,42	7.585.795,18	14.448.456,34	34.339.230,08	6.931.072,59	11.506.859,39	37.280.827,03	10.841.610,06
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	912.024,30	-	12.418.883,69
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	44.746.784,41	48.787.686,42	7.585.795,18	14.448.456,34	-	6.931.072,59	12.418.883,69	-	23.260.493,75

FONTE:
Corupá, 19/05/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI PREFEITO MUNICIPAL	JONEY CICERO MOROZINI SECRETARIO DE ADM E FAZENDA	DILVANE KUHLL KLABUNDE CONTADORA
--	--	-------------------------------------

VALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (URF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	44.746.784,41	48.787.686,42	7.585.795,18	14.448.456,34	100,00	34.339.230,08	6.931.072,59	11.506.859,39	100,00	37.280.827,03
Legislativa	1.155.000,00	1.155.000,00	159.672,31	331.680,29	2,30	823.339,71	163.856,58	317.521,80	2,76	837.478,20
Ação Legislativa	1.155.000,00	1.155.000,00	159.672,31	331.680,29	2,30	823.339,71	163.856,58	317.521,80	2,76	837.478,20
Administrativa	4.038.639,13	4.615.392,30	706.375,27	1.413.106,09	9,78	3.202.286,21	655.778,16	1.127.377,46	9,80	3.488.014,84
Administração Geral	3.986.139,13	4.562.892,30	673.245,15	1.368.269,86	9,47	3.194.622,44	622.852,19	1.083.841,23	9,42	3.479.051,07
Comunicação Social	52.500,00	52.500,00	33.130,12	44.836,23	0,31	7.663,77	32.925,97	43.536,23	0,38	8.963,77
Segurança Pública	1.037.690,00	1.068.328,21	18.817,63	30.570,65	0,21	1.037.757,56	15.239,99	23.134,55	0,20	1.045.193,66
Policimento	39.900,00	70.578,21	10.066,29	19.043,75	0,13	51.534,46	9.082,95	14.643,95	0,13	55.934,26
Defesa Civil	997.750,00	997.750,00	8.751,34	11.526,90	0,08	986.223,10	6.157,04	8.490,60	0,07	989.259,40
Assistência Social	887.250,00	887.250,00	186.907,83	428.086,83	2,96	459.163,17	221.053,39	367.011,97	3,19	520.238,03
Assistência ao Idoso	42.000,00	42.000,00	2.558,40	14.579,25	0,10	27.420,75	0,00	0,00	0,00	42.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	241.500,00	241.500,00	25.840,40	36.720,19	0,25	204.779,81	25.359,50	31.605,34	0,27	209.894,66
Assistência Comunitária	603.750,00	603.750,00	158.509,03	376.787,39	2,61	226.962,61	195.693,89	335.406,63	2,91	268.343,37
Saúde	6.445.218,78	7.057.818,63	1.406.483,44	3.082.850,41	21,34	3.974.968,22	1.478.800,46	2.617.238,26	22,75	4.440.580,37
Atenção Básica	5.934.760,65	6.493.291,81	1.324.768,66	2.909.572,65	20,14	3.583.719,16	1.382.255,58	2.470.101,71	21,47	4.023.190,10
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	233.100,00	233.100,00	50.158,33	84.888,98	0,59	148.211,02	45.498,91	75.951,52	0,66	157.148,48
Suporte Profilático e Terapêutico	191.048,13	202.987,18	6.840,30	48.285,61	0,33	154.721,57	28.152,49	40.403,51	0,35	162.593,67
Vigilância Sanitária	28.350,00	70.479,64	17.459,27	25.394,99	0,18	45.084,65	12.982,47	19.941,29	0,17	50.538,35
Vigilância Epidemiológica	57.960,00	57.960,00	7.236,88	14.728,18	0,10	43.231,82	8.911,01	10.840,23	0,09	47.119,77
Trabalho	10.500,00	10.500,00	325,39	325,39	0,00	10.174,61	0,00	0,00	0,00	10.500,00
Empregabilidade	10.500,00	10.500,00	325,39	325,39	0,00	10.174,61	0,00	0,00	0,00	10.500,00
Educação	14.716.668,75	14.894.774,46	1.939.495,98	3.849.733,72	26,64	11.045.040,74	1.986.604,98	3.551.749,69	30,87	11.343.024,77
Alimentação e Nutrição	316.732,50	316.851,07	51.721,64	111.692,07	0,77	205.159,00	62.206,59	66.706,59	0,58	250.144,48
E ensino Fundamental	11.157.693,75	11.335.680,89	1.357.364,40	2.636.586,06	18,25	8.699.114,83	1.389.673,38	2.389.073,73	20,76	8.946.607,16
E ensino Superior	42.000,00	42.000,00	3.337,90	10.270,28	0,07	31.729,72	6.242,53	10.270,28	0,09	31.729,72
Educação Infantil	3.085.242,50	3.095.242,50	527.072,04	1.089.754,75	7,54	2.005.467,75	527.626,45	1.084.248,53	9,42	2.010.993,97
Educação de Jovens e Adultos	52.500,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00	0,00	0,00	0,00	52.500,00
Educação Especial	52.500,00	52.500,00	0,00	1.450,56	0,01	51.049,44	856,03	1.450,56	0,01	51.049,44
Cultura	63.000,00	63.000,00	1.240,00	1.490,00	0,01	61.510,00	0,00	250,00	0,00	62.750,00
Diffusão Cultural	63.000,00	63.000,00	1.240,00	1.490,00	0,01	61.510,00	0,00	250,00	0,00	62.750,00
Urbanismo	10.140.317,75	12.893.810,85	2.515.567,85	3.930.394,74	27,20	8.763.416,11	1.800.883,70	2.436.741,11	21,18	10.257.069,74
Infra-Estrutura Urbana	4.493.725,00	6.940.600,11	1.621.326,68	1.801.726,68	12,47	5.138.873,43	913.326,68	913.326,68	7,94	6.027.273,43
Serviços Urbanos	5.646.592,75	5.753.210,74	894.241,17	2.128.668,06	14,73	3.624.542,68	887.557,02	1.523.414,43	13,24	4.229.796,31
Habituação	147.000,00	147.000,00	0,00	0,00	0,00	147.000,00	0,00	0,00	0,00	147.000,00
Habituação Urbana	147.000,00	147.000,00	0,00	0,00	0,00	147.000,00	0,00	0,00	0,00	147.000,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saneamento	44.746.784,41	48.787.686,42	7.585.795,18	14.448.456,34	100,00	6.931.072,59	11.506.859,39	100,00
Saneamento Básico Urbano	2.079.840,00	2.189.111,97	343.594,95	752.507,03	5,21	347.170,91	596.740,10	5,10
Gestão Ambiental	2.079.840,00	2.189.111,97	343.594,95	752.507,03	5,21	347.170,91	596.740,10	5,10
Preservação e Conservação Ambiental	84.000,00	84.000,00	0,00	10.000,00	0,07	0,00	833,37	0,01
Agricultura	84.000,00	84.000,00	0,00	10.000,00	0,07	0,00	833,37	0,01
Extensão Rural	968.100,00	968.100,00	87.023,28	255.765,35	1,77	98.443,86	196.738,17	1,71
Energia	968.100,00	968.100,00	87.023,28	255.765,35	1,77	98.443,86	196.738,17	1,71
Energia Elétrica	274.050,00	274.050,00	15.930,89	30.143,86	0,21	19.086,07	30.143,86	0,26
Desporto e Lazer	274.050,00	274.050,00	15.930,89	30.143,86	0,21	19.086,07	30.143,86	0,26
Desporto Comunitário	652.050,00	652.050,00	140.349,78	238.870,72	1,65	108.636,77	192.007,16	1,67
Encargos Especiais	652.050,00	652.050,00	140.349,78	238.870,72	1,65	108.636,77	192.007,16	1,67
Serviço de Divida Interna	1.522.500,00	1.522.500,00	64.010,58	92.951,26	0,64	35.517,72	59.371,89	0,52
Outras Transferências	1.470.000,00	1.470.000,00	36.508,14	64.448,82	0,45	35.517,72	59.371,89	0,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	525.000,00	525.000,00	28.502,44	28.502,44	0,20	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	44.746.784,41	48.787.686,42	7.585.795,18	14.448.456,34	100,00	6.931.072,59	11.506.859,39	100,00

FONTE:

Corupá, 14/05/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.781.574,20	2.696.498,52	3.189.321,63	2.987.087,95	2.822.690,29	2.723.776,24	2.949.478,80	3.544.314,67	3.223.162,36	2.943.678,97	3.659.370,06	2.953.749,55	36.679.863,24
RECEITA TRIBUTÁRIA	227.113,67	225.293,25	329.275,63	290.617,01	289.114,30	271.023,38	303.916,35	376.870,61	237.592,08	225.512,66	237.281,02	237.281,02	4.279.338,67
IPTU	51.818,22	45.101,09	44.332,68	46.644,55	43.818,28	33.638,93	10.090,59	14.993,51	290,23	62,88	830.065,24	48.151,30	1.179.153,51
I.R.R.F.	11.918,41	1.493,35	45.326,67	27.694,46	26.052,58	25.530,44	18.002,97	103.410,33	0,00	2.540,51	1.268,56	1.268,56	266.231,21
I.S.S.	77.240,02	60.554,58	110.000,32	87.598,31	96.903,64	95.945,28	152.315,58	116.519,34	168.742,98	135.721,81	106.905,63	86.870,65	1.296.918,14
I.T.B.I.	14.626,00	50.428,65	53.748,00	35.379,40	27.779,66	35.379,40	52.630,00	47.173,00	2.900,00	23.280,00	49.657,13	10.650,00	326.465,75
Outras Receitas Tributárias	71.511,02	67.714,58	75.867,96	79.123,77	84.990,39	87.123,77	70.578,22	94.799,43	65.696,87	63.897,46	279.216,77	90.320,51	1.130.816,05
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	15.300,52	18.682,14	13.200,63	17.263,77	17.216,22	0,00	44.167,12	18.261,86	20.028,85	24.101,30	13.958,57	27.983,18	231.194,16
RECEITA PATRIMONIAL	24.910,05	24.624,12	33.016,83	30.832,26	31.824,66	27.771,97	23.956,18	31.878,46	23.815,02	23.538,29	29.253,44	23.668,81	334.732,09
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.735,86	1.660,90	1.709,77	2.109,89	1.912,35	2.256,50	2.430,43	2.117,57	64,35	2.805,63	2.176,67	2.920,77	24.000,89
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	159.557,72	158.463,60	162.652,05	178.617,58	180.444,44	189.252,04	176.203,33	217.741,44	189.378,24	178.236,64	209.379,21	177.805,36	2.174.862,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.163.315,62	2.213.843,38	2.579.388,56	2.469.142,53	2.266.657,90	2.202.321,01	2.349.362,18	2.406.061,71	2.723.220,30	2.444.990,24	2.660.937,77	2.440.719,95	28.692.351,56
Cota-Parte do FPM	764.119,10	573.040,02	492.168,87	597.901,44	524.110,60	495.338,48	655.643,62	720.176,72	696.882,78	1.018.675,99	742.684,20	801.553,04	10.784.655,00
Cota-Parte do ICMS	692.793,38	702.797,97	653.093,54	695.173,16	734.673,12	757.448,99	835.670,67	804.935,77	765.308,92	690.634,23	693.875,56	735.122,92	8.731.775,23
Cota-Parte do IPVA	121.521,63	117.384,85	122.910,46	113.167,39	124.531,74	103.628,84	62.669,60	36.138,84	57.701,12	80.762,06	114.565,58	111.553,39	1.186.715,50
Cota-Parte do ITR	49,02	13,56	87,47	234,14	2.800,31	16.344,46	67,03	632,76	603,92	0,00	32,99	94,54	3.051,75
Outras Transferências Correntes	213.460,03	324.195,84	890.366,65	599.122,90	379.044,32	304.761,63	246.297,37	295.289,09	350.404,49	199.796,37	228.406,45	246.376,64	4.171.494,78
Transferências de LC 61/1969	11.240,51	10.801,24	11.093,23	11.437,77	10.763,54	11.526,84	13.236,25	13.000,31	15.941,79	9.484,49	9.304,10	9.744,56	137.737,63
Transferências de LC 87/1966	3.059,28	3.059,28	3.059,28	3.059,28	3.059,28	3.059,28	3.059,28	3.118,56	0,00	0,00	0,00	11.639,37	39.172,89
Transferências do FUNDEB	509.999,67	482.629,62	446.900,06	478.046,85	487.854,99	509.172,49	532.143,16	528.079,66	534.377,28	494.307,10	482.069,29	521.635,69	6.006.386,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.640,76	55.955,13	65.046,16	29.504,51	35.300,42	31.151,34	49.770,20	491.353,02	28.045,52	44.424,01	67.769,70	37.389,46	973.383,23
DEDUÇÕES (II)	-26.512,26	22.323,57	33.764,52	11.915,13	42.914,09	53.443,17	17.926,72	-10.314,49	367.689,51	358.171,20	310.091,80	329.285,60	1.510.686,56
Ded. Rec. p/ For. do FUNDEB - ICMS Desc. - LC 87/66	-411,85	-411,85	-411,85	-411,85	-411,85	-411,85	-411,85	-1.223,70	0,00	0,00	0,00	-2.327,87	-7.594,52
Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-191.028,75	-143.259,96	-123.042,18	-149.475,32	-131.027,62	-123.534,60	-163.910,94	-180.044,14	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.205.624,51
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	165.129,34	166.195,38	157.418,55	162.002,30	174.553,56	177.889,62	182.448,51	170.953,35	367.689,51	358.171,20	310.091,80	331.613,47	2.724.157,59
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.808.086,46	2.674.174,95	3.155.557,11	2.985.172,82	2.779.776,20	2.670.333,07	2.931.552,08	3.554.629,16	2.855.472,85	2.585.507,77	3.349.278,26	2.624.463,95	35.169.164,68

FONTE:

Corupá, 14/05/2015

LUIS CARLOS TAMIANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONIEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO DE ADM E FZENDA

DULVANE KUHIL KLABUNDE
CONTRADORA

VALQUIRIA MICHALUCK
RESP. CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	R\$ 1,00
RECEITA DE CAPITAL				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	262.500,00		0,00	262.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	105.000,00		0,00	105.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	157.500,00		0,00	157.500,00
TOTAL	262.500,00		0,00	262.500,00
DESPESAS				
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)				
Despesas de Capital	262.500,00			262.500,00
Investimentos	262.500,00			262.500,00
TOTAL	262.500,00		0,00	262.500,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
	0,00		-474.874,62	-474.874,62

FONTE:

Corupá, 14/05/2015

LUIZ CARLOS TAMIANINI
PREFEITO MUNICIPALVALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNOJONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDADILVANE KUHL KLABUNDE
CONTADORA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.627.666,00	3.627.666,00	1.559.392,00	42,99
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.408.774,50	1.408.774,50	888.540,65	63,07
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	324.465,75	324.465,75	86.397,13	26,63
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.237.666,50	1.237.666,50	497.241,07	40,18
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	391.718,25	391.718,25	2.540,51	0,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.135,25	11.135,25	4.251,64	38,18
Dívida Ativa dos Impostos	163.831,50	163.831,50	54.808,54	33,45
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	90.074,25	90.074,25	25.612,46	28,43
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	21.984.621,75	21.984.621,75	6.849.472,95	31,16
Cota-Parte FPM	10.784.655,00	10.784.655,00	3.562.806,01	33,04
Cota-Parte ITR	36.051,75	36.051,75	730,85	2,03
Cota-Parte IPVA	1.437.660,00	1.437.660,00	364.582,15	25,36
Cota-Parte ICMS	9.525.489,75	9.525.489,75	2.865.239,63	30,08
Cota-Parte IPTU-Exportação	153.798,75	153.798,75	44.474,94	28,92
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	46.966,50	46.966,50	11.639,37	24,78
Desoneração ICMS (LC 87/96)	46.966,50	46.966,50	11.639,37	24,78
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	25.612.287,75	25.612.287,75	8.408.864,95	32,83
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.550.063,13	1.550.063,13	473.813,11	30,57
Provenientes da União	1.550.063,13	1.550.063,13	473.813,11	30,57
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.512,50	5.512,50	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.555.575,63	1.555.575,63	473.813,11	30,46
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.320.242,78	5.489.837,03	2.533.979,88	46,16
Pessoal e Encargos Sociais	3.106.614,00	3.084.543,64	1.153.329,62	37,39
Outras Despesas Correntes	2.213.628,78	2.405.293,39	1.380.650,26	57,40
DESPESAS DE CAPITAL	1.112.176,00	1.555.181,60	544.897,21	35,04
Investimentos	1.112.176,00	1.555.181,60	544.897,21	35,04
			245.629,87	15,79
			245.629,87	15,79

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	(g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	1.112.176,00	1.555.181,60	544.897,21	35,04	245.629,87	15,79
	1.112.176,00	1.555.181,60	544.897,21	35,04	245.629,87	15,79
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.432.418,78	7.045.018,63	3.078.877,09	43,70	2.613.284,94	37,09
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	(h/V)*100	Até o Bimestre (i)	(i/Vg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.384.813,13	2.426.942,77	736.373,60	23,92	689.471,32	25,62
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.649.813,13	1.691.942,77	720.241,08	23,39	653.338,80	25,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	735.000,00	735.000,00	16.132,52	0,52	16.132,52	0,62
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.384.813,13	2.426.942,77	736.373,60	23,92	689.471,32	25,62
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.047.605,65	4.618.075,86	2.342.503,49	76,08	1.943.793,62	74,38
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						23,12
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100] 6						682.463,88

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Suporte Profilático e Terapêutico Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	5.934.760,65	6.493.291,81	2.909.572,65	94,38	2.470.101,71	94,38
	233.100,00	233.100,00	84.888,98	2,75	75.951,52	2,90
	191.048,13	202.987,18	48.265,61	1,57	40.403,51	1,54
	28.350,00	70.479,64	25.394,99	0,82	19.941,29	0,76
57.960,00	57.960,00	14.728,18	0,48	10.840,23	0,41	
	6.445.218,78	7.057.818,63	100,00		2.617.238,26	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Corupá, 14/05/2015

LUÍZ CARLOS TAMANINI PREFEITO MUNICIPAL	JONEY CICERO MOROZINI SECRETÁRIO DE ADM E FAZENDA	DILVANE KUHIL KLABUNDE CONTADORA
--	--	-------------------------------------

VALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.634.722,00	3.634.722,00	1.561.707,49	42,97
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.641.732,75	1.641.732,75	949.710,12	57,85
1.1.1- IPTU	1.408.774,50	1.408.774,50	888.540,65	63,07
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.961,25	4.961,25	564,07	11,37
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	145.419,75	145.419,75	39.570,79	27,21
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	82.577,25	82.577,25	21.034,61	25,47
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	324.686,25	324.686,25	87.081,13	26,82
1.2.1- ITBI	324.465,75	324.465,75	86.397,13	26,63
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	220,50	220,50	684,00	310,20
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.269.528,75	1.269.528,75	520.060,24	40,96
1.3.1- ISS	1.237.666,50	1.237.666,50	497.241,07	40,18
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.953,50	5.953,50	3.003,57	50,45
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	18.411,75	18.411,75	15.237,75	82,76
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	7.497,00	7.497,00	4.577,85	61,06
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	398.774,25	398.774,25	4.856,00	1,22
1.4.1- IRRF	398.774,25	398.774,25	4.856,00	1,22
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.042.371,75	22.042.371,75	6.849.472,95	31,07
2.1- Cota-Parte FPM	10.784.655,00	10.784.655,00	3.562.806,01	33,04
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.784.655,00	10.784.655,00	3.562.806,01	33,04
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.525.489,75	9.525.489,75	2.865.239,63	30,08
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	46.966,50	46.966,50	11.639,37	24,78
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	211.548,75	211.548,75	44.474,94	21,02
2.5- Cota-Parte ITR	36.051,75	36.051,75	730,85	2,03
2.6- Cota-Parte IPVA	1.437.660,00	1.437.660,00	364.582,15	25,36
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.677.093,75	25.677.093,75	8.411.180,44	32,76
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	888.982,50	888.982,50	348.616,51	39,22
5.1- Transferências do Salário-Educação	588.000,00	588.000,00	302.746,04	51,49
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.050,00	1.050,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	190.732,50	190.732,50	31.572,00	16,55
5.4- Transferências Diretas - PNATE	88.200,00	88.200,00	14.298,47	16,21
5.5- Outras Transferências do FNDE	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	241.500,00	241.500,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	241.500,00	241.500,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	359.503,20	359.503,20	49.492,80	13,77
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.489.985,70	1.489.985,70	398.109,31	26,72
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.399.081,05	4.399.081,05	1.367.565,98	31,09
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.156.931,00	2.156.931,00	712.561,10	33,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.905.097,95	1.905.097,95	573.047,63	30,08
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	42.309,75	42.309,75	8.894,99	21,02
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	7.210,35	7.210,35	146,15	2,03
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	287.532,00	287.532,00	72.916,11	25,36
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.972.242,50	5.972.242,50	2.035.588,56	34,08
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.944.680,00	5.944.680,00	2.032.389,36	34,19
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	27.562,50	27.562,50	3.199,20	11,61
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.545.598,95	1.545.598,95	664.823,38	43,01
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.366.749,50	4.366.749,50	1.478.630,25	33,86	1.477.976,66	33,85
13.1- Com Educação Infantil	1.796.749,50	1.296.749,50	599.082,27	46,20	598.990,48	46,19
13.2- Com Ensino Fundamental	3.570.000,00	3.070.000,00	879.547,98	28,65	878.986,18	28,63
14- OUTRAS DESPESAS	605.493,00	1.605.493,00	809.759,63	50,44	801.293,98	49,91
14.1- Com Educação Infantil	185.493,00	685.493,00	385.606,28	56,25	385.193,22	56,19
14.2- Com Ensino Fundamental	420.000,00	920.000,00	424.153,35	46,10	416.100,76	45,23
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.972.242,50	5.972.242,50	2.288.389,88	38,32	2.279.270,64	38,16
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.279.270,64	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %					72,61	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %					39,36	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					-11,97	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)ª	6.419.273,44		6.419.273,44		2.102.795,11	32,76
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.664.742,50	2.664.742,50	1.089.754,75	40,90	1.084.248,53	40,69
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.493.443,75	9.493.443,75	2.081.116,90	21,92	1.898.451,61	20,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.990.000,00	3.990.000,00	1.303.701,33	32,67	1.295.086,94	32,46
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.503.443,75	5.503.443,75	777.415,57	14,13	603.364,67	10,96
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	12.158.186,25	12.158.186,25	3.170.871,65	26,08	2.982.700,14	24,53
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					664.823,38	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					3.199,20	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					668.022,58	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.314.677,56	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					27,52	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	588.000,00	619.249,80	334.917,57	54,08	334.917,57	54,08
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.928.482,50	2.075.338,41	333.674,22	16,08	223.861,70	10,79
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.516.482,50	2.694.588,21	668.591,79	24,81	588.779,27	20,74
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.674.668,75	14.852.774,46	3.839.463,44	25,85	3.541.479,41	23,84

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		113.727,56	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.032.389,36	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.138.147,52	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.996.034,74	0,00
49.2 Restos a Pagar		142.112,78	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.199,20	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		11.168,60	0,00

Corupá, 14/05/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETÁRIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.177.501,38	5.650.478,92	5.965.937,75
DEDUÇÕES (II)	2.848.549,83	3.771.431,46	3.384.278,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.495.132,42	4.619.200,27	4.257.507,39
Demais Haveres Financeiros	25.091,02	25.091,02	25.091,02
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	671.673,61	872.859,83	898.319,62
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.328.951,55	1.879.047,46	2.581.658,96
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.328.951,55	1.879.047,46	2.581.658,96

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
VALOR	702.611,50	1.252.707,41

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	60.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 14/05/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHLL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	37.612.133,16	11.503.789,53	11.211.712,56
Receita Tributária	6.630.845,13	1.976.166,46	1.806.489,89
I.P.T.U.	1.408.774,50	888.540,65	820.964,84
I.S.S.	1.237.666,50	497.241,07	251.666,60
I.T.B.I.	324.465,75	86.397,13	94.955,04
I.R.R.F.	398.774,25	4.856,00	131.045,64
Outras Receitas Tributárias	3.261.164,13	499.131,61	507.857,77
Receita de Contribuição	242.550,00	86.071,90	64.087,99
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	242.550,00	86.071,90	64.087,99
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	232.601,25	106.277,56	67.524,78
(-) Aplicações Financeiras	232.601,25	106.277,56	67.524,78
Transferências Correntes	27.851.868,03	8.499.954,41	8.301.324,68
F.P.M.	8.627.724,00	2.850.244,91	2.715.818,33
I.C.M.S.	7.620.391,80	2.292.192,00	2.235.054,58
Convênios	333.900,00	44.640,97	80.592,04
Outras Transferências Correntes	11.269.852,23	3.312.876,53	3.269.859,73
Demais Receitas Correntes	2.886.870,00	941.596,76	1.039.810,00
Dívida Ativa	359.856,00	93.524,45	110.835,05
Diversas Receitas Correntes	2.527.014,00	848.072,31	928.974,95
RECEITAS DE CAPITAL (II)	6.902.050,00	808.816,60	1.113.694,20
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	349.366,05	405.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	262.500,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.587.050,00	92.222,62	702.130,78
Convênios	5.587.050,00	92.222,62	393.270,78
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	308.860,00
Outras Receitas de Capital	52.500,00	367.227,93	6.563,42
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.639.550,00	459.450,55	708.694,20
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	43.251.683,16	11.963.240,08	11.920.406,76

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	31.393.754,03	11.026.477,46	9.671.248,70	9.726.920,54	8.668.844,59
Pessoal e Encargos Sociais	16.348.084,14	5.530.410,95	4.709.838,30	5.528.568,13	4.703.780,58
Juros e Encargos da Dívida (IX)	420.000,00	3.519,14	14.091,12	3.356,60	14.091,12
Outras Despesas Correntes	14.625.669,89	5.492.547,37	4.947.319,28	4.194.995,81	3.950.972,89
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	30.973.754,03	11.022.958,32	9.657.157,58	9.723.563,94	8.654.753,47
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	16.868.932,39	3.421.978,88	787.896,14	1.779.938,85	531.707,23
Investimentos	15.818.932,39	3.361.049,20	642.860,08	1.723.923,56	386.671,17
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.050.000,00	60.929,68	145.036,06	56.015,29	145.036,06
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	15.818.932,39	3.361.049,20	642.860,08	1.723.923,56	386.671,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	525.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	47.317.686,42	14.384.007,52	10.300.017,66	11.447.487,50	9.041.424,64
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.066.003,26	-2.420.767,44	1.620.389,10	515.752,58	2.878.982,12
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-1.495.101,25	

FONTE:

Corupá, 14/05/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de Corupá - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		44.746.784,41		
Previsão Atualizada		44.746.784,41		
Receitas Realizadas		12.418.883,69		
Déficit Orçamentário		9.929.585,76		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		612.011,77		
DESPESAS				
Dotação Inicial		44.746.784,41		
Créditos Adicionais		4.040.902,01		
Dotação Atualizada		48.787.686,42		
Despesas Empenhadas		14.448.456,34		
Despesas Liquidadas		11.506.859,39		
Despesas pagas		10.841.610,06		
Superavit Orçamentário		912.024,30		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		14.448.456,34		
Despesas Liquidadas		11.506.859,39		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		35.169.164,68		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	595.950,29	0,00
Resultado Primário		0,00	515.752,58	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.125.405,16	0,00	680.560,81	444.844,35
EXECUTIVO	1.125.405,16	0,00	680.560,81	444.844,35
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	671.673,61	0,00	430.511,11	241.162,50
EXECUTIVO	671.673,61	0,00	430.511,11	241.162,50
TOTAL:	1.797.078,77	0,00	1.111.071,92	686.006,85
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.314.677,56	25%	27,52
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.477.976,66	60%	72,61
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		349.366,05	650.633,95	
Despesa de Capital Líquida		1.779.938,85	15.088.993,54	

Continua 1/2

Município de Corupá - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00	262.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00	262.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Corupá, 19/05/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
 PREFEITO MUNICIPAL

JONEY CICERO MOROZINI
 SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE
 CONTADORA

VALQUIRIA MICHALACK
 RESP. CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVOS DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Unidades	Pagos
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	671.673,61	430.511,11	-	241.162,50	75.915,09	1.049.490,07	680.960,81	680.560,81
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	670.524,35	429.361,85	0,00	241.162,50	75.915,09	891.292,50	527.960,81	527.560,81
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.757,64	30.757,64	30.757,64
GABINETE DO PREFEITO	0,00	3.475,76	3.475,76	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	800,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	17.418,47	17.418,47	0,00	0,00	42.189,82	85.433,02	60.393,37	60.393,37
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E H/	0,00	13.142,44	13.142,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENV. RURAL E MEIO AMBIEN	0,00	7.554,99	7.554,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE IND. COM. TUR. ESP. E LAZER	0,00	15.561,08	6.211,08	0,00	9.350,00	0,00	21.666,66	3.000,00	21.666,66
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	399.926,28	168.113,78	0,00	231.812,50	22.957,12	547.872,35	394.770,04	394.770,04
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	72.189,22	72.189,22	0,00	0,00	8.999,82	19.150,20	10.150,20	10.150,20
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	141.295,11	141.295,11	0,00	0,00	1.798,33	175.100,88	6.022,90	6.022,90
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	1.149,26	1.149,26	0,00	0,00	0,00	153.000,00	153.000,00	153.000,00
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	1.149,26	1.149,26	0,00	0,00	0,00	153.000,00	153.000,00	153.000,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	671.673,61	430.511,11	0,00	241.162,50	75.915,09	1.049.490,07	680.960,81	680.560,81

FONTE:

Corupá, 14/05/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

VALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

DILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORIA

JONEY CIDERO MOROZINI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2015

O Município de Curitibanos de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MOTOR PARA PORTÃO ELETRÔNICO, PARA USO DA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 08/06/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 08/06/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 20 de Maio de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 102/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 102/2015

REFERENTE: Contrato de rateio firmado entre o Município de Curitibanos e o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, com o valor total de R\$ 29.992,50 (Vinte e nove mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO TENDO EM VISTA O CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, REFERENTE AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PRO-LICITA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, TENDO COMO AMPARO LEGAL O ART. 24, INCISO XXVI LEI 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XXVI da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 18 de maio de 2015.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XXVI dou como aprovada.

Curitibanos, 18 de maio de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 18 de maio de 2015.

Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre a Secretaria Municipal de Educação e a empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, no valor total de R\$ 986,32 (Novecentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DO VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS PLACA QHE4195, EM USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – “Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso, XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 20 de Maio de 2015.

Diego Sebern Wordell

Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto

Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 20 de Maio de 2015.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 20 de Maio de 2015.

Kleberon Luciano Lima

Presidente do Fundo

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

RESULTADO FINAL TESTE SELETIVO Nº 001/2015

RESULTADO FINAL

TESTE SELETIVO 001/2015

cod	Candidatos	Port	Mat	Esp	Total	Classif.
25	IVANILDA P. RODRIGUES	2.0	1.6	6.0	9.6	1º
09	ROSILENE FATIMA KNOB	1.6	2.0	6.0	9.6	2º
47	ANA CRIS BINSFELD	1.6	1.6	6.0	9.2	3º
24	JOSIANE A. FRANÇA	2.0	1.6	5.4	9.0	4º
20	MARILEI KAISEKAMP BINO	1.6	2.0	5.4	9.0	5º
41	ERINEIDE DE ARRUDA MOTTA	1.6	2.0	5.4	9.0	6º
30	MARCIA ADRIANA HAEFLINGER	2.0	0.8	6.0	8.8	7º
38	EMILI CHAIANI BENEDITO	2.0	1.2	5.4	8.6	8º
14	NATIEL DOS SANTOS LEAL	1.6	1.6	5.4	8.6	9º
16	RAQUEL GOMES BARBOSA	1.6	1.6	5.4	8.6	10º
19	RAQUEL DA SILVA CASTILHO	1.2	2.0	5.4	8.6	11º
33	KELI FREO	1.6	0.8	6.0	8.4	12º
37	EDINA S. FERNANDES FIGER	0.8	1.6	6.0	8.4	13º
45	ANDRÉ FORTES	2.0	1.6	4.8	8.4	14º
17	MARCIELI ELANIR ROOS	2.0	0.8	5.4	8.2	15º
53	EUNICE LOPES L. DE LARA	1.2	0.8	6.0	8.0	16º
29	JAQUELINE BONENBERGUE PRADO	0.8	1.2	6.0	8.0	17º
32	GESSICA PERINS	1.6	1.6	4.8	8.0	18º
52	ALINE MIERES PAZIN	1.2	2.0	4.8	8.0	19º
06	ROSENILDA DOS SANTOS BETIM	1.6	0.8	5.4	7.8	20º
31	JOCEMARA LEMOS	1.6	0.8	5.4	7.8	21º
07	TAMYLLES RAMALHO PINHEIRO	1.6	0.8	5.4	7.8	22º
51	FRANCIELI POLESELO	0.8	1.6	5.4	7.8	23º
13	VIVIANE SUTEL MAIER	0.8	0.8	6.0	7.6	24º
48	ELIZIANE MARLETE RENNER	1.6	1.2	4.8	7.6	25º
10	MONICA SAMARA GOMES	2.0	2.0	3.6	7.6	26º
44	CRISTIANE DA COSTA SILVA	1.6	1.6	4.2	7.4	27º
08	ROSELI DE FATIMA DA SILVA	1.2	1.2	4.8	7.2	28º
49	GABRIELA NUNES DE ALMIRON	0.8	1.6	4.8	7.2	29º
03	MIRIA DE SOUZA AMARAL	1.2	0.4	5.4	7.0	30º
15	ZENILDA MENDES	0.4	1.2	5.4	7.0	31º
42	CLERIA ZANARDI DORNELES	0.8	2.0	4.2	7.0	32º
26	LUCIANE SALDANHA	1.6	0.4	4.8	6.8	33º
02	SOLANGE GULARTE PIMENTEL	0.4	1.6	4.8	6.8	34º
22	GENESSI DUTRA OLIVEIRA	0.8	0.4	5.4	6.6	35º
12	SANDRA DE COUTO	0.8	0.4	5.4	6.6	36º
50	ESTER DA SILVA MULLER	0.8	0.8	4.2	5.8	37º
05	MARLI PIRES DA SILVA	0.4	1.2	4.2	5.8	38º
46	ELTON JOSÉ EBERHARD	0.8	1.2	3.6	5.6	39º
11	ROSELI DE COUTO	1.2	0.8	3.0	5.0	40º
40	CLEONARA MACHADO	1.2	0.0	3.6	4.8	41º
01	SILVANA G. FERNANDES	0.8	0.4	3.6	4.8	42º
21	MARIA IRENE BATISTA	0.4	0.8	3.6	4.8	43º
27	JAIMIR BEAL	0.4	0.8	3.6	4.8	44º
18	IVETE DE FATIMA FAÉ	0.0	0.4	3.6	4.0	45º
43	CRISTIANE PEREIRA FORTES	0.4	1.2	2.4	4.0	46º
23	IZALETE GRAFF	0.4	0.4	1.8	2.6	47º

CONFORME EDITAL 001/2015

CAPITULO IX – ITEM 9.1 - Para o provimento do cargo haverá chamada pública pelo endereço eletrônico: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br.
Obedecendo a ordem de classificação dos candidatos aprovados que se apresentarem na escolha.

Altair Cardoso Rittes
Prefeito Municipal



Ermo

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº. 004/2015

Convênio nº. 004/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Ermo.

Contratado: Câmara de Dirigentes Lojistas de Ermo - CDL

Objeto: contribuição financeira no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), divididos em parcelas mensais.

Vigência: 19 de maio de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Data de assinatura: 19 de maio de 2015.

LEI Nº 385, DE 19 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 385, de 19 de maio de 2015.

Fixa o Índice de Revisão Geral das Remunerações e Subsídios dos Servidores Públicos e Agentes Políticos Municipais para o exercício de 2015 e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O índice de Revisão Geral das Remunerações dos Servidores Públicos Municipais, extensivo aos Admitidos em Caráter Temporário e aos Agentes Políticos da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal Regulamentado pela Lei Municipal nº 157, de 19 de maio de 2004, a ser aplicado no mês de maio de 2015, compreendendo o período de abril de 2014 a março de 2015, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 8,42 (oito inteiros e quarenta e dois centésimos por cento).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de maio de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 386, DE 19 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 386, de 19 de maio de 2015.

Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Câmara do Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para o exercício de 2015, a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Câmara de Vereadores do Município de Ermo, conforme dispõe o Art. 1º da Lei nº 157, de 19 de maio de 2004, compreendendo o período de abril de 2014 a março de 2015, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 8,42% (oito inteiros e quarenta e dois centésimos por cento).

Art. 2º Os vencimentos dos servidores serão ainda reajustados em

1,58 (um inteiro e cinquenta e oito por cento) de aumento real.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 1º de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de maio de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 387, DE 19 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 387, de 19 de maio de 2015.

Dispõe sobre da revisão geral anual dos subsídios do Prefeito Municipal do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para o exercício de 2015, a revisão geral anual dos subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e Secretários Municipais do Município de Ermo, conforme dispõe o Art. 5º da Lei nº 228 de 23 de junho de 2008, combinado com o Art. 3º da Lei nº 227 de 23 de junho de 2008, compreendendo o período de abril de 2014 a março de 2015, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 8,42% (oito inteiros e quarenta e dois centésimos por cento).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativo 1º de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de maio de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

Objeto: Aquisição de materiais de consumo para manutenção do atendimento médico e odontológico do Posto de Saúde do Município de Ermo.

Vencedor:

* LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP

Valor: 20.362,55

* HOSPCLIN - COM ATAC DE MAT HOSP - EIRELI - ME

Valor: 125.006,40

Ivan De Lavechia de Vargas

Pregoeiro

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 012/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 026/2015

Edital de Pregão nº 012/2015

Objeto: Aquisição de material e mão de obra para execução de sistema de proteção contra descargas elétricas atmosféricas.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 02/06/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 89/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 89/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo contratação de empresa especializada para execução da 2ª etapa da capela mortuária da localidade de Santa Terezinha, Município de Forquilha/SC, com área de 118,15m², compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de junho de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 20 de maio de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

DECISÃO ADMINISTRATIVA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/PMF/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/PMF/2015

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Recorrente: STECKERT ENGENHARIA LTDA.

Recorrido: JEREMIAS E JACINTO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME.

RELATÓRIO

STECKERT ENGENHARIA LTDA. apresentou Recurso Administrativo contra decisão do Pregoeiro Municipal que, no Edital de Pregão Presencial nº 076/PMF/2015, declarou vencedora do certame a empresa JEREMIAS E JACINTO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME.

Alega que a proposta da empresa JEREMIAS E JACINTO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME é manifestadamente inexequível, tendo em vista que é 38% (trinta e oito por cento) inferior ao valor orçado pelo Município.

Devidamente notificada, a empresa JEREMIAS E JACINTO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME. apresentou Impugnação ao Recurso Administrativo, dispondo que sua proposta é exequível, que a interpretação do Pregoeiro foi acertada, visto que foi no sentido de ampliação da disputa e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

DA FUNDAMENTAÇÃO

A Lei nº 10.520/02, que disciplina a modalidade pregão, é bastante sucinta no que toca à aferição da inexequibilidade das propostas. O inciso XI de seu art. 4º, prescreve o seguinte:

Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

Por força do dispositivo, então, admite-se que o pregoeiro tem o poder-dever de, verificada a inexequibilidade do preço ofertado por determinado licitante, promover sua desclassificação, declarando vencedora a proposta anterior, que havia sido coberta pelo licitante desclassificado.

Em razão do tratamento sintético dado Lei nº 10.520/02, aplica-se à questão da inexequibilidade, de forma subsidiária, o tratamento dispensado pela Lei nº 8.666/93. O fundamento jurídico para a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 é o art. 9º da própria Lei nº 10.520/02, cujo texto assinala:

Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Lei nº 8.666/93 oferece um critério relativo para se aferir a inexequibilidade das propostas. A aplicação da fórmula apresenta ao pregoeiro uma presunção de que o preço ofertado é inexequível. Como presunção, admite-se prova em contrário. Confira-se o teor do dispositivo:

Art. 48. [...]

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) valor orçado pela administração. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Para aferir a proposta inexequível o agente administrativo deve calcular a média aritmética das propostas acima de 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Assim, ante tal desiderato, consideram-se todas as propostas dos licitantes, visto que todas ficam dentro do limite de 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, cuja média é de R\$ 205.513,33 (duzentos e cinco mil quinhentos e treze reais e trinta e três centavos).

STECKERT	R\$ 272.540,00
MUNDO URBANO	R\$ 174.000,00
JEREMIAS E JACINTO	R\$ 170.000,00
MÉDIA DAS PROPOSTAS	R\$ 205.513,33
70% DO VALOR MÉDIO	R\$ 143.859,33

Desse modo, seria inexequível a proposta inferior a 70% (setenta por cento) de R\$ R\$ 205.513,33 (duzentos e cinco mil quinhentos e treze reais e trinta e três centavos), portanto a inferior a R\$ 143.859,33 (cento e quarenta e três mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e três centavos).

Ressalve-se que, somente é considerando o valor orçado pela Administração se este fosse inferior à média aritmética acima descrita, ou seja, se valor orçado pela Administração se este fosse inferior à R\$ 205.513,33 (duzentos e cinco mil quinhentos e treze reais e trinta e três centavos), que não é o caso.

Assim, a proposta do JEREMIAS E JACINTO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME. é presumidamente exequível.

DO DISPOSITIVO

Diante do exposto, recebo e indefiro o Recurso Administrativo formulado por STECKERT ENGENHARIA LTDA., no processo de Pregão Presencial nº. 076/PMF/2015, mantendo a decisão da Pregoeira, declarando empresa JEREMIAS E JACINTO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME. vencedora do certame, pelos motivos acima expostos.

P.R.I. Comunique-se os licitantes da decisão retro e retornem os autos à Pregoeira para processamento devido.

Forquilha/SC, 20 de maio de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 22/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 22/2015

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 05/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RADAR SERVIÇOS LTDA

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação serviços de braçais na coleta de lixo no município de Forquilha/SC.

DO REAJUSTE - O contrato PMF nº 05/2013 terá um reajuste conforme previsto na cláusula 2º, item 4.1, baseado na Convenção Coletiva da Categoria 2015/2015, na alteração do salário mínimo e no impacto da MP 664-14, com o índice de reajuste de 9,26% alterando o valor unitário de R\$ 4.264,40 (quatro mil duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) para R\$ 4.659,26 (quatro mil seiscentos e cinquenta e nove mil e vinte e seis centavos) tendo seus efeitos financeiros retroativos a 01/02/2015. O valor global do contrato terá um reajuste de R\$ 37.906,56 (trinta e sete mil novecentos e seis reais e cinquenta e seis centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 26/03/2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 091/2015

DECRETO Nº 091, 20 DE MAIO DE 2015.

DECLARA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo em todo o território municipal, no dia 05 de junho de 2015 (sexta-feira), em razão do feriado de Corpus Christi.

Parágrafo único. Ficam excetuados do previsto no caput deste artigo, os serviços essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC., 20 DE MAIO 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

LEI Nº 2292/2015

LEI Nº 2292, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE FORMATOS ABERTOS DE ARQUIVOS PARA A CRIAÇÃO, ARMAZENAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Fraiburgo adotarão, preferencialmente, formatos abertos de arquivos para criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos.

Parágrafo único. Entende-se por formatos abertos de arquivos aqueles que:

- I – possibilitam a interoperabilidade entre diversos aplicativos e plataformas, internas e externas;
- II – permitem aplicação sem quaisquer restrições ou pagamento de royalties; e
- III – podem ser implementados plena e independentemente por múltiplos fornecedores de programas de computador, em múltiplas plataformas, sem quaisquer ônus relativos à propriedade intelectual para a necessária tecnologia.

Art. 2º. Os entes mencionados no art. 1º desta Lei deverão estar aptos ao recebimento, publicação, visualização e preservação de documentos digitais em formato aberto, de acordo com a Norma NBR ISO/IEC 26.300 (Open Document Format – ODF).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC., 20 DE MAIO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1152/2015

PORTARIA Nº 1152, DE 20 DE MAIO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de MARIA JOSÉ DO AMARAL DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 674.351.579-53, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 20 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de maio de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº01 AO CONTRATO Nº 019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 019/2015; Processo nº. 049/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA; CNPJ: 17.847.183/0001-88; Objeto: Corrigir o valor do contrato, que foi firmado com valor de 870.381,56 (oitocentos e setenta mil trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos), quando o valor correto do mesmo é de 870.403,12 (oitocentos e setenta mil quatrocentos e três reais e doze centavos).; Data da Assinatura: 19/05/2015.

PORTARIA N.º 344/2015

PORTARIA N.º 344, DE 12 DE MAIO DE 2015.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 001/2015, da Comissão de Processo Administrativo, referente a Portaria n.º 279/2015:

Resolve:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria n.º 279/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 21/05/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 039/2015/MP COORDENADORIA DE OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS / GERÊNCIA DE CONTRATOS TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 039/2015/MP

CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE GAROPABA, NO SENTIDO DE FIXAR NORMAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA UMA MAIOR INTEGRAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E A SECRETARIA DA FAZENDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA PARA O INTERCÂMBIO E A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS CONDUTAS TIPIFICADAS NA LEI N. 8.137/90, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede administrativa na Rua Bocaiúva, 1750, Paço da Bocaiúva, Centro, Florianópolis, SC, CNPJ n. 76.276.849/0001-54, neste ato representado pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça, em exercício na função de Subprocurador-Geral de justiça para assuntos Administrativos Justiça Doutor FÁBIO DE SOUZA TRAJANO, designado pela Portaria n. 1.423/2015 para representar o Procurador-Geral de Justiça, portador da CI n. 1.328.788/SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n. 593.960.169-34 e o MUNICÍPIO DE GAROPABA, com sede administrativa no endereço Pça. Governador Ivo Silveira, 296 – Centro, CNPJ n. 82.836.057/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. PAULO SERGIO DE ARAUJO portador do CPF n. 832.256.259-49, firmam o presente Termo de Convênio de Cooperação Técnica que se regerá pela Lei n. 8.666/93, no que couber, e pelas cláusulas abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a adoção de providências para aperfeiçoar a legislação tributário municipal, no propósito de incentivar a implementação e viabilização de estrutura administrativa fiscal para fiscalização e cobrança dos tributos municipais, bem como a fixação de critérios e normas para a execução de ações conjuntas dos órgãos envolvidos na fiscalização tributária do município, visando ao combate aos crimes contra a ordem tributária no âmbito municipal, em especial os delitos tipificados na Lei n. 8.137/90, desacatando-se como objetivos específicos:

1. a criação de mecanismos que permitam a estruturação de um sistema orgânico municipal voltado à fiscalização de todos os contribuintes sediados no municípios, mediante a criação de cargos de fiscal de tributos municipais, com previsão de concurso público, para proceder às notificações fiscais, aferir a sua legalidade e validar os respectivos processos;
2. a instituição de consórcio intermunicipal, conselho municipal de contribuintes ou outro órgão que permita recurso administrativo hierárquico para possibilitar o julgamento em segundo grau, que decorra de litígios envolvendo a aplicação das respectivas leis tributárias municipais;
3. a implementar procedimentos e rotinas administrativas de troca de informações, com o intuito de aperfeiçoar as relações e os procedimentos de atuação conjunta entre a Promotoria de Justiça da Comarca de Garopaba e a Prefeitura Municipal de Garopaba, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, de modo a viabilizar a atuação do Ministério público no combate aos crimes contra a ordem tributária;
4. o aperfeiçoamento e a harmonização de linguagem utilizada pelos fiscais municipais na lavratura dos autos de infração e notificações fiscais, de modo a facilitar a instrução dos procedimentos criminais, contemplando especialmente o fornecimento de dados objetivos que permitam a descrição da conduta penal, para fins de enquadramento na tipificação dos arts. 1º a 2º da Lei n. 8.137/90.

CLÁUSULA SEGUNDA – ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO DE GAROPABA

Compete ao Município de Garopaba, por meio de seus órgãos encarregados da fiscalização tributária municipal:

I – aperfeiçoar a legislação tributário municipal, de modo a regularizar a instituição, fiscalização e cobrança de tributos de competência municipal, por meio da edição de leis e decretos regulamentares, observadas as prescrições constitucionais;

II – envidar esforços junto ao Poder Legislativo Municipal para que o aperfeiçoamento previsto no inciso I tenha seguimento célere, até final aprovação;

III – criar e prover cargo de fiscal de tributos municipais, em número compatível com as efetivas necessidades, de modo a viabilizar o regular exaurimento dos processos fiscais-tributários, consoante previsão constitucional, quando for o caso;

IV – estabelecer contato e parceria com os municípios da respectiva região, a fim de viabilizar a criação, quando for o caso, de Consórcio Intermunicipal de Tributos, que atuará no segundo grau de jurisdição, para solução de litígios decorrentes da aplicação das respectivas leis tributais municipais;

V – fiscalizar e emitir as devidas notificações fiscais, fazendo constar, sempre que possível, os dados termos adequados à identificação das condutas praticadas passíveis de serem tipificadas como delito contra a ordem tributária, tal como previstas, especialmente, nos artigos 1º a 3º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990;

VI – enviar mensalmente, até o 15ª do mês subsequente, à Promotoria de Justiça da Comarca de Garopaba, por via impressa ou eletrônica, a relação das notificações fiscais expedidas pelo Município no período, contendo a descrição sucinta das infrações, o nome das pessoas jurídicas ou físicas envolvidas e suas respectivas inscrições no cadastro municipal, o valor e a situação atual do crédito, destacando se houve parcelamento, reclamação, pagamento, inscrição em dívida ativa ou se encontra pendente.

VII – manter informada a Promotoria de Justiça da Comarca de Garopaba, acerca da legislação tributária municipal e suas alterações, quando houver.

VIII – encaminhar à Promotoria de Justiça da Comarca de Garopaba, quando solicitadas, cópias autenticadas das notificações fiscais e dos documentos que lhe deram sustentação, quando se tratar de conduta que possa configurar crime contra a ordem tributária;

IX – comprometer-se em preservar a documentação original e em remeter cópia dos documentos que embasaram as notificações fiscais, a fim de que possam ser apresentadas como prova nas ações penais que vierem a ser intentadas pelo Ministério Público;

X – atender, no prazo estabelecido, as solicitações do Ministério Público concernentes às ações fiscais que se fizerem necessárias;

XI – disponibilizar o acesso ao banco de dados informatizado da fazenda municipal, relacionados aos tributos municipais, especialmente no que diz respeito às notificações fiscais expedidas, parcelamentos deferidos, trâmite das reclamações interpostas, situação dos créditos tributários, entre outros dados passíveis de compartilhamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Compete ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por intermédio de seus órgãos de execução competentes:

I – proporcionar, por meio do COT (Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária), da Promotoria Regional da Ordem Tributária e da Promotoria de Justiça local com atribuição específica,

atendimento ao município, fornecendo, nos limites de suas possibilidades legais e operacionais, informações no sentido de viabilizar a consecução dos objetivos previstos no presente Termo;

II – dar a necessária atenção e apoio institucional, nos procedimentos e ações conjuntas o objeto do presente Termo de Cooperação Técnica, inclusive quando da eventual ocorrência de condutas e interferências indevidas nas ações fiscais efetuadas do município;

II – receber, por meio de seus órgãos, informações e documentos que possam subsidiar a instituição dos feitos de sua atribuição, dando-lhe o devido encaminhamento legal.

III – participar, sempre que possível e viável, de reuniões promovidas pelo município, que tenham por objetivo tratar de assuntos concernentes à ordem tributária municipal;

IV – prestar apoio técnico e operacional, quando solicitado previamente, a operações que tenham por objetivo apurar crimes contra a ordem tributária praticados por contribuintes sediados nos municípios.

CLÁUSULA QUARTA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Todos os órgãos signatários do presente Termo de Cooperação Técnica devem observar, quando da troca de informações, as cautelas destinadas à preservação do sigilo imposto pelo art. 198, do Código Tributário Nacional e, no que couber, pelo art. 116, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

O presente Termo e Cooperação Técnica entrará em vigor na data de sua assinatura e será ratificado com a publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público e no órgão oficial de publicação dos atos do município, e terá validade por 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado de comum acordo pelas partes signatárias.

CLÁUSULA SEXTA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos resultantes deste Termo.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições pactuadas, firmam o presente em três vias de igual teor e forma para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem.

Florianópolis, 20 de maio de 2015.

FÁBIO DE SOUZA TRAJANO
Procurador de Justiça
MINISTÉRIO PÚBLICO

PAULO SERGIO DE ARAÚJO
Prefeito

Prefeitura Municipal de GAROPABA
DESIGNADO PELA PORTARIA 1.423/2015

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.431, DE 18 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 6.431, DE 18 DE MAIO DE 2015.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato para o cargo abaixo, em virtude de desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
LEONILDO RODRIGUES	AGENTE SERV GERAIS PMG	40	25º	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.432, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 6.432, DE 19 DE MAIO DE 2015.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato para o cargo abaixo, em virtude de desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
VINICIUS ORNEL DOS SANTOS	ENFERMEIRO	40	3º	SECRETARIA DE SAUDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI Nº 3639, DE 19 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 3639, DE 19 DE MAIO DE 2015.

AMPLIA QUANTIDADE DE VAGAS JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ampliadas as vagas do cargo de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal da Administração Direta, conforme segue:

CARGOS	REF	C/H	VAGAS AMPLIADAS	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Agente de Serviços Especializados II	31	40	4	Ensino Médio Completo	Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 19 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI Nº 3638, DE 19 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 3638, DE 19 DE MAIO DE 2015.

ALTERA ANEXO DA LEI Nº 2.803, DE 10 DE OUTUBRO DE 2006, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica substituído o Anexo 03 da Lei nº 2.803, de 10 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Gaspar e dá outras providências, pelo anexo que acompanha a presente Lei.

Art. 2º As regiões com zoneamento específico de área rural, polo industrial e expansão urbana, ou seja, as áreas denominadas como Área de Produção Primária – APPR, Área de Expansão Urbana – AEU, Área de Polo Industrial – API, incorporadas pelo novo perímetro urbano, passarão a ter as mesmas características de zoneamento de Área de Densificação – AD.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº 3.179, de 21 de dezembro de 2009.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 19 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº. 3.670, DE 19 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº. 3.670, DE 19 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA CRISTIANE LUCIANO CORREA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

Resolve:

Art. 1º Conceder à servidora CRISTIANE LUCIANO CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Supervisora Escolar, lotada na Secretaria de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 19/05/15 a 17/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

RESOLUÇÃO Nº 02/2015 - COMUSA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS)

MUNICÍPIO DE GASPAR

RESOLUÇÃO Nº 02/2015 - COMUSA

Dispõe sobre a aprovação da alteração de teto financeiro para o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

O Conselho Municipal de Saúde de Gaspar/SC (CMS), no uso de suas atribuições Resolve:

Art. 1º Aprovar a readequação financeira do Contrato FMS-125/2014, de acordo com a nova programação aprovada em reunião extraordinária no dia 19 de maio de 2015:

Item	Resumo da Programação Orçamentária	Teto Mensal	Teto Contratual	Fonte de Recurso
I	Pós-fixado (FAEC estratégico)	225.653,55	2.707.842,60	34 – MAC / 2.707.842,60
II	Pré-fixado Produção Hospitalar e Ambulatorial	239.302,04	2.871.624,48	34 – MAC / 2.871.624,48
III	Política de Incentivo Hospitalar Municipal, Estadual e Federal	88.383,57	1.060.602,84	34 – MAC / 864.459,00 20006 – Sup. Saúde 15% / 196.143,84
IV	Pós-fixado Hora Plantão e Sobreaviso	272.422,00	3.269.064,00	20006 – Sup. Saúde 15% / 3.269.064,00
V	Pós-fixado Procedimentos (retirado do contrato)	0,00	0,00	--
VI	Pré-Fixado – Custeio de insumos hospitalares	Parcela Única	30.000,00	Próprio / 30.000,00
--	TOTAL	825.761,16	9.939.133,92	

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar / SC, 19 de maio de 2015.

JEAN MARCOS LEANDRO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

RESOLUÇÃO Nº 03/2015 - COMUSA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS)

MUNICÍPIO DE GASPAR

RESOLUÇÃO Nº 03/2015 - COMUSA

Dispõe sobre a aprovação do adiantamento de recursos municipais ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em razão do atraso nos pagamentos pela Secretaria de Estado da Saúde de SC

O Conselho Municipal de Saúde de Gaspar/SC (CMS), no uso de suas atribuições, e:

Considerando os atrasos nos pagamentos devidos pela Secretária de Estado da Saúde de Santa Catarina ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro entre os meses de novembro de 2014 à fevereiro de 2015;

Considerando as consequências causadas pela paralisação dos médicos cirurgiões do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para a população Gasparense; e

Considerando o custo do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para manter o centro cirúrgico equipado e com profissionais;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o adiantamento do valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Art. 2º Fica o município autorizado a resgatar o valor destinado à Média e Alta Complexidade – MAC, quando houver o repasse por parte do estado, até o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 3º Esta resolução foi aprovada e registrada na ATA da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Gaspar no dia 19/05/2015.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar / SC, 19 de Maio de 2015.

JEAN MARCOS LEANDRO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

RESOLUÇÃO Nº 04/2015 – COMUSA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS)

MUNICÍPIO DE GASPAR

RESOLUÇÃO Nº 04/2015 – COMUSA

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saúde de Gaspar para o quadriênio 2014/2017.

O Conselho Municipal de Saúde de Gaspar/SC (CMS), no uso de suas atribuições Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Saúde de Gaspar para o quadriênio 2014/2017.

Art. 2º Fica estabelecido que a Comissão de Avaliação e Monitoramento das Políticas Públicas de Saúde, juntamente com técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, promoverá o constante aperfeiçoamento do Plano Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta resolução foi aprovada e registrada na ATA da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Gaspar no dia 19/05/2015.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar / SC, 19 de Maio de 2015.

JEAN MARCOS LEANDRO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2015

Aprova as contas do Prefeito Municipal de Gaspar relativas ao exercício financeiro de 2013.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto de decreto e ele DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Prefeito Municipal de Gaspar relativas ao exercício financeiro de 2013, na forma do Parecer Prévio nº 0024/14 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, aprovado na sessão plenário daquela Corte em 15 de setembro de 2014, no processo nº PCP-14/00102895.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, em 20 de maio de 2015.

José Hilário Melato

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais, principalmente, na área dos Transportes e Obras do Município de Grão-Pará, no que tange à revisão de máquinas integrantes do patrimônio público municipal.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso e em razão de as revisões serem serviços que se mostram eficazes para a conservação de máquinas e, também, de equipamentos e, ainda, serem realizadas apenas com pagamento à vista, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Mantomac Comércio de Peças e Serviços Ltda
Empenhos: 981.
Valor: R\$ 3.050,00.

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 20 de maio de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais, principalmente, na área dos Transportes e Obras do Município de Grão-Pará, no que tange à revisão de caminhão integrante do patrimônio público municipal.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso e em razão de as revisões serem serviços que se mostram eficazes para a conservação de caminhões, máquinas e, também, de equipamentos e, ainda, serem realizadas pela concessionária autorizada apenas com pagamento à vista, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Savepe S.A. Veículos e Peças
Notas Fiscais: 000.055.043 e 000.055.044.
Valor: R\$ 4.549,85.

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 20 de maio de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 74.2015 EDITAL PREGÃO 60.2015 LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EXPOSIÇÕES.

Edital de Reabertura de Prazo Processo Licitatório 74/2015,
Pregão Presencial 60/2015 do Município de Guaraciaba/SC.
Fica retificado o presente edital nos seguintes termos:

No Preâmbulo do Edital onde se lê "Os envelopes de nº 01 contendo as "PROPOSTAS DE PREÇOS" e de nº 02, contendo a "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" serão recebidos pelo Pregoeiro, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Rua Ademar de Barros , 85 – GUARACIABA - SC, CEP 89.920-000, até às 10:00 horas do dia 29/05/2015, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

". Leia-se "Os envelopes de nº 01 contendo as "PROPOSTAS DE PREÇOS" e de nº 02, contendo a "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" serão recebidos pelo Pregoeiro, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Rua Ademar de Barros , 85 – GUARACIABA - SC, CEP 89.920-000, até às 10:00 horas do dia 03/06/2015, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Guaraciaba 20 de maio de 2015.
ROQUE LUIZ MENECHINI,
Prefeito Municipal

REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 77.2015 EDITAL PREGÃO 61.2015 CONSTRUÇÃO DE PADRÃO ENERGIA LINHA SÃO LUIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
DEPTO. DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES.

Edital de Reabertura de Prazo Processo Licitatório 77/2015,
Pregão Presencial 61/2015 do Município de Guaraciaba/SC.
Fica retificado o presente edital nos seguintes termos:

No Preâmbulo do Edital onde se lê "O credenciamento será feito até as 09h00min do dia 26/05/2015 e a abertura da sessão a partir da 09h00min do mesmo dia".

". Leia-se O credenciamento será feito até as 09h00min do dia 27/05/2015 e a abertura da sessão a partir da 09h00min do mesmo dia".

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Guaraciaba 20 de maio de 2015.
ROQUE LUIZ MENECHINI,
Prefeito Municipal

REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 78.2015 EDITAL PREGÃO 62.2015 CONSERTO DO SISTEMA HIDRÁULICO DA ESCAVADEIRA VOLVO EC 140

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
DEPTO. DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES.

Edital de Reabertura de Prazo Processo Licitatório 78/2015,
Pregão Presencial 62/2015 do Município de Guaraciaba/SC.
Fica retificado o presente edital nos seguintes termos:

No Preâmbulo do Edital onde se lê "O credenciamento será feito até as 09h00min do dia 29/05/2015 e a abertura da sessão a partir da 09h00min do mesmo dia".

". Leia-se O credenciamento será feito até as 09h00min do dia 03/06/2015 e a abertura da sessão a partir das 09h00min do mesmo dia".

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Guaraciaba 20 de maio de 2015.
ROQUE LUIZ MENECHINI,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 393/2015

PORTARIA Nº. 393/2015

PRORROGA Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria nº. 174/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e art. 58 da Lei Complementar nº. 07/2001;

Considerando a não conclusão do processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria nº. 174/2015;

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar o Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portarias nº. 174/2015, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de maio de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 56 E 57

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 56/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 25/2015 – TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: SCHAFFER & BELING LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para execução de reforma e adequações do Clube Municipal, com área de intervenção de 451,50 m², Avenida João Pessoa Esquina Rua São Paulo, município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 72.846,04

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 20 de maio de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 57/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 30/2015 – CONVITE Nº. 05/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA

OBJETO: Aquisição de material e contratação de empresa especializada na prestação de serviço para manutenção de rotina e emergência na área urbana e rural de Rede de Iluminação Publica do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 41.892,20

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 20 de maio de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREF 31

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

AVISO DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 19/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 31/2015.

O MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL, através de Seu Prefeito Municipal, COMUNICA que houve retificação no edital de licitação que tem por objeto a Aquisição de Caminhão e Caçamba para ser utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, em execução ao Contrato de Repasse nº. 804809/2014 (Processo nº. 2623.1019103-50/2014) - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul: Fica retificado o item 8.3.15. do referido Edital. O edital retificado encontra-se disposto no site www.guarujadosul.sc.gov.br . Maiores informações poderão ser adquiridas pelo telefone 49-36420122.

Guarujá do Sul - SC, 20 de maio de 2015.

JOSE CARLOS FOIATTO,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 330/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 330 /2015.

"AUTORIZA INSERIR E ALTERAR NA DESCRIÇÃO DOS ITENS I E II – ANEXO 6 DA LEI COMPLEMENTAR 193/2010 DO SIMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica substituída a seguinte redação, nas atribuições do Diretor Presidente, constantes no item I, do Anexo 6, da Lei Complementar n. 193/2010:

De: "Assinar, em conjunto com o Diretor Administrativo e, nos impedimentos deste, com os responsáveis pelas atividades de Tesouraria, os cheques e ordens de pagamento, emitidos pelo SIMAE";

Para: "Assinar, em conjunto com o Diretor Administrativo ou com o responsável pelas atividades de Tesouraria a movimentação financeira, os cheques e ordens de pagamento emitidos pelo do SIMAE".

Art. 2º - Fica inserida a seguinte redação, nas atribuições do Diretor Adjunto, constantes item II, do Anexo 6, da Lei Complementar n. 193/2010:

- "Assinar, em conjunto com o Diretor Administrativo ou com o responsável pelas atividades de Tesouraria a movimentação financeira, os cheques e ordens de pagamento emitidos pelo do SIMAE".

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de maio 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

LEI Nº 3093/2015

LEI Nº 3093 /2015.

"AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE NO CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS DA AMMOC, DENOMINADO DE CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Herval d'Oeste no consórcio público denominado de Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 19 de maio 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

ANEXO I

ESTATUTO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MEIO OESTE CONTESTADO

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO ÚNICO – DO CONSORCIAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Consideram-se subscritores deste Protocolo de Intenções e poderão integrar o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado como consorciados os seguintes Municípios:

I – O Município de ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.398/0001-90, com sede na Praça João Macagnan, 322, neste ato representado por seu Prefeito Municipal NOVELLI SGANZERLA.

II – O Município de CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.406/0001-07, com sede à Rua Carmello Zocolli, 155, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ANDEVIR ISGANZELLA

III – O Município de CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.414/0001-45, com sede à Rua Felipe Schmidt, 293, neste ato representado por sua Prefeita Municipal GISA APARECIDA GIACOMIN;

IV – O Município de ERVAL VELHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.422/0001-91, com sede à Rua Nereu Ramos, 304, neste ato representado por seu Prefeito Municipal WALTER KUCHER JUNIOR

V – O Município de IBICARÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.448/0001-30, com sede à Rua Dom Pedro II, 133, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ARI FERRARI;

VI – O Município de JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.380/0001-99, com sede à Av. XV de Novembro, 378, neste ato representado por seu Prefeito Municipal RAFAEL LASKE;

VII – O Município de LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede à Rua 31 de março, 283, neste ato representado por seu Prefeito Municipal HILÁRIO CHIAMOLERA;

VIII – O Município de LUZERNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 01.613.428/0001-72, com sede à Av. XV de Fevereiro, 151, neste ato representado por seu Prefeito Municipal MOISES DIERSMANN;

IX – O Município de OURO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.777.228/0001-57, com sede à Rua Governador Jorge Lacerda, 106, neste ato representado por seu Prefeito Municipal VITOR JOÃO FACCIN

X – O Município de TANGARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.827.999/0001-01, com sede à Av. Irmãos Piccoli, 267, neste ato representado por seu Prefeito Municipal EUCLIDES CRUZ;

XI – O Município de TREZE TILIAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.777.251/0001-41, com sede à Rua Leoberto Leal, 97, neste ato representado por seu Prefeito Municipal MAURO DRESCH;

XII - O Município de VARGEM BONITA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 95.996.187/0001-31, com sede à Rua Coronel Vitorio, 966, neste ato representado por sua Prefeita Municipal MELANIA APª . ROMAN. MENECHINI.

§ único. Os Municípios identificados no caput deste artigo poderão subscrever o presente Protocolo de Intenções até o dia 09 de agosto de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA. O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 2/3 (dois terços) dos Municípios mencionados na Cláusula Primeira, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, mediante a entrada em vigor de leis ratificadoras.

§ 1º. Somente será considerado consorciado o ente da Federação subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

§ 2º. Será automaticamente admitido no Consórcio o ente da Federação que efetuar ratificação em até dois anos da data que subscrever este instrumento.

§ 3º. A ratificação realizada após os dois anos mencionados no § 2º somente será válida após homologação da Assembleia Geral do Consórcio.

§ 4º. A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.

§ 5º. Somente poderá ratificar o Protocolo de Intenções o ente da Federação que antes o tenha subscrito.

§ 6º. O ente da Federação não designado no Protocolo de Intenções somente poderá integrar o Consórcio mediante alteração no Contrato de Consórcio Público, aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio e ratificada, mediante lei, por cada um dos municípios já consorciados.

§ 7º. A lei de ratificação poderá prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo, sendo que, nessa hipótese, o consorciamento do ente que após as reservas dependerá de tais reservas serem aceitas por cada um dos demais municípios subscritores do Protocolo, ou, caso já constituído o Consórcio, por decisão da Assembleia Geral.

§ 8º. O Município que integrar o Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado providenciará a inclusão de dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros e a celebração de Contratos de Rateio e Contratos de programas, conforme for o caso.

§ 9º. A subscrição deste Protocolo de Intenções será realizada mediante assinatura em de julho de 2013, com treze (13) vias do Protocolo de Intenções, uma original e doze cópias. Cada Município manterá a guarda de duas cópias, uma para fins de arquivamento no Executivo do Ente da Federação subscritor e a outra para acompanhar o Projeto de Lei de ratificação, sendo que a Associação de Municípios do Meio Oeste Catarinense-AMMOC ficará com a guarda da via original até a constituição da secretaria do consórcio, a quem tal original deverá ser confiada.

TÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA TERCEIRA. O Consórcio Público denominar-se-á CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO, com personalidade jurídica de direito público, do tipo associação pública, e natureza autárquica interfederativa.

§ ÚNICO. O Consórcio adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação os Municípios mencionados nos incisos do caput da Cláusula Primeira deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA. O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA. A sede do Consórcio será no Município de Joaçaba, Estado de SC, sito à Rua Roberto Trompowski, 68 - 2º andar, Centro, podendo haver o desenvolvimento de atividades em unidades localizadas em outros Municípios.

§ Primeiro: A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de maioria absoluta dos consorciados, poderá alterar a sede.

§ Segundo: A área de atuação do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, será formada pelo território dos municípios consorciados, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

CAPÍTULO II DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

CLÁUSULA SEXTA. São objetivos do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, apoiar os municípios consorciados nas seguintes áreas:

Fortalecimento Institucional:

- colaborar para a redefinição das estruturas tributárias dos Municípios para ampliação de suas capacidades de investimento;
- desenvolver atividades de fortalecimento da gestão pública e modernização administrativa em todas as áreas, inclusive o treinamento e capacitação dos servidores municipais e sociedade civil;
- garantir transparência, participação e controle social;
- elaborar e promover projetos de atendimento ao cidadão e ações colaborativas entre municípios, realização de avaliação de programas, projetos e instituições;
- instituir e promover o funcionamento das escolas de governo ou estabelecimentos congêneres;
- realizar licitação compartilhada cujo edital preveja contrato a ser celebrado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados;
- promoção de estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia, arquitetura, topografia e correlatos;
- incentivar a criação dos conselhos como: Meio Ambiente; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros;
- Fortalecimento da Região do Contestado;

Dinamização Econômica:

- atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;
- promoção de estudos e serviços de assessoria administrativa, jurídica e contábil;
- aquisição e administração de bens e serviços para compartilhamento;
- criar mecanismo de controle, acompanhamento e avaliação de serviços pelos entes consorciados ou pelo Consórcio Público;
- desenvolver políticas de incentivo às micro e pequenas empresas;
- desenvolver atividades de apoio à modernização da economia

regional, como a logística, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;

g. promover ações visando a geração de emprego e renda, fomento e estruturação de arranjos produtivos locais;

h. atuar na promoção do turismo, para a criação e gestão de circuitos turístico intermunicipais, inclusive ecoturismo de base comunitária;

i. Promover o desenvolvimento de inovações tecnológicas, visando o desenvolvimento socioeconômico do Território.

desenvolvimento urbano e rural: a. apoiar o plano diretor dos municípios, inclusive das áreas de habitação, saneamento básico, mobilidade e acessibilidade, regularização fundiária, defesa civil;

b. promover a elaboração, gerenciamento e fiscalização de projetos;

c. atuar na criação de sistema de informação integrado com os municípios, gerenciamento e manutenção de banco de dados e cadastros multifinalitários;

d. atuar pela implantação, manutenção e revitalização de equipamentos urbanos;

e. atuar pela execução de ações de apoio à agricultura familiar, inclusive a organização da compra de alimentos produzidos, inclusão dos municípios ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), estruturação das redes de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, bem como ações que visem evitar o êxodo rural;

f. A segurança e seguridade alimentar e nutricional que abrange desde a produção, o processamento e a industrialização, a comercialização, a distribuição, o consumo de alimento seguro, a utilização biológica dos alimentos – incluindo-se a água e as sementes – e sua relação com o desenvolvimento humano.

g. apoiar a implementação das ações de fortalecimento da atividade pesqueira, inclusive a prestação de serviços de assistência técnica, comercialização, capacitação e associativismo;

h. promover, receber, estimular e planejar ações e projetos para o desenvolvimento rural sustentável.

Meio Ambiente:

a. desenvolver atividades de educação ambiental;

b. promover e executar ações e programas e desenvolver mecanismo de coleta, transporte, gestão, tratamento, compostagem, seleção e destinação final integrados de coleta seletiva do lixo e resíduos sólidos, reutilização, reciclagem e disposição final dos resíduos sólidos.

c. apoiar no desenvolvimento dos Planos Municipais e/ou regional de Resíduos Sólidos.

d. garantir o desenvolvimento sustentável através da conservação e preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável rural e urbano no âmbito dos Municípios consorciados;

e. realizar ações compartilhadas ou cooperadas de defesa civil seja de técnicos, elaboração de planos de ação de prevenção e ou de respostas a desastres;

f. realizar ações compartilhadas da exploração de minerais para fins de execução e recuperação de obras e serviços públicos;

g. a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, como nascentes e mananciais;

Saúde:

a. fortalecer o sistema único de saúde atendendo a lei 8080 de 19 de setembro de 1990, e o Decreto n 7.508, de 28 de junho de 2011, observada as Portarias Ministeriais.

b. representar o conjunto dos municípios que o integram, em

assuntos de saúde de interesse comum, permanente outras esferas de Governo e perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

c. ampliar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz, sempre que tais serviços não possam ser prestados diretamente pelo município;

d. fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;

e. estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;

f. criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;

g. planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios em especial apoiar serviços e campanhas realizada nos município através da Secretaria da saúde e Secretaria do Estado da Saúde;

h. desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovado pelo consórcio público.

i. desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

j. viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de equipamentos, materiais, medicamentos e outros insumos;

l. incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;

m. apoiar, estimular, e ajudar a buscar recursos financeiros junto as esferas de governo, para a construção do abrigo regional, objetivando atender pessoas em situação de vulnerabilidade social que necessitam de tratamento médico de outros municípios e outras regiões.

n. realizar ações compartilhadas que visem garantir assistência à saúde dos servidores públicos dos antes consorciados:

o. estabelecer relações de comunicação e cooperação com consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

Educação:

a. fortalecer a qualidade de educação nos aspectos, dentre outros: regulamentação, atendimento à demanda, gestão educacional, melhoria dos equipamentos públicos, gestão financeira, manutenção da rede física, informatização, educação inclusiva, participação da família, qualificação dos profissionais;

b. gerenciar, planejar, fiscalizar e executar serviços de transporte

escolar;

c .desenvolver ações de alfabetização de jovens e adultos;

d .desenvolver ações de capacitação e programas dos gestores da educação públicos e inserção dos profissionais da educação;

e .garantir apoio às escolas municipais, inclusive a aquisição e fornecimento de merenda, e transporte escolar, observada a Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003 e 11645 de 10 de março de 2000 e Lei 11645 de 10 de março de 2000;

f. Apoiar e incentivar a implantação de novas Universidades, Estaduais ou Federais para a região;

g .Garantir e apoiar as ações do Plano de Ações Articuladas-PAR;

h .Garantir ações do Plano Municipal de Educação-PME;

Cultura, Esporte e Lazer:

a. atuar em prol das políticas de preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico;

b. estimular a produção cultural local;

c. .desenvolver atividades de circulação e divulgação da produção cultural regional;

d. incentivar ações de inclusão social por meio do esporte e do lazer, garantindo à população do território o acesso gratuito à prática esportiva e ao lazer, visando a qualidade de vida e o desenvolvimento humano;

e. atuar para desenvolvimento da região em modalidades esportivas, tanto amadoras quanto dos esportes de competição;

f. .desenvolver ações e programas voltados especificamente para jovens e idosos;

g. elaborar e implementar ações que visem o desenvolvimento de políticas públicas universalizantes, de esporte e de lazer;

h. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto nível;

Assistência social, inclusão e direitos humanos:

a. criar e desenvolver atividades de articulação regional visando superar a violação de direitos da infância e adolescência em risco, em especial nas situações do trabalho infantil, da vida na rua e da exploração sexual;

b. definir fluxos e padrões de atendimento à população em situação de vulnerabilidade social para a operação em rede dos serviços e programas da região, de forma integrada com ações para geração de trabalho e renda, atendimento em saúde e garantia de moradia;

c. fortalecer o sistema de financiamento público das políticas de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – Suas;

d. ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento à violência familiar contra as crianças e adolescentes, mulheres e idosos, obedecidas

as diretrizes instituídas na Portaria 85 de 13 de agosto de 2010;

e. desenvolver ações em favor da defesa dos direitos humanos e contra

quaisquer discriminações, inclusive contra povos e comunidades tradicionais no território;

f. assessorar os municípios no processo de implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan);

g. fortalecer capacitações na área da Assistência Social, Direitos Humanos para trabalhadores, conselheiros e entidades socioassistenciais.

segurança pública:

a. integrar ações de segurança pública à rede de serviços de assistência e inclusão social, requalificação profissional dos servidores públicos, campanhas e ações de prevenção, mediação de conflitos e promoção da cultura de paz;

b. dar atenção específica à segurança dos equipamentos públicos destinados a atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, garantindo o direito à sua utilização;

c. realizar licitações compartilhadas celebradas por municípios consorciados;

d. promover a elaboração de plano para o desenvolvimento regional, apoiando a criação e fortalecimento de institucionalidades, inclusive realizando debates e executando estudos;

e. promover o uso, a manutenção e a gestão, compartilhado de recursos humanos, instrumentos e equipamentos de pessoal técnico de informática, da tecnologia da informação e comunicação;

f. promover a implantação e manutenção de infraestrutura e equipamentos urbanos, para construção e manutenção de estradas vicinais;

g. promover a gestão integrada para redução dos impactos causados por atividades produtivas ou de implementação de infraestrutura;

h. implantar ações dos planos de desenvolvimento territorial;

i. promover a execução de serviços públicos associada e integrados de saneamento básico e transporte urbano e intermunicipal;

j. promover a articulação regional dos planos diretores e legislação urbanística;

l. implementar política ambiental, inclusive para emissão de licenças e fiscalização;

m. promover a gestão dos recursos hídricos, de forma descentralizada e participativa, contemplando ações que visem ampliar a interação entre os órgãos e instituições governamentais competentes, as organizações civis de recursos hídricos e os usuários;

n. organizar redes regionais integradas para assistência em diversas especialidades, envolvendo os equipamentos dos municípios consorciados;

o. promover projetos, ações e programas integrados para garantir à população do território o acesso à alimentação e à água e distribuição de alimentos para populações em situação de insegurança alimentar;

p. promover a gestão da rede de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos, e outros);

q. promover a operação e a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);

r. articular a defesa civil intermunicipal, inclusive para o combate ao fogo e outras catástrofes naturais que atinjam as municipalidades;

s. desenvolver atividades regionais de segurança pública capazes de integrar as ações policiais em nível municipal, com ações de caráter social e comunitário, tendo por meta reduzir os níveis de violência e criminalidade;

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA SETIMA. Para o cumprimento de seus objetivos o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio Público.

§ 1º - Os estatutos poderão dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimentos administrativos e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

§ 2º - Poderá emitir documentos de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberação pela assembleia.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS DOS ANTES CONSORCIADOS

CLÁUSULA OITAVA – Constituir direitos dos consorciados:

I – participar ativamente das sessões da Assembleia Geral e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados, através de proposições, debates e deliberações através do voto, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;

II – exigir dos demais consorciados e do próprio Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado o pleno cumprimento das regras estipuladas no Contrato de Consórcio, no seu Estatuto, Contratos de Programa e Contratos de Rateio, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;

III – operar compensação de pagamentos de vencimentos a servidor cedido ao Consórcio Público Meio Oeste Contestado, quando for o caso, com as obrigações previstas nos Contratos de Rateio;

IV – votar e ser votado para os cargos de Presidência, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

V – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado.

CAPÍTULO V

DOS DEVERES DOS ANTES CONSORCIADOS

CLÁUSULA NONA – Constituem deveres dos antes consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações para com o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, em especial ao que determina de Contratos de Programas e de Contratos de Rateio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, bem como a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, através de proposições, debates e deliberações, através do voto, sempre que convocados;

V – cumprir com as obrigações operacionais e financeiras assumidas com o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, sob pena de suspensão e posterior exclusão na forma do contrato de Consórcio;

VI - os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros pelo consorciado ao consórcio através de autorização para débito em conta, para:

I. custeio e investimento do consórcio;

II. para a prestação de serviços por parte do consórcio e;

III. para o custeio e investimento específico de projetos e programas;

VII – ceder se necessário, servidores para o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, na forma do Contrato de Consórcio;

VIII – incluir, em sua lei orçamentária ou em crédito adicionais, dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, devam ser assumidas por meio de contratos de rateio e contratos de programas, conforme for o caso;

IX – compartilhar recursos e pessoal para a execução de serviços, programas, projetos, atividades e ações no âmbito do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, nos termos de contrato de programa.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA DECIMA . O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I – Nível de Direção Superior:

a) - Assembleia Geral;

b) – Presidência;

c) - Conselho Administrativo;

d) – Conselho Fiscal;

II – Nível de Gerência e Assessoramento;

– Diretoria Executiva;

- Câmaras Temáticas;

III – Nível de Execução Programática

– Câmaras Temáticas.

- Jurídico.

§ Primeiro - Os estatutos do Consórcio poderão criar outros órgãos.

§ Segundo - Os estatutos do Consórcio definirão a estrutura dos órgãos referidos no caput desta cláusula, bem como, neste mesmo estatuto, ou no regulamento de pessoal, serão definidas a correlação e a hierarquia mantidas em relação a esses órgãos pelos empregados do Consórcio.

§ Terceiro - Poderão ser criadas Câmaras Temáticas temporárias ou permanentes com finalidades específicas de interesse dos municípios consorciados, determinadas no ato de criação.

CAPÍTULO VII DA ASSEMBLEIA GERAL

Seção I Do Funcionamento

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA. A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, é órgão colegiado composto pelos representantes legais dos consorciados.

§ Primeiro - Ninguém poderá representar dois consorciados na mesma Assembleia Geral.

§ Segundo - Os Municípios serão representados na Assembleia Geral por seus respectivos Prefeitos, como titulares, e por seus vice-prefeitos, como suplentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes ao ano ou quando se fizer necessário, nos períodos designados no estatuto, e, extraordinariamente, sempre que convocada, sempre que possível coincidindo com as Assembleias da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense -AMMOC, na forma deste instrumento e do Estatuto.

§ 1º. A forma de convocação das Assembleias Gerais será através de Edital de Convocação.

§ 2º - Compete à Assembleia Geral:

I – eleger e destituir o Presidente, o Vice-Presidente, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II – aprovar o Estatuto do Consórcio e suas alterações;

III – deliberar sobre a suspensão e exclusão de ente consorciado;

IV – deliberar sobre o ingresso no Consórcio de ente federativo que não tenha sido subscrito inicial do Protocolo de Intenções;

V – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após (dois) anos de sua subscrição;

VI – aprovar:

a. Plano Plurianual de Investimentos, até o final da segunda quinzena de julho do exercício em que se iniciar o mandato dos representantes legais dos entes consorciados;

b. Diretrizes Orçamentárias do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de setembro do exercício em curso;

c. Orçamento Anual do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de outubro do exercício em curso, bem como respectivos

créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contratos de Rateio;

d. a fixação do valor e a forma de rateio entre os entes das despesas para o exercício seguinte, tomando por base a referida peça orçamentária, bem como a revisão e o reajuste de valores devidos ao Consórcio pelos consorciados;

e. a realização de operações de crédito, de conformidade com os limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal;

f. a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos;

g. a aquisição, exceto de material de expediente, alienação e oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, tenham-lhe sido outorgados os direitos de exploração;

h. as contas referentes ao exercício anterior até a segunda quinzena de março do exercício subsequente.

VII – deliberar sobre mudanças de sede;

VIII – deliberar sobre a extinção do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado,

IX – deliberar sobre as decisões do Conselho Fiscal;

X – deliberar sobre a necessidade de contratação e ampliação do quadro de pessoal, e preenchimento das vagas existentes;

XI – nomear e exonerar os membros da Diretoria Executiva;

XII – aprovar o Plano de Carreira dos funcionários do Consórcio;

XIII – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos.

XIV – apreciar e sugerir medidas sobre:

a. melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b. aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas;

XV – deliberar, em caráter excepcional, sobre as matérias relevantes ou urgentes que lhe sejam declinadas pelo Conselho de Administração;

XVI – aprovar cessão de servidores e empregados públicos por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

XVII – deliberar e dispor em última instância sobre os casos omissos tidos por relevantes.

§ 3º - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam outras reconhecidas pelo Estatuto do Consórcio;

§ 4º - A Assembleia Geral extraordinária será presidida e convocada pelo Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, ou seu substituto legal, através de comunicação inequívoca que garanta a ciência de todos os seus membros quanto ao dia, hora, local e pauta do dia, respeitando o prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis entre a convocação e a data da reunião.

§ 5º - A Assembleia Geral extraordinária também poderá ser convocada por um quinto de seus membros, quando o Presidente do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, ou seu substituto legal não atender no prazo de 10 (dez)

dias a pedido fundamentado de ente consorciado para convocação extraordinária.

§ 6º – A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, em dia com suas obrigações operacionais e financeiras e em segunda e última convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, com a presença de qualquer número de consorciados adimplentes, deliberando por maioria simples de votos, ressalvadas as matérias que exigirem maioria qualificada ou absoluta nos termos deste instrumento e de disposições do Estatuto do Consórcio.

§ 7º – O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos na última Assembleia do ano em curso, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras.

I – o Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal ou por aclamação, para mandato de um ano, com início no primeiro dia útil do exercício financeiro subsequente, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante reeleição;

II – será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados;

III – caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á, após quinze minutos de intervalo, segundo turno de eleição, sendo considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuado os votos brancos;

IV – não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se por tempo determinado o mandato do Presidente e do Vice-Presidente em exercício.

§ 8º - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembleia Geral.

§ 9º - Em Assembleia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente do Consórcio, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos Consorciados;

I – apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

II – a votação da moção de censura será concedida a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente que se pretenda destituir. Admitir-se-á o voto secreto somente se Assembleia Geral, por maioria simples dos votos, presente a maioria absoluta, assim decidir, caso contrário a votação será pública e nominal.

III – será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros em Assembleia Geral, em dia com suas obrigações operacionais e financeiras, presente a maioria absoluta dos entes consorciados;

IV – caso aprovado a moção de censura em desfavor do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar

o período remanescente de mandato;

V – na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembleia Geral, a se realizar até 30 (trinta) dias;

VI – rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes, em relação ao mesmo fato.

§ 10 - Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos dentre os Chefes dos Poderes Executivos dos entes consorciados.

§ 11 - Na última Assembleia Geral ordinária do ano em curso, reunir-se-ão os entes consorciados para eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados;

I – nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos três membros que integrarão os respectivos Conselhos;

II – a eleição realizar-se-ão mediante voto público e nominal ou por aclamação, sendo que cada ente consorciado somente poderá votar em um candidato;

III – consideram-se eleitos para cada Conselho os três candidatos com maior número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

§ 12. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal serão eleitos para mandato de um ano, com início no primeiro dia útil do exercício financeiro subsequente, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante reeleição.

§ 13. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura apresentada com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos Consorciados, aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 de entes consorciados, observado, no que couber, o disposto neste instrumento quanto à moção de censura em face do Presidente.

§ 14. A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática de membro da Assembleia Geral, quando haverá substituição automática por quem lhe suceder no mandato do ente consorciado.

§ 15. O Estatuto preverá as formalidades para a alteração de seus dispositivos, cuja aprovação dar-se-á por maioria absoluta dos membros consorciados e entrará em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

§ 16. A Assembleia Geral ordinária quadrimestral será presidida e convocada pelo Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado ou seu substituto legal através de comunicação que garanta a ciência de todos os seus membros quanto ao dia, hora, local e pauta do dia, respeitando o prazo mínimo de 07 (sete) dias entre a convocação e a data da reunião.

§ 17. O ente consorciado que não estiver em dia com suas obrigações operacionais e financeiras não poderá votar e nem ser votado.

§ 18. Nas atas da Assembleia Geral serão registrados:

I – por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral;

II – de forma resumida, quando possível, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido

entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral.

III – a integra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

IV – no caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 19. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo, cuja decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes.

§ 20. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembleia Geral.

§ 21. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a integra da ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias após a aprovação, publicada no Diário Oficial dos Municípios. "DOM".

§ 22. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata e demais documentos, salvo os considerados de caráter sigiloso, serão fornecidos para qualquer do povo.

CAPITULO VIII DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

CLÁUSULA DECÍMA TERCEIRA – A Presidência do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado é composta pelos cargos de Presidente e Vice-Presidente eleitos dentre os Chefes do Poder Executivo pela Assembleia Geral.

§ 1º - Compete ao Presidente o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, sem prejuízo do que prever o Estatuto do Consórcio:

I – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

II – autorizar o Consórcio a ingressar em juízo;

III – convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

IV – representar judicial e extrajudicial o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, cabendo ao Vice-Presidente, substituí-lo em seus impedimentos;

V – movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e recursos do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;

VI – ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

VII – convocar reuniões com a Diretoria Executiva;

VIII – homologar e adjudicar as licitações realizadas pelo Consórcio;

IX – expedir resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Administração para dar força normativa às decisões estabelecidas nesses colegiados;

X – expedir portarias para dar força normativa às decisões monocráticas de competência do Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

XI – delegar atribuições e designar tarefas para os órgãos de gerência e de execução;

XII – julgar, em primeira instância, recursos relativos à:

a. homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b. impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objetivo;

c. aplicação de penalidades a funcionários do Consórcio.

XIII – zelar pelos interesses do Consórcio, excedendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo Estatuto a outro órgão do Consórcio.

§ 2º - Em assuntos de interesse comum ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, o Estatuto poderá autorizar o Presidente a representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, defender as causas municipalistas e/ou regionais, dentre outros assuntos.

§ 3º - Com exceção da competência prevista nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII alíneas "a" "b" e "c", todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

§4º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá praticar atos da referendado do Presidente.

§ 5º Compete ao Vice-Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

I – substituir e representar o Presidente em todas as suas ausências e impedimentos;

II – assessorar o Presidente e exercer as funções que lhe forem delegadas;

III – assumir interinamente a Presidência do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, no caso de vacância, quando esta ocorrer na segunda metade do mandato, exercendo-a até seu término;

IV – convocar Assembleia Extraordinária em 15 (quinze) dias para eleição de novo Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, no caso da vacância ocorrer na primeira metade do mandato, quando eleito presidirá o Consórcio até o fim do mandato original, podendo, se reeleito, ser conduzido ao mesmo seguinte.

§ 6º - Por ocasião do período eleitoral, havendo necessidade de afastamento, licença ou renúncia do Presidente e não sendo possível sua substituição pelo Vice-Presidente, a Assembleia Geral poderá autorizar qualquer membro do Conselho de Administração para que assuma interinamente a Presidência do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, até que o retorno ao cargo de Presidente pelo Chefe do Poder Executivo, se este for possível, não represente mais violação a lei eleitoral.

CAPITULO VIX DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O conselho de Administração é o órgão de administração do Consórcio, constituído pelo Presidente e Vice-Presidente do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, e por outros três Conselheiros eleitos pela

Assembleia Geral e suas deliberações serão executadas pela Presidência e pela Diretoria Executiva.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos dentre os Chefes dos Poderes Executivos.

§ 2º - A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática do mandato de membro do Conselho de Administração, hipótese em que assumirá a função aquele que assumir a Chefia do Poder Executivo, exceto o Presidente.

§ 3º - Compete ao Conselho de Administração:

I – aprovar para posterior deliberação da Assembleia Geral:

a) – Plano Plurianual de Investimentos, até o final da segunda quinzena de junho do exercício em que se iniciar o mandato dos representantes legais dos entes consorciados;

b) – Diretrizes Orçamentárias do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de agosto do exercício em curso;

c) – Orçamento Anual do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de setembro do exercício em curso, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contrato de Rateio;

II – planejar todas as ações de natureza administrativa do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, fiscalizando a Diretoria Executiva na sua execução;

III – contratar serviços de auditoria interna e externa;

IV – elaborar e propor a Assembleia Geral alterações no quadro de pessoal do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

V – aprovar o reajuste de vencimento dos funcionários;

VI – aprovar previamente a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento e no Estatuto;

VII – elaborar o Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, com auxílio da Diretoria Executiva, submetendo tal proposição à aprovação da Assembleia Geral;

VIII – requisitar a cessão de servidores dos entes consorciados.

IX – propor a Assembleia Geral a alteração deste instrumento e do Estatuto do Consórcio;

X – prestar contas ao órgão conessor dos auxílios e subvenções que o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, venha a receber;

XI – definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

XII – propor a nomeação e a exoneração dos membros da Diretoria Executiva;

XIII – autorizar o Diretor Executivo a contratar estagiários;

XIV – aprovar a celebração dos instrumentos de gestão previstos na Cláusula Sétima deste instrumento;

XV – deliberar sobre outras matérias de natureza administrativa do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste

Contestado, não atribuídas à competência da Assembleia Geral e não elencadas neste artigo;

CAPITULO X DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA DECÍMA QUINTA – O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizatório do Consórcio, responsável por exercer, além do disposto no Estatuto, o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, manifestando-se na forma de parecer, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 1º - O Conselho Fiscal é composto por três membros, escolhidos pela Assembleia Geral dentre os Chefes dos Poderes Executivos.

§ 2º - o previsto nesta cláusula não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

§ 3º - A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática do mandato de membro do Conselho Fiscal, hipótese em que assumirá a função aquele que assumir a Chefia do Poder Executivo.

§ 4º - O Estatuto deliberará sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

§ 5º - Sem prejuízo do previsto no Estatuto do Consórcio, incumbe ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar trimestralmente a contabilidade do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado,

II – acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias ou, na omissão deste, diretamente à Assembleia Geral;

III – emitir parecer, sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Executivo;

IV – eleger entre seus pares o Presidente do Conselho Fiscal;

V – julgar, em segunda instância, recursos relativos à:

a. homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b. impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e adjudicação de seu objeto;

§ 6º - O Conselho Fiscal por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informação e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

§ 7º - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

CAPITULO XI DA DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A Diretoria Executiva é o órgão executivo do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste

Contestado.

§ 1º - A Diretoria Executiva é composta por Diretor Executivo.

§ 2º - Além do previsto no Estatuto do Consórcio, compete ao Diretor Executivo:

I – receber e expedir documentos e correspondências do Consórcio, mantendo em ordem toda a documentação administrativa e financeira do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, bem assim zelando e responsabilizando-se pelo seu controle, organização e arquivo;

II – realizar programação dos compromissos financeiros a pagar e a receber do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;

III – executar a gestão administrativa e financeira do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

IV – elaborar Plano Plurianual de Investimentos Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;

V – elaborar a Prestação de Contas mensal, o Relatório de Atividades e os Balanços Anuais a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado.

VI – elaborar a prestação de contas de projetos, convênios, contratos e congêneres dos auxílios e subvenções concedidos e/ou recebidos pelo Consórcio;

VII – controlar o fluxo de caixa;

VIII – elaborar a análise de projetos sob a ótica da viabilidade econômica, financeira e dos impactos, a fim de subsidiar processo decisório;

IX – acompanhar e avaliar projetos;

X – avaliar a execução e os resultados alcançados pelos programas e ações implementados;

XI – elaborar relatórios de acompanhamento dos projetos/convênios para os órgãos superiores;

XII – movimentar em conjunto com o Presidente do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado ou com quem este delegar as contas bancárias e os recursos financeiros do Consórcio;

XIII – providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelos órgãos colegiados do Consórcio, Presidência e Tribunal de Contas do Estado;

XIV – realizar as atividades de relações públicas do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, constituindo o elo de ligação do Consórcio com a sociedade civil e os meios de comunicação, segundo diretrizes e supervisão do Presidente;

XV – contratar, punir, dispensar ou exonerar empregados, bem como praticar todos os atos relativos a gestão dos recursos humanos, após autorização do Conselho de Administração;

XVI – contratar, após prévia aprovação do Conselho de Administração, pessoal por tempo determinado para atender necessidade

temporária de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento e no Estatuto;

XVII – apresentar os assuntos relacionados à Estrutura Administrativa e Recursos Humanos a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

XVIII – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

XIX – instaurar sindicâncias e processos disciplinares nos termos do Estatuto ;

XX – constituir comissão de licitações do Consórcio nos termos do Estatuto;

XXI – providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

XXII – participar, sem direito a voto, das reuniões da Administração Geral e do Conselho de Administração, e coordenar a lavratura das atas, os quais deverão conter o registro cronológico de todas as reuniões realizadas com indicação da data, local e hora, pauta, nome e cargo dos presentes, e todas as deliberações adotadas em cada reunião;

XIII – elaborar os processos de licitação para contratação de bens, materiais ou prestadores de serviços e a celebração de convênios de credenciamento com entidades;

XXIV – propor melhorias nas rotinas administrativas do Consórcio ao Conselho de Administração, visando à contínua redução de custos, aumento da eficácia das ações consorciais no atingimento de suas metas e objetivos e ao emprego racional dos recursos disponíveis;

XXV – requisitar à Presidência seu substituto em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;

XXVI – propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;

XXVII – expedir certidões, declarações, passar recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matéria administrativas do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;

XXVIII – responder pela execução das compras e de fornecimentos, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral.

XXIX – publicar as atas das reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

§ 3º - Para exercício da função de Diretor Executivo será exigida formação profissional de nível superior em Administração, Economia, Direito ou Ciências Contábeis, Gestão Pública, com experiência na área de Administração Pública de cinco anos no mínimo e/ou especialização na área.

§ 4º - Além do previsto no Estatuto do Consórcio, compete à Assessoria Jurídica:

I – exercer toda a atividade jurídica de assessoria e consultoria e

os contenciosos do Consórcio, inclusive representando-o judicial e extrajudicialmente em todas as causas movidas contra a instituição ou pela própria, e inclusive perante Tribunal de Contas;

II – elaborar parecer jurídico em geral;

III – aprovar edital de licitação.

§ 5º - Outras atribuições, direitos, e deveres da Diretoria Executiva poderão ser definidos no Estatuto do Consórcio.

CAPITULO XII DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – Poderão ser instituídas Câmaras para viabilizar a execução dos objetivos do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, cujas composições, competências e funcionamento serão definidas no Estatuto do Consórcio.

CAPITULO XIII DO REGIMENTO JURÍDICO FUNCIONAL

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – O Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado terá como regime jurídico funcional o celetista, regime Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e submeter-se-á ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º - Os empregos Públicos do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, serão providos mediante contratação celebrada após concurso público de provas ou de provas e títulos, e os cargos de confiança mediante livre nomeação e exoneração.

§ 2º - O Estatuto disporá sobre os procedimentos relacionados ao concurso público.

§ 3º - Para o exercício das funções de competência da Diretoria Executiva poderão ser constituídos cargos de confiança. e para as demais funções no Consórcio CLT.

§ 4º - Aos empregados e aos ocupantes de cargos de confiança aplicam-se vedações previstas na Constituição Federal relativas ao acúmulo de empregos e cargos públicos.

§ 5º - Os empregados públicos do Consórcio não podem ser cedidos, inclusive para consorciados.

§ 6º - A dispensa de empregados públicos dependerá de motivação prévia e dar-se-á nos termos do Estatuto do Consórcio.

§ 7º - O Estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação, jornada de trabalho e denominação dos cargos.

§ 8º - A participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral não será remunerada, vedado o recebimento de qualquer espécie remuneratória ou mesmo de indenização, sendo considerado trabalho público relevante, inclusive na função de Presidente do Consórcio.

§ 9º - Os empregados incumbidos da gestão do Consórcio não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo Consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei, disposições do seu Estatuto e deste Protocolo de Intenções.

§ 10 - A execução das funções de competência instituídos neste

instrumento, poderá ocorrer por meio de cessão de servidores ou empregados públicos pelos Municípios consorciados ou os com ele conveniados.

§ 11 – O Estatuto preverá as formas de concessão de vantagens a ser concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

§ 12 – O Conselho de Administração poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos, conforme previsão no Estatuto.

§ 13 – Para os servidores ou empregados públicos cedidos ao Consórcio pelos Municípios consorciados, ou os com eles conveniados, na forma e condições da legislação de cada um, bem como da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e deste instrumento, será observado:

I – os servidores ou empregados públicos recebidos em cessão manterão a percepção de remuneração do ente cedente, permanecendo no seu regime jurídico e previdenciário originário;

II – O Conselho de Administração, levando em conta o valor da remuneração recebida no município de origem, poderá autorizar, para fins de adequação ao vencimento do emprego a ser ocupado no Consórcio, o pagamento de gratificação aos servidores cedidos pelos entes da Federação que o compõem, e gratificação para ressarcimento de despesas, limitada a média mensal de gastos com alimentação e estadia ou deslocamento, devidamente comprovadas através de documentos idôneo;

III – o pagamento de adicionais ou gratificações, não configura vínculo novo do servidor ou empregado público cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária;

IV – o ente da Federação consorciado que assumiu o ônus da cessão do servidor poderá contabilizar os pagamentos de remuneração como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio.

§ 14. Observado o orçamento anual do Consórcio, os vencimentos previstos para o quadro de pessoal serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

§ 15 – Somente poderão ocorrer contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nas seguintes hipóteses:

a. preenchimento de emprego público, até o seu provimento por meio de concurso público;

b. assistência a situações de calamidade pública ou de debelação de situação declaradas emergenciais;

combate a surtos endêmicos;
substituição de pessoal por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

para atender demandas de programas e convênios;

c. realização de levantamentos cadastrais e socioeconômicos, declarados urgentes e inadiáveis;

§ 16 – As contratações temporárias terão prazo de até um ano,

podendo ser prorrogadas até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 17 – O recrutamento do pessoal a ser contratado nas hipóteses previstas acima, com exceção das alíneas “b” e “c”, dar-se-á mediante processo seletivo público simplificado, cujos critérios de seleção e requisitos da função serão estabelecidos em Edital.

§ 18 – Na contratação por tempo determinado a remuneração corresponderá a vencimento que não exceda o fixado para o nível inicial de carreira em cargo equivalente estabelecido pelo município sede do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado.

§ 19 – O Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, poderá efetuar a contratação de estagiários nos termos da Lei.

§ 20. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração.

TÍTULO IV DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO XIV DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

CLÁUSULA NONA - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

§ 1º - Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I – as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em Contrato de Rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005;

II – as tarifas provenientes dos serviços prestados e os públicos decorrentes do uso de bens do Consórcio;

III – os valores decorrentes da emissão de documentos de cobrança e exercício de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente consorciado;

IV – os valores destinados a custear as despesas de administração e planejamento;

V – a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos consorciados;

VI – a remuneração advinda de contratos firmados e outros instrumentos congêneres;

VII – os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

VIII – os saldos do exercício;

IX – as doações e legados;

X – o produto de alienação de seus bens livres;

XI – o produto de operações de crédito;

XII – as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

XIII – os créditos e ações;

XIV – o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título;

XV – os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres;

XVI – outros rendimentos que lhe caibam por disposição legal ou contratual ou por decisão judicial.

§ 2º - Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio;

I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Protocolo de Intenções, devidamente específicos;

II – quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste;

III – na forma do respectivo Contrato de Rateio.

§ 3º - É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de Contrato de Rateio, inclusive oriundos de transferências, operação de crédito e outras operações, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas;

I – entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida;

II – não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

§ 4º - Os contratos de rateio poderão incluir dotações que extrapolem o respectivo exercício financeiro, desde que tenham por objeto projetos integrantes de plano plurianual.

§ 5º - Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

§ 6º - O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos contratos e renúncias de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

§ 7º - As contratações de bens, obras e serviços realizados pelo Consórcio observarão as normas de licitações públicas, contratos públicos e demais leis que tratam da matéria.

§ 8º - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares:

I – anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique;

a) – o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

b) - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 9º - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da

Lei Complementar 101/2000, o Consórcio fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 10 – Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no site que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

§ 11 – Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 12 – A contabilidade do Consórcio será realizada, sobretudo, de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPITULO XV DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA VIGÉSSIMA - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações diretas fundamentadas no disposto nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observarão o disposto na legislação federal respectiva e serão instauradas por decisão do Diretor Executivo e/ou do Presidente.

§ 1º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal de regência.

§ 2º - Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação de normas gerais em vigor, sendo instauradas pelo Diretor Executivo e/ou pelo Presidente, podendo haver delegação, ainda, ao Presidente da Comissão de Licitação, sendo que o Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que o procedimento licitatório tenha o seu trâmite suspenso, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

§ 3º - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º - Qualquer cidadão, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

§ 5º - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CAPITULO XVI DO PATRIMÔNIO

CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA - Constituem patrimônio do Consórcio Público Meio Oeste Contestado:

Parágrafo Único: Para cumprir as suas finalidades o Consórcio Público poderá:

I – adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;

§ 1º - A Alienação, aquisição e oneração dos bens que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à apreciação da Assembleia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados, presente a maioria absoluta, na Assembleia Geral convocada especialmente para este fim;

§ 2º - A alienação de bens móveis inservíveis dependerá apenas de aprovação do Conselho de Administração.

TÍTULO V DA AUTORIZAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEGUNDA – Fica autorizada a gestão associada por meio do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado. Dos serviços públicos que constituem os objetivos previstos na Cláusula VI deste Estatuto.

§ 1º - A gestão associada autorizada nesta cláusula refere-se ao planejamento, à regulação e à fiscalização e, nos termos de contrato de programa à prestação dos serviços, e se dará de acordo com as diretrizes básicas estabelecidas em decisão da Assembleia Geral.

§ 2º - A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos entes que efetivamente se consorciarem, excluindo-se o território do município a que a lei de ratificação tenha apostado reserva para o auxílio da gestão associada de serviços públicos.

§ 3º - Fica o Consórcio autorizado a licitar e contratar concessão, permissão ou autorizar a prestação dos serviços públicos objeto de gestão associada, cujos critérios técnicos de cálculo do valor das tarifas e de outros preços públicos, bem como os critérios gerais a serem observados em seu reajuste ou revisão serão aprovados pela Assembleia Geral.

§ 4º - Autoriza-se ainda a transferência ao Consórcio do exercício de outras competências referentes ao planejamento, execução, regulação e fiscalização de serviços públicos objeto de gestão associada.

TÍTULO VI DE CONTRATOS DE PROGRAMAS

CLÁUSULA VIGÉSSIMA TERCEIRA – Ao Consórcio é permitido celebrar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meio próprios ou por meio de terceiros, sob sua gestão administrativa ou contratual;

I – o disposto nesta cláusula permite que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

II – o Consórcio também poderá celebrar Contrato de Programa com Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração direta ou indireta dos entes consorciados;

§ 1º - São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam;

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos

serviços;	bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarefas ou outras emergentes da prestação dos serviços.
II – o modo, forma e condições de prestação dos serviços;	
III – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;	§ 3º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigorar o Contrato de Programa.
IV – o cálculo de tarifas, taxas e de outros preços públicos na conformidade da regulação dos serviços a serem prestados;	§ 4º - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.
V – procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço a cada um de seus titulares;	§ 5º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operação de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.
VI – possibilidade de emissão de documento de cobrança e de exercício da atividade de arrecadação de tarifas e preços públicos;	§ 6º - A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.
VII – os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;	§ 7º - O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:
VIII – os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;	I – o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada; II – extinção do Consórcio.
IX – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;	§ 8º - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação de regência.
X – as penalidades e sua forma de aplicação;	§ 9º - No caso de desempenho de serviços públicos pelo Consórcio, o planejamento, a regulação e fiscalização não poderão ser exercida por ele mesmo.
XI – os casos de extinção;	
XII – os bens reversíveis;	
XIII – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;	CAPÍTULO VII DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
XIV – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;	CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado reconhece como instâncias legítimas de participação e controle social as Câmaras Temáticas e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial, quando convocados para Audiências, Assembleia.
XV – a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;	§ Único - Estas instâncias terão por atribuições em relação ao Consórcio:
XVI – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.	I - avaliar, opinar, propor ajustes, acompanhar e monitorar as atividades realizadas pelo Consórcio;
§ 2º - No caso de a prestação de serviços serem operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:	TÍTULO VII DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
I – os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;	CAPÍTULO VIII DOS AGENTES PÚBLICOS
II – as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;	SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS
III – o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;	CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. Prestarão serviços remunerados ao Consórcio os contratados para os empregos públicos previstos neste instrumento, ou os servidores que a ele tenham sido cedidos.
IV – a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;	§ Primeiro - A atividade de Presidente, de membro do Conselho Participativo, bem como a participação dos representantes dos
V – a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;	
VI – o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos	

municípios consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

§ Segundo - O Consórcio poderá valer-se de servidores públicos dos municípios consorciados para desenvolvimento de atividades específicas nomeadas por ato do Diretor executivo.

A função será exercida pelos servidores cedidos, especificamente para a atividade proposta desenvolvida durante o expediente normal do município cedente não remunerada pelo consórcio considerando-se como serviço público relevante.

CLÁUSULA VIGESIMA SEXTA Os municípios que forem admitidos após o Consórcio ter integrado bens a seu fundo social, terão também que contribuir a este fundo social na proporção e quantias a serem definidas em instrumento específico, que poderá prever que tal pagamento poderá se dar pela doação de bens ou de serviços.

CAPÍTULO IX DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA VIGESIMA SETIMA Fica autorizado o Consórcio a firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas, junto a entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

TÍTULO VIII DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO X DO RECESSO

CLÁUSULA VIGESIMA OITAVA A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

CLÁUSULA VIGESIMA NONA A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

§ Primeiro -. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de maioria simples dos municípios consorciados, manifestada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pela Assembleia Geral.

§ Segundo - Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira, e não revertidos ou retrocedidos, como previsto no § 1º, ficarão automaticamente incorporados ao patrimônio do Consórcio.

CAPÍTULO XI DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA TRIGÉSSIMA PRIMEIRA A exclusão de ente consorciado só é admissível havendo justa causa.

§ Primeiro – Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa para fins de exclusão.

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação

fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ Segundo - A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, pelo período de noventa dias, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ Terceiro - Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão, bem como de outras espécies de pena a ser aplicadas a ente consorciado.

§ Quarto - O ente consorciado que estiver inadimplente com obrigações previdenciárias ou outras que impeçam o recebimento de recursos por parte do Consórcio poderá ser excluído do Consórcio, até a data de sua reabilitação ou o advento de termo previsto nos estatutos.

§ Quinto – A exclusão de consorciado exige processo administrativo no qual lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ Sexto – Eventuais débitos pendentes de ente consorciado excluído e não pagos no prazo de trinta (30) dias a contar da data de exclusão serão objeto de ação de execução que terá por título extrajudicial o contrato de rateio descumprido.

CLÁUSULA TRIGÉSSIMA PRIMEIRA Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ Primeiro - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido maioria simples dos votos da totalidade dos membros do consórcio.

§ Segundo - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ou as disposições da Lei que vier a substituí-la.

§ Terceiro - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados do dia útil seguinte ao de publicação da decisão na imprensa oficial. "DOM".

TÍTULO IX DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA TRIGÉSSIMA SEGUNDA: A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os municípios consorciados.

§ Primeiro -. A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação dos bens, podendo ser doados a qualquer entidade pública de objetivos iguais ou semelhantes ao Consórcio ou, ainda, alienados onerosamente para rateio de seu valor entre os consorciados na proporção também definida em Assembleia Geral.

§ Segundo - Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, a ser tomada em Assembleia Geral, atendido o quórum de maioria simples os municípios consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos municípios beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ Terceiro - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem e os empregos públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TRIGESIMA TERCEIRA. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do Presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos municípios que as emanaram.

CLÁUSULA TRIGESIMA QUARTA A interpretação do disposto neste instrumento deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos municípios consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os municípios consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;

IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

CLÁUSULA TRIGESIMA QUINTA Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Contrato de Consórcio Público.

TÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA TRIGESIMA SEXTA. A Assembleia Geral de Instalação do Consórcio será convocada por pelo menos dois municípios que tenham ratificado, mediante lei, este Protocolo de Intenções, tão logo tenham notícia de que foi o Protocolo ratificado por pelo menos dois de seus Municípios subscritores.

§ Primeiro - A convocação dar-se-á por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, com, pelo menos, dez dias de antecedência de realização da Assembleia. Acessoriamente, a convocação dar-se-á também por meio de correspondência, impressa ou eletrônica, dirigida a cada um dos Prefeitos dos Municípios mencionados neste instrumento, expedida com antecedência mínima de cinco dias da data de realização da Assembleia.

§ Segundo - A Assembleia Geral de Instalação será presidida pelo mais idoso a ela presente, e, caso decline, pelo que imediatamente a ele possuir maior idade.

§ Terceiro - A Assembleia será iniciada mediante verificação de poderes, que atenderá aos seguintes procedimentos:

I – o Presidente da Assembleia apregoará, por ordem alfabética, cada um dos municípios identificados na Cláusula Primeira deste Protocolo de Intenções;

II – confirmado que o representante se encontra presente, será indagado em alto e bom som ao representante se o Município subcreveu o Protocolo de Intenções e, ainda, se o ratificou por lei;

III – caso tenha havido a ratificação mediante lei, deverá o representante, por documento ou publicação oficial, comprová-la;

IV – verificado isso, o Presidente da Assembleia indagará se a ratificação foi realizada de forma integral ou com reservas;

V – caso a ratificação seja realizada de forma integral, o Presidente declarará o ente da Federação como consorciado; caso tenha havido reserva, a decisão sobre o consorciamento será sobrestada para o final da verificação de poderes;

VI – logo após ter se verificado o consorciamento do (12) Município, o Presidente da Assembleia declarará: “havendo o número de ratificações previsto no Protocolo de Intenções, declaro constituído o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado ; declaro ainda que, nos termos da Lei 11.107, de 2005, fica convertido o Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público”, e Estatuto, ato após o qual prosseguirá na verificação;

VII – encerrada a verificação, o Presidente da Assembleia declarará os membros que compõem o Consórcio;

VIII– após essa providência, serão analisadas as reservas pendentes cada reserva deverá ser analisada e debatida e, por votação única, a Assembleia deliberará, mediante metade mais um dos votos dos municípios consorciados , se com elas concorda ou não;

IX – concordando a Assembleia com as reservas, será o ente da Federação declarado como consorciado, e, se devidamente representado, participará com voz e voto das deliberações posteriores;

X – concluída a análise das reservas, o Presidente da Assembleia declarará que: “nos termos da verificação realizada em Assembleia, foi o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado constituído tendo por consorciados os seguintes municípios: Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Tangará, Treze Tilias, Vargem Bonita.

§ Quarto - Caso conste da ordem do dia da convocação, uma vez realizada a verificação será apreciada proposta de estatutos, mediante debates, apresentação de emendas e votações, no qual serão artigos ou emendas votadas em separado somente se houver requerimento de destaque subscrito por representantes com direito a voto de dois consorciados. Transformando-se após aprovação em Estatuto.

§ Quinto - Também, caso conste da Ordem do Dia, na mesma Assembleia Geral poderá ser realizada a eleição do Presidente do Consórcio.

§ Sexto - A eleição mencionada no parágrafo anterior, poderá ser realizadas independentemente de serem aprovado o estatuto do consórcio, nos termos previstos no § 4º desta cláusula.

CLÁUSULA TRIGESIMA SETIMA. O mandato do primeiro Presidente do Consórcio encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TRIGESIMA OITAVA No caso de o estatuto não ser aprovado nos termos previstos no § 4º da Cláusula.

CLÁUSULA TRIGESSIMA NONA, será convocada Assembleia Geral para a elaboração dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente instrumento.

§ Primeiro - Confirmado o quórum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembleia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto do projeto de estatutos que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado, exigida sempre assinatura de dois representantes de consorciados com direito a voto;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

§ Segundo - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomencem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão.

§ Terceiro - Da nova sessão poderão comparecer os municípios que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ Quarto - Os estatutos preverão as formalidades e quórum para a alteração de seus dispositivos.

§ Quinto - Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação do seu extrato na imprensa oficial dos Municípios "DOM".

CLÁUSULA QUADRAGESIMA. A Assembleia Geral, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo.

TÍTULO XII DO FORO

CLÁUSULA QUADRAGESIMA PRIMEIRA Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Joaçaba, 20 de Dezembro de 2013

VITOR JOÃO FACCIN MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal de
Ouro Prefeito Municipal de Luzerna
CPF: 520.064.509-30 CPF: 024.651.199-07
Presidente Vice - Presidente

NOVELLI SGANZERLA ANDEVIR ISGANZERLLA
Prefeito Municipal de Água Doce Prefeita Municipal de Capinzal
CPF: 160.789.509-91 CPF: 564.375.609-91

GISA APARECIDA GIACOMIN WALTER KLEBER KUCHER
Prefeita Municipal de Catanduvas Prefeito Municipal de Erval Velho
CPF: 868.104.649/72 CPF: 824.490.409-78

ARI FERRARI RAFAEL LASKE
Prefeito Municipal de Ibicaré Prefeito Municipal de Joaçaba
CPF: 345.200.409-06 CPF: 001.150.729-26

HILÁRIO CHIAMOLERA EUCLIDES CRUZ
Prefeito Municipal de Lacerdópolis Prefeito Municipal de Tangará
CPF: 250.360.175-00 CPF: 560.161.669-87

MAURO DRESCH MELANIA APARECIDA ROMAN
Prefeito Municipal de Treze Tílias Prefeita Municipal de Vargem Bonita
CPF: 400.440.609-00 CPF: 710.974.499-04

JÚLIO CÉSAR TRINDADE MATTOS
OAB/28818

PORTARIA Nº 643/2015 PORTARIA Nº 643/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ANA PAULA FIORESE (Matr. 4135), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, junto ao CMEI Criança Feliz, em substituição à servidora Marizete Andolphacto, que se encontra afastada em Atestado Médico, a partir de 20 de maio de 2015 até o retorno do servidor efetivo, limitado ao término do ano letivo de 2015, classificada em 16º lugar pelo Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Maio de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 037 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

PROCESSO Nº. 177/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2015 – MULTIENTIDADES
REGISTRO DE PREÇO
Prefeitura Municipal de Ilhota
Fundo Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Educação
Fundo Municipal de Assistência Social
Fundo Municipal de Esporte
Fundação Municipal Cultural

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS MENSAL COM OU SEM MOTORISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, SENDO EVENTUAL A CONTRATAÇÃO DO ITEM , conforme Anexo I do Edital.
--------	---

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 03/06/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 03/06/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO OFICIAL
Ilhota, 21 de maio de 2015.

AVISO PRG 032 - 2015 MULTIENTIDADES - LOCAÇÃO DE VEÍCULO (FRACASSADA)

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL 032/2015 – MULTIENTIDADES

O PREGOEIRO OFICIAL E A COMISSÃO DECLARA FRACASSADO O PREGÃO PRESENCIAL 032/2015 MULTIENTIDADES, PELA INABILITAÇÃO DE TODOS LICITANTES PRESENTES NO CERTAME, DE ACORDO COM A LEI 10.520/02, LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

20 de maio de 2015.

ALEX MIRANDA
Pregoeiro Oficial

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 068/2015

EDITAL SEAGP Nº 068/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 21 de Maio a 20 de Junho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 21 de maio de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 068/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Priscila Xavier Matos

EDITAL SEAGP Nº 069/2015

EDITAL SEAGP Nº 069/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 21 de Maio a 20 de Junho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 21 de maio de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 069/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Josiane Mendonça da Silva

PORTARIA PMI/GGP Nº 303/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 303, de 19 de maio de 2015.

Dispõe sobre a Designação de servidora de carreira do magistério para a função gratificada de Secretária de Escola, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

Resolve:

Art. 1º Designar a servidora abaixo descrita, para a função gratificada de Secretária de Escola, junto a Secretaria Municipal de Educação, em substituição a servidora, Sra. Valquíria Corrêa de Aguiar, Professora, matrícula nº 556, inscrita no CPF sob o nº 416.470.419-53, que encontra-se afastada em gozo de licença-prêmio.

SECRETÁRIOS (AS) DE ESCOLAS – LC nº 4.514/2015				
Unidades Escolares	Cargo	Nome	CPF	Nomeação
Escola Básica Municipal Basileu José da Silva (Campo D´Aviação)	Secretário (a)	Fabiana de Freitas Souza	003.775.319-36	20/05/2015

Art. 2º Ao final do afastamento da servidora titular do referido cargo, não havendo posicionamento contrário a este, o seu retorno dar-se-á automaticamente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 20 de maio de 2015.

Imbituba, 19 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 259/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 259/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que fazem entre si MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, conforme a Segunda Alteração Contratual (anexo).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 260/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 260/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que fazem entre si MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, conforme a Segunda Alteração Contratual (anexo).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 096/2013

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 096/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e, TIBÉRIO BUSARELLO FILHO, brasileiro, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 692.372.639-53 e Cédula de Identidade nº 437.977, residente à Rua Santos Dumont, nº 88, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 1.319/07, a celebração do presente Termo Aditivo mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, as cláusulas segunda, item 2.1 e terceira, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de imóvel, destinado ao atendimento da UEI Espaço de Crescer, com as seguintes características: imóvel com área construída de 480,00 m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), em alvenaria, sendo a edificação principal 02 (dois) pavimentos e demais anexos, com telhas cerâmicas, em terreno com aproximadamente 1.500,00 m² (um mil e quinhentos metros quadrados), situado à Rua Maceió, esquina com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 41 – Bairro Tapajós, no município de Indaial/SC, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 05 de maio de 2015 a 05 de maio de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$ 5.366,92 (cinco mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$ 64.403,04 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e três reais e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único

efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 04 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito	TIBÉRIO BUSARELLO FILHO Locador
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 009 DO CONTRATO Nº 122/2014

TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 122/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem de águas pluviais do prolongamento da Rua Dr. Heinz Wanser, com extensão de 184,00 metros, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo do presente contrato é de 24 de maio de 2015 até 07 de julho de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 19 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 010 DO CONTRATO Nº 026/2013 TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 026/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução terraplenagem e drenagem pluvial, constante do sistema mutirão do município, das Ruas Teresina e Córdoba, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo total do presente contrato é de 14 de maio de 2015 a 11 de agosto de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 14 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL
Sérgio Almir dos Santos
Contratante

ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA
Denilson Hoepers
Contratada

SECRETARIA DE OBRAS
Carlos Henrique Nagel
Secretário Municipal

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO
Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 010 DO CONTRATO Nº 027/2013 TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 027/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo a cláusula quinta item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem pluvial, constante do sistema mutirão do município, das ruas - Rua Bariloche e Rua Formosa, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo para a execução total das obras é de 14 de maio de 2015 a 11 de agosto de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 14 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Contratante

ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA

Denilson Hoepers

Contratada

SECRETARIA DE OBRAS

Carlos Henrique Nagel

Secretário Municipal

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet

OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 04/2015

Edital de Notificação nº 04/2015

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 20/04/2015 a 19/05/2015

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS - PAB Fixo	31.494,66
417213302000000	Transferências SUS - ESF	75.920,00
417213303000000	Transferências SUS - ACS	32.448,00
417213304000000	Transferências SUS - Epidemiológica	4.895,92
417213305000000	Transferências SUS - Farmácia Básica	3.145,00
417213306000000	Transferências SUS - Vigilância Sanitária	0,00
417213307000000	Transferências SUS - SAÚDE BUCAL	8.920,00
417213312000000	Transferências SUS - MAC	11.752,86
417213402000000	Transferências FNAS - Média e Alta Complexidade	0,00
417213404000000	Transferências FNAS - IGD BOLSA FAMÍLIA	0,00
417213402000000	Transferências FNAS - APAE	0,00
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	0,00
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	29.494,58
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	4.460,00
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	3.000,00
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	990,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	6.622,52
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	1.708,14
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infantil	588,05
4242102000000001	Transferência FNDE PAR	0,00
Total dos Recursos Recebidos no Período	215.439,73	

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 20.05.2015

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 03/2015

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE DOIS IRMÃOS, FRAGOSINHO E JAGUATERICA, CNPJ nº 07.748.555/0001-65.

2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.

3. DATA DE VIGÊNCIA: 09/04/2015 a 31/03/2016.

4. DATA DA ASSINATURA: 09/04/2015.

5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.

6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sra. Claudete Zanella - CPF nº 693.987.209-49 - Secretária de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. Vandoir Cerutti - CPF nº 824.810.599-72- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 04/2015

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DA BACIA DO RIO JACUTINGA, CNPJ nº 05.750.270/0001-33.

2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.

3. DATA DE VIGÊNCIA: 09/04/2015 a 31/03/2016.

4. DATA DA ASSINATURA: 09/04/2015.

5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.

6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sra. Claudete Zanella - CPF nº 693.987.209-49 - Secretária de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. CLAUDEMIR PERONDI - CPF nº 033.899.219-74- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 05/2015

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE BOM SUCESSO, LAGEADO BORGES, LINHA NOSSA SENHORA DE LOURDES E LINHA SÃO JOSÉ, CNPJ nº 07.681.933/0001-30.

2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.

3. DATA DE VIGÊNCIA: 23/04/2015 a 31/03/2016.

4. DATA DA ASSINATURA: 23/04/2015.

5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.

6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sra. Claudete Zanella - CPF nº 693.987.209-49 - Secretária de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. ASTOR MELCHIOR - CPF nº 777.284.759-91- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 06/2015

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE ORESTES GUIMARÃES, CNPJ nº 06.253.571/0001-14.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 23/04/2015 a 31/03/2016.
4. DATA DA ASSINATURA: 23/04/2015.
5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sra. Claudete Zanella - CPF nº 693.987.209-49 - Secretária de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. VILMAR LUIZ SCHUCK - CPF nº 445.531.619-15- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 07/2015

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ÁGUA CRISTALINA, CNPJ nº 05.140.622/0001-39.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 05/05/2015 a 31/03/2016.
4. DATA DA ASSINATURA: 05/05/2015.
5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sra. Claudete Zanella - CPF nº 693.987.209-49 - Secretária de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. GENOIR CONTE - CPF nº 526.126.199-68- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 08/2015

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE SERRINHA, ALTO CAPITÃO, JUNDIAÍ E ENCRUZILHADA, CNPJ nº 07.660.626/0001-73.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 05/05/2015 a 31/03/2016.
4. DATA DA ASSINATURA: 05/05/2015.
5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sra. Claudete Zanella - CPF nº 693.987.209-49 - Secretária de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. AMARILDO COLOSSI - CPF nº 625.681.089-91- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 09/2015

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE LAJEADO LIMA, LINHA AUREA, BOM JESUS, LINHA MEIO, NOVA PLANÍCIE, PASSO GRANDE E PEDRAS BRANCAS, CNPJ nº 07.672.834/0001-92.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 05/05/2015 a 31/03/2016.
4. DATA DA ASSINATURA: 05/05/2015.

5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.

6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sra. Claudete Zanella - CPF nº 693.987.209-49 - Secretária de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. ALEXANDRO MACHADO - CPF nº 025.718.409-08- Presidente.

PORTARIA Nº.268/2015 DE 20 DE MAIO DE 2.015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

RESOLVE.

Art. 1º - Conceder à HEDIO MEINE, ocupante do cargo de Motorista, admitido por concurso público pela portaria 1295/1995, gratificação de função de 80% (oitenta por cento) sobre o piso salarial do município. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legítima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contratio a presente portaria produza efeitos retroativos a partir de 01 de Maio de 2015.

Ipumirim - SC, 20 de Maio de 2.015.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 266/2015 DE 18 DE MAIO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

JAQUELINE COMELLI, Matrícula 2418-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6334.785 e do CPF 106.072.889-30, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 237/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de maio de 2015.

Ipumirim - SC, 18 de maio de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 267/2015 DE 19 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GILSON BARBIERI, matrícula 1991-7, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 03/05/2014 a 02/05/2015 e gozo de 19/05/2015 a 28/05/2015 e, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúnio.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/05/2015.

Ipumirim - SC, 19 de Maio de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso I, cujo objeto é: Contratação de empresa para prestação de serviço (material + mão de obra) para instalação de iluminação publica na Rua Celso Ramos, com fornecimento de ART, conforme projeto elétrico e memorial descritivo anexo. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 20/05/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 6, PP 4-2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2015 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 05/05/2015
Folha: 1/3	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de aparelhos para ginástica destinado a realização de trabalhos de fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde, conforme as especificações descritas anexas ao edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 5/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 19 de Maio de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 6/2015, Licitação nº 4/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às nove horas, reuniu-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela Servidora Municipal Jucilene Goldoni Calari, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas: JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR ME neste ato sem representante presente, WILLIAM DANIEL RODRIGUES-ME neste ato sem representante presente e DOUGLAS FICANHA MEI. As empresas JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR ME e WILLIAM DANIEL RODRIGUES-ME encaminharam os envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação pelo correio via sedex. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. DOUGLAS FICANHA sócio proprietário da empresa DOUGLAS FICANHA MEI. Indagado pelo pregoeiro sobre a opção de Microempresa todas as empresas acima citadas se credenciam como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise das propostas constatou-se que a empresa WILLIAM DANIEL RODRIGUES-ME apresentou a proposta referente o item 01, marca EMBREX modelo 306, com capacidade de 100kg, não atendendo a descrição técnica do anexo III do Edital, sendo que seria de 120 kg, as demais empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, das licitantes habilitadas, os quais estão registrados em planilhas anexadas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelo participante presente, a parte não manifestou qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

Participante: 7366 - WILLIAM DANIEL RODRIGUES-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Plataforma vibratória, com as seguintes características: Ideal para clínicas com pouco fluxo, residências e condomínios. Motor: 1,5 HP. Possui três programas pré-definidos. Painel com informações de tempo, calor e velocidade. Painel eletrônico com LED digital. Amplitude de 0 a 12 mm. Velocidade: de 1 a 50. Frequência: 0 - 10 rps/s. Movimento vibratório lateral. Potência: 600W. Composição: ferro e plástico reforçado. Peso líquido aproximado: 39 kg. Peso máximo suportado pelo aparelho: 150 kg. Dimensões aproximadas (LxAxP): 60x114x20 cm. Voltagem: 110 v. Garantia do fabricante: 12 meses - contra defeito de fabricação	UN	1,00	EMBREX 620	0,0000	2.400,00	2.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02

AV. DOM PEDRO II, 230

C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 4/2015 - PR

Processo Administrativo: 6/2015

Processo de Licitação: 05/05/2015

Data do Processo:

Folha: 2/3

Participante: 7366 - WILIAM DANIEL RODRIGUES-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Leg Press Sentado Máquina com Suporte para apoio dos pes, facilitando o acesso e o descanso do usuário entre as series; Bateria de peso lateral para facilitar as mudanças de carga; Possui diversas regulagens de inicio de movimento (distancia do assento); Assento e encosto com estrutura anatomica e injetada; Manoplas emborrachadas para o apoio das mãos; Placa de identificacao do equipamento e dos musculos trabalhados. garantia de 01 ano	UN	1,00	FISIONMAQ LINHA FREE	0,0000	4.100,00	4.100,00

Total do Participante -----> 6.500,00

Participante: 7368 - DOUGLAS FICANHA-MEI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Monitoramento de frequência cardíaca por sistema hand grip pulse " Regulagem de carga manual " Regulagem de distância do selim " suporte pega-mão emborrachado " 10 posições de tensão " Painel computadorizado em LCD indicando: velocidade, tempo, distância, caloria, pulsação e temperatura ambiente " Sapatas auto-ajustáveis ao nível do piso " Rodízios para transporte Capacidade: 120kg Peso: 47,3kg Dimensões: C 170 x L 66 x A 108 cm garantia de fabricação de 01 ano	UN	1,00	EMBREEX 308	0,0000	2.780,00	2.780,00
2	Esteira elétrica, com as seguintes características -Sistema de amortecimento: SAC - Shock Absorber Control (opcional); -Sistema de inclinação manual com duas posições - 0% ou 5%; -Monitoramento de frequência cardíaca por sensores de íbulo de orelha; -Motor: 2 HP AC; -Velocidade máxima: 9,9 MPH / 16 Km/h; -Display em LCD - Velocidade, Distância, Cronômetro, Monitoração Cardíaca e Calorias; ESPECIFICAÇÕES -Área da manta: 52,7" x 16,5" / 134cm x 42cm (CxL); -Capacidade de utilização: 330 lbs / 150 Kg; -Dimensões: 70,8" x 31,1" x 55,9" / 180 cm X 79 cm X 142 cm (CxLxA); -Peso: 232,8 lbs / 105,6 Kg; -Opções de idioma: Uma (Inglês, espanhol ou português); -Garantia limitada: 3 anos garantia para defeitos de fabricação;* -Tensão: 120 ou 240 VAC.	UN	1,00	MOVEMENT GO RUN 3.0	0,0000	5.879,00	5.879,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02

AV. DOM PEDRO II, 230

C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 4/2015 - PR

Processo Administrativo: 6/2015

Processo de Licitação: 05/05/2015

Data do Processo:

Folha: 3/3

Participante: 7368 - DOUGLAS FICANHA-MEI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Tecnologia de operação microcontrolada;Corrente TENS, FES e Russa;Novo display gráfico de LCD azul, com 128 x 64 pixels; Novos protocolos de tratamento; Graduação do tempo de subida, descida, ON e OFF de cada onda na corrente FES; Cinco protocolos de tratamento com corrente FES; Vinte e cinco protocolos de tratamento com corrente TENS; Timer ajustável de 1 a 60 minutos;4 canais de saída com variação independente de frequência e amplitude; Potência de entrada-consumo máximo: 20 Va; Intensidade de corrente máxima por canal com carga resistiva de 1000 ohms (quando R= 250 Hz e T= 500 useg);Modo TENS normal e FES sync: 250 mA pico a pico por canal; Faixa de frequência de repetição de pulso (R) para TENS e FES: variável de 0,5 a 250Hz; Modulação em trens de pulso - BURST (modo TENS): 7 pulsos correspondentes a ciclo ON de 25 mseg e ciclo OFF de 475 mseg (2 Hz);ON Time (FES): variável de 1 a 60 segundos; OFF Time (FES): variável de 1 a 60 segundos; RISE Tempo de subida do trem de pulso (FES): variável de 1 a 9 segundos; DECAY Tempo de descida do trem de pulso (FES): variável de 1 a 9 segundos.	UN	1,00	IBRAMED NEURODYN II	0,0000	1.800,00	1.800,00

Total do Participante -----> 10.459,00

Total Geral -----> 16.959,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 19 de Maio de 2015

COMISSÃO:

- LAUDÉCIR FRANCIO
- - Pregoeiro(a)
- JUCILENE GOLDONI CALIARI
- - MEMBRO

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 2º BIMESTRE DE 2015

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.940.780,00	22.940.780,00	4.605.697,62	20,08	8.440.411,17	36,79	14.500.368,83
RECEITAS CORRENTES	21.940.780,00	21.940.780,00	3.674.206,63	16,75	7.508.920,18	34,22	14.431.859,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.312.300,00	1.312.300,00	212.291,07	16,18	354.780,03	27,03	957.519,97
IMPOSTOS	1.249.900,00	1.249.900,00	190.689,24	15,26	313.673,43	25,10	936.226,57
TAXAS	62.400,00	62.400,00	21.601,83	34,62	41.106,60	65,88	21.293,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	21.715,88	21,72	43.365,56	43,37	56.634,44
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	100.000,00	100.000,00	21.715,88	21,72	43.365,56	43,37	56.634,44
RECEITA PATRIMONIAL	13.100,00	13.100,00	61.080,92	466,27	111.065,86	847,83	-97.965,86
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	59.106,67	0,00	107.118,81	0,00	-107.118,81
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	13.100,00	13.100,00	1.974,25	15,07	3.947,05	30,13	9.152,95
RECEITA DE SERVIÇOS	28.300,00	28.300,00	5.144,65	18,18	6.966,09	24,62	21.333,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.421.280,00	20.421.280,00	3.347.903,15	16,39	6.950.972,37	34,04	13.470.307,63
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.256.180,00	20.256.180,00	3.326.260,65	16,42	6.929.279,87	34,21	13.326.900,13
Transf. de Pessoas	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	50,00	1,14	4.350,00
Transf. de Conv.	160.700,00	160.700,00	21.642,50	13,47	21.642,50	13,47	139.057,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	65.800,00	65.800,00	26.070,96	39,62	41.770,27	63,48	24.029,73
Multas e Juros de Mora	52.600,00	52.600,00	3.547,31	6,74	12.328,00	23,44	40.272,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.500,00	4.500,00	9.657,40	214,61	10.426,07	231,69	-5.926,07
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	8.300,00	8.300,00	9.123,15	109,92	13.230,80	159,41	-4.930,80
RECEITAS DIVERSAS	400,00	400,00	3.743,10	935,78	5.785,40	1.446,35	-5.385,40
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	931.490,99	93,15	931.490,99	93,15	68.509,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	931.490,99	0,00	931.490,99	0,00	-931.490,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	204.362,02	0,00	204.362,02	0,00	-204.362,02
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	727.128,97	0,00	727.128,97	0,00	-727.128,97
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.940.780,00	22.940.780,00	4.605.697,62	20,08	8.440.411,17	36,79	14.500.368,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	22.940.780,00	4.605.697,62	20,08	8.440.411,17	36,79	14.500.368,83
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.940.780,00	22.940.780,00	4.605.697,62	20,08	8.440.411,17	36,79	14.500.368,83
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	53.727,33	—	—	45.848,35	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	53.727,33	—	—	45.848,35	—	—
	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	22.940.780,00	24.825.943,16	5.428.515,53	10.790.839,58	14.035.103,58	4.419.580,41	7.008.375,28	17.817.567,88	6.590.597,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.853.780,00	20.880.172,33	3.381.592,43	8.653.328,30	12.226.844,03	3.757.172,86	6.285.444,32	14.594.728,01	5.871.461,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.051.551,92	12.062.628,44	1.794.936,78	3.517.059,83	8.545.568,61	1.810.002,54	3.470.158,47	8.592.469,97	3.331.421,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.500,00	49.500,00	4.593,32	10.414,13	39.085,87	4.593,32	10.414,13	39.085,87	10.414,13
DESPESAS DE CAPITAL	8.752.728,08	8.768.043,89	1.582.062,33	5.125.854,34	3.642.189,55	1.942.577,00	2.804.871,72	5.963.172,17	2.529.625,82
INVESTIMENTOS	1.987.000,00	3.845.770,83	2.046.923,10	2.137.511,28	1.708.259,55	662.407,55	722.930,96	3.122.839,87	719.135,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.731.000,00	3.589.770,83	2.003.752,72	2.051.170,52	1.538.600,31	619.237,17	636.590,20	2.953.180,63	632.795,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	256.000,00	256.000,00	43.170,38	86.340,76	169.659,24	43.170,38	86.340,76	169.659,24	86.340,76
RESERVA LEGAL DO RPPS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.940.780,00	24.825.943,16	5.428.515,53	10.790.839,58	14.035.103,58	4.419.580,41	7.008.375,28	17.817.567,88	6.590.597,85

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.940.780,00	24.825.943,16	5.428.515,53	10.790.839,58	14.035.103,58	4.419.580,41	7.008.375,28	17.817.567,88	6.590.597,85
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.432.035,89	—	8.440.411,17
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.940.780,00	24.825.943,16	5.428.515,53	10.790.839,58	—	4.419.580,41	8.440.411,17	—	15.031.009,02

FONTE:

IPUMIRIM, 20/05/2015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski

Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					(b/Total b)			(d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	22.940.780,00	24.825.943,16	5.428.515,53	10.790.839,58	100,00	4.419.580,41	7.008.375,28	100,00
Ação Legislativa	800.000,00	800.000,00	113.808,16	202.533,69	1,88	111.389,91	195.546,44	2,79
Essencial à Justiça	800.000,00	800.000,00	113.808,16	202.533,69	1,88	111.389,91	195.546,44	2,79
Defesa da Ordem Jurídica	66.000,00	66.000,00	8.785,48	18.241,92	0,17	8.697,45	16.298,79	0,23
Administração	66.000,00	66.000,00	8.785,48	18.241,92	0,17	8.697,45	16.298,79	0,23
Planejamento e Orçamento	2.130.931,21	2.157.781,21	381.802,36	1.041.376,11	9,65	409.376,46	761.281,63	10,86
Administração Geral	137.000,00	137.000,00	16.361,44	35.919,51	0,33	16.361,44	35.919,51	0,51
Controle Interno	1.922.931,21	1.949.781,21	355.251,72	980.988,90	9,09	382.825,82	700.894,42	10,00
Segurança Pública	71.000,00	71.000,00	10.189,20	24.467,70	0,23	10.189,20	24.467,70	0,35
Policimento	78.000,00	78.000,00	0,00	68.000,00	0,63	16.800,00	21.800,00	0,31
Defesa Civil	18.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00	0,17	1.800,00	1.800,00	0,03
Assistência Social	60.000,00	60.000,00	0,00	50.000,00	0,46	15.000,00	20.000,00	0,29
Assistência à Criança e ao Adolescente	227.960,00	243.760,81	66.643,55	96.988,12	0,90	37.537,41	49.564,61	0,71
Assistência Comunitária	140.000,00	140.000,00	9.827,20	31.792,77	0,29	11.776,06	20.833,26	0,30
Saúde	87.960,00	103.760,81	56.816,35	65.196,35	0,60	25.761,35	28.711,35	0,41
Atenção Básica	5.568.828,13	5.568.828,13	687.254,45	2.865.651,97	26,56	1.049.292,72	1.859.138,48	26,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.617.928,13	3.617.928,13	566.376,00	1.360.932,82	12,61	583.600,72	1.166.817,73	16,65
Suporte Profilático e Terapêutico	1.704.800,00	1.704.800,00	84.474,62	1.428.742,38	13,24	429.288,17	616.343,98	8,79
Vigilância Sanitária	85.000,00	85.000,00	12.368,48	26.335,22	0,24	12.368,48	26.335,22	0,38
Vigilância Epidemiológica	107.300,00	107.300,00	16.916,03	33.855,32	0,31	16.916,03	33.855,32	0,48
Educação	53.800,00	53.800,00	7.119,32	15.786,23	0,15	7.119,32	15.786,23	0,23
Alimentação e Nutrição	5.629.140,66	6.595.589,65	1.731.422,34	2.193.989,21	20,33	947.225,56	1.285.693,86	18,35
Ensino Fundamental	136.000,00	136.000,00	22.671,74	46.877,82	0,43	18.963,23	31.579,38	0,45
Ensino Médio	4.042.040,66	5.008.489,65	1.505.815,93	1.879.690,62	17,42	725.707,66	987.133,71	14,09
Ensino Superior	287.500,00	287.500,00	29.226,12	29.226,12	0,27	29.226,12	29.226,12	0,42
Educação Infantil	110.000,00	110.000,00	29.951,73	29.951,73	0,28	29.951,73	29.951,73	0,43
Educação de Jovens e Adultos	1.048.600,00	1.048.600,00	143.384,82	207.810,92	1,93	142.944,82	207.370,92	2,96
Cultura	5.000,00	5.000,00	372,00	432,00	0,00	432,00	432,00	0,01
Diffusão Cultural	115.000,00	115.000,00	14.866,95	15.809,47	0,15	2.263,07	2.263,07	0,03
Urbanismo	115.000,00	115.000,00	14.866,95	15.809,47	0,15	2.263,07	2.263,07	0,03
Infra-Estrutura Urbana	3.005.200,00	3.881.263,36	1.267.750,60	2.006.270,80	18,59	740.173,97	1.017.832,71	14,52
Serviços Urbanos	2.165.700,00	3.041.763,36	1.163.400,51	1.415.967,74	13,12	555.711,11	678.115,14	9,68
	839.500,00	839.500,00	114.350,09	590.303,06	5,47	184.462,86	339.717,57	4,85

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-e)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Habituação	22.940.780,00	24.825.943,16	5.428.515,53	10.790.839,58	100,00	4.419.580,41	7.008.375,28	17.817.567,88
Habituação Urbana	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Saneamento	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Gestão Ambiental	50.000,00	50.000,00	0,00	20.000,00	0,19	3.800,00	5.700,00	44.300,00
Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00	25.000,00	0,00	20.000,00	0,19	3.800,00	5.700,00	19.300,00
Recursos Hídricos	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Agricultura	1.268.000,00	1.268.000,00	317.282,91	533.375,06	4,94	188.456,99	338.035,16	929.964,84
Abastecimento	530.000,00	530.000,00	102.074,57	235.418,69	2,18	104.068,59	196.138,73	333.861,27
Extensão Rural	348.000,00	348.000,00	150.715,00	150.715,00	1,40	14.715,00	14.715,00	333.285,00
Promoção da Produção Agropecuária	150.000,00	150.000,00	27.610,36	74.241,68	0,69	32.790,42	54.181,74	95.818,26
Defesa Agropecuária	240.000,00	240.000,00	36.882,98	72.999,69	0,68	36.882,98	72.999,69	167.000,31
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Comércio e Serviços	60.000,00	60.000,00	50.000,00	50.000,00	0,46	50.000,00	50.000,00	10.000,00
Promoção Comercial	60.000,00	60.000,00	50.000,00	50.000,00	0,46	50.000,00	50.000,00	10.000,00
Transporte	2.003.200,00	2.003.200,00	525.355,97	958.840,14	8,89	552.421,97	868.570,66	1.134.629,34
Transporte Rodoviário	2.003.200,00	2.003.200,00	525.355,97	958.840,14	8,89	552.421,97	868.570,66	1.134.629,34
Desporto e Lazer	445.000,00	445.000,00	93.895,16	138.155,53	1,28	88.494,95	124.196,32	320.803,68
Desporto Comunitário	445.000,00	445.000,00	93.895,16	138.155,53	1,28	88.494,95	124.196,32	320.803,68
Encargos Especiais	1.353.520,00	1.353.520,00	169.647,60	581.505,56	5,39	213.649,95	412.453,55	941.066,45
Serviço da Dívida Interna	305.500,00	305.500,00	47.763,70	96.754,89	0,90	47.763,70	96.754,89	208.745,11
Outros Encargos Especiais	1.048.020,00	1.048.020,00	121.883,90	484.850,67	4,49	165.886,25	315.698,66	732.321,34

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.940.780,00	24.825.943,16	5.428.515,53	10.790.839,58	100,00	14.035.103,58	4.419.580,41	7.008.375,28	100,00	17.817.567,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.940.780,00	24.825.943,16	5.428.515,53	10.790.839,58	100,00	14.035.103,58	4.419.580,41	7.008.375,28	100,00	17.817.567,88

FONTE:

IPUMIRIM, 20/05/2015

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.274.200,00	1.274.200,00	317.718,37	24,93
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	177.700,00	177.700,00	3.103,59	1,75
1.1.1- IPTU	173.100,00	173.100,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	2.810,79	127,76
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.400,00	2.400,00	292,80	12,20
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	149.700,00	149.700,00	43.070,13	28,77
1.2.1- ITBI	149.700,00	149.700,00	43.070,13	28,77
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	564.300,00	564.300,00	173.907,00	30,82
1.3.1- ISS	559.600,00	559.600,00	172.965,65	30,91
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	400,00	400,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	4.300,00	4.300,00	941,35	21,89
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	382.500,00	382.500,00	97.637,65	25,53
1.4.1- IRRF	382.500,00	382.500,00	97.637,65	25,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.694.950,00	18.694.950,00	6.385.935,49	34,16
2.1- Cota-Parte FPM	5.973.250,00	5.973.250,00	2.137.683,62	35,79
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.973.250,00	5.973.250,00	2.137.683,62	35,79
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.699.300,00	11.699.300,00	3.954.662,14	33,80
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	47.900,00	47.900,00	16.066,11	33,54
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	182.400,00	182.400,00	61.389,50	33,66
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	63,72	4,25
2.6- Cota-Parte IPVA	790.600,00	790.600,00	216.070,40	27,33
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	19.969.150,00	19.969.150,00	6.703.653,86	33,57
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	5.801,85	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	5.801,85	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	160.700,00	160.700,00	21.642,50	13,47
6.1- Transferências de Convênios	160.700,00	160.700,00	21.642,50	13,47
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	503.500,00	503.500,00	411.843,82	81,80
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	664.200,00	664.200,00	439.288,17	66,14
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.726.820,00	3.726.820,00	1.277.186,31	34,27
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.182.480,00	1.182.480,00	427.536,60	36,16
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.339.860,00	2.339.860,00	790.932,11	33,80
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	9.580,00	9.580,00	3.213,22	33,54
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	36.480,00	36.480,00	12.277,87	33,66
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	12,73	4,24
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	158.120,00	158.120,00	43.213,78	27,33
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.248.100,00	3.248.100,00	1.154.498,61	35,54
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.248.100,00	3.248.100,00	1.141.707,76	35,15
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	12.790,85	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-478.720,00	-478.720,00	-135.478,55	28,30
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.646.551,88	2.649.234,88	516.730,59	19,50	516.730,59	19,50
13.1- Com Educação Infantil	379.000,00	379.000,00	72.651,74	19,17	72.651,74	19,17
13.2- Com Ensino Fundamental	2.267.551,88	2.270.234,88	444.078,85	19,56	444.078,85	19,56
14- OUTRAS DESPESAS	601.548,12	609.941,64	246.256,13	40,37	246.256,13	40,37
14.1- Com Educação Infantil	350.000,00	350.000,00	109.607,19	31,32	109.607,19	31,32
14.2- Com Ensino Fundamental	251.548,12	259.941,64	136.648,94	52,57	136.648,94	52,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.248.100,00	3.259.176,52	762.986,72	23,41	762.986,72	23,41
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					762.986,72	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					44,76	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					21,33	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					33,91	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COMO O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	4.992.287,50		4.992.287,50		1.675.913,47	33,57
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.039.000,00	1.039.000,00	207.810,92	20,00	207.370,92	19,96
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.592.740,66	3.603.817,18	924.750,15	25,66	824.875,12	22,89
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.519.100,00	2.530.176,52	580.727,79	22,95	580.727,79	22,95
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.073.640,66	1.073.640,66	344.022,36	32,04	244.147,33	22,74
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.631.740,66	4.642.817,18	1.132.561,07	24,39	1.032.246,04	22,23
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-135.478,55	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					12.790,85	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-122.687,70	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.154.933,74	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					17,23	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	333.500,00	333.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	216.400,00	1.171.772,47	967.248,61	82,55	162.690,59	13,88
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	549.900,00	1.505.272,47	967.248,61	64,26	162.690,59	10,81
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.181.640,66	6.148.089,65	2.099.809,68	34,15	1.194.936,63	19,44

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	119.580,92	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	119.580,92	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR		
	FUNDEB (h)	FUNDEF	
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	102.395,59	0,00	
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.141.707,76	0,00	
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	793.186,92	0,00	
49.1 Orçamento do Exercício	708.929,06	0,00	
49.2 Restos a Pagar	84.257,86	0,00	
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.790,85	0,00	
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	463.707,28	0,00	

IPUMIRIM, 20/05/2015

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 38, DL 17-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 17/2015 - DL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 38/2015 Data do Processo: 20/05/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 38/2015
b) Licitação Nr.: 17/2015-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 20/05/2015
e) Objeto da Licitação Contratação de empresa para prestação de serviço (material + mão de obra) para instalação de iluminação publica na Rua Celso Ramos, com fornecimento de ART, conforme projeto elétrico e memorial descritivo anexo.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME (9320)

1 Contratação de empresa para prestação de serviço (material + mão de obra) para instalação de iluminação publica na Rua Celso Ramos.	SER	1,00	0,0000	7.999,85	7.999,85
					Total do Fornecedor: 7.999,85
					Total Geral: 7.999,85

Ipumirim, 20 de Maio de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 6, PP 4-2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2015 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 05/05/2015
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 6/2015
b) Licitação Nr.: 4/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 20/05/2015
e) Objeto da Licitação Aquisição de aparelhos para ginástica destinado a realização de trabalhos de fisioterapia da Secretaria Municipal de Saúde, conforme as especificações descritas anexas ao edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

DOUGLAS FICANHA-MEI (7368)

1	Monitoramento de frequência cardíaca por sistema hand grip pulse	UN	1,00	0,0000	2.780,00	2.780,00
"	Regulagem de carga manual					
"	Regulagem de distância do selim					
"	suporte pega-mão emborrachado					
"	10 posições de tensão					
"	Painel computadorizado em LCD indicando: velocidade,					
"	tempo, distância, caloria, pulsação e temperatura ambiente					
"	Sapatas auto-ajustáveis ao nível do piso					
"	Rodízios para transporte					

Capacidade: 120kg

Peso: 47,3kg

Dimensões: C 170 x L 66 x A 108 cm

garantia de fabricação de 01 ano - Marca: EMBREEX 308

Ipumirim, 20 de Maio de 2015.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 05/05/2015
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DOUGLAS FICANHA-MEI (7368)

2 Esteira elétrica, com as seguintes características -Sistema de amortecimento: SAC - Shock Absorber Control (opcional); -Sistema de inclinação manual com duas posições - 0% ou 5%; -Monitoramento de frequência cardíaca por sensores de lóbulo de orelha; -Motor: 2 HP AC; -Velocidade máxima: 9,9 MPH / 16 Km/h; -Display em LCD - Velocidade, Distância, Cronômetro, Monitoração Cardíaca e Calorias; ESPECIFICAÇÕES -Área da manta: 52,7" x 16,5" / 134cm x 42cm (CxL); -Capacidade de utilização: 330 lbs / 150 Kg; -Dimensões: 70,8" x 31,1" x 55,9" / 180 cm X 79 cm X 142 cm (CxLxA); -Peso: 232,8 lbs / 105,6 Kg; -Opções de idioma: Uma (Inglês, espanhol ou português); -Garantia limitada: 3 anos garantia para defeitos de fabricação;* -Tensão: 120 ou 240 VAC. - Marca: MOVEMENT GO RUN 3.0	UN	1,00	0,0000	5.879,00	5.879,00
4 Tecnologia de operação microcontrolada;Corrente TENS, FES e Russa;Novo display gráfico de LCD azul, com 128 x 64 pixels; Novos protocolos de tratamento; Graduação do tempo de subida, descida, ON e OFF de cada onda na corrente FES; Cinco protocolos de tratamento com corrente FES; Vinte e cinco protocolos de tratamento com corrente TENS; Timer ajustável de 1 a 60 minutos;4 canais de saída com variação independente de frequência e amplitude; Potência de entrada-consumo máximo: 20 Va; Intensidade de corrente máxima por canal com carga resistiva de 1000 ohms (quando R= 250 Hz e T= 500 useg);Modo TENS normal e FES sync: 250 mA pico a pico por canal; Faixa de frequência de repetição de pulso (R) para TENS e FES: variável de 0,5 a 250Hz; Modulação em trens de pulso - BURST (modo TENS): 7 pulsos correspondentes a ciclo ON de 25 mseg e ciclo OFF de 475 mseg (2 Hz);ON Time (FES): variável de 1 a 60 segundos; OFF Time (FES): variável de 1 a 60 segundos; RISE Tempo de subida do trem de pulso (FES): variável de 1 a 9 segundos; DECAY Tempo de descida do trem de pulso (FES): variável de 1 a 9 segundos. - Marca: IBRAMED NEURODYN II	UN	1,00	0,0000	1.800,00	1.800,00

Total do Fornecedor: 10.459,00

Ipumirim, 20 de Maio de 2015.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2015 Data do Processo: 05/05/2015
	Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

WILIAM DANIEL RODRIGUES-ME (7366)

3 Plataforma vibratória, com as seguintes características: Ideal para clínicas com pouco fluxo, residências e condomínios. Motor: 1,5 HP. Possui três programas pré-definidos. Painel com informações de tempo, calorias e velocidade. Painel eletrônico com LED digital. Amplitude de 0 a 12 mm. Velocidade: de 1 a 50. Frequência: 0 - 10 rps/s. Movimento vibratório lateral. Potência: 600W. Composição: ferro e plástico reforçado. Peso líquido aproximado: 39 kg. Peso máximo suportado pelo aparelho: 150 kg. Dimensões aproximadas (LxAxP): 60x114x20 cm. Voltagem: 110 v. Garantia do fabricante: 12 meses - contra defeito de fabricação - Marca: EMBREX 620	UN	1,00	0,0000	2.400,00	2.400,00
5 Leg Press Sentado Máquina com Suporte para apoio dos pés, facilitando o acesso e o descanso do usuário entre as séries; Bateria de peso lateral para facilitar as mudanças de carga; Possui diversas regulagens de início de movimento (distância do assento); Assento e encosto com estrutura anatômica e injetada; Manoplas emborrachadas para o apoio das mãos; Placa de identificação do equipamento e dos músculos trabalhados. garantia de 01 ano - Marca: FISIOMAX LINHA FREE	UN	1,00	0,0000	4.100,00	4.100,00

Total do Fornecedor: 6.500,00

Total Geral: 16.959,00

Ipumirim, 20 de Maio de 2015.

 JACIR LIRIO BONISSONI
 GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 27/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 08 de junho de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de equipamentos de informática destinados a diversos departamentos, junto a prefeitura municipal. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 20 de maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCAI 05/2015

RESOLUÇÃO Nº 05, 11 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DA IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRINEÓPOLIS.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE na forma da Lei 647/92 de 27 de novembro de 1992, em reunião ordinária no dia 11 de maio de 2015, ata nº 04/2015, nos usos de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Fica convocada a IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no Centro de Uso Múltiplo, na Rua Guanabara, Centro município de Irineópolis/SC, no dia 27 de maio de 2015, com início as 08h00min e termino as 17h00min, abordando o seguinte tema: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente". O objetivo principal desta referida conferência é garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos humanos de crianças e adolescentes, a partir do fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - A IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será presidida pelos membros da comissão organizadora.

Art. 3º - O CMDCA, por meio da comissão organizadora, editará regimento interno da Conferência a fim de regulamentar sua organização e funcionamento, inclusive sobre o processo de escolha dos delegados que representarão o Município de Irineópolis na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único: A comissão organizadora é responsável pelo planejamento da Conferência, agindo em conjunto com a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação

MARIA ROSA SCHAFASCHEK
Presidente do CMDCA.

Itá

PREFEITURA

EDITAL 037 - PROCESSO SELETIVO 017/2014

EDITAL 037 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 017/2014 - 27° CHAMADA 22/05/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2° da Lei Complementar n° 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 22 de MAIO 2015, às 8h SÉRIES INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, n°16 – Vila Gerasul, Itá/SC.

Pedagogia (20h)

Pós Graduada

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Assinatura
13°	096	Márcia Dinnebier Porn	

Itá – 20 de maio de 2015

Leide Mara Bender

Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 87, DE 19 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 87, DE 19 DE MAIO DE 2015.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 91/2015, de 29/04/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores THIAGO ROHDEN, DIENIFER STRACK e ADRIANO KARAL para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 91/2015, de 29/04/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 14h00min do dia 19/05/2015, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itapiranga – SC, 19 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DE CONTRATO DA PREFEITURA Nº 082/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 069/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

ORIGEM: Pregão Presencial de nº 55/2014

OBJETO: Contratação de seguros para veículos de propriedade do município.

VALOR: R\$ 6.549,78

VIGÊNCIA: 05 de maio de 2016.

Itapiranga – SC. 05 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº 17/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO

PROCESSO LICITATORIO NA

MODALIDADE DE PREGÃO

PRESENCIAL Nº 17/2015 FMS

O Município de Itapiranga vem retificar o Edital de Processo Licitatório nº 17/2015 FMS, no seguinte termo: altera a data de realização do certame licitatório do Pregão Presencial nº 17/2015 FMS, com data de abertura prevista para o dia 21 de maio de 2015, às 14:00 horas, que por razões administrativas, os prazos constantes do instrumento convocatório ficam prorrogados, a teor do art. 21 § 4º, da lei 8.666/93, para o dia 01 de junho de 2015 às 14:00 horas.

Itapiranga, 20 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo dia do mês de maio de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 23/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, ORIUNDOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, ATRAVÉS DE JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SC CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A	IVONETE CRISTINA DE CASTRO
EDITORIA NOTICIAS DO DIA LTDA	CRISTIAN VIECELI

Analisados os documentos foram achados conforme, porém quando cadastrado os participantes na fase de credenciamento o sistema apresentou pendência da empresa RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A, CNPJ Nº 92.821.701/0057-64, baixou-se diligência a gerência de Tributação que apresentou o Protocolo nº 1979/2014 que trata-se de uma taxa de R\$ 12,00 lançada em 2014 quando a empresa interpôs recurso a licitação. Foi consultada a empresa que alega nada saber. Em seguida a pregoeira solicitou a presença da Secretária de Administração e Finanças chefe superior do Órgão Tributário para dirimir as dúvidas sobre a questão, pois lançamentos de taxas para interposição de recurso não podem ser cobradas. Assim a mesma na oportunidade alega que já havia outras denúncias de cobranças indevidas de taxas de protocolo, e que já estava tomando providências junto à gerência da tributação. Registra-se que esta licitação, nas condições de participação, cláusula 4.5 do edital, trata-se preferencialmente de ME e EPP, no entanto nesta sessão de julgamento não obtivemos êxito, logrando-se somente duas participantes não enquadradas no privilégio, e como trata-se de serviço essencial a divulgação dos atos oficiais, segue-se a licitação. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas, foi visto que a empresa EDITORA NOTICIAS DO DIA LTDA não atende ao objeto do edital como Jornal Diário de Grande Circulação no Estado de SC, portanto foi DESCLASSIFICADA para a fase de lances. A empresa RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas,

que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. A empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Ganadoras	Valor Total
RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.	R\$ 24.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representantes credenciados manifestaram interesse em interpor recurso. A representante da empresa RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. a Sra. Ivonete Cristina De Castro faz impugnação com as seguintes considerações: a) não abrange grande circulação no estado de SC (somente 25 municípios); b) não tem circulação no Município de Itapoá; c) IVC consolidado (ND Florianópolis e região e ND Joinville e região) produtos diferentes. O representante da empresa EDITORA NOTICIAS DO DIA LTDA Sr. Cristian Vieceli destacou que o objeto da licitação fala em Jornal no estado e não em todo o estado, por este motivo irão recorrer. Também considera que impede uma concorrência e o modelo do edital da força ao monopólio da comunicação em SC em veículo Jornal, fato recorrente, motivo pelo qual fica aberto o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 20 de maio de 2015.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro		SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA Membro
RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S A IVONETE CRISTINA DE CASTRO		EDITORIA NOTICIAS DO DIA LTDA CRISTIAN VIECELI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratante: IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, com sede à Rua João Zipperer, nº 209, fundos sala B, Bairro Industrial Norte, Rio Negrinho/SC, CEP: 89.295-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.874.834/0001-01, Inscrição Estadual: 256.767.700, representada neste ato por procurador, o Sr. PAULO LEANDRO LEVANDOSKI, portador do CNPJ/MF nº 053.729.359-01 e do CI.RG nº 4.425.831 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO Nº 28/2015 – PROCESSO Nº 47/2015.

Objeto: Aquisição de móveis planejados para equipar a Sala de Estabilização do PA 24 horas, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos reais)

Data da assinatura: 19/05/2015;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

Itapoá, 20 de maio de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 28/2015.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 28/2015.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vaga remanescente do Edital 23/2015 para complementação do quadro de Professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, em um período compreendido entre 26/05/2015 a 18/12/2015 ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental, por período determinado ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1.2 – Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 – As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 – O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 – O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 – A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único

dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 155/2003 e 044/2014.

1.7 – Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 21 de maio de 2015. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá.

Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

Vagas	Área	CH
1	INGLÊS	30h

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivo e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e/ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1 – Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando escolaridade, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 – A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 – A classificação será publicada dia 22 de maio de 2015 às 12hs.

4.4 – Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente, num prazo de cinco dias.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

15- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

16- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

17- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

18- Tipagem sanguínea

19- Laudo médico
20- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:

21- Comprovante de quitação militar.

6 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1 – A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

5.2 – O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

5.3– Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 20 de maio de 2015.
Terezinha Fávaro da Silveira
Secretaria de Educação

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -
DATA: 25 de maio de 2015 – Horário de entrega de envelopes até:
09h:00min e abertura de sessão pública às 09h:30min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015 - PROCESSO Nº 48/2015 – OBJETO: Aquisição de toners originais para uso na Secretaria de Educação, Escolas Municipais, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Ampliação de Jornada Escolar, conforme especificações constantes no Anexo V e VI do Edital.

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspenso, para conhecimento dos licitantes e de quem a mais interessar possa, para análise e deliberação do recurso administrativo sob Protocolo nº3209/2015 pela sua tempestividade – Requerente impugnante a Empresa: TECTONER RECARGA DE TONER LTDA, CNPJ/MF: 01.027.088/000106, acostada aos autos do processo licitatório fls. 127 a 153.

Itapoá, 20 de maio de 2015.
FERNANDA CRISTINA ROSA
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
DECRETO Nº2438/2015
Pregoeira Oficial

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 402, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 402, de 20 de maio de 2015

"ESTABELECE HORÁRIO ÚNICO DE FUNCIONAMENTO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas e de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, Considerando que as Juntas Militares no Estado de Santa Catarina funcionam em horário único das 7:00 as 13:00 horas; Considerando a constante necessidade de troca de informações com outras Juntas Militares da região da AMAVI e de outras regiões do Estado de Santa Catarina; Considerando que o turno único de atendimento das 7:00 as 13:00horas facilita a vinda dos jovens à Junta Militar sem prejudicar o horário comercial,

DECRETA:

Art. 1º - A partir do dia 21 de maio de 2015 o horário de expediente da Junta de Serviço Militar sediada em Ituporanga passará a atender em turno único das 7:00 as 13:00 horas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 20 de maio de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

DECRETO Nº 403, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 403, de 20 de maio de 2015

"Decreta Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica Município de Ituporanga,

- Considerando que todos os demais Municípios da região da AMAVI decretam Ponto Facultativo no dia posterior ao dia de Corpus Christi (sexta-feira),

DECRETA:

Art. 1º - Será facultativo "o ponto" nas Repartições Públicas Municipais no dia 05 de junho de 2015 (sexta-feira), "Corpus Christi" exceto nos serviços de natureza essencial, especialmente na área da Saúde, Educação, Urbanismo e Infraestrutura.

Parágrafo Único - A forma e modo de funcionamento dos setores da Administração Pública que prestam os serviços essenciais a que se refere o caput desse artigo serão definidos pelos Secretários Municipais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 20 de maio de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

EDITAL DE PREGÃO Nº 23/2015 AQUISIÇÃO DE LAJOTAS, MEIO FIO, GRELHAS PARA BOCA DE LOBO E PAVER, PARA SEREM UTILIZADAS EM CALÇAMENTOS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº23/2015

Processo: 33/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE LAJOTAS, MEIO FIO, GRELHAS PARA BOCA DE LOBO E PAVER, PARA SEREM UTILIZADAS EM CALÇAMENTOS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 08 de junho de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 08 de junho de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 21 de maio de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

EDITAL DE PREGÃO Nº 28/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº28/2015

Processo: 38/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 03 de junho de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 03 de junho de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 21 de maio de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

LEI Nº 2.615, DE 20 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 2.615, de 20 de maio de 2015

Altera a ementa e expressões da Lei nº 2.196 de 01 de novembro de 2007 que Dispõe sobre a criação de empregos públicos para compor o Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família do Município de Ituporanga e os artigos 1º e 2º da Lei nº 2.597 de 06 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada ementa da Lei nº 2.196 de 01 de novembro de 2007 que Dispõe sobre a criação de empregos públicos para compor o Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família do Município de Ituporanga, a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a criação de empregos públicos para compor o Quadro de Pessoal da Estratégia Saúde da Família e o Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Ituporanga”.

Art. 2º. Nos artigos da Lei nº 2.196 de 01 de novembro de 2007, onde consta a expressão Programa de Saúde da Família, passará a constar a expressão Estratégia Saúde da Família.

Art. 3º Ficam alterados os artigos 1º e 2º da Lei nº 2.597, de 06 de março de 2015, os quais passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o adicional de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento base previsto no Nível V, do Anexo II, da Lei nº 2.196, de 1º/11/2007, aos cirurgiões dentistas detentores de especialidades odontológicas que atuam no Centro de Especialidades Odontológicas – CEO.

Art. 2º. Fica criada a função de confiança de Coordenador do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, a ser ocupado por cirurgião dentista do quadro efetivo de empregos públicos do município, o qual fará jus ao adicional de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento previsto no Nível V, do Anexo II, da Lei nº 2.196, de 1º/11/2007.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 20 de maio de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

LEI Nº 2.616, DE 20 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 2.616, de 20 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE O FUNDO MUNICIPAL PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS - FMRBL E O CONSELHO GESTOR DO FMRBL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituído, no Município de Ituporanga, o Fundo Municipal para a Reconstituição de Bens Lesados-FMRBL e o Conselho Gestor do FMRBL.

Parágrafo Único - O Fundo Municipal para Reconstituição de Bens Lesados - FMRBL atuará em conformidade com o disposto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e será gerido por um Conselho Gestor, constituído na forma estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO FUNDO

Art. 2º. O FMRBL tem por objetivo reparar e prevenir danos causados à coletividade, relativos ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no âmbito do Município.

CAPÍTULO III DAS RECEITAS

Art. 3º. Constituem receitas do FMRBL:

I - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais;

II - aqueles provenientes da aplicação do § 2º, do art. 3º, da Lei Estadual nº 15.694 de 21 de dezembro de 2011;

III - os valores estabelecidos em acordos judiciais decorrentes de Ação Civil Pública;

IV - as contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

V - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;

VI - as multas administrativas, inclusive as previstas no § 1º do art. 5 desta Lei;

VII - os valores decorrentes de sanções administrativas aplicadas pelo órgão municipal de defesa do consumidor, meio ambiente ou de outros interesses difusos e coletivos;

VIII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao FMRBL.

CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º. Os recursos do FMRBL serão aplicados:

I - em projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei;

II - na promoção de eventos educativos e científicos, bem como a edição de material informativo de cunho pedagógico, cuja finalidade seja o fomento de cultura ou práticas protetivas dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei, e que busque tratar nestes materiais a natureza da infração ou do dano causado;

III - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar, instaurados para a apuração de fato ofensivo a interesse difuso ou coletivo, e, quando se tratar de dano de âmbito local, de perícias para efeito de prova em ações civis públicas;

IV - em investimentos necessários à modernização tecnológica, à capacitação e ao aparelhamento finalístico dos órgãos municipais e estaduais localizados no município de Ituporanga ligados à proteção e defesa dos direitos difusos e coletivos de que trata o art. 2º desta Lei, inclusive àqueles responsáveis pela elaboração de perícias destinadas à proteção desses mesmos direitos, sempre mediante a apresentação de projetos à apreciação e aprovação do Conselho Gestor do FMRBL;

Parágrafo Único - Poderão pleitear recursos do Fundo, para fins de execução de projetos voltados à tutela e preservação dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei, os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Município, os órgãos da administração direta e indireta do Estado de Santa Catarina localizados e com atuação no município de Ituporanga, assim como as organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 2 (dois) anos, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades do Fundo.

Art. 5º. Os recursos do FMRBL serão depositados em contas especiais de instituições financeiras, à disposição do Conselho Gestor.

§ 1º. O FMRBL acordará com as instituições financeiras, para que no prazo de 10 (dez) dias, comuniquem ao Conselho Gestor os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem, sob pena de multa contratual;

§ 2º. Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do FMRBL em operações ativas, de modo a preservá-la contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda;

§ 3º. O saldo credor do FMRBL, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte;

§ 4º. As informações pertinentes às receitas, às despesas, aos contratos e aos convênios do Fundo serão publicadas mensalmente no portal eletrônico do município de Ituporanga.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS

Art. 6º. São atribuições do Conselho Gestor do FMRBL:

I - zelar pela boa e regular aplicação dos recursos do FMRBL velando para a consecução dos fins previstos no art. 2º desta Lei;

II - aprovar e firmar convênios e contratos, objetivando elaborar, acompanhar e executar projetos compatíveis ao disposto no inciso I deste artigo;

III - examinar e decidir acerca dos projetos de reconstituição de bens lesados, objetivando aplicar os recursos do FMRBL, inclusive os de caráter científico e de pesquisa;

IV - definir a aplicação dos recursos do FMRBL;

V - elaborar seu Regimento Interno, que, dentre outras atribuições, versará acerca da organização dos votos do Conselho Gestor;

VI - fazer editar, inclusive com a colaboração de órgãos da Administração Pública do Município e de entidades civis interessadas, a promoção de eventos educativos ou científicos cuja temática tenha pertinência com as finalidades do Fundo;

VII - prestar contas aos órgãos competentes, na forma legal;

VIII - aprovar o projeto de orçamento anual e o plurianual do fundo; e

XI - aprovar a liberação de recursos dos projetos submetidos para análise.

Art. 7º. O Conselho Gestor do FMRBL será composto por:

I - 1 (um) representante do Poder Executivo Municipal, designado pelo Chefe do Poder Executivo;

II - 1 (um) representante da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

III - 1 (um) representante da Secretaria de Assistência Social;

IV - 1 (um) representante da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON;

V - 1 (um) representante da Secretaria de Fazenda;

VI - 2 (dois) representante de entidades civis que atendam aos pressupostos do inciso V do art. 5º da Lei Federal nº 7.347, de 1985;

VII - 1 (um) representante da Defesa Civil municipal;

§ 1º. O Conselho disporá de uma Secretária Executiva diretamente subordinada ao seu Presidente;

§ 2º. É facultado ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina participar de todas as reuniões, sendo obrigatória a comunicação de sua realização ao Promotor de Justiça da Comarca de Ituporanga com atribuição na defesa dos direitos difusos e coletivos de que trata o art. 2º desta Lei, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

§ 3º. A entidade referida no inciso VII deste artigo será escolhida pelo Presidente do Conselho e se alternará a cada 2 (dois) anos de exercício;

§ 4º. O Conselho Gestor integrará a estrutura organizacional do Fundo, cabendo ao Município prestar o apoio necessário ao seu regular funcionamento, inclusive espaço físico para as reuniões, recursos humanos e materiais;

§ 5º. Havendo mais de 3 (três) entidades cadastradas, a escolha será feita mediante sorteio público pelo Presidente do Conselho;

§ 6º. No processo de renovação do Conselho serão excluídas as entidades sorteadas na composição anterior e caso não haja número suficiente, terão preferência para novo mandato os representantes das entidades que reunirem, comprovadamente, maior número de integrantes;

§ 7º. Os representantes das entidades civis referidas no inciso VII deste artigo terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução;

§ 8º. É vedada a remuneração, a qualquer título, pela participação no Conselho Gestor, sendo esta considerada como serviço público relevante;

§ 9º. Nas hipóteses de impedimento os membros do Conselho poderão se fazer representar por quem vier a ser expressa e formalmente designado pelo dirigente do órgão ou da entidade que esteja representando;

§ 10. O Conselho Gestor reunir - se - á na forma fixada em seu Regimento Interno.

Art. 8º. As reuniões ordinárias do Conselho Gestor do FMRBL serão públicas e mensais, e, extraordinariamente por convocação do seu Presidente ou da maioria simples do Conselho Gestor, sempre que algum fato assim exigir.

§ 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá convocar os Conselheiros para reuniões extraordinárias, em havendo descumprimento ao art. 8º desta Lei;

§ 2º. As sessões plenárias instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes;

§ 3º. Ocorrendo falta de quorum mínimo para instalação do plenário, automaticamente será convocada nova reunião, que acontecerá após 48 (quarenta e oito) horas, com qualquer número de participantes;

§ 4º. O Presidente do Conselho Gestor do FMRBL publicará mensalmente os demonstrativos da receita e da despesa gravadas nos recursos do Fundo;

§ 5º. O Conselho Gestor do FMRBL poderá rever e criar novas contas, sempre respeitando os objetivos descritos no art. 2º desta Lei.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. As atribuições e competências dos órgãos de que trata esta Lei serão fixadas por ato próprio.

Art. 10. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 11. Os recursos destinados à execução de projetos deverão atender, para efeito de liberação, a critérios objetivos e a compromisso prévio e expresso de prestação de contas, consoantes as regras usuais de auditoria e contabilidade pública, os quais deverão ser previstos em regulamento próprio, a ser aprovado pelo Conselho Gestor.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 20 de maio de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

**PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015
CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA
DE GESTÃO TRIBUTÁRIO, ACOMPANHAMENTO
A JUCESC DE ABERTURA, ALTERAÇÃO E BAIXA
DE EMPRESAS(REGIN) E ACOMPANHAMENTO DA
GESTÃO DO REPASSE DO SIMPLES NACIONAL.**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 04/2015

Processo: 41/2015

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 24 Inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93 que formalizou, Dispensa de Licitação nº 04/2015, Processo nº41/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada : Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ 09.427.503/0001-12. Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIO, ACOMPANHAMENTO A JUCESC DE ABERTURA, ALTERAÇÃO E BAIXA DE EMPRESAS(REGIN) E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DO REPASSE DO SIMPLES NACIONAL. Valor de: R\$ 984,00 (noventa e oitenta e quatro reais). Mensais.

Ituporanga, 21 de maio de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 006/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 006/2015
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: VICTOR HUGO BARROS LUCHESE
MODALIDADE: HANDEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 6.055,00 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 15 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

VICTOR HUGO BARROS LUCHESE
Atleta de Handebol

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 055/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 055/2015
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: EDINEI DA SILVA PADILHA
MODALIDADE: FUTEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.557,89 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSAS.
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 18 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

EDINEI DA SILVA PADILHA
Atleta de Futebol

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 058/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 058/2015
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: VINICIUS GILBERTO DA LUZ
MODALIDADE: FUTEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.557,89 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSAS.
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 18 de Maio de 2015
RONY EDSON LENZ
Diretor do FME

VINICIUS GILBERTO DA LUZ
Atleta de Futebol

DECRETO Nº 4.765 DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4.765 DE 20 DE MAIO DE 2015.
CONVOCA A 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,

DECRETA:

Art. 1º. A Conferência Municipal de Saúde é o forum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal nº 8.142/90;

Art. 2º. Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, através da Resolução nº 004 de 06 de maio de 2015, fica convocada a 4ª Conferência Municipal de Saúde de Joaçaba para o dia 01 de julho de 2015;

Art. 3º. O tema central para a conferência será "Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: Direito do povo brasileiro", apresentando como eixos temáticos: I) Reformas democráticas e populares do Estado; II) Direito à saúde, garantia de acesso e atenção de qualidade; III) Participação e controle social; IV) Valorização do trabalho e da educação em saúde; V) Financiamento do SUS e relação público-privado; VI) Gestão do SUS e modelos de atenção à saúde; VII) Informação, educação e política de comunicação do SUS; VIII) Ciência, tecnologia e inovação no SUS.

Art. 4º. A Conferência de Saúde será realizada no Auditório Afonso Dresch – UNOESC, situado no Bairro Flor da Serra, no município de Joaçaba/SC, no período das 08:00hs às 18:00hs, servindo como etapa preparatória para a Conferência Estadual de Saúde, a ser realizada no município de Florianópolis/SC;

Art. 5º. A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e coordenada pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde;

Art. 6º. As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portarias deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º. As despesas para a realização da Conferência correrão por conta da Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 8º. Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 20 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

EDITAL SORTEIO SUBCOMISSÃO ANÁLISE TÉCNICA - TP 2/2015/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015/FMS / TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015/FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba - SC, através do Secretário – Sr. ADEMIR LUIZ RIGHI, COMUNICA que no dia 11/06/2015 (quinta-feira), às 15 horas, será realizado na Sala do Setor de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida XV de Novembro, 378 – Centro, o sorteio dos 03 (três) integrantes da Subcomissão Técnica para Auxiliar a Comissão Permanente de Licitação no julgamento das PROPOSTAS TÉCNICAS do Processo licitatório nº 13/2015/FMS - Tomada de Preços 2/2015/FMS, cujo objeto é a "Contratação de

agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir programas de prevenção à saúde, campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde e atos gerais da Secretaria Municipal de Saúde ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010”.

O sorteio será conduzido pela Comissão Permanente de Licitações do Município.

Com o intuito de constituir Subcomissão Técnica, o Fundo Municipal de Saúde informa a relação dos profissionais, que participarão da lista para o mencionado sorteio:

Relação de Profissionais: 1 - Paulo Afonso Rodrigues da Silva – Jornalista. Gerente de Comunicação Social da Prefeitura de Joaçaba por 5 anos. Atuou como repórter em jornais de grande circulação, foi Assessor de Imprensa da Liesjho e da Prefeitura de São Joaquim; / 2 – Jéssica Novello - Jornalista. Assessora de imprensa da Unoesc. Atua na área de consultoria e assessoria de comunicação há três anos. Possui trabalhos publicados na área, com destaque para a participação de resenhas no Intercom; / 3 – Marcelo Santos – Jornalista. Repórter e assessor de imprensa da Câmara de Dirigentes Lojistas de Joaçaba; / 4 – Gustavo Deon – Jornalista. Professor dos cursos de comunicação social da Unoesc; / 5 – Mayelle Hall – Jornalista. Assessora de Imprensa da Secretaria Regional de Joaçaba; / 6 – Silvia Simi dos Santos – Publicitária. Coordenadora do Curso de Comunicação Social da Unoesc Joaçaba; / 7 – Alesandra Zilio - Publicitária com pós graduação em Marketing e Propaganda, atuando no mercado há 11 anos e atualmente atuando na área de consultoria de forma autônoma; / 8 – Wagner Lenhardt – Jornalista. Coordenação Especial de Comunicação – CECOM - Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna. estudou MBA em Gestão da Comunicação Pública e Empresarial; / 9 – Alex Baseggio – Professor Mestre da área de Comunicação pela Unisus e Coordenador da Rádio Unoesc FM.

Para os fins do cumprimento do disposto no artigo 10 da citada lei, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se referem os §§ 2º, 3º e 4º desse artigo, mediante fundamentos jurídicos plausíveis.

A sessão pública será realizada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no § 4º do artigo 10 e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado. O sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas da subcomissão técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com o órgão ou entidade responsável pela licitação, nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do artigo já mencionado.

Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba – SC, 20 de maio de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 62/2015 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 62/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: LUCAS DOS SANTOS DE OLIVEIRA

MODALIDADE: FUTEBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.557,90 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSAIS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 18 de Maio de 2015

RONY EDSON LENZ

Diretor do FME

LUCAS DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Atleta de Futebol

EXTRATO TP 2/2015/FMS - PL 13/2015/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015/FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 2/2015/FMS

Objeto: Contratação de agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir programas de prevenção à saúde, campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde e atos gerais da Secretaria Municipal de Saúde ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010. Tipo: Técnica e Preço. Data da abertura: Dia 25/06/2015, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes contendo as Propostas Técnicas (01, 02 e 03) e a Proposta de Preços (04): até as 14h30min do dia 25/06/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 20 de maio de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI

Secretário de Saúde / Gestor do FMS

EXTRATO TP 8/2015/PMJ - PL 57/2018/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2015/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o recapeamento em CAUQ de parte das Ruas 07 de Setembro e Domingos Zanini, no Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 09/06/2015, a partir das 16h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 09/06/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 19 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

NOTIFICAÇÃO SERVIDORA: CRISTIANE GODOY MARCA

NOTIFICAÇÃO

Joaçaba, 20 de maio de 2015.

Servidora: Cristiane Godoy Marca

Matrícula: 8.168

Data e local da Perícia: 02/04/2015, às 17:20, Portalmed, situado na Rua Francisco Lindner, 561 – Sala 01 – Joaçaba / SC
12/05/2015, às 18:00, Portalmed, situado na Rua Francisco Lindner, 561 – Sala 01 – Joaçaba / SC

Notificamos a Sra. Cristiane Godoy Marca que mediante a realização de perícia médica para avaliação de incapacidade laboral e avaliação de readaptação funcional, os resultados foram:

Incapacidade: não existe incapacidade para o trabalho

Readaptação: não existe incapacidade para o trabalho, sem mudança de função

Assim, cientificamos a servidora que desde a data de 27/04/2015 a mesma tem aptidão para o trabalho, devendo apresentar-se ao local habitual de trabalho para desenvolver as atividades de professor, na forma estabelecida no art. 86 da LC n. 76/2003, sob pena de incorrer na caracterização de faltas e demais sanções disciplinares previstas na Lei Complementar n.º 76/2003.

Taiza Cristina Cordazzo de Almeida

Gerente de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4338

PORTARIA Nº 4.338 DE 18 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) GRAZIELLE CARON, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.148 de 03 de fevereiro de 2015, referente ao período de 20 de março de 2012 a 19 de março de 2013 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 04 de maio de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de maio de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 18 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4339

PORTARIA Nº 4.339 DE 18 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DAIANA ANTUNES DE OLIVEIRA, Professor nível II (Pós-Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.417 de 19 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 04 de maio de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de maio de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 18 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4340

PORTARIA Nº 4.340 DE 18 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIANE DE SOUZA BUTTNER, Professor nível I (Pós-Graduação – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 137.444 de 20 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01

de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 18 de maio de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 18 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4341

PORTARIA Nº 4.341 DE 18 DE MAIO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) TIAGO DUPONT GIUMBELLI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 26 de março de 2014 a 25 de março de 2015 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 25 de maio de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 25 de maio de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 18 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4342

PORTARIA Nº 4.342 DE 18 DE MAIO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr.(a) TAILISE CRISTINA KOPP, para exercer o cargo de Agente de Dengue, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2015, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4343

PORTARIA Nº 4.343 DE 18 DE MAIO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr.(a) SONIA ZAGO FERNANDES, para exercer o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2015, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4344

PORTARIA Nº 4.344 DE 18 DE MAIO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr.(a) AMANDA FRIES DE ANDRADE, para exercer o cargo de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2015, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DL 4/2015/PMJ - PL 39/2015/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2015 - DL Processo Administrativo: 40/2015 Processo de Licitação: 39/2015 Data do Processo: 06/04/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 39/2015
b) Licitação Nr.: 4/2015-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 20/05/2015
e) Data da Adjudicação: 20/05/2015 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: Locação do imóvel localizado na Rua Treze de Maio, nº 64, Centro, Joaçaba, com área de 527,50 m², de propriedade da locadora, conforme matrícula 9.533 do Registro de Imóveis 1º Ofício, destinado ao desenvolvimento das atividades da Casa da Cultura Rogério Sganzerla.

					(em Reais R\$)	
g) Fomecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Qtidade
					Descto (%)	Preço Unitário
						Total do Item
ETREX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (11500)						
1	Locação do imóvel localizado na Rua Treze de Maio, nº 64, Centro, Joaçaba, com área de 527,50 m², de propriedade da locadora, conforme matrícula 9.533 do Registro de Imóveis 1º Ofício, destinado ao desenvolvimento das atividades da Casa da Cultura Rogério Sganzerla.	VM	12	-	2.300,00	27.600,00
					Total do Fornecedor:	27.600,00
					Total Geral:	27.600,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (206)

Joaçaba, 20 de Maio de 2015.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 106/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 106/2015 DE 18.05.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Edinei João Perotto (Matr.19), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Encanador, P-4, N-3, Ref.H-9, referente ao período aquisitivo compreendido entre 18 de maio de 2014 à 17 de maio de 2015, para serem fruídas no período de 01.06.2015 à 30.06.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente**PORTARIA JHL 107/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 107/2015 DE 18.05.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Leandro Sartori (Matr.155), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Operador de Máquina, P-4, N-1, Ref.B-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de janeiro de 2014 à 01 de janeiro de 2015, para serem fruídas no período de 10.06.2015 à 19.06.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente**PORTARIA JHL 108/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 108/2015 DE 18.05.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Marcos Antônio Bordin da Rosa (Matr.86), ocupante do

Cargo de Provisamento Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-3, Ref.H-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de julho de 2013 à 01 de julho de 2014, para serem fruídas no período de 08.06.2015 à 17.06.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 08 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente**PORTARIA JHL 109/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 109/2015 DE 20/05/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar André Luiz Sauer, ocupante do cargo de Engenheiro, enquadrado no P-8, N-1, Ref.A, sob nº da CNH 04127070192, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Gol Placa QHF-7043 a partir de 20 de maio de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 20 de maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente**PORTARIA JHL 110/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 110/2015 DE 20/05/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Wilian Sartor Sganzerla, ocupante do cargo de Engenheiro, enquadrado no P-8, N-1, Ref.C, sob nº da CNH 03027084596, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Gol Placa QHF-7043

a partir de 20 de maio de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 20 de maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

TOMADA DE PREÇO 0005/2015 - SIMAE

Licitação nº 0023/2015

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0005/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0005/2015 – Licitação 0023/2015, tipo Menor Preço Global– Empreitada por preço unitário, que trata do Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de implantação de rede coletora de esgoto junto ao Lajeado Antinha e elevatória de esgoto EEJ-011 no bairro Santa Tereza em Joaçaba/SC. Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 10/06/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 10/06/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 20 de Maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA TP 004/2014 EAT004 EAT023 -SIMAE

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, membros nomeados pela Portaria nº JHL 0105/2015 de 15/05/2015 da Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora do SIMAE, para procederem ao Recebimento Definitivo da Obra referente a Tomada de Preços JHL nº 0004/2014, Edital de Licitação 0018/2014 decorrente do Contrato JHL nº 0028/2014 de 23 de abril de 2014 e seu aditivo JHL nº 0012/2015 de 20 de fevereiro de 2015, e os Senhores Simar José Rosa, Sócio Administrador e Engº Jucenei Silva de Andrade, Engenheiro Responsável pela obra, ambos da empresa Andrade Construções Ltda, após o recebimento Provisório da Obra de Implantação de Adutoras de Recalque de Água Tratada, denominadas EAT 004 e EAT 023, localizadas no Acesso Adolfo Ziguelli, no Município de Joaçaba-SC, conforme Termo Provisório assinado em 20 de fevereiro de 2015, declaram e atestam o que segue:

1. Que a contratada, durante o período de execução da implantação de adutoras de água tratada, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
2. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Joaçaba SC, 20 de maio de 2015.

Membro da Comissão: Engº Wilian Sartor Sganzerla

Membro da Comissão: Engº André Luiz Sauer

Membro da Comissão: André Francisco Fiorin

Membro da Comissão: Engº João Carlos Ungericht

Representante da Contratada: Simar José Rosa

Engenheiro da Contratada: Engº Jucenei Silva de Andrade

Visto da Direção do SIMAE: Elisabet Maria Zanela Sartori

Lages

PREFEITURA

RERRATIFICAÇÃO PP 65-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2015 PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO, ÁUDIO, VÍDEO E TEATRO PARA A PRAÇA DE ESPORTES E CULTURA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de Esclarecimento, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No lote 01, Excluir item 01.1.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 18 de maio de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL 004/2015

EDITAL Nº. 004/2015

Adilson Rodrigues de Appolinário, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 09/06/2015 (Terça-feira)

Horário: 20:00 horas

Pauta: Aposentadoria no Serviço Público Municipal

Local: Câmara de Vereadores do Município de Lages

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site

www.camaralages.sc.gov.br.

Lages, 19 de maio de 2015.

Adilson Rodrigues de Appolinário Presidente

Laguna

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA PARA GESTÃO JUNHO 2015 A ABRIL 2018 E COMUNICADO DE CONVOCAÇÃO DA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA PARA A GESTÃO JUNHO/2015 A ABRIL/2018

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde do município de Laguna, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Municipal nº. 1802/2015, convoca Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde de Laguna para o período do mês de junho de 2015 a abril de 2018 nos seguintes termos:

Item 1- As Entidades poderão participar da Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde de Laguna classificadas em um dos seguintes subgrupos dos segmentos:

I - 05 (cinco) representantes de entidades legalmente constituídas de representação popular (entidades comunitárias, pastorais, associações de moradores, associações ecológicas, etc);

II – 03 (três) representantes de entidades sindicais e associações de trabalhadores;

III - 01 (um) representante de sindicatos e associações patronais;

IV – 01 (um) representante de entidades não governamentais que atuem com portadores de patologias crônicas;

V – 03 (três) representantes de entidades sindicais e associações profissionais de saúde;

VI - 02 (dois) representantes de entidades sindicais e associações profissionais dos trabalhadores em saúde do serviço público

VII – 01 (um) representante de Laboratórios de Análises Clínicas

VIII -;01 (um) representante da 19ª. SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional/Gerência de Saúde;

IX -; 01 (um) representante do Hospital de Laguna

X – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde.

Item 2- As entidades deverão solicitar inscrição previamente para a Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde, apresentando, cada uma, os seguintes documentos a serem analisados pela Comissão Eleitoral:

I - ata da fundação ou estatuto da entidade, autenticados em cartório em data não superior a 06 (seis) meses, a contar da data da Audiência Pública de Eleição, atestando estar legalmente constituída com sede em Laguna, Santa Catarina. As atas de fundação ou estatuto, devidamente autenticados em cartório, das entidades que apresentaram os referidos documentos, em eleições anteriores e os quais encontram-se nos arquivos do Conselho Municipal de Saúde, terão validade para a eleição de que trata o presente edital.

II - ata da reunião que elegeu a última Diretoria;

III - ofício da entidade, em papel timbrado que a identifique, e cuja assinatura da Autoridade Indicadora esteja claramente identificada com aposição de carimbo ou do nome digitado por extenso, endereçada ao Conselho Municipal de Saúde de Laguna, com indicação de 01 (um) representante que participará do processo de escolha na Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde de Laguna, indicando, também, o respectivo enquadramento da entidade no subgrupo e no segmento.

Item 3- As entidades presentes e regularmente participantes da Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde, eleitas e homologadas, indicarão ao Conselho Municipal de Saúde 02 (dois) representantes conselheiros, sendo um Titular e um Suplente, para a gestão junho/2015 a abril/2018.

Item 3.1. A entidade poderá apresentar os referidos nomes quando da apresentação dos documentos de solicitação da inscrição.

Item 3.2. As entidades que optarem por não apresentar os referidos nomes dos representantes Conselheiros Titular e Suplente quando da apresentação dos documentos de solicitação da inscrição, poderão fazê-lo após o dia das eleições até às 18:00 hs do dia 19 de junho de 2015, na Secretaria Executiva do CMS, situada na Rua Travessa Antonio Maria, S/Nº - Centro - Laguna/SC.

Item 3.3. A indicação dos representantes Conselheiros Titular e Suplente pelas entidades deverá ser em ofício próprio e específico, em papel timbrado que identifique a entidade, cuja assinatura da Autoridade Indicadora esteja claramente identificada, com aposição de carimbo ou do nome digitado por extenso.

Item 3.4. A indicação dos representantes Conselheiros Titulares e Suplentes pela forma exposta nos parágrafos anteriores deverá ser realizada pelas entidades classificadas e enquadradas, conforme o art. 4º, da Lei Municipal nº 1.802/2015, nos seguintes subgrupos dos segmentos, conforme consignado no item 1: "I"; "II"; "III"; "IV"; "V" e "VI".

Item 4- As entidades classificadas e enquadradas nos subgrupos dos segmentos a seguir relacionados, independentemente de inscrição, deverão apresentar as indicações de representantes para Conselheiros Titular e Suplente ao Conselho Municipal de Saúde de Laguna/SC, no mesmo período de apresentação de documentos de solicitação da inscrição pelas demais entidades que participam da eleição, estendendo-se o prazo até às 18:00 hs do dia 19 de junho de 2015, recomendando-se a presença de representantes na Audiência Pública de Eleição do CMS, conforme o art. 4º, da Lei Municipal nº 1.802/2015, nos seguintes subgrupos dos segmentos, conforme consignado no item 1: "VII"; "VIII"; "IX" e "X".

Item 4.1. A indicação de que trata este artigo deverá ser feita através de ofício próprio e específico, em papel timbrado que identifique a entidade, cuja assinatura/rubrica da Autoridade Indicadora esteja claramente identificada com aposição de carimbo ou do nome digitado por extenso a ser protocolado na Secretaria Executiva do CMS, situada na Travessa Antônio Maria, S/Nº - Centro - Laguna/SC.

Item 5- A Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde de Laguna será realizada no dia 18 de junho de 2015, às 18:00 horas, no Auditório: Centro Cultural Santo Antônio do Anjos, localizado na Praça Vidal Ramos, S/Nº, Laguna/SC.

Item 7- As Entidades, mediante protocolo da relação de documentos solicitada, só serão consideradas inscritas após ato de homologação da Comissão Eleitoral publicada em jornal de grande circulação do município, nos seguinte endereço eletrônico da Prefeitura de Laguna <http://www.pml.sc.gov.br>, respectivamente, e conterá o subgrupo e segmento em que a entidade foi classificada.

Item 8- As Entidades terão prazo de 05 (cinco) dias, a partir dos atos de publicação, para contestação respectiva do Regulamento, do Edital e da Homologação das Inscrições e da Homologação do Resultado das Eleições do Conselho Municipal de Saúde.

Item 9 - Somente terá direito a voto no dia das eleições a pessoa indicada pela entidade como sua representante para esta finalidade.

Item 9.1. Eventual substituição só será possível mediante novo ofício da entidade, nos moldes estabelecidos no Regulamento e neste Edital de Convocação, devendo apresentar-se à Comissão Eleitoral ou à Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde no endereço e horários já anunciados em razão da Audiência Pública de Eleição, ou impreterivelmente antes do início da Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde

Item 10 - A inscrição da entidade, caso os dados informados não sejam confirmados, tais como situação legal vigente, endereço, diretoria atual e efetiva participação na comunidade a que pertence, será anulada, bem como os efeitos dela decorrentes para a Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde de Laguna que elegerá as Entidades-membro para a gestão de junho/2015 a abril/2018, em todas as suas etapas.

Laguna, 18 de maio de 2015.

Benedito Carlos Pereira
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

COMUNICADO

Vimos por meio do Edital de convocação, informa que a Comissão eleita para acompanhar o processo eleitoral do Conselho Municipal de Saúde de Laguna/SC, será composta pelos seguintes nomes. Pelo segmento dos Usuários: Nivaldo Rodrigues e Paulo Cesar Barcelos. Pelos seguimentos dos trabalhadores da saúde: Selma Serafim Alves e pelos seguimentos dos Gestores/Prestador de Saúde: Jorge Luiz de Oliveira.

Benedito Carlos Pereira
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PREGÃO 09/2015-PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
EDITAL 009/2015 – PML

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 02 de junho de 2015 às 14:00 horas, para o fornecimento de merenda escolar e alimentação para a administração, remanescentes de processo anterior. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail pregao@laguna.sc.gov.br, pelo telefone (48)8851.4581 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 21 de Maio de 2015.
Waldomiro Souza Netto / Pregoeiro

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 003/2015 DE 08 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a convocação da X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais e considerando a deliberação do Conselho na reunião ordinária do dia 07 de maio de 2015, RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para consolidação do princípio da PRIORIDADE ABSOLUTA, preconizado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90.
Art. 2º - A conferência terá como tema central "POLÍTICA E O PLANO DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORTALECENDO OS CONSELHOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".

Art. 3º - A Xª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, realizar-se-á em Laguna, no dia 28 de maio de 2015, no Laguna Tourist Hotel – Praia do Gi s/nº.

Art. 4º - Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda com recurso do FIA – Fundo da Infância e Adolescência de Laguna e ao CMDCA a adoção das providências necessárias ao cumprimento do objeto desta Resolução.

Art. 5º - Caberá ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente divulgar as normas e diretrizes da participação de delegados em todas as etapas da Conferência.

Art. 5º - Fica instituída a Comissão Organizadora da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a seguinte composição: Gladys dos Santos Alcântara- Presidente do CMDCA(representante não governamental); Adriana Maciel Machado – conselheira representante da Secretaria de assistência Social(representante governamental); Zoraíde Silveiral- conselheira representante da APAE (não- governamental)- Vinícius Lauffer dos Santos- conselheiro representante da CUFA (não governamental); Adriana Souza da Silva – Secretária Executiva dos Conselhos.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gladys dos Santos Alcântara
Presidente CMDCA/Laguna

Lauro Muller

PREFEITURA

PORTARIA Nº 170/2015

PORTARIA Nº 170/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DEYSE CITADIN PEREIRA, elevando de Professora MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 171/2015

PORTARIA Nº 171/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JANICE DEL PRATO, elevando de Professora MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 172/2015

PORTARIA Nº 172/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CINTIA ELIANE FILIPE CARNIATO, elevando de Professora MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 173/2015

PORTARIA Nº 173/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública MARINETE APARECIDA CORREA DOS SANTOS, elevando de Professora MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 174/2015

PORTARIA Nº 174/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública BRUNA RAMOS GAZOLA, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 175/2015

PORTARIA Nº 175/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ADRIANA GONÇALVES PADILHA, elevando de Professora MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 176/2015

PORTARIA Nº 176/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública MARIA LUIZA CORREA PANDINI, elevando de Professora MAG - LP – 4D para MAG - LP – 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 177/2015

PORTARIA Nº 177/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública KARLA ADRIANA DANDOLINI MASIEIRO elevando de Professora MAG - LP – 4D para MAG - LP – 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 178/2015

PORTARIA Nº 178/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CARLA APARECIDA DIAS, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 179/2015

PORTARIA Nº 179/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JANIELLI MAFIOLETTI DOMINGOS, elevando de Professora MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 180/2015

PORTARIA Nº 180/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, MARÍLIA DE BRIDA FONTANELLA, Professora II - Educação Física, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 181/2015

PORTARIA Nº 181/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, ALAN JUNG CROCETTA, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor junto ao Gabinete do Prefeito, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 182/2015

PORTARIA Nº 182/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ANDRÉ DE SOUZA PEREIRA, para a função de Motorista, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica o contratado ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 183/2015

PORTARIA Nº 183/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, BRUNO DA SILVA FABIANO, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica o contratado ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 184/2015

PORTARIA Nº 184/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista

mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, PEDRO DA SILVA AGUIAR, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica o contratado ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 185/2015

PORTARIA Nº 185/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JOÃO JAKES, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica o contratado ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 186/2015

PORTARIANº 186/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, RODIMAR MARCÍLIO ALVES, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 187/2015

PORTARIANº 187/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, SONIA PANDINI DA ROSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor do Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 188/2015

PORTARIANº 188/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, CÍNTIA FIGUEIREDO RAUPP, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 189/2015

PORTARIANº 189/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, VALDIR WESSLER, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 190/2015

PORTARIANº 190/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, DIEGO JOSÉ CIFUENTES, do Cargo de Provisão em Comissão de Diretor Geral junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 191/2015

PORTARIANº 191/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, DIEGO JOSÉ CIFUENTES, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Diretor Geral do Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - DESIGNAR, DIEGO JOSÉ CIFUENTES, Fisioterapeuta, para responder cumulativamente pelo cargo de Diretor do Hospital Municipal Henrique Lage, sem ônus para o Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 03/03/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 192/2015

PORTARIA Nº 192/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JÉSSICA MARQUES DA LUZ, para a função de Professor I – Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 193/2015

PORTARIA Nº 193/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública LAURA DONEDA PURIFICAÇÃO, Professora I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, sendo 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal Hilário Pescador e 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, partir de 12 de março de 2015 à 18 de dezembro de 2015, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 194/2015

PORTARIA Nº 194/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ELISANGELA MEDEIROS MUZIKANTE, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, para exercer o cargo de Técnica em Engermagem do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 19 de Março de 2015 a 28 de Maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 19/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 195/2015

PORTARIA Nº 195/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JÉSSICA MARQUES DA LUZ, para a função de Professor I – Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 18 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 196/2015

PORTARIA Nº 196/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CRISTIANE DE OLIVEIRA, para a função de Professor I – Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 11 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 197/2015

PORTARIA Nº 197/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ALINE VICENTE, para a função de Professor I – Artes, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 198/2015

PORTARIA Nº 198/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, EVELIN BELTRAME, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 199/2015

PORTARIA Nº 199/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, JAIR FERNANDES MADEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto a Secretaria de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio ambiente, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir 23/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 200/2015

PORTARIA Nº 200/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DANIEL DOS SANTOS PRESTES, para a função de Professor I – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto à CME – Comissão Municipal dos Esportes, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Lebon Regis

PREFEITURA

DECRETO Nº 042/2015

DECRETO Nº. 42/2015, 13 de maio de 2015

“CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LEBON REGIS – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; Decreta:

Art. 1º - Fica convocada a II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Com deficiência, a se realizar no dia 09 de junho de 2015, em Lebon Régis - Santa Catarina, nas dependências do Auditório Municipal Pedro Inhaia.

Art. 2º - A II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será presidida pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e coordenada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Desenvolver-se-á os trabalhos de acordo com o tema: “ O desafio na implementação das Políticas da Pessoa com Deficiência: A transversalidade com a radicalidade dos direitos humanos”.

Art. 3º - O regimento interno da II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será aprovado pelos delegados da Conferência em horário determinado para este fim a constar da programação do evento, o qual deverá ter ampla divulgação.

Art. 4º - As despesas decorrentes da realização da II Conferência Municipal dos Direitos dos Direitos da Pessoa com Deficiência correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Lebon Régis, 13 de maio de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA CONVITE Nº 002/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

CONVITE Nº 002/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 030/2015

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA – Prefeita Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade CONVITE na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando a Contratação de profissional e/ou empresa com o respectivo registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, para realizar os serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, incluindo suporte aos sistemas de contabilidade, compras, e-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do Tribunal de Contas e de outros órgãos, conforme especificações constantes no Anexo I, do Convite nº 002/2015, foi DECLARADA FRACASSADA, no dia 19 de maio de 2015. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 19/05/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA – Prefeita Municipal.

CONVITE Nº 003/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2015

CONVITE Nº 003/2015

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Contratação de profissional e/ou empresa com o respectivo registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, para realizar os serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, incluindo suporte aos sistemas de contabilidade, compras, e-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do Tribunal de Contas e de outros órgãos, conforme especificações constantes no Anexo I, do Convite nº 003/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 29 de maio de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 20/05/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.145/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.145, DE 20 DE MAIO DE 2015

“Cria o NÚCLEO ESCOLAR MUNICIPAL PROFESSOR JOÃO MARIA DE SOUZA JÚNIOR e dá outras providências.”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficar criado o NÚCLEO ESCOLAR PROFESSOR JOÃO MARIA

DE SOUZA JÚNIOR, destinado ao atendimento do ensino fundamental municipal, localizado no perímetro urbano.

Art. 2º O Núcleo Escolar Professor João Maria de Souza Júnior, no curso do PROGRAMA DE PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO/MUNICÍPIO, para assunção total ou parcial dos alunos do Ensino Fundamental da rede estadual pelo Município e enquanto vigorar o TERMO DE CESSÃO DE USO COMPARTILHADO DE IMÓVEL Nº 010/2015, firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ituporanga, funcionará em parte do imóvel da Escola Estadual Básica Bertino Silva, e considerando o Termo de Convênio nº 19097/2011-7, firmando entre a Secretaria de Estado da Educação e o Município de Leoberto Leal.

Art. 3º O Núcleo Escolar, criado por esta lei, possui a seguinte estrutura:

I – Direção;

Art. 4º O cargo de Diretor de Municipalização de Ensino, criado pela Lei Complementar nº 1139, de 11/03/2015, passa a se denominar Diretor de Ensino e Municipalização, mantidas as atribuições.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 20 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.147/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.147, DE 20 DE MAIO DE 2015.

Dá nova redação ao caput ao Art.2º da Lei Complementar nº 944 de 10 de janeiro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de LEOBERTO LEAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber à todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a presente Lei:

Art. 1º O caput do Art. 2º, da Lei Complementar nº 944 de 10 de janeiro de 2013. passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º Subordinadas à Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, ficam criadas as seguintes diretorias;"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.146/2015

LEI Nº 1.146, DE 20 DE MAIO DE 2015

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo, do Município de Leoberto Leal, autorizada a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha de Polícia Militar, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único - O valor do repasse à Polícia Militar, visando à execução do objeto descrito no "caput" deste artigo, não excederá o valor correspondente a 100 (cem) litros de gasolina para arcar com custos de combustível, manutenção, material de expediente, material de limpeza, alimentação do pessoal de serviço e outras despesas de caráter ordinário.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º A PMSC deverá prestar constas mensalmente ao Município de Leoberto Leal dos recursos repassados, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 20 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.148/2015

LEI Nº 1.148, DE 20 DE MAIO DE 2015.

"AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS E SUCATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que, a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante Leilão, os bens e sucatas a seguir descritos, de propriedade do Município de LEOBERTO LEAL /SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY, ANO DE FABRICAÇÃO 2011 MODELO 2012, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL FLEX, PLACA MIH2038, RENAVAL- 364698349 E CHASSI-9BD15822AC6620044. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00.

LOTE 02: AUTOMÓVEL FIAT UNO ELECTRONIC, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1994, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL GAS LINA, PLACA MAC9499, RENAVAL-541307878 E CHASSI- 9BD146000R5298954. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00.

LOTE 03: PATROLA 130M, MARCA HUBER-WARCO, 113, CÓDIGO 2799 COM NÚMERO DE PATRIMÔNIO 1540. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00.

LOTE 04: CAÇAMBA BASCULANTE, FABRICANTE BECKER, CAPACIDADE PARA 10M³, ANO 1988. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00.

Art. 2º Os preços mínimos de venda de cada lote relacionados no artigo 1º, foram fixados pela Comissão de Avaliação, designada pela Prefeita Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2039

DECRETO Nº 2039 de 20 de maio de 2015
"PRORROGA MANDATO DE CONSELHEIROS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º- Fica PRORROGADO até 19 de junho de 2015 o mandato dos Conselheiros do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) - COMSEA e CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/CAE.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de maio de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 074/15

PORTARIA Nº 074/15 de 14 de maio de 2015
"ALTERA PORTARIA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR a Portaria 209/13 de 14 de outubro de 2013, alterada pela Portaria 218/13 de 24 de outubro de 2013, que CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, BELONICE DUTRA DE LEMOS, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, quanto ao motivo da contratação de para substituição de servidora afastada em auxílio doença para atendimento as crianças do Espaço da Primeira Infância, em função de remanejamento de servidores do quadro com restrições médicas, a partir de 14 de maio de 2015 até efetivação de aprovado em concurso público.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de maio de 2015.

Luzerna(SC), 14 de maio de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2015

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2015
REGISTRO DE PREÇO Nº 0007/2015

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, por sua Pregoeira nomeada pela Portaria nº 3264/2015, torna público a Retificação da publicação do Processo Licitatório nº 0027/2015, publicado em 20/05/2015 ONDE SE LÊ: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0016/2015, LEIA-SE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2015.

As demais informações permanecem inalteradas.

Macieira – SC, 20 de maio de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

RESOLUÇÃO Nº 09/15, de 20 de maio de 2015.

PRORROGA PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 04/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

ART. 1º Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 04 de 25 de fevereiro de 2015, tendo em vista decisão aprovada em plenário na sessão ordinária do dia 19.05.2015.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 20 de maio de 2015.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 10/2015

RESOLUÇÃO Nº 10/15, de 20 de maio de 2015.

PRORROGA PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 05/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

ART. 1º Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução nº 05 de 25 de fevereiro de 2015, tendo em vista decisão aprovada em plenário na sessão ordinária do dia 19.05.2015.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 20 de maio de 2015.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA - PLANO DIRETOR

MINUTA DO EDITAL
CONVOCAÇÃO E PROCEDIMENTOS
PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

O Gabinete da Prefeitura Municipal de Maracajá, situado a Av. Getúlio Vargas, 530 – Centro CEP 88.915-000, nesta cidade de Maracajá, estado de Santa Catarina, em atenção ao disposto no artigo 40, §4º, inciso I da Lei Federal 10.257/01 - Estatuto da Cidade, torna público o Edital de Audiência Pública do Plano Diretor Participativo de Maracajá e CONVOCA a população em geral para participar de Audiência Pública, a ser realizada:

Dia: 10 de junho de 2015 – quarta-feira

Horário: 19:00 horas para o Credenciamento

Local: Salão Paroquial

Centro – Maracajá - SC

1 DO OBJETIVO E DA PAUTA:

1.1 A Audiência Pública identificada terá por objetivo a deliberação de ementas, composição e aprovação de considerações da Minuta de Ante-projeto da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, bem como de seus Mapas e Anexos.

1.2 A Minuta do Ante-projeto acima descrito, bem como o presente Edital estão a disposição de quaisquer interessados, através do endereço eletrônico www.maracaja.sc.gov.br e no Gabinete do Prefeito, na Prefeitura Municipal.

1.3 A Audiência será filmada e gravada afim de manter-se o registro das manifestações, cujo material digital, juntamente as listas de presença serão arquivados na Prefeitura para eventuais consultas. A transcrição em Ata das gravações será efetivada pela Assessoria de Comunicação do Gabinete e arquivada conjuntamente a este material, em um prazo de 15 (quinze) dias.

2 DA COMPOSIÇÃO DOS TRABALHOS:

2.1 A Coordenação da Audiência é de competência do Núcleo Gestor do Plano Diretor, instituído por Decreto Municipal, sendo conduzida pela Autoridade Técnica do Órgão Público Municipal que este vincular, podendo ser delegada a outrem conforme determinação daquele Núcleo ou do Gabinete do Prefeito.

2.2 Os membros do Núcleo Gestor presentes à Audiência configuram naturalmente a Mesa Dirigente dos trabalhos, competindo a estes a deliberação, em caso de celeumas omissas nos pressupostos deste Edital.

2.3 Em quaisquer circunstâncias o Núcleo Gestor do Plano Diretor ou os seus sucedâneos configuram a última instância arbitral dentro da Audiência.

3 DAS PROPOSIÇÕES:

3.1 As Proposições de alteração específica da Minuta de Ante-projeto acima descrita deverão ser protocoladas na Prefeitura Municipal até as 18:00 horas do dia 03 de junho de 2015, para a sua consideração e deliberação na data aprazada para esta Audiência.

3.2 As mesmas deverão ser objetivas, em língua portuguesa, relacionando diretamente os artigos de Lei que devam ser tratados, indicando sua proposta de redação, devidamente identificada e justificada.

3.3 Assuntos tratados com divagação ou subjetivamente serão considerados pela Relatoria dos trabalhos, no capítulo ou seção

pertinente por seu próprio entendimento.

3.4 Proposições que afrontem as diretrizes ou conceitos já definidos para o Plano, no transcorrer de Audiências anteriores, serão resistidos pela Coordenação da Audiência.

3.5 Não serão aceitas proposições efetivadas sobre artigos de Lei ou assuntos correlatos já tratados e deliberados em Audiências anteriores, salvo justificativa adequada, acatada pelo Núcleo Gestor.

3.6 Proposições elaboradas fora dos prazos regulamentados por este Edital, serão apreciadas em tempo oportuno, deliberado pela Relatoria dos trabalhos, desde que não impliquem em retomada de Ante-projetos dados por conclusão por Audiências anteriores.

4 DA PROGRAMAÇÃO DA AUDIÊNCIA:

Das 19:00 às 19:20 horas	Registro de presenças, identificações e credenciamentos
Das 19:20 às 19:30 horas	Abertura dos trabalhos feita pela Coordenação da Audiência e leitura do edital
Das 19:30 às 19:40 horas	Composição de mesa e indicação do moderador dos trabalhos
Das 19:40 às 21:40 horas	Apresentação, defesa, debate e deliberação das ementas e alterações propostas para a minuta
Das 21:40 às 21:50 horas	Disposições finais, encaminhamentos e definição do procedimento subsequente
Das 21:50 às 22:00 horas	Encerramento, agradecimentos finais e convocação para o próximo evento

4.1 Os horários da programação poderão ser alterados conforme deliberação de sua Coordenação, no intuito precípua do cumprimento do Edital e de seu objetivo.

5 DO CREDENCIAMENTO:

5.1 Poderá participar da Audiência Pública em questão, qualquer cidadão interessado, como também aquele que seja componente de Instituição pública ou de interesse coletivo para o Município, membro do Núcleo Gestor ou integrante de Instituição privada com interesse local, comprovado e justificado.

5.2 O credenciamento será realizado mediante assinatura aposta em listagem pré-elaborada na qual conste o nome completo, profissão, documento de identificação, bairro ou localidade, eventual Instituição a que esteja vinculado, endereço eletrônico ou telefone.

5.3 Todos os cidadãos credenciados conforme a qualificação acima terão direito a proposição e manifestação conforme os trâmites deste Edital.

5.4 Todo cidadão maracajaense devidamente credenciado para a audiência terá direito a voto e receberá um crachá específico, confeccionado em cor destacada, que possibilite a visualização e contagem por gesto manual.

5.5 A qualificação do cidadão como votante será efetivada no ato do credenciamento, mediante apresentação de documentação que comprove:

5.5.1 Domicílio residencial: Conta de luz ou água em nome do credenciado, acrescido de documento de identificação com foto;

5.5.2 Domicílio eleitoral: Título de eleitor em nome do credenciado, identificado por zona eleitoral do território de Maracajá, acrescido de documento de identificação com foto;

5.5.3 Domicílio empresarial: Contrato social em nome do credenciado, onde conste endereço da sede ou de filial no Município de Maracajá, acrescido de documento de identificação com foto.

6 DAS MANIFESTAÇÕES:

6.1 A Coordenação da Audiência, considerando a pauta dos trabalhos, elencará as proposições protocoladas em ordem numérica, promovendo a leitura do texto original e do texto proposto em modificação.

6.2 O autor da proposição, caso presente, terá 15 (quinze) minutos para promover sua manifestação de defesa, justificando sucintamente os motivos. Caso o mesmo não se encontre será concedida a palavra ao que se declarar preposto deste ou a outro que se arrogue a tarefa de promover a defesa do texto.

6.3 Em havendo manifestação de réplica organizada ao proposto será concedido o mesmo prazo de 15 (quinze) minutos para arguição do contraponto.

6.4 Em seguida será aberta a palavra para as manifestações inscritas em ordem de solicitação à mesa credenciadora. Cada manifestante terá de três a cinco minutos para refutar ou corroborar a manifestação, tendo mais dois minutos para reformular ou complementar a manifestação, caso assim compreendido pela Coordenação da Audiência.

6.5 O tempo de cada manifestação será definido naquele momento pela Coordenação da Audiência, em função do tempo estimado restante e do número de inscritos para manifestação.

6.6 Ao final das manifestações, o autor da proposição poderá lançar mão de réplica às manifestações contrárias quando lhe for concedida a palavra novamente, bem como ao autor da réplica fundamentada no item 6.3, reprimindo-se o uso da tréplica para quaisquer das partes debatentes.

6.7 As manifestações para cada caso em discussão serão limitadas em 10 (dez), a partir da qual deverá avaliar-se a possibilidade de consenso pela modificação ou retificações conduzidas no processo de manifestações. Não havendo manifestações contrárias ao consenso, dar-se-á por aprovada a proposição.

6.8 A Coordenação da Audiência poderá cassar a palavra de quaisquer dos manifestantes quando o expositor extrapolar o tempo estabelecido, bem como nos casos em que o tema abordado diferir da matéria em pauta.

6.9 No caso de manifestações contrárias ao consenso, a Coordenação da Audiência poderá esclarecer a matéria a luz do conjunto das Leis e de seu provimento legal, contemporizando o processo na busca do acordo.

6.10 A Coordenação da Audiência poderá distender o quanto considerar pertinente cada debate, no intuito de esgotar as argumentações construtivas à tomada de decisão da Plenária.

6.11 Em persistindo a inexistência do consenso quanto ao assunto, a Coordenação da Audiência poderá colocar em votação a matéria, ou caso hajam dissensões que dependam de novas informações e análises indisponíveis no momento, poderá remeter o debate para uma outra Audiência.

6.12 Os artigos ou assuntos interpolados e não provocados por proposições devidamente protocoladas, não serão alçados ao debate, sendo considerados aprovados integralmente quando do encerramento dos debates da Minuta do Ante-projeto em questão.

7 DO CRITÉRIO DE VOTAÇÃO:

7.1 Nas circunstâncias específicas em que a Coordenação da Audiência deliberar pela votação de matéria em discussão, o questionamento será elaborado na forma positiva, subentendendo pela negativa os demais votos não manifestados.

7.2 A deliberação da votação será proclamada por maioria simples dos votantes presentes, devidamente registrada na transcrição da gravação, em Ata.

7.3 Votam todos os integrantes da Audiência qualificados como votantes, portadores do crachá específico obtido quando do credenciamento, no início dos trabalhos.

7.4 Definida a votação pelos crachás, não cabem novos recursos dentro da Audiência, relevando o assunto aos demais ritos processuais deliberativos pertinentes ao processo.

8 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1 O acesso ao ambiente da Audiência será facilitado a todos os

interessados em participar, desde que devidamente credenciados.

8.2 Serão coibidas as condutas desrespeitosas ou com o fim de protelar ou desvirtuar o objetivo da Audiência.

8.3 Sempre que o integrante da Audiência portador de crachá evadir-se do ambiente da mesma, deverá devolver o mesmo no local em que efetivou o seu credenciamento.

8.4 A Plenária da Audiência é o fórum adequado as deliberações desta ordem, não cabendo recurso de natureza administrativa a quaisquer das decisões tomadas pela mesma.

8.5 Caso a Audiência Pública não atinja os objetivos programados para a mesma, a Coordenação da Audiência poderá considerá-la em aberto, desde que deliberado pela Plenária.

8.6 Neste caso, a Coordenação da Audiência remeterá a uma próxima data definida, a sua continuidade, mantendo os pressupostos deste Edital e de sua Convocação, recompondo apenas os procedimentos de divulgação e chamamento ao público atinentes ao caso.

8.7 Os casos omissos à este Edital serão resolvidos pela Mesa Dirigente dos trabalhos, quando do transcurso da Audiência e pelo Núcleo Gestor do Plano Diretor ou sua suplência, quando no intercurso de outra.

Wagner da Rosa
PREFEITO MUNICIPAL
MARACAJÁ - SC

CONVÊNIO MUNICIPAL Nº 001/2015 - APAE DE MARACAJÁ

TERMO DE CONVÊNIO N.º 001/2015

(Autorizado pela Lei Municipal Nº 1024 de 29 de abril de 2015).

TERMO DE CONVÊNIO AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1024/2015 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARACAJÁ - APAE.

O Município de Maracajá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-82.915.026/0001-24, por seu Prefeito Municipal, Sr. Wagner da Rosa, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro de Maracajá (SC), e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, associação civil, beneficente, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, doravante denominada simplesmente APAE, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, 480, Centro de Maracajá (SC), inscrita no CNPJ 08.154.626/0001-64, neste ato representada por seu presidente Lúcio Vânio Moraes, portador do CPF nº 007.868.659-89, residente e domiciliado na Rua: Antônio Pedro Farias, nº 1001, bairro Vila Beatriz, cidade de Maracajá, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Constitui o objeto deste instrumento a cooperação técnica e financeira do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC à APAE. A cooperação técnica do município de Maracajá, no termo de convênio, compreende: 01 (um) professor. A cooperação financeira do município de Maracajá, no termo de convênio, refere-se ao auxílio de custeio de despesa com pessoal, contratação de prestação de serviços, aquisição de gêneros alimentícios e de limpeza em geral, material didático, material de expediente, impostos, tarifas bancárias, consumo de energia, água e telefone, manutenção de máquinas, equipamentos e dependências físicas, aquisição de mobiliário permanente, e também para a aquisição de materiais de cama, mesa, banho, copa e cozinha.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Valor

O valor total deste Convênio corresponde ao montante de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), e será pago até o prazo de vigência do presente convênio.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do presente Convênio

correrão por conta da dotação 3.3.50.00.00.00.00.0080 (104) (transferências as instituições privadas sem fins lucrativos) do orçamento vigente.

Os recursos financeiros deste convênio serão movimentados por conta corrente específica da APAE, existente no Banco do Brasil – 001, agência nº 5326-0, conta corrente nº 7.147-1.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Prazo de Vigência e da Publicação
O prazo de validade deste Convênio passa a contar da data da assinatura do presente termo de convênio até 31 de dezembro de 2015 e será publicado no diário oficial do município de Maracajá (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

CLÁUSULA QUARTA: Das Obrigações
Os convenientes se obrigam:

- 1) Do Município:
 - a) Cooperação técnica, constituído da cedência de: 01 (um) professor de 20 h (vinte horas);
 - b) Repasse financeiro de R\$ 4.375,00 (quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais) mensais, vencíveis até o dia 30 de cada mês, totalizando o montante de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);
 - c) Exigir da APAE a prestação de contas do valor recebido antes de requerer verba financeira posterior;
 - d) Exigir relatórios de atividades prestadas pelos servidores municipais cedidos como cooperação técnica;
 - e) Deverá analisar a prestação de contas que será efetuada em até 15 dias contados do recebimento de cada parcela;
 - f) Exigir outros documentos e/ou relatórios para comprovação de recursos utilizados.

- 2) Da APAE:
 - a) Aplicar os recursos no pagamento das despesas elencadas na cláusula primeira deste Convênio em conformidade com o Plano de Aplicação aprovado pela concedente;
 - b) Utilizar o profissional cedido sem desviar-lhe função ou atividade;
 - c) Prestar contas das parcelas recebidas segundo as instruções que lhe forem transmitidas pelo MUNICÍPIO, através do Decreto Municipal nº 12/2014 e na forma prevista na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 16/1994, em até 30 (trinta) dias úteis após cada repasse financeiro;
 - d) Enviar relatório mensal de atividades prestadas pelo servidor municipal cedido como cooperação técnica;
 - e) Fornecer ao município os documentos e relatórios solicitados a fim de comprovação de uso de recursos repassados pela concedente dos recursos.

CLÁUSULA QUINTA: Das Certidões

Para celebração deste convênio a APAE apresentou os seguintes documentos exigidos: Plano de Aplicação, Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ, Cópia do Estatuto Social, Cópia da ata da última assembléia que elegeu o corpo dirigente da entidade, Atestado de funcionamento expedido por autoridade competente, Cópia do certificado de reconhecimento de utilidade pública, Alvará de Funcionamento e Localização, Certidões Negativas de Débitos Federal, Estadual, Municipal, INSS e FGTS, Declaração de ciência da legislação, especialmente quanto a utilização dos recursos e da documentação a ser apresentada para prestação de contas, emitida pelo responsável pela entidade, Cópia do RG e CPF do presidente e tesoureiro da entidade, Comprovação de existência de conta corrente em Instituição Financeira Oficial (Banco do Brasil), Declaração de que não emprega menor, Declaração de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Atestados que comprovem o funcionamento da entidade por mais de um ano, emitidos por no mínimo três autoridades municipais, Comprovante de endereço da sede, do presidente e do tesoureiro.

CLÁUSULA SEXTA: Do Fundamento Legal e Local
O presente termo de convênio de cooperação técnica e financeira fundamenta-se pela Lei Municipal nº 1024 de 29 de Abril de 2015, em comum acordo de valores firmado entre as partes, assinado na sede do Município de Maracajá/SC, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá, Estado de Santa Catarina. A Instituição APAE foi declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº 660 de 16 de agosto de 2006 e pela Lei Estadual nº 14.229 de 03 de dezembro de 2007.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Rescisão
As partes poderão rescindir o presente Convênio de comum acordo, desde que uma das partes notifique a outra com 30 (trinta) dias de antecedência.

Fica o presente convênio automaticamente rescindido, quando desrespeitado qualquer das cláusulas por este instrumento firmado. Neste caso, antes da rescisão será concedido direito a manifestação de defesa prévia da entidade que será analisada e deferida ou não pelo prefeito municipal.

CLÁUSULA OITAVA: Do Foro
É eleito o foro da Comarca de Araranguá/SC, para dirimir quaisquer e possíveis dúvidas advindas da execução do presente instrumento.

E, por estarem de comum acordo as partes, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor na presença de duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 15 de Maio de 2015.

Wagner da Rosa Prefeito Municipal de Maracajá	Lúcio Vânio Moraes Presidente da APAE
--	--

Testemunhas:

1ª- Diomar de Souza Machado Júnior 2ª- Fátima da Íria Medeiros
CPF: 004.512.069-24 CPF: 344.151.819-53

CONVÊNIO MUNICIPAL Nº 002/2015 - CLUBE DE MÃES CANTINHO DA AMIZADE

TERMO DE CONVÊNIO N.º 002/2015

(Autorizado pela Lei Municipal Nº 1021 de 29 de Abril de 2015.)

TERMO DE CONVÊNIO AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1021/2015 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E O CLUBE DE MÃES CANTINHO DA AMIZADE.

O Município de Maracajá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-82.915.026/0001-24, por seu Prefeito Municipal, Sr. Wagner da Rosa, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, nº530, centro de Maracajá (SC), e a Associação de Clubes de Mães Cantinho da Amizade do Município de Maracajá, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, duração de tempo indeterminado, doravante denominada Clube de Mães Cantinho da Amizade, estabelecida à Avenida Nossa Senhora da Conceição, s/n, centro de Maracajá (SC), inscrita no CNPJ 95.783.320/0001-71, neste ato representada por seu presidente Sr(a). Valda Maria Darós Minatto, portadora do CPF sob o nº 767.421.219-04, eleita por eleição entre os seus membros, conforme ata lavrada, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Constitui o objeto deste instrumento a cooperação financeira do Município ao Clube de Mães Cantinho da Amizade, o auxílio ao custeio de despesas com palestrantes, viagens de estudos, aquisição de alimentação, material didático, material de expediente e material de distribuição para a confecção de trabalhos manuais e produtos artesanais entre as mulheres associadas ao Clube de

Mães Cantinho da Amizade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Valor

O valor total deste Convênio corresponde ao montante de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), e será pago até o prazo de vigência do presente convênio.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta da dotação 3.3.50.00.00.00.00.0080 (121) (transferências as instituições privadas sem fins lucrativos) do orçamento vigente.

Os recursos financeiros deste convênio serão movimentados por conta corrente específica do Clube de Mães Cantinho da Amizade, existente no Banco do Brasil – 001, agência nº 5326-0, conta corrente nº 60.141-1.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Prazo de Vigência e da Publicação

O prazo de validade deste Convênio passa a contar da data da assinatura do presente termo de convênio até 31 de dezembro de 2015 e será publicado no diário oficial do município de Maracajá (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

CLÁUSULA QUARTA: Das Obrigações

Os convenientes se obrigam:

1) Do Município:

- Repassar financeiro de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, vencíveis até o dia 30 de cada mês, totalizando o montante de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais);
- Exigir do Clube de Mães Cantinho da Amizade a prestação de contas do valor recebido antes de requerer verba financeira posterior;
- Deverá analisar a prestação de contas que será efetuada em até 15 dias contados do recebimento de cada parcela;
- Exigir outros documentos e/ou relatórios para comprovação de recursos utilizados;

2) Do Clube de Mães Cantinho da Amizade:

- Aplicar os recursos no pagamento de despesas elencadas na cláusula primeira deste Convênio em conformidade com o Plano de Aplicação aprovado pela concedente;
- Utilizar os recursos cedidos sem desviar-lhes as atividades previstas no Plano de Aplicação;
- Prestar mensalmente contas das parcelas recebidas segundo as instruções que lhe forem transmitidas pelo MUNICÍPIO através do Decreto Municipal nº 12/2014 e na forma prevista na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 16/1994;
- Fornecer ao município os documentos e relatórios solicitados a fim de comprovação de uso de recursos repassados pela concedente dos recursos.

CLÁUSULA QUINTA: Das Certidões e Documentos

Para celebração deste convênio o Clube de Mães Cantinho da Amizade apresentou os seguintes documentos exigidos: Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ, Cópia do Estatuto Social, Cópia da ata da última assembléia que elegeu o corpo dirigente da entidade, Atestado de funcionamento expedido por autoridade competente, Cópia do certificado de reconhecimento de utilidade pública, Alvará de Funcionamento e Localização, Certidões Negativas de Débitos Federal, Estadual, Municipal, INSS e FGTS, Declaração de ciência da legislação, especialmente quanto a utilização dos recursos e da documentação a ser apresentada para prestação de contas, emitida pelo responsável pela entidade, Cópia do RG e CPF do presidente e tesoureiro da entidade, Comprovação de existência de conta corrente em Instituição Financeira Oficial (Banco do Brasil), Declaração de que não emprega menor, Declaração de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Atestados que comprovem o funcionamento da entidade por mais de um ano,

emitidos por no mínimo três autoridades municipais, Comprovante de endereço da sede, do presidente e do tesoureiro.

CLÁUSULA SEXTA: Do Fundamento Legal e Local

O presente termo de convênio de cooperação financeira fundamenta-se pela Lei Municipal nº 1021 de 29 de Abril de 2015, e em comum acordo de valores firmados entre as partes, assinado na sede do Município de Maracajá/SC, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Rescisão

As partes poderão rescindir o presente Convênio de comum acordo, desde que uma das partes notifique a outra com 30 (trinta) dias de antecedência.

Fica o presente convênio automaticamente rescindido, quando desrespeitado qualquer das cláusulas por este instrumento firmado. Neste caso, antes da rescisão será concedido direito a manifestação de defesa prévia da entidade que será analisada e deferida ou não pelo prefeito municipal.

CLÁUSULA OITAVA: Do Foro

É eleito o foro da Comarca de Araranguá/SC, para dirimir quaisquer e possíveis dúvidas advindas da execução do presente instrumento.

E, por estarem de comum acordo as partes, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor na presença de duas testemunhas.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 15 de Maio de 2015.

Wagner da Rosa Prefeito Municipal de Maracajá	Valda Maria Darós Minatto Presidente do Clube de Mães Cantinho da Amizade
--	---

Testemunhas:

1ª- Diomar de Souza Machado Júnior
CPF: 004.512.069-24

2ª- Eliete de Freitas Vieira
CPF: 591.682.779-20

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 016/2015

Município de Marema

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 039/2015 - Modalidade de Pregão Presencial n. 016/2015, para contratação de empresa prestadora de serviços de organização, planejamento e realização de Concurso Público para cargos do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 10/06/2015, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 10/06/2015 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 13h30mi, e das 13h30min as 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 19 de maio de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL/FMS N. 005/2015

Município de Marema/FMS-Fundo Municipal de Saúde

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMS n. 007/2015 - Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 005/2015 para aquisição de combustível tipo óleo diesel e gasolina comum, de forma parcelado, mediante requisição. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 09/06/2015, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 09/06/2015 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30mi, e das 13h30min as 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 18 de maio de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 70/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 70/2015

Cria cargos na estrutura do Poder Executivo do Município de Massaranduba

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica criado o seguinte cargo de provimento gratificado a ser integrado no quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, instituído pela Lei Complementar nº 55/2013:

I - Coordenador do CRAS

- a) Anexo I
- b) Categoria Funcional: Coordenador do CRAS – Vagas:01
- c) Gratificação: R\$ 329,42 (Trezentos e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos)
- d) Atribuições:

- 1- Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos de proteção social básica operacionalizadas nessa unidade;
- 2- Coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, serviços e benefícios;
- 3- Participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contrarreferência;
- 4- Coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;
- 5- Definir, com participação da equipe de profissionais, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias, dos serviços ofertados no CRAS;
- 6- Coordenar a definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede socioassistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede socioassistencial referenciada ao CRAS;
- 7- Promover a articulação entre serviços, transferência de renda e benefícios socioassistenciais na área de abrangência do CRAS;
- 8- Definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência;
- 9- Contribuir para avaliação, a ser feita pelo gestor, da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
- 10- Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS e fazer a gestão local desta rede;
- 11- Efetuar ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro);
- 12- Coordenar a alimentação de sistemas de informação de âmbito local e monitorar o envio regular e nos prazos, de informações sobre os serviços socioassistenciais referenciados, encaminhando-os à Secretaria Municipal (ou do DF) de Assistência Social;
- 13- Participar dos processos de articulação intersetorial no território

do CRAS;

14- Averiguar as necessidades de capacitação da equipe de referência e informar a Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF);

15- Planejar e coordenar o processo de busca ativa no território de abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF);

16- Participar das reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF), contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados;

17- Participar de reuniões sistemáticas na Secretaria Municipal, com presença de coordenadores de outro(s) CRAS (quando for o caso) e de coordenador (es) do CREAS (ou, na ausência deste, de representante da proteção especial).

Art. 2º Fica criado o seguinte cargo de provimento efetivo a ser integrado no quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, instituído pela Lei Complementar nº 55/2013:

II – Secretário Executivo:

- a) Anexo II
- b) Grupo: Atividades de Nível Superior – ANS
- c) Horas Semanais: 40h
- d) Categoria Funcional: Secretário Executivo, Classe E1, nível 1.
- e) Vencimento: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)
- f) Nº de vagas: 01
- g) Escolaridade: Bacharel em Secretariado Executivo
- h) Atribuições:

1- Dirigir, orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos do Gabinete, de acordo com a legislação vigente;

2- Promover e coordenar as relações da Prefeitura com os municípios, as entidades de classe, as autoridades federais, estaduais e os outros municípios;

3- Organizar as audiências do Prefeito, selecionando os pedidos, coligindo os subsídios para a compreensão do histórico dos assuntos de maneira a permitir-lhe a análise e decisão final;

4- Promover o atendimento às pessoas que procurarem o Prefeito, encaminhando-as àquela autoridade, orientando-as para a solução dos respectivos assuntos ou marcando-lhes audiência;

5- Recepcionar visitantes e hóspedes oficiais do Governo Municipal, na ausência do Prefeito, ou quando por este for designado;

6- Coordenar as relações do Executivo com a Câmara Municipal, providenciando os contatos com os Vereadores, recebendo suas solicitações, encaminhando-as, tomando as providências cabíveis e, quando for o caso, respondendo a elas;

7- Transmitir aos Secretários, Gerentes, Coordenadores e demais autoridades de igual nível hierárquico, as ordens do Prefeito;

8- Redigir ou coordenar a redação da correspondência oficial do Prefeito;

9- Subscriver a correspondência oficial do Gabinete, no âmbito de sua competência;

10- Promover a formalização dos atos que devem ser assinados pelo Prefeito;

11- Preparar o expediente a ser assinado ou despachado pelo Prefeito;

12- Providenciar a retificação dos textos junto à imprensa;

13- Manter o registro de nomes, endereços e telefones das autoridades e repartições federais, estaduais e outras de interesse da administração, com a indicação dos respectivos tratamentos, seguindo as normas protocolares vigentes;

14- Desenvolver os contatos da administração com as diversas clientelas, tomando prévio conhecimento dos programas e atividades que envolvam as comunicações com o público;
15- Promover a elaboração de programas que, direta ou indiretamente, possam melhorar as relações da administração municipal com o público;
16- Supervisionar as atividades de informação ao público em geral, acerca dos trabalhos dos órgãos da Prefeitura;
17- Organizar entrevistas, conferências e debates para divulgação de assuntos de interesse da Prefeitura;
18- Articular o noticiário pela imprensa e outros meios adequados das atividades de interesse público, do Prefeito e de seus auxiliares;
19- Preparar a agenda relativa às audiências, visitas, conferências e reuniões em que o Prefeito deva participar ou em que tenha interesse, bem como coordenar as providências com elas relacionadas;
20- Organizar solenidades e eventos oficiais tomando as providências necessárias ao fiel cumprimento dos programas;
21- Promover a organização de recortes de jornais e outras publicações relativas a assuntos de interesse da Prefeitura;
22- Organizar a coleta de informações e reclamações do público, através de canais como telefones, cartas, noticiário de imprensa, rádio e outros, encaminhando os assuntos e cobrando as providências adequadas;
23- Coordenar-se com as demais Secretarias da Prefeitura no sentido de integrar as atividades de relações públicas;
24- Organizar itinerário de viagens do Prefeito, aquisição de passagens e hospedagens;
25- Criar e organizar arquivos dentro dos conceitos da arquivística;
26- Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 19 de maio de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 71/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 71/2015

Altera e revoga artigos da Lei Complementar nº 24/2009, de 11 de setembro de 2009.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º O artigo 7º da Lei Complementar nº 024/2009, de 11 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Fica criada a estrutura organizacional do PROCON, composta por:

I – Coordenadoria Executiva:

a) Gerente do Procon

II – Serviço de Atividades de Defesa do Consumidor:

a) Analista de Atividades de Defesa do Consumidor

b) Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor

III – Serviço de Fiscalização:

a) Fiscal do Procon

IV – Serviço de Assessoria Jurídica (NR)

Art. 2º O caput do artigo 7A da Lei Complementar nº 024/2009, de 11 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7A As funções criadas nos incisos I, III e IV serão integradas ao anexo I da Lei Complementar nº 022/2009, compondo a estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal, vinculado a Procuradoria Municipal, assim disposta:”

Art. 3º Fica revogado o inciso II e o § 1º do artigo 7A da Lei Complementar nº 024/2009, de 11 de setembro de 2009.

Art. 4º O § 3º do art. 7A da Lei Complementar nº 024/2009, de 11 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Os serviços do Procon poderão contar com atividades de apoio de estagiários.”

Art. 5º Fica instituído o art. 7B na Lei Complementar nº 024/2009, de 11 de setembro de 2009, com a seguinte redação:

“Art. 7B Os cargos integrantes do Serviço de Atividades de Defesa do Consumidor são de provimento efetivo, possuindo as atribuições abaixo:

I - Analista de Atividades de Defesa do Consumidor:

a) Anexo II

b) Grupo: Atividades de Nível Superior – ANS

c) Horas Semanais: 40 h

d) Categoria Funcional: Analista de Atividades de Defesa do Consumidor, Classe E1, nível 1.

e) Vencimento: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

f) Nº de vagas: 01

g) Escolaridade: Superior completo em Direito e Especialização em Direito do Consumidor.

h) Atribuições: Realizar atividades de nível superior de coordenação, avaliação e execução de atividades administrativas relacionadas com a defesa do consumidor, solicitando, quando for o caso, apoio e assessoria dos demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais; Realizar estudos e pesquisas que visem ao estabelecimento de políticas e diretrizes administrativas; Participar da elaboração de projetos de estruturas organizacionais e de manuais de procedimentos; Executar atividades relacionadas ao controle de planos, programas e projetos; Orientar permanentemente os consumidores sobre seus direitos e garantias, defendendo os consumidores contra prováveis abusos praticados nas relações de consumo; Informar, conscientizar e motivar o consumidor, por intermédio de diversos meios de comunicação, sobre os seus direitos e garantias; Representar ao Ministério Público competente, para fins de adoção de medidas processuais, penais e civis, no âmbito de suas atribuições; Levar ao conhecimento da fiscalização as infrações de ordem administrativa que violem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores; Orientar e educar os consumidores através de programas, cartilhas, manuais, folhetos ilustrados, cartazes e demais meios de comunicação; Desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas, visando educar e despertar a coletividade para uma consciência crítica; Acompanhar as fiscalizações das relações de consumo; Acompanhar as notificações enviadas aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores; Promover estudos e pesquisas de interesse dos consumidores; Presidir as sessões e audiências de conciliação realizadas no órgão; Exercer outras atividades relacionadas ao PROCON Municipal, compatíveis com suas finalidades.

II - Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor:

a) Anexo III

b) Grupo: Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM

c) Horas Semanais: 40h

d) Categoria Funcional: Técnico de Atividades de Defesa do Consumidor, Classe P, nível 1.
e) Vencimento: R\$ 1.473,40 (Hum mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta centavos)
f) Nº de vagas: 01
g) Escolaridade: Nível Médio
h) Atribuições: Prestar atendimento e esclarecimentos ao público interno e externo, pessoalmente, ou por meio de ofícios e processos ou através de ferramentas de comunicação que lhe forem disponibilizadas; efetuar e/ou auxiliar no preenchimento de impressos; otimizar as comunicações internas e externas, mediante a utilização dos meios postos à sua disposição, tais como, telefone, fax, correio eletrônico, entre outros; monitorar e desenvolver as áreas de protocolo; Observar procedimentos legais para abertura de CIP e Reclamação; Organizar, classificar, registrar, selecionar, catalogar, arquivar e desarquivar processos, documentos, relatórios; operar computadores; redigir textos, ofícios, relatórios e correspondências, com observância às regras gramaticais e das normas de comunicação oficial; Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho; Propor à gerência imediatas providências para a consecução plena de suas atividades, inclusive indicando a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos; Manter-se atualizado sobre as normas municipais e sobre a estrutura organizacional da Administração Municipal; Manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública; Tratar com zelo e urbanidade o cidadão.

§ 1º Os cargos integrantes do Serviço de Atividades de Defesa do Consumidor integrarão o quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, instituído pela Lei Complementar nº 55/2013.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 19 de maio de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº 1674/2015

LEI Nº 1674/2015

Autoriza o Poder Executivo de Massaranduba a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, para execução de serviços de segurança

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de segurança contra sinistros, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, desenvolvidas pela Corporação de acordo com o Art. 108 da Constituição Estadual.

Art. 2º Os recursos arrecadados no cumprimento do convênio serão depositados diretamente na conta PREFEITURA MUNICIPAL DE Massaranduba /CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR deste município, para garantir o investimento em novas viaturas, equipamentos, instalações e despesas de custeio.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 19 de Maio de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº 1675/2015

LEI Nº 1675/2015

Altera o artigo 25 da Lei nº 1505/2013 de 29 de maio de 2013 e insere parágrafo no artigo 25 da Lei nº 1505/2013 de 29 de maio de 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 1505/2013 de 29 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 Ficam assim fixados os preços dos serviços de transporte de táxi do Município de Massaranduba:

BANDEIRADA – R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos)

BANDEIRA 01 km rodado – R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos)

BANDEIRA 02 km rodado – R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos)

HORA PARADA – R\$ 21,00 (vinte e um reais)."

Art. 2º Fica inserido o parágrafo 4º no art. 25 da Lei nº 1505/2013 de 29 de maio de 2013:

"§ 4º Os valores das tarifas constantes neste artigo poderão ser alteradas por Decreto."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 19 de maio de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO ABRIL/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
 AN TC-05 Balanço Financeiro
 Período de Referência: Abril / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	435.268,17	0,00
Vinculada	0,00	0,00	01000000 - Recursos Ordinários	435.268,17	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Transf. Financeira Recebida	580.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	580.000,00	0,00			
Recbimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	492.750,44	0,00	Pagamento de restos a pagar	435.625,64	0,00
Valores restituíveis	435.268,17	0,00	Valores restituíveis	382.331,42	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	57.482,27	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	53.294,22	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie do Exercício (IX)		
	8.495,00	0,00		210.351,63	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.081.245,44	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	1.081.245,44	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Data Emissão 10/05/2015, Hora emissão 09:54:44

Notas:

SILVIO MAINKA
Presidente da Câmara

ALMIR TREVISANI
Diretor ADM

DIONISIO KEMCZYNSKI
Contador

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO N° 001/2015 AO CONTRATO N° 082/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Prorrogação de prazo)

Contrato n.º. 082/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação em lajota sextavada e drenagem pluvial em Ruas do município, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projeto básico e planilhas orçamentárias em anexo.

Vigência Início: 22/05/2015 Término: 17/11/2015

Data da assinatura: 18 de maio de 2015.

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2015

Extrato de Contrato de Chamada Publica 001/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Chamada Publica n. 001/2015
Contrato n. 001/2015
Contratada: Claudedir Muller
Valor: R\$ 8.996,94

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada Publica 001/15 com o objetivo da contratação e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 2015, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com o CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 001/2015 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modelo (SC), 20 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2015

Extrato de Contrato de Chamada Publica 001/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Chamada Publica n. 001/2015
Contrato n. 002/2015
Contratada: Hilario Ernesto Presser
Valor: R\$ 3.526,20

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada Publica 001/15 com o objetivo da contratação e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 2015, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com o CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 001/2015 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modelo (SC), 20 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2015

Extrato de Contrato de Chamada Publica 001/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Chamada Publica n. 001/2015
Contrato n. 003/2015
Contratada: Valmor Mundt
Valor: R\$ 408,10

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada Publica 001/15 com o objetivo da contratação e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 2015,

descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com o CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 001/2015 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modelo (SC), 20 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2015

Extrato de Contrato de Chamada Publica 001/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Chamada Publica n. 001/2015
Contrato n. 004/2015
Contratada: Jucimar Albani
Valor: R\$ 8.982,20

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada Publica 001/15 com o objetivo da contratação e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 2015, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com o CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 001/2015 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modelo (SC), 20 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2015

Extrato de Contrato de Chamada Publica 001/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Chamada Publica n. 001/2015
Contrato n. 005/2015
Contratada: Genuino Spegorin
Valor: R\$ 4.669,50

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada Publica 001/15 com o objetivo da contratação e aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 2015, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com o CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 001/2015 o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modelo (SC), 20 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 014/2015 FMS

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n. 129/2015

Contrato n. 14/2015

Contratada: Auto Mecânica Koaio Ltda ME

Valor: R\$ 15.500,00

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA KACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial n° 010/2015 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE-OBRA PARA CONserto DO AUTOMÓVEL PLACAS MGT 8887, ANO 2009, DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 20 de Maio de 2015.

MARCIA TERESINHA KACOBY

Gestora FMS

RESOLUÇÃO N°011/2015 FMS

RESOLUÇÃO N° 11/2015 DE 13/05/15

DISPÕE SOBRE RESOLUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 0129/2015, ADJUDICA O OBJETO DA LICITAÇÃO AO PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OURAS PROVIDÊNCIAS.

Márcia Teresinha Jacoby, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal n°. 8.666/93, atualizada pela Lei n°. 8.883/94.

RESOLVE:

ART. 1º. - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 0129/2015, Modalidade Pregão e n.º 0010/2015, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º. - Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE-OBRA PARA CONserto DO AUTOMÓVEL PLACAS MGT 8887, ANO 2009, DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO - SC, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Adjudicado
AUTO MECÂNICA KOAIO LTDA ME	15.500,00

ART. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrado e publicado na data supra:

Modelo SC, aos Quarta-Feira, 13 de maio de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe de Dpto. de Compras e Licitações

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015 PMN

Ata Pregão Presencial 74/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES FREITAG, LABORATORIO BECKHAUSER, ZINIA ANALISES TODAS DEVIDAMENTE CREDECIADAS, SENDO QUE APENAS A ZINIA ANALISES NÃO ERA ME/EPP, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E ASSINATURA DOS LICITANTES PASSOU-SE PARA A ETAPA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TAMBEM SEGUIDA DA ASSINATURA DE TODOS. EM SEGUIDA INICIOU-SE A ETAPA DE LANCES, ANTES FORAM INFORMADOS QUE OS DESCONTOS CASO FOSSEM OFERTADOS QUE SERIAM DIVIDIDOS PROPORCIONALMENTE PARA CADA ITEM DENTRO DO LOTE, NÃO PODENDO SER DESCONTADO APENAS DE UM ITEM. O LICITANTE VENCEDOR DA ETAPA DE LANCES FOI O FREITAG, APÓS FOI ABERTO SEU ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE A MESMA ATENDEU COM AS EXIGENCIAS DO EDITAL, ALEM DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO TAMBEM VERIFICARAM TOOS DOCUMENTOS OS LICITANTES, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO ENCERRA-SE A PRESENTE E ENCAMINHA-SE OS AUTOS PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

DOUGLAS LEMOS – PREGOEIRO

NAVEGANTES 20 DE MAIO DE 2015

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2015.

EXTRATO * ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN 065/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 065/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 065/2015 - contendo os preços registrados pelas empresa/fornecedor abaixo: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MAQUINAS (TRATOR TRAÇADO 4X4) COM OPERADORES E MOTORISTAS PARA AUXILIAR NA LIMPEZA E MANUTENÇÃO URBANA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR: 8413 – OSVALDO DIAS DA SILVA EIRELI.

VALOR TOTAL: 1.900.800,00 (um milhão novecentos mil e oitocentos reais).

Vigência: 20.05.2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 20 de maio de 2015.

AValiação AMOSTRAS PP 19/2015 FMS

20 de maio de 2015

Avaliação do Processo Licitatório

A Comissão de Licitação composta por Jeferson Belotto e outros, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 19/2015 – PR.

AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo

40	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
41	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME		
Item	Avaliação	Descritivo
1	Reprovado	Não apresentou amostra
2	Reprovado	Não apresentou amostra
6	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
21	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

LICISUL CO- MERCIAL LTDA - ME.		
Item	Avaliação	Descritivo
27	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
42	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

AValiação DO PROCESSO LICITATÓRIO

A EQUIPE DE APOIO DE APOIO DE LICITAÇÃO, INFORMA AVAlIAÇÃO DOS PROPONENTES HABILITADOS PARA FORNECIMENTO DE ITENS DESCRITIVOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2015 – F.M.S.

LICITANTES JÁ HABILITADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL

PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA-ME ITENS: 2

LICISUL COMERCIAL LTDA – ME. ITENS: 1

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO

MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELE JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO 214 NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 214 DE 16 DE MARÇO DE 2015

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais



e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-2), A PEDIDO, a senhora Sueli Dorti de Melo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

DECRETO N° 216 DE 17 DE MARÇO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora Maria Aparecida Espíndola.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

DECRETO N° 217 DE 19 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gerente de Cursos Profissionalizantes a senhora Mônica Soares Baschta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

DECRETO N° 218 DE 19 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal I a senhora Kátia Maria Rosseto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 220 DE 20 DE MARÇO DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal II, A PEDIDO, o senhor João Paulino Claudino.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 221 DE 20 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Esporte Educacional o senhor Hélio Demétrio.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 222 DE 20 DE MARÇO DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Supervisor de Atividades, A PEDIDO, o senhor Altino Gois Neiciak.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 19/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 223 DE 20 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Altino Gois Neiciak.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 224 DE 20 DE MARÇO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assistente Técnico Administrativa a senhorita Lilian do Nascimento.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 225 DE 20 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gerente de Políticas de Recursos Humanos a senhorita Lilian do Nascimento.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 226 DE 20 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Operações o senhor Célio Pereira.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N.º 227 DE 20 DE MARÇO DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Sebastião Pereira.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

tendo seus efeitos a partir de 23/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 228 DE 20 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Sebastião Pereira.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 230 DE 23 DE MARÇO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assessora Técnica III a senhora Roseli de Fátima Gonçalves.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 231 DE 23 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Executiva de Projetos Estratégicos II a senhora Roseli de Fátima Gonçalves.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO N º 232 DE 23 DE MARÇO DE 2015

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-8) a senhora Dinorá Pereira dos Santos.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 237 DE 30 DE MARÇO DE 2015**EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-5) a senhora Ketili dos Santos de Andrade.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 238 DE 30 DE MARÇO DE 2015**NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Planejamento e Projetos do SESAN o senhor Wilson Hostin Gonçalves Júnior.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 239 DE 30 DE MARÇO DE 2015**NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Agente Público Municipal I o senhor Carlos Alberto Reis.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 240 DE 6 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Emerson Luiz Nardes.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 241 DE 6 DE ABRIL DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Atos Legais, Protocolo e Arquivo, A PEDIDO, o senhor Daniel Odorico Nascimento.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 242 DE 6 DE ABRIL DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Apoio, A PEDIDO, o senhor Eugênio Lima.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 243 DE 6 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Apoio o senhor Eugênio Lima.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 244 DE 6 DE ABRIL DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gerente de Ingresso e Movimentação a senhora Francieli de Paula Sobrinho.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 245 DE 6 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer função de confiança de Gerente de Ingresso e Movimentação a senhora Francieli de Paula Sobrinho.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 8/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 246 DE 6 DE ABRIL DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-6) a senhora Shirley Schneider Schreiber da Costa.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 247 DE 6 DE ABRIL DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-2) a senhora Luciana Adriano

Rosa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

DECRETO N° 248 DE 7 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,
DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Supervisor de Atividades o senhor Carlos Eduardo de Mello.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE ABRIL DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 7 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

DECRETO N° 249 DE 7 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor Horácio Bini.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE ABRIL DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 7 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

DECRETO N° 250 DE 7 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gerente de Apoio ao Idoso a senhora Larissa Batista Adriano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE ABRIL DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 7 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 256 DE 13 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora Adjunta de Escola CEI EJA (DESC-A1) a senhora Mariza Maria Amorim.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 258 DE 14 DE ABRIL DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assessora Técnica I a senhora Alessandra Müller.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 14 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 261 DE 16 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-2) a senhora Thainá Nunes Santos.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 264 DE 27 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora Cleonice Aparecida Ribeiro Cardoso.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 21/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE ABRIL DE 2015.

.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 27 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 265 DE 27 DE ABRIL DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Secretário Municipal de Saúde, A PEDIDO, o senhor Samuel Vianeí Paganelli.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 27 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 271 DE 30 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária Adjunta da Saúde a senhora Nádia Braz Bins.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 30 de abril de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 274 DE 5 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-4) a senhora Sheila da Silva Guglielmi.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 5 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 5 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 278 DE 8 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III, A PEDIDO, a senhora Vanessa Cardoso Amaral.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 8 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 287 DE 19 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-8) a senhora Giovana Soares da Cunha.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 288 DE 19 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de

Diretora de Escola CEI EJA (DESC-6) a senhora Antônia Ismênia Freire Pinheiro.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 289 DE 19 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-8) a senhora Antônia Ismênia Freire Pinheiro.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 290 DE 19 DE MAIO DE 2015

EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Chefe de Seção a senhora Miroslava Marin.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

**DECRETO N° 291 DE 19 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Assessora Técnica III a senhora Miroslava Marin.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N° 292 DE 19 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Chefe de Seção o senhor Paulo Roberto Negrão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N° 293 DE 19 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Gestão de Desenvolvimento de Pessoas a senhora Elisabete Barboza da Silva Soares.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N.º 294 DE 19 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Diretor de Gestão de Bens Materiais e Serviços o senhor Ricardo José Felisbino.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N.º 295 DE 19 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Assessor Técnico I o senhor Ricardo José Felisbino.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N.º 296 DE 20 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Secretário Municipal de Saúde o senhor Jeferson Belotto.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 20 de maio de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2995 AUTORIZA RECEBER POR DOAÇÃO BENS IMÓVEIS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 - Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**LEI N.º 2995 DE 20 DE MAIO DE 2015
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER, POR DOAÇÃO, BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a receber por doação, da Câmara de Vereadores de Navegantes, pessoa jurídica

de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 83.551.531/0001-08, os seguintes bens móveis:

I - 12 (doze) conjuntos de assentos e encostos estofados que faziam parte e foram substituídos dos bens relacionados aos números patrimoniais 59, 60, 584, 585 (cadeiras longarinas);

II - 7 (sete) assentos estofados que faziam parte e foram substituídos dos bens relacionados aos números patrimoniais 51, 52, 53, 56, 58, 562 (cadeiras longarinas);

III - 1 (uma) mesa composta de uma banca plure início de fileira, duas bancadas para acoplar final de fileira e duas calhas para as bancadas em chapa de aço, bem relacionado ao nº patrimonial 362.

Art. 2º A doação que trata a presente lei dá-se tendo em vista o que dispõe o Decreto Legislativo nº 5/2015, o qual, em síntese, autorizou a Câmara de Vereadores a doar ao Município de Navegantes os bens aludidos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e

Logística nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 002 FUNDAÇÃO CULTURAL

Portaria 002/2015

Publica o resultado preliminar da seleção de projetos do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2015.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar o resultado preliminar dos projetos aprovados no processo de seleção do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2015 do Fundo Municipal de Cultura. Abaixo, lista de projetos aprovados:

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, 20 DE MAIO DE 2015.

Regina Célia Correia

SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N.º 008 DE 09 DE JANEIRO DE 2013

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N.º 008 DE 09 DE JANEIRO DE 2013

Na Portaria nº 008 de 09 de janeiro de 2013, publicada no DOM/SC em 09 de janeiro de 2013, na edição 1153.

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Onde se lê:

I CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 41, §1º, I da Constituição Federal, redação da EC nº 70/2012, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

Leia -se;

I CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §1º, I da Constituição Federal, redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência

Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 21 de Maio de 2015.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 061, DE 22 DE ABRIL DE 2015

DECRETO nº 061, de 22 de abril de 2015.

Retifica o valor dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição concedidos à servidora CLARISSE CADORIN MARCHIORI, implantado nos termos da Portaria nº 002/2008, em face a Decisão nº 1035/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina contida nos autos do Processo APE 08/00766377, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em face a determinação contida na Decisão nº 1035/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina contida nos autos do Processo APE 08/00766377, reafirmada pela Decisão nº 3526/2014 após análise do Recurso de Reexame – Autos REC 13/004001424,

DECRETA,

Art.1º O Valor dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, concedidos à servidora CLARISSE CADORIN MARCHIORI, detentora da matrícula funcional nº 068, inscrita no CPF nº 298715739-87, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo (40 hs) do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, fica retificado e composto na posição de maio de 2008, das seguintes parcelas:

Parcela	Fundamento Legal	Valor
Horas Normais	Lei nº 1.668/99	R\$ 862,91
Triênio 36%		R\$ 310,64
Quinquênio 15º		R\$ 129,44
Total	R\$ 1.302,99	

Art.2º O art. 2º da Portaria nº 002/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, perfazendo a importância de R\$ 1.302,99 (um mil trezentos e dois reais e noventa e nove centavos) que será pago mensalmente pelo IPREVENT”

Art. 3º O valor fixado para os proventos, nos termos do art. 1º deste Decreto, sera revisado e reajustado pelos índices fixados aos servidores ativos, observada a aplicação do instituto da paridade, fixado na Constituição Federal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e estabelece seus efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

ENSALAMENTO CONCURSO Nº 002/2015

PUBLICAÇÃO DO ENSALAMENTO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede administrativa na Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento, SC, CEP 88270-000, SC, neste ato representado por seu Prefeito, senhor GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, torna público o ENSALAMENTO ao Edital de Concurso Público nº 002/2015.

Local: Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle,

Endereço: Rua Francisco Dalsenter, 32, Trinta Réis, Nova Trento, SC

Abertura dos Portões: 07:30 horas

Fechamento dos Portões: 08:20 horas

Cargos com aplicação de provas objetivas e de títulos neste colégio:

- 0 ASSISTENTE SOCIAL
- 1 AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
- 2 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
- 3 DENTISTA
- 4 ENFERMEIRO
- 5 FARMACÊUTICO
- 6 FISIOTERAPEUTA
- 7 MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR
- 8 NUTRICIONISTA
- 9 OPERADOR DE MÁQUINA
- 10 PROFESSOR III – INGLÊS 25H
- 11 PROFESSOR III – INGLÊS 30 HORAS
- 12 PSICÓLOGO
- 13 TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nova Trento, SC, 18 de maio de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito de Nova Trento, SC

ENSALAMENTO CONCURSO Nº 002/2015

PUBLICAÇÃO DO ENSALAMENTO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede administrativa na Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento, SC, CEP 88270-000, SC, neste ato representado por seu Prefeito, senhor GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, torna público o ENSALAMENTO ao Edital de Concurso Público nº 002/2015.

Local: Escola de Educação Básica Francisco Mazzola

Endereço: Rua Francisco Valle, 272, Centro, Nova Trento

Abertura dos Portões: 07:30 horas

Fechamento dos Portões: 08:20 horas

Cargos com aplicação de provas objetivas neste colégio:

- 1 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

·2 ATENDENTE DE CRECHE

Nova Trento, SC, 18 de maio de 2015.
 GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
 Prefeito de Nova Trento, SC

HOMOLOGAÇÃO INSCRITOS CONCURSO Nº 002/2015

HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE INSCRITOS NO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede administrativa na Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento, SC, CEP 88270-000, SC, neste ato representado por seu Prefeito, senhor GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, torna público a HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS no Edital de Concurso Público nº 002/2015.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
1	SOCIARAI FRANZOI FELLER	2727628
2	SUZANE ECCEL	6.314.922
7	GILIARD LEONARDO SOUZA	4.652.058-9
10	ALINI DALLABRIDA	48897264
30	LUCINEIA KNISS	43174345
33	JULIANI MARTINS	5334609
42	FÁTIMA PEREIRA	4552875
46	JULIMARA CASSIA POLI	6006747
48	EDUARDO FABRIS DA SILVA	4349254
57	TERESINHA ZANDONAI FRANZOI	16/R 1.607.424
60	DAIANA TALITA TOMIO	5602985
61	LETICIA CASAGRANDE	4119712
67	BRENDA LAVINIA DE VARGAS SANTOS GARCIA	7284115
85	IZAMARA VOLTOLINI	45374716
87	CAROLINE LÉIA DA SILVEIRA	4759473
89	RODRIGO ROLIAN FERREIRA	54396166
105	PRICILLA FALCONI VIEIRA	48882100
108	JUCILENE DAI CAMPI	3354518
112	MAIARA MURARO	6462891
115	ANGELA MARIA TRAINOTTI NEUMAM	6675712
118	MATHEUS ANDRADE RAISER	5004671
119	SIMONE REIS	43311679
126	LUIZ FERNANDO TOMASONI	4537489
131	ANA SARADA SILVA	50777360
133	SILVIO CONHAQUI	2347110
134	ANA CAROLINI CECCATO	5076701-1
135	JACKSON JACINTO MISTURA	6178295
138	JULIANA DARÓS CORREIA	6462817
143	FÁBIO SUTTER	51705290
146	CRISTIANO DE CASTRO	4.079.936-0
147	MARIA APARECIDA DA SILVA ALVES PEREIRA	5320118-3
159	RAFAELA SMANIOTTO RAISER	5978408
161	ALEXANDRE JOSÉ SMANIOTTO	5383592
164	WAGNER HENRIQUE SOARES	5194502
172	CARLA MARCOLLA	5602833
176	FABIO TAMANINI	3285584
183	NEIVA TEREZINHA BAGNOLIN DE OLIVEIRA	2.819.489
184	NAIARA MINATTI MURARO	5170150
193	LORENA POLLI	5383576
196	CARLA POLI	5577104
201	FLÁVIO MOACIR VALLE	1601079
203	ALINE GONÇALO TRINDADE BONECHER	7189038
210	JULEIDE CAROLINA KRUEGEL	6708598
212	FLAVIO OLIVIO GIACOMINI	6537503
216	DÉBORA REGINA CIPRIANO	6634261
225	IEDA ELCA FACCHINI	19290284

234	JISLEINE LACERDA	6314919
235	EDNA MOTTA DALPRA	4889722
242	ELOIZA TRIDAPALLI DALRI ORSI	4537674
250	FELIPE JAIR RODRIGUES	7109227822
253	CAMILA OHANA AMORIM DE SOUZA	13943764
255	TAIANA ORSI	4461480
263	ALAN DA SILVA	6692785
281	GUSTAVO WOLF	6178299
283	DANIELE WATHIER DA LUZ	3094617671
289	MARIANA LUIZA VOLTOLINI	54753570
290	PALOMA CRIS MARCHIORI	6006870
291	LUIS CARLOS LOPES	3629302
292	DEBORA VALLE BOTAMELI	4889729
297	HEWERTON JOSE BERTOLDI	3278666
299	ANA PAULA FACCHINI	6203931
308	EDUARDO LICHESKI	6.416.489
312	ANA CRISTINA FERREIRA	34227237
313	ULISSES GROTT	2727627
316	ENZA MACHADO	5916011
323	CÁSSIO SCHMIDT GODOI	139798597
344	CLODOALDO SARTORI	161921413
355	GISLAINE VANESSA GASPARETO RAMOS	100953080
358	MAYRA CRISTINA BATTISTI	5840095
361	PATRICIA THAIS ANDRADE	7088135145
375	FABIANA STEIL	2832492
384	MARCOS PAULO MARCOLLA	4.349.255
387	JACIRLEI FERNANDO KONS	5956892
400	ANDRE LUIZ JUNKES	50774131
406	TUANE PALOMA RODRIGUES SGROTT	6416476
410	JOÃO PAULO MINATTI	5840628
415	PAULO CEZAR DOS SANTOS	3997455
423	JANAINA AZEVEDO DANDOLINI	5.602.097
424	MÁRCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	699667
425	FAGNER DE SOUZA	47479582
429	JENIFER TANARA HAACK	6416732
430	AMANDA MIKAELA MÜLLER	6325054
432	WILLIAN ALVES CARDOSO NUNES	4.912.648-2
434	MERIELEN CARDOSO	6765767
439	WALTER FELIPE PORTINHO	3776715
440	LEONARDO MAIA PRIM	4747032
443	MAURO LUCHTENBERG JUNIOR	6254884
446	JOÃO VICTOR FERREIRA	137167107
453	DANIELA MICHALSKI	6513275
460	JOSE ALICIO DE SOUZA	7400995
463	VANESSA PAZ VANINI	5383319
467	CÁTIA MARIA BÚRIGO	1922202
469	BRUNA REGINA DALRI	5916405
475	NAIARA CATTANI	53205723
499	DANIEL SCHÖNFELDT RODRIGUES	6608924
500	SILENE RODRIGUES CADORIN	18029961
501	HENRIQUE CADORIN	6513161
504	RAFAEL WOLF	4652013
505	ALAYZE BATTISTI ARCHER	5115950
506	STEFANIA GANDIN SANTOS	3953281
508	DHIONATAS JUNIOR FERREIRA OLIVEIRA	1140595
510	MORGANA REGINA VALLE	6069406
516	FELIPE JOSE MINATTI	6664955
518	ARIANE KOLTZ	105897561
521	MARIANA CONCEIÇÃO FAGUNDES BOSIO	4652778
523	ELIZE CRISTINA CECCATO	4652816-4
524	FABIOLA STAHLHOFER PEREIRA ROSA	7423369
530	HELTER DO NASCIMENTO BASTOS	111221271
535	ENIZETE TEREZINHA CADORIN	16/1926867
545	DANIEL CECCATO	6203927

546	FRANCIELLI SABRINA ANDRIETTI	5632950
547	ANA MARIA TAMANINI	1929766
548	CATIANE LETICIA GULLINI	50777378
556	CLAUDEMIR FREITAS PEREIRA	21437630-8
558	RUBENS WASHINGTON SCHWANDNER	7204939-X
563	CLÉVIO CAMARGO VIEIRA	3195755
566	LUCAS BUDKEWITZ	5320967
568	CAMILA DALLA BRIDA	5004742
569	ANA CRISTINA CAPRARO DALLA ´BRIDA	38227258
571	ALINE CARLA GAWSKI	5333674
575	MATEUS VANINI BUDKEVICZ	5320966
577	MESSIAS CARDOSO SANTOS	6829500
586	DEIVISON MAFRA	5194239
589	JEAN MARCOS BUNN	6691486
599	TAISE PEREIRA LUCANER	6116342
601	LORENA WISINTAINER	5577143
602	IOLANDA PESSATTI	6827240
604	ATAIZE CIPRIANI	5194657
606	JANE APARECIDA CUNICO	1388933
607	MAICKEL LUIS PILZ	7069479678
608	GUIORGUE MANOEL CASAS ZACARIAS	3683954
612	TATIANA COELHO	50761196
618	JHONATAN JHULIEVERT FRAGA	5493067
620	ALTAIR CASTILHO	54938783
622	GIORGI DALPRÁ	5978833
631	GEISA RAFAELI LIMA DA ROSA	3454364-3
634	MODESTINO DALLA BRIDA	4.537.359
635	VALDIMARA VERNER DA SILVA	254330174
636	CARLOS HENRIQUE PIAZZA	1922757
646	SUZANA SOARES MARTINS	6840644
647	ANTONIO JOÃO WISINTAINER JUNIOR	6513280
651	ALTAIR FELIPE RUBERTI	4889723
653	LUAN DANIEL KOCH	4397739
670	SIDNEY CASSUBA DE GODOY	1993724
671	ELIZÂNGELA LUCAS FERNANDES	36.609.769_6
681	HERIVELTON DELAGNELO	4531677
685	CONCEICAO APARECIDA FRIZANCO	3494574
696	MARIA MIRIAN BONETTE	6.034.190
701	ÂNGELA ROVER CASSANIGA	5681492
706	SAMARA CRISTINA FRAGA	4802847
711	MARIO ANTONIO GARCIA TEIXEIRA	4802190
712	CAROLINE BATTISTI DA SILVA	4537989
714	ALISSON DALRI FELLER	5681192
720	RAFAEL DS SILVA	4186599
723	FERNANDA VOLTOLINI	4119357
726	JOCIELI TEREZINHA NICLODI	5383601
735	JANETE KRISCINSKI KNISS	4119705
738	ANDERSON GENTIL CORDEIRO	4186615
755	CRISTINA CIM CARDOSO	3914805
760	SUSANI DE LOURDES RIBEIRO	87290484
770	ELAINE CRISTINA BERTO CONSOLARO	3019775115
782	KATIESCA GABRIELLE GOULART RAMOS	5533918
783	LUIZ HENRIQUE ARAÚJO	5.283.965
801	JESSICA VANUSKA MARTINS DE LIMA	5956489
820	CILÉIA DE OLIVEIRA NOZARI	1080058223
833	FRANCIELI PONTES	6.192.198
844	PATRÍCIO DA SILVA	3480402
847	JOVANICE FRANCISCA SANTANA SANTOS	0802591620
850	LUCIANO DOMINGUES DO NASCIMENTO	2770033
853	DAILTON NASCIMENTO DOS SANTOS	1150653254
855	ANDERSON XAVIER	3865018
859	CAMILA CAPRARO	5978676
865	TAMIRIS BARAUNA	6178187
866	KATIA MARIA VENTURABERNARDO	3617650

867	ELAINE CRISTINA BRIZOLA DE SA	5840067
877	BRUNA LAICE BERNARDO BOTTAMEDI	4460753
878	DANIEL BOTTAMEDI	461340
899	GUILHERME LUIZ VENTURA	5507874
900	MARIA CLAUDIA VIEIRA BERTACO	9083910498
906	LUIZ CARLOS BOSO	4.652.751
914	GABRIEL DA CUNHA RAMOS	5940477
915	RAFAEL EDUARDO BERNARDO	6825609
919	LEONARDO BUTTIKEWITZ	5.076.195
922	AMABILE PAULA BOSIO	6006759
926	ANDERSON BERTOTTI PIAZZA	3822731
939	TADEU IBRAIN MACHADO KAMINSKI	8073563325
945	CAMILA TEJADA DE FREITAS	1095175574
947	GRAZIELI LUCIANE TAGLIARI PICOLI	3467273
951	JORGE LUIZ DEMONTI	5840098
964	FABIO DE FREITAS	3663703
966	CRISTIANE ANDREA PEREIRA DE ALMEIDA	30822330329
967	EVANDRO ALUIZIO CUCCO	1/C1926655
968	JOSELIA MOREIRA KUTTOCHE	103936926
978	NATALIA LOISE DEMONTI	5194566
979	BEATRIZ APARECIDA CAETANO DOS SANTOS	5925164
982	ANDERSON LEMBERG	64695100
987	ACARI JOSÉ LEDRA	601900
992	MARIA LUCIA FERREIRA DE OLIVEIRA	5619930
1005	ELICE BOTTAMEDI	1603779
1016	RAFAEL DIEGO MATHIAS	4119337
1018	RENATO AUGUSTO MAZZOLA	23456000
1024	AILTON DE GODOI	3026176408
1025	RAFAEL NOVAES PRESTES	478751187
1027	ALEX MOACIR FACCHINI JÚNIOR	6416488
1029	FRANCIELLY COSTA	5808900
1035	BIANCA VALÉRIA REGA PIERRI	95516211
1041	DAIANE CRISTINA DA SILVA	53185609
1049	NATANY LABRES POMPERMAYER SCHAEFER	4611532
1054	VIVIANE MICHELE LEMES	5964216
1056	DÁRICA DA SILVA	5681582
1060	REGINA BAUER DA ROCHA	042862068
1061	JANETE TEREZINHA VIZZOTTO	6.008.404
1066	ABRAÃO PRADO	4208823
1068	JAMILE BARTOLOMEU DOS SANTOS MARTINS	1434293700
1069	ISABELLA ANDRADE SANTANA	57606158-x
1073	MARISA MAZUR	16562965-4
1076	MARLENE CECILIA DEMONTI COSTA	16012771
1077	ALEXANDRE TEIXEIRA	00274474880
1080	AMANDA GONÇALO TRINDADE MOTTA	7189055
1085	LUCIANO AMORIM	5170090
1086	TIAGO HEIDENREICH BOPPRE	4.126.086
1090	JOAO BATISTA SARTORI	4652722-2
1098	JULIANO MARCOS DA SILVA	3773657
1099	LUANA VARGAS DA SILVA	3865051
1102	ANA CLAUDIA PEREIRA	6700116
1104	LUIZA ROSA DE LARA	625204000
1109	LILIANI PIVA	3725363
1113	LUCAS VARASCHIN	4749928
ASSISTENTE SOCIAL		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
32	ANGELICA TATIANE FURLAN DA SILVA	700009889
37	SABRINA SAMPATT DA SILVA KÖCHE ALVES	5176970
101	DÉBORA CRISTINA DA SILVA	51103761
113	PATRÍCIA ANA BATTISTI	4652085

117	APOLONIA LIDIVINA MONTIBELLER FRAGA	49091816
142	SÍLVIA APARECIDA PATROCÍNIO	34948316-4
150	CATIANI MIRIAM CARDOSO	5046691
158	LENIR AJARDA	102676777
304	MARIA ABADIA FAUSTINO ROSA	5383102-0
347	BIANCA APARECIDA MARCOS RITA	3976419
367	GERUSA DA SILVA MAURICIO	3466802
478	MARIANA SOARES KOETTKER	38796066
496	ELIANE DELAMAR ROQUE	4518234
583	ANA LUCIA FRANCISCO	2838423
592	BRUNA CAROLINE MARTINS	27661806
643	KAWÉ GRAEFF CAMPOLI	4213570
656	LAIS SANTOS SILVA	4650218
740	BRUNA MICHELE SCHUTZ	51944871
749	JACQUELINE ISABELA RODRIGUES LOPES ANDRIOLLI	5350644
811	FRANCISCA ANGÉLICA MÉNDEZ	5057641051
843	CLAUDIA DA ROSA	6061186778
916	NOEMI SANTANA RODRIGUES	50407465
928	IARA CUNHA FREIRE XAVIER	7146136
936	CINTIA LARISSA CAZAGRADA OLIVEIRA	3742164
961	MARISSOL BRUGGEMANN	3080489
972	LUIS ANTONIO DE SOUZA	21050187
984	SILVIA LEMOS DA CRUZ	3734155
1021	RAPHAEL LOPES	5391210
1022	JULIANA CARDOZO DE ELESBÃO	3104982099
1033	ELIANE FERMIANO COELHO	2837604
1037	LAYS DE ARAÚJO	5324222
1043	EDVIRGEN PEREIRA	3728685
1072	RAFAEL BERTONCINI GOULART	43051243
1088	ADRIANA SILVEIRA RUIZ DIAZ	42169083
1107	MAYARA GOMES SILVA	49524364
1108	DARLANA TREVISOL DOS SANTOS	5564847
1112	DAIELEN TREVISOL DOS SANTOS	6059
ATENDENTE DE CRECHE		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
4	JANE MERI MAÇANEIRO	49125885
5	FABRICIA MAYER	4349083
8	BRUNA GARBARI	53347048
12	SANDRA REGINA DALLA BRIDA BATTISTI	1C33390985
16	MARILEIA RAISER DALLA BRIDA	3193407
17	ELAINE CRISTINA EVARISTO HOFFMANN	5493938
21	MARIA MADALENA FANTINI ZANDONAI	2346097
24	DANIELA DALLA BRIDA	4208883
29	RAQUEL JORDANA DOS SANTOS DORNELLES	5681600
44	JOSIANE BOOZ	51945908
47	ROSEMARI TAVARES DE OLIVEIRA	7231115
54	ERONDINA RAISER MICHELI	1922548
56	ALESANDRA APARECIDA DA SILVA	4411761
65	DELFINA ANA BARAUNA CIPRIANI	23486821
68	ANA LUCIA VARGAS COELHO	16/r.2831290
70	ELER FRANZOI	11622628
83	ELISIANE DE VARGAS MARQUES	7116242
92	CLAUDETE MARIA TOSTA	50777386
93	ERICA FOGUES	53831489
95	ADRIANA CRISTINA QUARESMA MANARIM	262288710
96	MARIA GORETTI MINATTI CIPRIANI	1376571
127	ISAULINA APARECIDA DALPRA CIPRIANI	1341766
140	ANA KAREM EVANGELISTA MARQUES	4101626821
155	JANAINA M DALLABRIDA	5916491
156	ALINE DA CRUZ	6513433
171	MARIA APARECIDA LOPES DE SOUZA	7.172.148
178	JAREL MORGANA DOS SANTOS DORNELLES	5681691

205	JULIA VALCZAK VENTURA	2347916
206	ILDA WISINTAINER MINATTI	2838354
215	MARIA PATRICIA SCHWAMBACH MARTINS	3703274
219	SANDRA REGINA CIM CADORA	2726395
227	MARCIA NE CRISTINA PEREIRA	3683462
252	MARCIA MARIA VICENTINI	23405457
269	ELVIRA WEBER MORESCO	38213087
270	EDITE MARIA MORESCO	2728373
271	TATIANA GROTT	2.729.420
273	DAIANI CLERICI	5320980-0
277	MARCELA WOLF	4208327
278	DAIANE FACHIN TILL	5194532
280	ZENAIDE VALENTINA CORSI VANINI	1606562
305	MARIA JOSE BEZERRA DA SILVA	5210927
319	MARIA TERESINHA DE OLIVEIRA SCALVIN	16009207
320	ANA PAULA ORSI	50773429
330	JOSIANI PIVA CAPRARO	3865084
335	NEIVA MARIA TAURINHO	356631436
346	GISELLE DA SILVA RICCI	4430576
365	GECEINEIA VENTURA	5439100
377	SUELLEN DO BELEM DE OLIVEIRA	105899904
381	ROSELENE MARTA MARQUES ROCHA	1082819275
393	SIVONEI FARIAS DA SILVA	5986113
402	NEUZA APARECIDA TAURINHO MARCOLLA	6203727
404	IARE RODRIGUES PONTES	4866969
412	EDNA MANGOLI KOERICH	3890237
433	FERNANDA FUCK	47475145
438	LISANGELA LOCKS	88571878
442	JUCIMARI DA FONSECA	2878267
448	VIVIANE CASTIEL SILVA	1059841856
461	DAIANE ALINE MOTTA	54146674
474	ADRIELE CONCEIÇÃO DOS SANTOS	60060
492	PAMELA JANAÍNA FREESE	7100924963
539	AGUIAR SERGIO DA SILVA	M2904020
576	MARLETE KRICINSKI	6715064
581	ANA LUIZA GESSELE	4290328
619	NADJA C. DE ANDRADE BARAUNA	5.077.398-4
627	DOCLEIA DA APARECIDA GOMES DE JESUS	48490270
639	HINGRIT DALPRA	53346190
641	VILIANE CARDOSO FERREIRA	49125923
658	SOLEIDH PAES	7431634
662	ROSELI TAVARES	0000407987
673	JUCILEIA CECILIA DUCHINSKI DAROS	61633898
694	EDIVANA APARECIDA CARVALHO MOURA	37887858
704	JOICINÉIA RIBEIRO DOS SANTOS OLIVEIRA	1153688
746	ADRIANA MACHADO	2629064
754	CAROLINA CASAGRANDE	5840136
773	DILMA LUIZ	2192668
788	ELISANDRA DE ABREU BOA NOVA	4837105
793	LIDIANE ALEXANDRE	5170600
794	MARIA DE LOURDES DE MELO	16009363
803	BERENICE FERREIRA DA CRUZ	7411921
827	CÁRMEN VANUSA MACHADO DELASENA	6508736
864	DENIZE TILL DELL AGNOLO	5076186
880	OZILDA FERREIRA DE OLIVEIRA	4939392
890	CAMILA REGINA VARGAS	6515080
901	JOANA SARA OLIVEIRA DOS SANTOS DE ARAGÃO	7190446
941	TAINARA DA SILVA	5840131
943	DRIELE CRISTINE MONTIBELLER	6513803
946	ISABELLE LORIANE DA SILVA	108241025
957	VALMA TEIXEIRA LIBARDO	4079217
959	LUANA CRISTINE ALBANO FAGUNDES	5781352
996	LISIANE MAY	5616862
998	JULIÉTE LORENZETTI	5170258

1000	FRANCIELE LOURENÇO PEDROSO	05796201905
1003	JUDITE SILVEIRA ROMERO	7068812
1007	MERCEDES POLI CUCCO	2725793
1008	MARCIA CRISTINA FERREIRA	5840106
1026	CHEILE ALESSANDRA POLI FACCHINI	2725790
1034	MAYARA ANDRADE SANTOS	5.637-601
1046	FERNANDA RIBEIRO CHAGAS	9089246012
1050	NATHALIA LABRES POMPERMAYER	5758470
1052	ELIANE APARECIDA SGROTT DAROSI	2341772
1059	CAMILA DARÓS	5916475
1074	FLORA MARILY AUGUSTO BARBOSA	480317367
1081	LEILA MARIA GIACOMINI	2341063
1082	JULIANA CELESTINO	54394007
1087	MONALIZA PAIXAO	128976647
1089	LUANA CRISTINE ALBANO FAGUNDES	5781352
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
90	SENATOR ECCHER	23421789
124	CIRO BERNARDI	1606947
125	OSNI VALTER MICKALSKI	3193550
170	ENES TOMASI	2624303
190	ALDO INACIO MARCHI	1605222
197	SANTIM TEODORO TOMASI	1605742
202	CECILIA WILVERT SCHMITT	987401
230	JOAO TABONI	1923966
232	NORIVAL LIBARDO	3553918
282	HILARIO WOLF	2341758
309	MARIO ABELINO	2343401
331	JOSÉ VALDIR PEROTINI	553492
371	IVO BONIKOSKI	1601650
405	CLEOMIR MARCOLLA	4119709
456	VINICIUS NEVES	6732121
484	VALDOCI LOFY	28385225
485	OSMAR HILLESHEIN	1/C1923959
513	ISAAC CEZAR DE GODOI	4085165241
515	JORGE LUIZ CAMARGO RODRIGUES	7099222
578	GILBERTO GILLI	3584589
630	ELISEU JOSE DUTRA	1462852
765	NELSON LACERDA	1607245
790	EDGAR BATISTA ALVES	7082591
942	LAUZINHO LACERDA	262230-0
1040	MARIANO BUDNY	5840992
1055	BERNARDETE TOMASI CARNIEL	988892
1079	LUIZ JACINTO CASAGRANDE	1311625
1095	OSNI VEBER	3773917
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
3	ANGELITA MURARO MAFEZZOLLI	32501412
9	JULIANA MACHADO DOS SANTOS	5320455
18	ELISABETE COTTA	2044414
19	SALVELINA NUNES FONTANELLI	48899585
25	MARLENE BATTISTI GIACOMINI	27298558
36	CRISTIANE SILVA NUNES	1103571624
39	MARIA ELISABETE AIROSO SMANIOTTO	1475892
45	SALETE APOLONIA DAICAMPI LUCIANER	2729320
49	NALZIR DO PRADO HOFFMANN	2341205
51	MARISTELA DUTRA	3773207

53	ELICE FERRARI	5475332
55	MARIA MADALENA SCHREIBER VIANA	1667271
58	INDIAMARA DA LUZ	4537270
73	REGINA APARECIDA BARRETO	6069990
98	NEIVA MURARO MINATTI	3251392
121	ADRIANA COSTA	4537670
141	DOLORES DO ROCIO BATTISTI MARCHI	16/R2342603
145	PALMIRA CASAGRANDA BERNARDI	4119363
157	OLINDINA CASAGRANDA LACERDA	1310726
160	ODETE DUARTE	2838856
168	KARLA ARMELINI	3703251
175	LUCICLEIDE ALVES DE ABRANTES	7092224
179	GABRIELA SILVEIRA FELICIO	5832536
199	MIRIAN LIBARDO COELHO	2728318
220	MIRIA TERESINHA CIPRIANI SPERANZINI	27258149
221	MARLUCE GALVAN LACERDA	4079211
222	IVALDAIR BORTOLETTI	1690854
223	MARIA BERNARDETE FUMAGALLI	1247849
226	GENI APARECIDA ORLANDI	46528750
229	MARINETTI ZIERKE WILCKE	2345339
236	MARIA DE LOURDES FANTINI NICHELLATTI	2832369
238	MARIA VALDENICE SOUSA SILVA	3663230
241	IVANI SALETE CORDEIRO WISINTAINER	2340755
245	TERESINHA TABONI COSTA	50770551
248	ROGERIO DOS SANTOS FERNANDES	5580399
249	FERMINO INÁCIO FUMAGALLI	814.355
262	VIVIANA COSTA DE OLIVEIRA DE ANDRADE	5259841
268	BENTO MARCHIORI	260454
276	ALDRYA SUE BONETTI	3602374
285	ROSANGELA FATIMA RAMOS	3371901
298	GLAUCIANE RODRIGUES GUEDES DA SILVA	54758017
302	SUELI VEBER HUGEN	49121359
303	LAUDIVANIA DA SILVA BEZERRA	7212329
314	ANDREIA NAIRA BATTISTI	51701057
315	ISAURA CADORIN GANDIN	16040678
334	CAMILA CAROLINI CAVILHA	5804589
338	PASQUA DELL AGNOLLO	2833266
340	ROSEMILDA PEROTONI PEIXER	3703851
378	SILVANIA GARCIA DA SILVA	3598228
379	DALVA MONTIBELER DELL ANTONIO	1924099
382	ANDREIA PEREIRA	2951450
428	ADRIANA NASCIMENTO GUTZ	4097631
436	NEUZA MURARO MINATTI	23456035
452	TÂNIA MURCESKI PEREIRA	4208608
457	CECILIA RAISER DELL ANTONIA	1926360
479	DENIZE MONTEIRO SOARES	54701297-4
514	MARIA DE LOURDES TOMASI MINATTI	988245
527	MARICE MARCHI	4290767
531	PAULO ROBERTO DA LUZ FONTOURA	3080214731
533	MARCIODELIMABITENCOURT	1077261723
584	MARIA DE LOURDES TABORDA FERRARI	5681186
591	TERESINHA VENTURA GILLI	5170337
600	APARECIDA GILLI TOMIO	3773915
650	ANA CLEIDE DE SOUSA FREITAS ORSI	7145099
717	SANDRA MARCILENE PEREIRA	3953872
750	IRENI WANAT TOMASI	3865326
753	JOCIR FIDELIS	9106563266
789	ANTONIA MELEK MONTIBELLER	23434198
819	ELIANE BRANCO RIBEIRO	48895342
831	ALCIR DANILO TOMAZI	5519381
938	APARECIDA MONTIBELLER VINOTTI	16R2342599
983	ODETE TERESINHA VON HEIMBURG	3096975762
990	VALMA TEIXEIRA LIBARDO	4079217
1006	LÍCIA DA APARECIDA LACERDA ALVES	90408798

1031	IDINEIA TURACI MONTOANI	4349689
1045	ROSANA CRISTINA NUNES FOLETTI	7037149502
1078	ALDORINDA MARIA MELZI BERTOLDI	3250950
DENTISTA		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
34	LARA DALRI	50762010
43	ADELAIDE ALINE NASCIMENTO CIRILO	2001001085144
63	LAISY ALBANAS DAVID	50049518
120	LIS REINERT VARGAS	4802271
163	CAMILA RIBEIRO PINTO	6087929805
348	GEORGIA VOLTOLINI FELLER	53342364
372	JOSÉ FELIPE MORAES MEZADRI	5321849
401	JOSÉ LOPES AUGUSTO	42137681
528	CAMILLA GALLI	42200610
559	JÉSSICA BIASI	5808243
562	THAYS RIBEIRO DA SILVA	1364747804
597	CINARA QUEIROZ DUARTE	8096586279
623	ANTONIO FABIO PEREIRA DE SOUZA	24499145-5
655	MANUELA DE OLIVEIRA	6093459169
659	FILIFE KINCHESKI CANDIDO	3584932
695	ALINE DE OLIVEIRA	5439731
718	JULIA MARIA KAMMER	5307268
766	MARIAH MACEDO REBELLO	4228585
861	JEAN SERGIO DA SILVA	4345209
903	INDIAMARA BORTOLON	3153487
975	NATHALIÊ EGUES MORAES	1069530135
1017	FRANCIS TENTARDINI SILVEIRA	9065328611
1028	PATRICIA PAULETTO	3085461766
1047	MONIRA GRIMM LOPES PIOLI	4.349.665
1062	LEONARDO RIBEIRO MAZZAROLO	4076843772
1094	KARYN REINERT PEIXOTO PEREIRA	9535
ENFERMEIRO		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
26	RENATA MARIA PORTELA SILVA	7870097
76	NILVANA MARIA MONTEIRO DA SILVA GOMES	498288-6
80	ALMERINDO ROGÉLIO DA COSTA	6046271638
88	RODRIGO THALLIS ALVES PUDELL	4.000.775
123	FABIO JUNIOR ROSA	43309992
154	JULIANE SIVIERO	4525638
186	TATIANI MONTIBELLER	49126091
260	GISELI KRAEMER	37929453
275	SABRINA DE SOUZA COSTEA	4008937
326	PAULO NADER	80217820
327	ANDREIA SOARES	11993719
380	VANDERLITA TRAINOTTI	2341261
388	GRAZIELE DOS SANTOS SAVAGET PAIVA LOPES	10559233
403	ELISANGELA GONCALVES RIBEIRO	16765192
473	FERNANDA DA SILVA MARTINS	1534009353w
477	RODRIGO PEREIRA SERVA	6245151
493	ROSÂNGELA BRAZ VIEIRA	554177
549	LETÍCIA TESTONI	3914540
553	JAQUELINE SEBASTIANA PEREIRA	42932920
557	DINAMAR DE SOUZA FRONER	2058493681
596	RICIELA KOLV	3.458.426
610	ADRIANE FOGAÇA PILZ	5074993212
654	CAROLINE KRASOTA MATOS NOWAK	4783917
661	JOHNY CARNEIRO MARTINS	5252601
666	MARISTELA MORANDI	83281014
680	DANIELA VINOTTI FERREIRA	3467032
688	PRISCILA BARBOSA RIGAUD NEVES	7154032
693	ISRAEL RODRIGUES CORRÊA	347490943
699	ADRIANE VENTURINI	3078290362

725	ALESSANDRA MARCHIOLI	58452572
739	SILVANIA GESIANE RUTKOWSKI	40716971
743	SONIA SOLANGE DE SOUZA E SILVA	18053521
772	BENONI SIDINEI BRIZOLLA	7029539
774	DANIELA ANTONIO FRANCISCO	4067113
828	WAGNER SABADINI FERREIRA	46771745
835	KARLA DAIANA MACHADO	48482390
848	FERNANDA DA SILVA PRIM	48482064
875	ROBSON PEREIRA	36647136
921	MARINA MORALLES CALDEIRA DE ANDRADA	5001212-6
981	GISELE CORDOVA NUNES	3522609
988	DAIANE TEIXEIRA KUHN	8074587323
1002	JUCIANE APARECIDA MELO	44042150
1019	JOICE GOZZI	6761678
1091	FABIANA MAFRA	3754188
1106	ÉRICA APARECIDA GALVÃO DI JURA	340514991
FARMACÊU-TICO		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
166	GISELLE APARECIDA BONATO	8/R-2705290
317	DANIELLE FONTANA PEREIRA	4107747364
538	KELLY CRISTINA MIQUELETTI NUNES	75000855
616	LUANA DA ROSA SOUZA	5435691
626	SIMONE KOBE DE OLIVEIRA	4070662962
649	MARINA SARTORI SOARES	4802810
676	MUSSIA DE CASTRO E SILVA CARRE	1060462999
722	JÉSSICA DIAS GONÇALVES	46522476
748	EDUARDA SOUZA LODETTI	51702983
931	GLENDA SABRINA MORALES	V580369S
1011	MARIANA VARGAS	4531154
1042	MARIA PAULA DE SOUZA E SILVA	445852132
1058	INDIANARA WALTRICK ABREU	4.709.629
FISIOTERA-PEUTA		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
20	CRISTIANE PEREIRA TRINDADE	3000549-3
293	ALAN VRONSKI PAEGLE	4610986
318	JANDER RICARDO CADORIN	4537492
322	CARINA JURASZK	91475987
352	MARINEIDI MONTIBELLER	5334286
451	LEONARDO SIEGLE	1100039
536	GUSTAVO BOSO PIAZZA	4652000
551	EDSON KLUCK	5733160
564	LILIAN HELENA SPILLERE MARAVAI	4.874.279
686	NIVEA CRUZ	52242498
707	CRISHNA MARINA RITTER	6008458
732	JANAINA HELENA FORMAGI SEZERINO	4681544
787	TONY CRISTIAN GELAIN	6064225136
808	AYLA MENEGUZZI RODRIGUES	4268540
851	JULIANA GARCEZ FAVERSANI	7401515
1023	JULIA GARZIM FARIA	9804586-4
1048	RAFAEL GUSTAVO MADER	1044844676
1071	GRACILENE RODRIGUES TAVARES	3180389
MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
6	VILI FRANCISCO GIACOMINI	2609037
13	JOSUEL DE JESUS GODOI	99554258
14	JAIR SILVA DOS SANTOS	5015015554
15	LUIZ SNAIDER	6407129

64	ELISIO WOICIKOSKI	132569
69	ROMOACIR ROMALINO DE SOUZA	156858
72	ADRIANO AUGUSTO CUCCO	3167670
94	CLEVERSON TRINDADE DE JESUS	77705961
102	MARCOS ROBERTO DA SILVA	56893130
106	MARISTELA FALCONI VIEIRA	1164548
116	MARCOS CIDRAL	5030443
149	CRISTIANO FORMONTE	2728258
152	RUI ROBERTO CAETANO	1226241
180	ALEXANDRE MINATTI	4.461.331
188	FRANCISCO RODOLFO ORSI	9863192
198	ADRIANO DA SILVA	3724663
217	CLAUDEMIR GIRARDI	3206717
237	LUCIANO SUTTER	3580663
341	MAURI ALVES DE OLIVEIRA	9050734962
396	VALMIR INACIO GESSELE	1922069
464	PAULO CESAR BONAPAZ	1078614821
486	MARCOS PAULO ECKS COSTA	6674640
490	JOÃO LEMES	44195127
540	LUIZ CARLOS FERREIRA DA SILVA	3028498
594	VANDERLEI JOÃO SCALVIN	4208873
799	ANTONIO BERNES	3650843
817	ADIR ESEQUIEL FERNANDES	7246211
871	JOSÉ GERMANO FILHO	49096214
932	LUIZ FABIANO HYLARIO	2820550
963	AILTON FLADIMIR KUTTOCHE	9/R-2777014
1044	FABIO CRISTIANO PEREIRA WITCZAK	2080024629
NUTRICIO-NISTA		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
78	CAROLINA SARDÁ ESTUQUI	3083833
79	SUSANE FANTON	4.486.142
259	RAFAELLA SILVEIRA JACINTO	5642984
343	CARLA ANDREA RAMOS CAMPOS	73616662
455	RAFAELA STEUERNAGEL	4973256
472	DANNYELLE LIMA MARTINS	5172013
507	SCHEILA DAYANE SCHNEIDER	9488689
721	JULIAMAR STUANI	5170951-1
805	LARISSA TACHINI	4670856
908	CARLA LUISA MATIOLA MOSER	5402064
1053	ANA PAULA REIS	5.466.079-3
1111	VIVIAN BRAZ VIEIRA	37096281
OPERADOR DE MÁQUINA		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
75	REGINALDO EDESIO SILVA	43592899
91	VALMOR MEYER	1926165
97	LUIZ VENERI	1605252
129	ROMILDO SEHN	5602503
167	BENJAMIM GERALDO DELL ANTONIA	4119367
169	ATAIDE SIEWES	4573712
195	VANDERLEI LUIZ ORSI	1921027
208	JOSE BOTAMELLI NETO	8932832
284	DAVID DENER SILVA	4526685
376	ALDORI DA SILVA	3162100
394	ANTONIO ADEMAR MULLER	2814597
414	RAFAEL HERMES JUNKES	45373485
416	SANDRO LUIS ECKS COSTA	5508047
431	SERGIO PADILHA DOS SANTOS	3525232
519	JONAS ALMEIDA DOS REIS	5081849341
522	JONAS ROVER	46527117
598	VANDERLI TOMASI	3355241

624	AFONSO JOSE TELL	15700976
625	JAIR MICHALSKI	2728304
645	ROGERIO RIGHI DA SILVA	1055868631
791	VALDECIR ALVES FERREIRA	3241291
852	LUIS HENRIQUE EGER	5053816
893	JAMIR MARCHI	5170251
1057	RODRIGO DOS SANTOS SOARES	5346697
PROFESSOR III – INGLÊS 25H		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
40	SABRINA MANON ARTEIRO MEOQUI	5743980
872	JUCELI MARIA ARMELINI	4461338
PROFESSOR III – INGLÊS 30 HORAS		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
841	MARCELINO PEREIRA NETO	1925527
925	TALITA POSTAI	4.531.146
PSICÓLOGO		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
31	SAMANTA LAZZAROTTO FRANZOI	4303381
35	POLLYANNA RUBERTI VOLTOLINI	5383569
111	MÔNICA AMORIM	35093757
211	CIBELE GONÇALVES GOULART VARGAS	4537134
233	LEILA PATRICIA CIPRIANI	4538310
256	YASMIN SAUER MACHADO	5228315
265	LARISSA GARBARI	5.334.300-0
279	CARLA REGINA MAXIMIANO	55458343
333	FERNANDA LIMA FONSECA	3415023
356	HALYNE PARRILHA KLUGE	80240589
357	NATHANNIEL GUSTAV WALMER	90427679
364	CAMILA FORMENTO MELO	5383292
462	GABRIELA PIUCO DE AMORIM	4976958
537	MARIANE ROSA DA SILVA	5.533.922-0
554	ANE CAROLINE PRACZ	4430052
595	LUCIANA SOARES	4203046
611	MONICA SARAH SALOMON	4532741
628	SCHEILA DIAMANTINA TORRES	6178298
682	KELLY APARECIDA FRITZEN	3646429-5
687	JAQUELINE PACHECO	5832876
708	RAISSA FERNANDA COLARES DE NÓVOA	54363217
716	LUANA ANTUNES	50407779
729	VANABEL SCARABELOT	3418517
795	PAULA BARROSO DESIDÉRIO DE OLIVEIRA	460238243
807	NÁTALY SCHROEDER BRUNNQUELL	4245841
907	SAULO ROVERES KNOBLAUCH DA SILVA	3792687
952	CATIANE DE OLIVEIRA	50301500
956	FERNANDA GOULART FERREIRA	4886025
1001	CLEILSON COSTA DA SILVA	6577886
1012	DAIANE BUSARELLO	39692370
1020	GLAUCE ARIANE DIAS BARBARA	4596415
1064	NATHALIE CRISTINE YOSHISAKI	7233712
1115	ARTUR FABENI DA SILVEIRA	3371248
TÉCNICO EM ENFERMAGEM		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
27	HELOIZA HELENA SANTOS DA SILVEIRA	644881
66	MARIA MADALENA MINATTI	971125
81	JOCELMA DA SILVA ALEXANDRE	7127944
82	LUCIMARI BRIZOLLA DE VARGAS MARQUES	5082328989

192	KARINA TOMASI	3629053
209	ONÉLIA ALMEIDA	1160718
224	ROSIANI PRISCILA SABINO CASAS	4944931
228	LINDALVA BOSIO CREPPAS	23421746
264	ADILSON ROBERTO BATSCHAUER	4/R-1.802.460
294	ROGERIO JULIO DE AGUIAR	196489684
324	FERNANDA SALUM CORREA	3424914
336	LUCIMERE EDUARDA DE SOUZA	33916004
337	ANA MARIA CUCCO	3.703.246
354	MARIA CEZERINO MONTIBELLER	1926567
360	MARIA DOLORES MAZZOLA	739090
409	TERESINHA MARIA DALRI	6448917
488	SANDRA MARIA AZEVEDO DANDOLINI	1.925.474
541	ROSANGELA DE FATIMA FRIZZO	1750215
667	ANDRÉIA ROSÂNGELA COSTA MOURA DA SILVA	0508100143
674	MARIA DAS DORES RIOS DE SOUSA	5870351
691	TANIA LUCIA SANTA CRUZ TEODORO	4.993.287-0
698	SERGIO PEREIRA LOBO	1010029311
713	DAIANE DANIELA CONSOLARO MIRANDA	34392870
809	JANETE DA ROSA	69134734
818	ELENISE APARECIDA DOS SANTOS BEHNKE	16343956
842	SALOMÃO ALMEIDA SANTOS	44111550
863	ENI PINTO VEJADA	1043763265
876	LEVID MAY	5090265
898	PAULO ROBERTO FERREIRADE BRITO	1116435381
910	ANGELICA PIFFER	54933439
934	ALVINA BUTTCHEWITS DALRI	19239742
989	DANIELA CARINA SELL RHODEN	3920855
999	MICHELE MENDES DA SILVA	5572510
1010	ALCIRENE MICHALSKI MULLER	3953867
1039	ROBISON MELO	23467916
1063	SONIA MORESCO	3191262
1092	VALDINEIA DOS SANTOS ROSA	84979953
1101	NESTOR BRAS RAMOS	16353072

Nova Trento, SC, 18 de maio de 2015.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito de Nova Trento, SC

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 003-15

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2015

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 19/05/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 32,64 (Trinta e dois reais e sessenta quatro centavos)

DATA: 19/05/2015 – DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saúde E Promoção Social/Gestor Fms.

Orleans

PREFEITURA

ANULAÇÃO Nº 02 E 08/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

NOTA DE ANULAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015.
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA ABRIGAR OS ANIMAIS ABANDONADOS LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL KM 92.
Motivo: O LOCATÁRIO NÃO ACEITOU O VALOR QUE HAVIA SIDO REAJUSTADO O CONTRATO.

Orleans, 10 de fevereiro de 2015.

ANA REGINA ZOMER
Secretaria de Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

NOTA DE ANULAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2015.
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SOCIAL DA FAMÍLIA (PSF) DO BAIRRO CANUDOS.
Motivo: O LOCATÁRIO NÃO ACEITOU O VALOR QUE HAVIA SIDO REAJUSTADO O CONTRATO.

Orleans, 11 de fevereiro de 2015.

ANA REGINA ZOMER
Secretaria de Saúde

CONTRATOS DE 26 A 36/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 26/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS
Contratada.: ORLEANS INFORMATICA EPP
Valor : 20.108,25 (vinte mil cento e oito reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2015
Recursos : Dotação: 2.043.3.3.90.00.00.00.00.00 (21) Saldo: 54.695,29
Objeto : AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA USO DO CANIL MUNICIPAL DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 20 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 27/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS
Contratada.: ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME
Valor : 10.749,50 (dez mil setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (17) Saldo:

388.037,66

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE E ESF's DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 20 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 28/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS
Contratada.: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
Valor : 20.780,20 (vinte mil setecentos e oitenta reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (17) Saldo: 388.037,66
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE E ESF's DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 20 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 29/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS
Contratada.: ORLEANS INFORMATICA EPP
Valor : 20.722,10 (vinte mil setecentos e vinte e dois reais e dez centavos)
Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (17) Saldo: 388.037,66
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE E ESF's DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 20 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 30/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS
Contratada.: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME
Valor : 6.588,50 (seis mil quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (17) Saldo: 388.037,66
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE E ESF's DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 20 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 31/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS
Contratada.: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA
Valor : 27.754,60 (vinte e sete mil setecentos e cinquenta e quatro

reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (17) Saldo: 388.037,66
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESF's DO MUNICIPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 20 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 32/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME
Valor : 3.066,50 (três mil e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (17) Saldo: 388.037,66
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESF's DO MUNICIPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 20 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 33/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor : 1.846,00 (um mil oitocentos e quarenta e seis reais)
Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (17) Saldo: 388.037,66
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESF's DO MUNICIPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 20 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 34/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: ATEKY INFORMATICA LTDA - EPP
Valor : 1.252,50 (um mil duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (17) Saldo: 388.037,66
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESF's DO MUNICIPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 20 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 35/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME
Valor : 4.140,00 (quatro mil cento e quarenta reais)
Vigência : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (17) Saldo: 388.037,66
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE E ESF's DO MUNICIPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Orleans, 20 de Maio de 2015

Contrato Nº.: 36/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA
Valor : 32.140,50 (trinta e dois mil cento e quarenta reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 07/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2015
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 302.225,47
Objeto : AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 20 de Maio de 2015

HOMOLOGAÇÃO 12,28,29 E 32/2015/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/15
HOMOLOGAÇÃO: 31/03/15
CONTRATADO: SERCON INDUSTRIA A COMÉRCIO DE APARELHOS MÉD. E HO
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AUTOCLAVES DIGITAIS HORIZONTAIS PARA EQUIPAR AS ESF'S DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.495,00 (onze mil quatrocentos e noventa e cinco reais)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PAGE:0
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/15
HOMOLOGAÇÃO: 05/05/15
CONTRATADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E CONSTRUTORA JEREM
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS FABRICADOS SOB MEDIDA PARA A RECEPÇÃO E CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DA UNIDADE DE SAÚDE SANTO ANTONIO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.005,00 (seis mil e cinco reais)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/15
HOMOLOGAÇÃO: 05/05/15
CONTRATADO: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES ALL IN ONE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DE ORLEANS E DEMAIS REPARTIÇÕES PERTENCENTES A MESMA CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 54.912,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e doze reais)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15
HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15

CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.196,25 (três mil cento e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15
HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15
CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 39.914,92 (trinta e nove mil novecentos e quatorze reais e noventa e dois centavos)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15
HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15
CONTRATADO: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.612,00 (cinco mil seiscentos e doze reais)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15
HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15
CONTRATADO: ALA COMERCIO LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.022,00 (doze mil e vinte e dois reais)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15
HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15
CONTRATADO: DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI E
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 23.520,00 (vinte e três mil quinhentos e vinte reais)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15
HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15
CONTRATADO: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO

DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.618,00 (dezoito mil seiscentos e dezoito reais)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15
HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15
CONTRATADO: HERCILIO DE MATTIA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.201,00 (dezoito mil duzentos e um reais)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15
HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15
CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI-ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15
HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15
CONTRATADO: ATEKY INFORMATICA LTDA - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 685,00 (seiscentos e oitenta e cinco reais)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15
HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15
CONTRATADO: ROCHA MOVEIS PROJETADOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.382,20 (quinze mil trezentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)
DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15
HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15
CONTRATADO: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.580,00 (vinte e sete mil quinhentos e oitenta reais)

DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/15

HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15

CONTRATADO: SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.522,00 (onze mil quinhentos e vinte e dois reais)

DATA: 20/05/15 - ANA REGINA ZOMER - Secretaria De Saude.

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2015/FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 1/10

Processo Nº.: 32/2015**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2015**

No dia 12 do mês de Maio do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA DE SAUDE, o Sr(a). ANA REGINA ZOMER, inscrito no CPF sob o nº. 915.995.639-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 32/2015, Processo Licitatório nº. 32/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
725	ALA COMERCIO LTDA ME	6, 11, 50, 51, 52, 57
354	ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA EPP	1, 2, 3, 9, 15, 16, 19, 21, 23, 31, 35, 42, 44, 45, 46, 59, 60, 61, 62, 63, 66
831	ATEKY INFORMATICA LTDA - EPP	64
730	BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME	41, 65
808	CELIA REGINA W SANI-ME	17, 28
854	DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP	5
728	DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI E	4
851	FRIMAC REFRIGERACAO EIRELI - ME	
731	HERCILIO DE MATTIA ME	8, 10, 25, 33, 34, 36, 43, 49, 53, 55, 56
853	LUIS CESAR REIS - EPP	
192	ORLEANS INFORMATICA EPP	29, 30, 47
852	ROCHA MOVEIS PROJETADOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME	12, 18, 22, 38, 48
855	SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP	7, 39, 40, 54
374	TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME	20, 24, 26, 27, 37

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALA COMERCIO LTDA ME	15.825.521/0001-55	EDNELSON BOOZ	006.825.419-90
ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA EPP	01.980.629/0001-08	ARTEDANIO SILVA VIERIA	715.671.949-15
ATEKY INFORMATICA LTDA - EPP	03.925.659/0001-47	JOEL HOBOLD	008.946.869-41
BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME	16.677.803/0001-15	BRUNO JOSUE MARTINS	079.906.409-29
CELIA REGINA W SANI-ME	04.195.853/0001-87	JONAS SCHUTZ	091.778.619-06
DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP	00.478.911/0001-29	LEANDRO BARDINI IDALINO	089.459.999-22
DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI E	12.371.228/0001-77	EMERSON DA SILVA	898.477.099-04
FRIMAC REFRIGERACAO EIRELI - ME	17.613.341/0001-35	SAULO JOSE ELIAS	034.983.139-40
HERCILIO DE MATTIA ME	19.325.837/0001-39	SABRINA ROMAGNA BORTOLOTO C	069.921.859-42
LUIS CESAR REIS - EPP	93.920.361/0001-37	LEANDRO ALBERTO KERBER	770.863.410-53
ORLEANS INFORMATICA EPP	02.315.593/0001-00	ANDRE VICENTE ALBERTON	823.336.889-04
ROCHA MOVEIS PROJETADOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME	14.009.437/0001-09	ALEXANDRE FLORES DOS SANTOS	821.317.240-04
SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP	04.563.256/0001-68	MARCIO RODRIGUES XAVIER	954.044.650-34
TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME	07.865.917/0001-06	JANE MERI MACHADO	629.711.079-49

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/10

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**Processo Nº.: 32/2015****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015****CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMESTICOS, ELETRONICOS E DEMAIS PRODUTOS PARA A SECRETARIA DE SAUDE

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 192 - ORLEANS INFORMATICA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
29	DISPENSADOR DE COPOS DESCARTÁVEIS 2 TUBOS (ÁGUA/CAFÉ), EM PLÁSTICO POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO, COM CAPACIDADE DE 300 COPOS	un	TRILHA	35,000	26,4500	925,75
30	DISPENSER PLÁSTICO PARA COPO DE ÁGUA DESCARTÁVEL COM ACIONAMENTO POR BOTÃO	un	TRILHA	35,000	23,3000	815,50
47	LIXEIRA DE PLÁSTICO COM PEDAL RETANGULAR CAPACIDADE DE 50L, TAMANHO EXTERNO 71,0X44,5X37,0 MEDIDA INTERNA 60,0X39,0X24,0, COR BRANCO	un	PLASUTIL	30,000	48,5000	1.455,00

Fornecedor: 354 - ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ANTENA PARABÓLICA DE 1,5 M DE DIÂMETRO COMPLETA COM RECEPTOR E CONTROLE REMOTO E INSTALADA	un	CENTURY	5,000	309,5100	1.547,55
2	APARELHO DE TELEFONE SEM FIO DIGITAL 220 V, COR PRETO	un	INTELBRAS	20,000	74,5000	1.490,00
3	AQUECEDOR DE CHÃO, COR BRANCO, 220 V	un	VENTISOL	10,000	49,0000	490,00
9	ARQUIVO 4 GAVETÕES PARA PASTA SUSPensa EM AÇO, COM CHAVE, MEDINDO (AXLXP) 133X56X60 CM	un	RCH	7,000	247,3700	1.731,59
15	BEBEDOURO DE COLUNA COR PRETA, COM TERMOSTATO FRONTAL REGULÁVEL, 2 TORNEIRAS DE ÁGUA NATURAL E GELADA EM PLÁSTICO ABS, SISTEMA EASY OPEN REMOVÍVEL, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, DESIGN MODERNO, 220 V, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 3,5 LITROS/HORA	un	MASTERFRIC	1,000	403,9100	403,91
16	BEBEDOURO DE MESA REFRIGERADO COM MOTOR ELÉTRICO 220V, COR BRANCO	un	MASTERFRIC	15,000	232,0000	3.480,00
19	CADEIRA CAIXA ALTA, BASE COM PISTÃO, QUE POSSIBILITA REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO. ENCOSTO COM CORTE ERGONÔMICO. ASSENTO: 430 MM (LARGURA) X 390 MM (PROFUNDIDADE) ENCOSTO: 360 MM (LARGURA) X 270 MM (PROFUNDIDADE), COM RODÍZIO.	un	GIROKOK	10,000	124,5000	1.245,00
21	CADEIRA DE APROXIMAÇÃO (CADEIRA DE APROXIMAÇÃO FIXA, 4PÉS, POLIPROPILENO PRETO)	un	GIROKOK	40,000	48,7300	1.949,20
23	CADEIRA PLASTICA BRANCA COM SELO DO INMETRO	un	GOIANIA	40,000	25,0000	1.000,00
31	ESPELHO DE PAREDE MEDINDO 58X108 CM, COM MOLDURA EM MADEIRA COM 4 CM RETA DE COR BRANCA, DESIGN MODERNO E ARROJADO, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, DURÁVEL E RESISTENTE	un	SADI	20,000	113,5300	2.270,60
35	FORNO MICROONDAS 23 LITROS, 220V, COR BRANCO	un	ELECTROLUX	12,000	261,7100	3.140,52
42	HOME THEATER, CANAIS COM DVD PLAYER, KARAOKE, ENTRADA USB E CABO HDMI, 330 W DE POTÊNCIA, 220 V, 5 CAIXAS DE SOM, E 2 MICROFONES.	un	PHILCO	2,000	511,0000	1.022,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 3/10

Processo Nº.: 32/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015

Fornecedor: 354 - ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
44	LAVADORA DE ROUPAS CAPACIDADE DE 8 KG, CONTENDO TURBO SECAGEM, DUPLO ENXÁGUE, DISPENSER INTELIGENTE, PROGRAMA RÁPIDO 19 MINUTOS, DILUIÇÃO INTELIGENTE, RÉGUA INDICADORA, 4 NÍVEIS DE ÁGUA, TECLA AVANÇA ETAPAS, 12 PROGRAMAS DE LAVAGEM, CONSUMO DE ÁGUA 14L, 220V, CENTRIFUGAÇÃO 660 RPM, CONSUMO DE ENERGIA 0,25 (KWH/CICLO), DIMENSÕES (AXLXP) 1009X538X612 MM, PESO 32 KG, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A	un	ELECTROLUX	7,000	1.071,0000	7.497,00
45	LIXEIRA DE PLÁSTICO COM PEDAL RETANGULAR CAPACIDADE DE 100L, TAMANHO EXTERNO 92,0X57,0X46,0, MEDIDA INTERNA 77,0X51,0X31,0, COR BRANCO	un	ARQPLAST	20,000	107,5000	2.150,00
46	LIXEIRA DE PLÁSTICO COM PEDAL RETANGULAR CAPACIDADE DE 25L TAMANHO EXTERNO 57,0X37,0X34,5 MEDIDA INTERNA 46,0X32,5X23,0	un	PLASUTIL	30,000	31,0000	930,00
59	QUADRO MAGNÉTICO (IMANTADO) MEDINDO 120 X 80 CM, EM LAMINADO MELAMÍNICO, CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA DE 3 MM, CHAPA DE AÇO, COM MOLDURA DE ALUMÍNIO EM MATERIAL FRISADO.	un	BELA ARTE	40,000	119,5000	4.780,00
60	RELÓGIO DE PAREDE QUARTZ METAL ESCOVADO, ANALÓGICO, COM ALIMENTAÇÃO DE PILHAS AA 1,5 V, DIMENSÕES 30X30X5 CM.	un	BRINDES OR	20,000	45,4100	908,20
61	SECADORA DE ROUPA DE CHÃO 10KG, COR BRANCO	un	BRASTEMP	1,000	1.422,0500	1.422,05
62	SOFÁ DE 01 LUGAR E/ OU POLTRONA, EM COURINO, COR MARROM, MEDIDAS 0,76X0,81X0,68CM.	un	SIMBAL	6,000	209,0000	1.254,00
63	TANQUE PLÁSTICO DE LAVAR ROUPA, COR BRANCO	un	ASTRA	10,000	59,6300	596,30
66	MESA QUADRADA BRANCA COM 4 CADEIRAS PLÁSTICAS, COM SELO DO INMETRO.	un	GOAIANIA	4,000	151,7500	607,00

Fornecedor: 374 - TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	CADEIRA COM RODÍZIO E BRAÇO (CADEIRA GIRATÓRIA, MODELO EXECUTIVA COM LÂMINA, EM COURO ECOLÓGICO PRETO, COM BRAÇOS BOTÃO DIGITADOR)	un	Girotok	15,000	142,0000	2.130,00
24	CAFETEIRA ELÉTRICA COM JARRA DE INOX PARA 30 CAFÉS COM FILTRO INTERNO, 220 VOLTS	un	Mondial	2,000	74,0000	148,00
26	CÂMERA DIGITAL 12.2 A 18.1 MEGAPIXELS COM FLASH, FILMA EM FULL HD	un	Samsung	2,000	362,0000	724,00
27	CESTO DE LIXO CROMADO DE 15 L	un	Stylo	10,000	99,0000	990,00
37	GARRAFA TÉRMICA COM PRESSÃO 1,8L, COR PRETO	un	Aladin	30,000	54,0000	1.620,00

Fornecedor: 725 - ALA COMERCIO LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	ARMÁRIO ALTO 2 PORTAS COM PRATELEIRAS 80X164X38CM, COR NOGAL	un	ALA DM1	1,000	278,0000	278,00
11	BALCÃO COM DUAS PORTAS BAIXO (BALCÃO 2 PORTAS DE 90X45X77 CM COM DIVISÓRIA VERTICAL, EM MDF 36MM, NA COR BRANCO	un	ALA DM6	20,000	175,0000	3.500,00
50	MESA COM GAVETEIRO DUAS GAVETAS (MESA 120X67X74CM, 36MM, PÉS PAINEL, COM DUAS GAVETAS, EM MDF, COR BRANCO	un	ALA DM17	30,000	180,0000	5.400,00
51	MESA CONJUGADA COM DIVISÓRIA COM TRÊS GAVETAS, EM MDF 36 MM, NA COR BRANCO	un	ALA DM18	3,000	350,0000	1.050,00
52	MESA DE 100X60X74 (MESA 100X60X74CM, 36MM, PÉS PAINEL, EM MDF, COR BRANCO	un	ALA DM19	5,000	138,0000	690,00
57	MESA REDONDA PARA REUNIÃO COM 4 CADEIRAS (MESA DE REUNIÃO DE 100CM DE DIÂMETRO 36MM COR BRANCO), CADEIRA DE APROXIMAÇÃO FIXA, 4 PÉS POLIPROPILENO PRETO	un	ALADM23	3,000	368,0000	1.104,00

Fornecedor: 728 - DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI E

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AR CONDICIONADO SPLIT QUENTE E FRIO 12000 BTUS, CLASSE A 220 V COM CONTROLE REMOTO, INSTALADO	un	ELGIN	15,000	1.568,0000	23.520,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 4/10

Processo Nº.: 32/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015

Fornecedor: 730 - BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
41	GELADEIRA 239 L, FROST FREE, 220V, COR BRANCO	un	ELECTROLUX	12,000	1.139,0000	13.668,00
65	TV 32 SMART TV, CONVERSOR DIGITAL E ENTRADAS HDMI E USB WIF, 220V	un	SEMP TOSHII	5,000	990,0000	4.950,00

Fornecedor: 731 - HERCILIO DE MATTIA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	ARMÁRIO Estante (90X45X160CM) COM DIVISÓRIA VERTICAL, EM MDF, 36MM, COR BRANCO	un	De Mattia	3,000	219,0000	657,00
10	BALCÃO BAIXO 2 PORTAS COM PRATELEIRA 80X77X38CM, COR NOGAL	un	De Mattia	1,000	178,0000	178,00
25	CAIXA DE SOM COM MICROFONE 220V, POTÊNCIA 600W, COM ENTRADA USB, BLUETHOOH.	un	Vicini	2,000	419,0000	838,00
33	FOGÃO DE PISO 4 BOCAS A GÁS, COR BRANCO	un	Braslar	12,000	319,0000	3.828,00
34	FORNO ELÉTRICO DE 30 LITROS DE BANCADA 220 V, COR BRANCO	un	Best	3,000	169,0000	507,00
36	FRIGOBAR DE 70 L COM 2 PRATELEIRAS, 220V, COR BRANCO	un	Philco	5,000	797,0000	3.985,00
43	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PARA USO DOMÉSTICO, COM MANGUEIRA ALTA PRESSÃO (M) 6, PESO (KG) 16.2, POTÊNCIA (KW) 1.4 / 1.7, PRESSÃO MÁXIMA (BAR) 100 / 120, TENSÃO DE REDE (V) 127 / 220 VAZÃO MÁXIMA DE ÁGUA (L/H) 405 / 440, CONTENDO PISTOLA COM ACOPLAMENTO POR ENCAIXE, LANÇA DE JATEAR GIRATÓRIA, ACOPLAMENTO DA MANGUEIRA ANTI TORÇÃO, SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO PARA TROCA DOS BICÓS, BICO DE PULVERIZAÇÃO DE DETERGENTE, ARMAZENAGEM DE ACESSÓRIOS.	un	Electrolux	3,000	347,0000	1.041,00
49	MESA AUXILIAR PARA COMPUTADOR E IMPRESSORA (MESA DE IMPRESSORA 70X50 PÉS PAINEL, EM MDF, 36MM), COR BRANCO	un	De Mattia	30,000	117,0000	3.510,00
53	MESA EM FORMATO DE L COM 2 GAVETAS 100X4,5X60CM EM MDF 36MM, COR BRANCO	un	De mattia	15,000	216,0000	3.240,00
55	MESA PARA CAFÉ 60X40X74CM, COR NOGAL	un	De Mattia	2,000	96,0000	192,00
56	MESA QUADRADA BRANCA COM 4 BANQUETAS PLÁSTICAS, COM SELO DO INMETRO	un	Dolfin	5,000	45,0000	225,00

Fornecedor: 808 - CELIA REGINA W SANI-ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	BULE DE ALUMÍNIO 2L	un	Iummi	15,000	23,0000	345,00
28	CHALEIRA DE INOX 2L	un	cambe	15,000	47,0000	705,00

Fornecedor: 831 - ATEKY INFORMATICA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
64	TELEFONE COM FIO DE MESA 220 V, MEDIDAS C X L X A (MM) 192 X 095 X 142, COR PRETO	un	INTELBRAS	20,000	34,2500	685,00

Fornecedor: 852 - ROCHA MOVEIS PROJETADOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	BALCÃO COM DUAS PORTAS BAIXO 80CM CONECTION, EM MDF 36MM, COR BRANCO	un	MM SAO JOS	20,000	195,0000	3.900,00
18	CADEIRA APROXIMAÇÃO 4 PÉS EM ARCO (MODELO SECRETÁRIA) EM COURO ECOLÓGICO PRETO	un	MM SAO JOS	38,000	51,9000	1.972,20
22	CADEIRA GIRATÓRIA COM RODÍZIO(MODELO EXECUTIVA COM LÂMINA, EM COURO ECOLÓGICO PRETO)	un	MM SAO JOS	25,000	115,0000	2.875,00
38	GAVETEIRO COM 5 GAVETAS E RODÍZIO EM MDF, 36MM. COR BRANCO 44X43X64 CM	un	MM SAO JOS	15,000	209,0000	3.135,00
48	LONGARINA TRÊS LUGARES (LONGARINA TRES LUGARES, POLIPROPILENO PRETO)	un	MM SAO JOS	20,000	175,0000	3.500,00

Fornecedor: 854 - DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	AR CONDICIONADO SPLIT QUENTE E FRIO 9000 BTUS CLASSE A 220 V COM CONTROLE REMOTO, INSTALADO	un	ELGIN	20,000	1.379,0000	27.580,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANSPágina: 5/10
Processo Nº.: 32/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015**Fornecedor: 855 - SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	ARMARIO DUAS PORTAS ALTO (ARMARIO 2 PORTAS DE 90X45X1,60 CM) COM DIVISÓRIA VERTICAL, EM MDF 36MM COR BRANCO U	un	Suprimóveis	25,000	291,9000	7.297,50
39	GAVETEIRO MÓVEL 4 GAVETAS, EM MDF, 36 MM, COR BRANCO	un	Suprimóveis	10,000	197,0000	1.970,00
40	GAVETEIRO MÓVEL DUAS GAVETAS COM UM GAVETÃO PARA PASTA SUSPensa, EM MDF, 36MM, COR BRANCO	un	Suprimóveis	10,000	196,4500	1.964,50
54	MESA EM L TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO 140X140CM, COR NOGAL	un	Suprimóveis	1,000	290,0000	290,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 6/10
Processo Nº.: 32/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 7/10
Processo Nº.: 32/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 8/10
Processo Nº.: 32/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 9/10
Processo Nº.: 32/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 10/10
Processo Nº.: 32/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2015

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 12 de Maio de 2015.

ANA REGINA ZOMER
SECRETARIA DE SAUDE

Empresas Participantes:

ALA COMERCIO LTDA ME	CNPJ: 15.825.521/0001-55	_____
ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA EPP	CNPJ: 01.980.629/0001-08	_____
ATEKY INFORMATICA LTDA - EPP	CNPJ: 03.925.659/0001-47	_____
BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME	CNPJ: 16.677.803/0001-15	_____
CELIA REGINA W SANI-ME	CNPJ: 04.195.853/0001-87	_____
DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP	CNPJ: 00.478.911/0001-29	_____
DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI E	CNPJ: 12.371.228/0001-77	_____
FRIMAC REFRIGERACAO EIRELI - ME	CNPJ: 17.613.341/0001-35	_____
HERCILIO DE MATTIA ME	CNPJ: 19.325.837/0001-39	_____
LUIS CESAR REIS - EPP	CNPJ: 93.920.361/0001-37	_____
ORLEANS INFORMATICA EPP	CNPJ: 02.315.593/0001-00	_____
ROCHA MOVEIS PROJETADOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME	CNPJ: 14.009.437/0001-09	_____
SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP	CNPJ: 04.563.256/0001-68	_____
TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME	CNPJ: 07.865.917/0001-06	_____

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2632

DECRETO Nº. 2632/2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 929/2014 de 20 de maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 403.305,90 (Quatrocentos e três mil trezentos e cinco reais e noventa centavos).

5000	SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENV. SOCIAL		
5001	SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENV. SOCIAL		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
0804	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA EM GERAL		
1071	Construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL		
44000000	INVESTIMENTOS		
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$	403.305,90
Fonte	0100 – Recursos Ordinários	R\$	53.305,90
Fonte	0134 – Transferências de Convênios - Outros	R\$	350.000,00
Ação	1.67 - Construção do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS		
TOTAL GERAL	R\$	403.305,90	

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do Repasse de Recursos Financeiros do Orçamento Geral da União (OGU) nº 793602 – Contrato 1010341-08/2013 - MDS, que tem por finalidade ESTRUTURAÇÃO DE REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, cujo valor a ser liberado pelo Convênio é de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) e a participação a título de contrapartida do Município é de R\$ 53.305,90 (Cinquenta e três mil, trezentos e cinco reais e noventa centavos) pela anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente, conforme classificação abaixo:

3001 – SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO		
4.122.402.2.6 – Manut. das Atividades da Administração, Gestão e Finanças		
33900000 – Aplicações Diretas - Fonte 0100 – Despesa 18	R\$	12.000,00
SUB-TOTAL	R\$	12.000,00
5001 – SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENV. SOCIAL		
8-244-804-2.31 – Manut. das Atividades de Assistência Social Geral		
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Despesa 66	R\$	8.000,00
SUB-TOTAL	R\$	8.000,00
7001 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
15-452-1502-2.37 – Manutenção dos Serviços Urbanos		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Despesa 83	R\$	33.000,00
SUB-TOTAL	R\$	33.000,00
TOTAL GERAL	R\$	53.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de Maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº929

LEI Nº. 929/2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 403.305,90 (Quatrocentos e três mil trezentos e cinco reais e noventa centavos).

5000	SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENV. SOCIAL		
5001	SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENV. SOCIAL		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
0804	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA EM GERAL		
1071	Construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS		
40000000	DESPESAS DE CAPITAL		
44000000	INVESTIMENTOS		
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$	403.305,90
Fonte	0100 – Recursos Ordinários	R\$	53.305,90
Fonte	0134 – Transferências de Convênios - Outros	R\$	350.000,00
Ação	1.67 - Construção do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS		
TOTAL GERAL	R\$	403.305,90	

Art. 2º - O Crédito aberto por esta Lei correrá por conta do Repasse de Recursos Financeiros do Orçamento Geral da União (OGU) nº 793602 – Contrato 1010341-08/2013 - MDS, que tem por finalidade ESTRUTURAÇÃO DE REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, cujo valor a ser liberado pelo Convênio é de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) e a participação a título de contrapartida do Município é de R\$ 53.305,90 (Cinquenta e três mil, trezentos e cinco reais e noventa centavos) pela anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente, conforme classificação abaixo:

3001 – SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO		
4.122.402.2.6 – Manut. das Atividades da Administração, Gestão e Finanças		
33900000 – Aplicações Diretas - Fonte 0100 – Despesa 18	R\$	12.000,00
SUB-TOTAL	R\$	12.000,00
5001 – SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENV. SOCIAL		
8-244-804-2.31 – Manut. das Atividades de Assistência Social Geral		
31900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Despesa 66	R\$	8.000,00
SUB-TOTAL	R\$	8.000,00
7001 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
15-452-1502-2.37 – Manutenção dos Serviços Urbanos		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0100 – Despesa 83	R\$	33.000,00
SUB-TOTAL	R\$	33.000,00
TOTAL GERAL	R\$	53.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de Maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

PORTARIA Nº0080

PORTARIA N.º 080/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

RESOLVE:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Gracieli de Sá, ocupante do Cargo Efetivo de Psicóloga 16:00 hs. semanais, período aquisitivo de 02 de maio de 2012 a 01 de maio de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 19 de maio de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PREGÃO 0024/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Sistema Registro de Preço 0024/2014 O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preços para contratação de Empresa para eventual e futura prestação de serviços de Recapagem, Recauchutagem e Vulcanização de pneus utilizados na frota Municipal. Entrega dos Envelopes: Até as 09h0min dia 09/06/2015. Início da sessão Publica. Às 09h05min dia 09/06/2015. Base legal: lei nº10. 520 de 17 de julho de 2002, c/aplicação subsidiária da lei 8.666/93 e suas alterações. Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 20 de maio de 2015. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

TOMADA DE PREÇO 0001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 0001/2015

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Objeto: Contratação de Empreiteira para execução dos serviços de construção do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, de acordo com as especificações constantes na lista de itens, memorial descritivo, projeto técnico de engenharia e anexos do Edital. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia 15 de junho 2015. Cred., Habilitação e sessão de lances: Às 09h05min do dia 15 de junho de 2015. Obtenção do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3447-0007. Ouro Verde (SC), 20 de maio de 2015. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

Paial

PREFEITURA

PP 015/2015

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 023/2015

Objeto: registro de preços para prestação de serviços de recapagens de pneus da frota de veículos e máquinas do Município e do Fundo Municipal de Saúde, conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 12/06/2015

Abertura: 12/06/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 18 de maio de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

PP 016/2015

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 016/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 024/2015

Objeto: contratação de empresa para o fornecimento de apólice de seguro para bens móveis e imóveis do Município de Paial e do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 13hs30min do dia 12/06/2015

Abertura: 12/06/2015 as 13hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 19 de maio de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 065/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA

ATA Nº 065/2015 do PREGÃO Nº 052/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA. OBJETO: Aquisição de hidrômetros para instalação residencial de novas ligações, substituição de HD'S desgastados ou violados para dar prosseguimento ao Programa de Hidrometração de nosso Sistema Residencial e atender às normatizações do INMETRO e ARIS, através de registro de preços. VALOR: R\$ 664.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil reais). DATA: 13/05/2015 A 12/05/2016. . OBJETO:

Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Fornecedor: 3576434 - ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	HIDRÔMETRO UNIJATO, TRANSMISSÃO MAGNÉTICA direta, CLASSE B, vazão máxima 3,0 m³/h, vazão mínima 30 litros/h, vazão nominal 1,5 m³/h, diâmetro nominal de 3/4", relojoaria extra seca ciclométrica com giro de 360°, com visor com inclinação a 45°, mecanismos internos confeccionados com plástico de engenharia, eixos em aço inox retificados, mancais em safira sintética, cúpula em vidro contra fraude, carcaça com comprimento de 190mm em liga metálica com no mínimo 60% em cobre, com extremidades roscadas, completo com conexões EM LATÃO, porcas e tubetes de metal e arruelas, conforme as Normas NM-212, NBR 8194 e 8195 e Portaria 246/00 Inmetro.	UN	ITRON	10.000,00000	R\$66,4000	R\$664.000,0000
Total Geral dos Itens:						R\$664.000,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 066/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 066/2015 do PREGÃO Nº 053/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de demolição de construções irregulares, retirada e destinação final de entulhos, demolições estas oriundas de cumprimento de mandados judiciais, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais). DATA: 13/05/2015 A 12/05/2016. . OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Fornecedor: 1729799 - MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de demolição incluindo a retirada dos entulhos e destinação destes.	M2		1.000,00000	R\$85,0000	R\$85.000,0000
Total Geral dos Itens:						R\$85.000,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 067/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 067/2015 do PREGÃO Nº 051/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMÉRCIO E TRANSPORTES TIO BETO LTDA ME. OBJETO: Transporte de Atletas do Município de Palhoça para competições estaduais realizadas pela Fesporte, realizado com ônibus de 40 lugares, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 118.800,00 (cento e dezoito mil e oitocentos reais). DATA: 13/05/2015 A 12/05/2016. . OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Fornecedor: 942928 - COMÉRCIO E TRANSPORTES TIO BETO LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Transporte de Atletas com Ônibus de 40 Lugares com cobrança por quilometro rodado.	KM		40.000,00000	R\$2,9700	R\$118.800,0000
Total Geral dos Itens:						R\$118.800,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 068/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 068/2015 do PREGÃO Nº 048/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: Compra de portas em alumínio e armações para janela com tela de proteção contra insetos para instalação nas cozinhas das Unidades Escolares, afim de atender as exigências da Vigilância Sanitária e cumprir com as determinações do TAC (Termo de Ajuste de Conduta), através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 44.670,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos e setenta reais). DATA: 18/05/2015 A 17/05/2016.

. OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Fornecedor: 1729799 - MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Armação para janela, em madeira angelim, de 1,28 x 2,03 cm com tela de proteção contra insetos, feita em PEAD (polietileno de alta densidade) fios 0,40 de espessura e abertura de malha de 1,6 mm	UN		10,00000	R\$280,0000	R\$2.800,0000
2	Armação para janela, em madeira angelim, de 2,00 x 1,16 cm, com tela de proteção contra insetos, feita em PEAD, (polietileno de alta densidade), fios 0,40mm de espessura e abertura de malha de 1,6mm	UN		60,00000	R\$269,0000	R\$16.140,0000
3	Armação para janela, em angelim, de 0,93 x 0,82 cm, com tela de proteção contra insetos, feita em PEAD (polietileno de alta densidade) fios 0,40mm de espessura e abertura de malha de 1,6mm	UN		10,00000	R\$131,0000	R\$1.310,0000
1	Porta de giro, em alumínio, de 0,80 x 2,10 cm, com tela de proteção contra insetos, feita em PEAD (polietileno de alta densidade) fios 0,40mm de espessura e abertura de malha de 1,6mm	UN		50,00000	R\$488,4000	R\$24.420,0000
Total Geral dos Itens:						R\$44.670,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 069/2015**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 069/2015 do PREGÃO Nº 049/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: Aquisição de material de cozinha para atender as necessidades da Secretaria e seus Programas (CRAS, CREAS, SCFV, Centro POP, Centro do Idoso e Casas Lares, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais). DATA: 18/05/2015 A 17/05/2016.

. OBJETO: Aquisição de material de construção e ferramentas para a realização de diversos serviços na secretaria de obras. VALOR: R\$ 189.282,20. DATA: 22/01/2014 A 21/01/2015.

Fornecedor: 230170 - JEFERSON DA SILVEIRA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Cafeteira elétrica com no mínimo 45 cafezinhos, com porta filtro permanente, jarra de vidro refratária, reservatório com no mínimo 1800ml, com sistema corta pinga, 220v, preta.	UN		10,00000	R\$189,0000	R\$1.890,0000
2	Garrafa térmica com capacidade mínima de 5 litros tipo botineiro.	UN	TERMOLAR	10,00000	R\$41,1600	R\$411,6000
1	Garrafa térmica com capacidade mínima de 1,8 litros, com bico dosador e alça para carregar.	UN	TERMOLAR	20,00000	R\$77,4200	R\$1.548,4000
Total Geral dos Itens:						R\$3.850,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 070/2015

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3279-1734/3279-1831 – FAX: (48) 3279-1752

CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 130-000

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 070/2015 do PREGÃO Nº 049/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de material de cozinha para atender as necessidades da Secretaria e seus Programas (CRAS, CREAS, SCFV, Centro POP, Centro do Idoso e Casas Lares, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 32.861,82 (trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos). DATA: 18/05/2015 A 17/05/2016.

Fornecedor: 1661671 - LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
11	Concha feijão/sopa	PÇ	CHINELISE	10,00000	R\$8,8000	R\$88,0000
6	Coador de malha, diâmetro de 15 cm.	PÇ	FELICE	20,00000	R\$16,3000	R\$326,0000
1	Abridor de lata e garrafa.	PÇ	POWER	20,00000	R\$3,0900	R\$61,8000
27	Saladeira em aço inox com dimensões mínimas de 50x26cm.	UN	CHINELISE	10,00000	R\$44,6000	R\$446,0000
26	Ralador de alumínio	UN	CHINELISE	6,00000	R\$19,2600	R\$115,5600
25	Pegador de macarrão em aço inox.	UN	CHINELISE	12,00000	R\$10,9300	R\$131,1600
23	Luva de cozinha em algodão.	UN	PLASTIVIL	10,00000	R\$23,6600	R\$236,6000
18	Garfo grande em inox	UN	CHINELISE	6,00000	R\$15,4600	R\$92,7600
20	Garfo de mesa em aço inox	UN	CHINELISE	320,00000	R\$1,3900	R\$444,8000
16	Forma para pão em alumínio	UN	CHINELISE	10,00000	R\$4,9300	R\$49,3000
24	Faca de mesa sem ponta com lâmina.	UN	CHINELISE	320,00000	R\$1,3900	R\$444,8000
22	Faca grande para cortar carne	UN	CHINELISE	10,00000	R\$21,6000	R\$216,0000
21	Frigideira grande antiaderente	UN	INGA	10,00000	R\$62,9300	R\$629,3000
19	Frigideira média antiaderente	UN	CHINELISE	10,00000	R\$44,6000	R\$446,0000
17	Espumadeira média em alumínio	UN	INGA	10,00000	R\$9,1300	R\$91,3000
15	Espremedor de batatas em alumínio	UN	INGA	6,00000	R\$9,2600	R\$55,5600
14	Espremedor de alho em alumínio	UN	INGA	6,00000	R\$6,6000	R\$39,6000
13	Espatula para bolo em aço inox	UN	CHINELISE	10,00000	R\$11,9600	R\$119,6000
12	Escondido de louça de dois andares.	UN	CHINELISE	4,00000	R\$87,9300	R\$351,7200
10	Colher de arroz	UN	CHINELISE	20,00000	R\$7,3000	R\$146,0000
9	Colher de sobremesa.	UN	CHINELISE	200,00000	R\$1,0600	R\$212,0000
8	Colher para café.	UN	CHINELISE	60,00000	R\$1,0600	R\$63,6000
7	Colher de mesa.	UN	CHINELISE	200,00000	R\$1,2600	R\$252,0000
3	Bandeja retangular em aço inoxidável	UN	INGA	5,00000	R\$18,9300	R\$94,6500
5	Assadeira retangular.	UN	INGA	10,00000	R\$40,9300	R\$409,3000
4	Assadeira de bolo redonda	UN	INGA	10,00000	R\$15,8000	R\$158,0000
2	Afiador de faca	UN	MOR	10,00000	R\$63,6300	R\$636,3000
1	Bule em inox	UN	INGA	5,00000	R\$33,5600	R\$167,8000
12	Chaleira em alumínio polido	UN	PANELUX	5,00000	R\$55,0000	R\$275,0000
11	Panela de pressão 6 litros	UN	PANELUX	8,00000	R\$196,9600	R\$1.575,6800
10	Panela de pressão 4,5 litros	UN	PANELUX	4,00000	R\$83,7000	R\$334,8000
9	Panela em alumínio	UN	INGA	8,00000	R\$68,2600	R\$546,0800
8	Panela em alumínio com cabos curtos	UN	INGA	8,00000	R\$69,4600	R\$555,6800
7	Panela em alumínio com cabos curtos 2,5 litros.	UN	INGA	8,00000	R\$62,2600	R\$498,0800
6	Panela em alumínio com cabos curtos 02 litros.	UN	INGA	8,00000	R\$59,6300	R\$477,0400
5	Chaleira em alumínio polido com capacidade mínima de 2,9 litros	UN	POWER	10,00000	R\$44,4300	R\$444,3000
4	Caldeirão de 27 litros em alumínio	UN	INGA	8,00000	R\$120,9300	R\$967,4400
3	Caçarola de 10 litros em alumínio	UN	INGA	20,00000	R\$101,9300	R\$2.038,6000
2	Bule em inox, com capacidade mínima de 4,5 litros	UN	ABC	5,00000	R\$64,7300	R\$323,6500
7	Forma de gelo em plástico com 14 cubos de gelo	PCT	PLASUTIL	20,00000	R\$7,8000	R\$156,0000
13	Rodo pequeno em plástico para esconder água da pia.	UN	PLASUTIL	6,00000	R\$5,6300	R\$33,7800
11	Pote de plástico quadrado com tampa de encaixe	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$2,5600	R\$25,6000
12	Pote de plástico quadrado com tampa	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$3,6000	R\$36,0000
14	Pote de plástico quadrado com tampa.	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$7,2300	R\$72,3000



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC.

FONE: (48) 3279-1734/3279-1831 – FAX: (48) 3279-1752

CNPJ: 82.892.316/0001-08 – CEP: 88 130-000

Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

10	Pote de plástico transparente	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$5,6000	R\$56,0000
16	Lixeira em plástico	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$80,1300	R\$801,3000
17	Lixeira em plástico 100 litros	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$112,2600	R\$1.122,6000
18	Jarra de plástico 3 litros	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$14,6000	R\$146,0000
19	Jarra de plástico 2 litros	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$9,8000	R\$98,0000
15	Jarra de plástico 4 litros	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$13,3000	R\$133,0000
8	Espatula de silicone com cabo	UN	click	10,00000	R\$10,1300	R\$101,3000
6	Pote de plástico retangular atoxico	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$9,9600	R\$99,6000
9	Cesto para frutas e verduras	UN	click	10,00000	R\$29,6000	R\$296,0000
5	Caixa organizadora em plástico com tampa 8 litros	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$15,6000	R\$156,0000
4	Caixa organizadora em plástico com tampa, tamanho grande com 14 litros	UN	PLASUTIL	10,00000	R\$30,2600	R\$302,6000
3	Caixa organizadora em plástico com tampa, tamanho grande com capacidade mínima de 20 litros	UN	PLASUTIL	11,00000	R\$29,2600	R\$321,8600
2	Bacia em plástico canelada tamanho médio com capacidade mínima de 8 litros	UN	PLASUTIL	5,00000	R\$18,9300	R\$94,6500
1	Bacia em plástico gigante canelada com dimensões	UN	PLASUTIL	5,00000	R\$27,2600	R\$136,3000
1	Caneca de porcelana cores variadas	UN		500,00000	R\$7,7000	R\$3.850,0000
10	Copo em vidro liso transparente com capacidade mínima de 300 ml	CX	VIC	20,00000	R\$27,4600	R\$549,2000
9	Xícara com pires para café em vidro transparente.	UN	CRISTAL	20,00000	R\$29,4000	R\$588,0000
8	Travessa oval em vidro com dimensões mínimas de 55x50cm.	UN	MARINEX / 004 00	10,00000	R\$36,6000	R\$366,0000
7	Travessa oval em vidro com dimensões mínimas de 48x36cm	UN	MARINEX / 004 00	20,00000	R\$30,2600	R\$605,2000
6	Tábua para cortar carnes e legumes	UN	CRISTAL	14,00000	R\$18,8000	R\$263,2000
5	Prato de vidro sobremesa transparente	UN	CRISTAL	200,00000	R\$6,6000	R\$1.320,0000
4	Prato de vidro raso com capacidade mínima de 600 gramas.	UN	CRISTAL	200,00000	R\$8,6000	R\$1.720,0000
3	Prato de vidro fundo com capacidade mínima de 360 gramas.	UN	CRISTAL	200,00000	R\$8,6000	R\$1.720,0000
2	Jarra de vidro com capacidade mínima de 02 litros com tampa de plástico.	UN	ZM	4,00000	R\$15,4600	R\$61,8400
1	Jarra de vidro com capacidade de 1 litro com tampa em plástico fechada.	UN	ZM	10,00000	R\$10,1300	R\$101,3000
1	Balcão térmico para buffet com 4 cubas pequenas e 1 cuba grande em aço inox.	UN		1,00000	R\$2.966,3300	R\$2.966,3300
Total Geral dos Itens:						R\$32.861,8200

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL REEQ. BOMBEIROS DE PALHOÇA - FUREBOM

ATA Nº071/2015 do PREGÃO Nº054/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa BACKES CONFECÇÕES LTDA ME. OBJETO: Aquisição de uniformes para uso do Corpo de Bombeiros de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 13.590,00 (treze mil e quinhentos e noventa reais). DATA: 18/05/2015 a 17/05/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marcas	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total
9	Bandeira para sinalização de praia na cor vermelha	UN	BACKES	100,0000	R\$32,0000	R\$3.200,0000
8	Bandeira para sinalização de praia na cor vermelha	UN	BACKES	30,0000	R\$32,0000	R\$960,0000
7	Bandeira para sinalização de praia na cor amarela	UN	BACKES	30,0000	R\$33,0000	R\$990,0000
6	Divisas de grau	UN	BACKES	40,0000	R\$13,0000	R\$520,0000
5	Cinto de nylon	UN	LANGONE	30,0000	R\$13,0000	R\$390,0000
4	Camiseta manga curta de malha em algodão	UN	BACKES	30,0000	R\$21,5000	R\$645,0000
3	Calça de RipStop para BC	UN	BACKES	30,0000	R\$74,0000	R\$2.220,0000
2	Camisa manga longa	UN	BACKES	30,0000	R\$81,0000	R\$2.430,0000
1	Cobertura operacional, tamanho único	UN	BACKES	30,0000	R\$21,5000	R\$645,0000
1	Botina em Couro	PAR	CARTOON	30,0000	R\$53,0000	R\$1.590,0000
Total Geral dos Itens	R\$13.590,0000					

EXTRATO DE CONTRATO N.º080/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATO N.º080/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, operacionalização e execução de show nacional em comemoração ao aniversário de Palhoça. VALOR: R\$ 60.360,00 (sessenta mil trezentos e sessenta reais). DATA: 20/04/2015.

EXTRATO DE CONTRATO N.º083/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO N.º 083/2015 AO CONTRATO N.º196/2010 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Fica prorrogado até o dia 27/10/2015 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 196/2010. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 30/04/2015. DATA: 23/04/2015.

EXTRATO DE CONTRATO N.º081/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATO N.º081/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RENATO HENRIQUE ME. OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, operacionalização e execução de show nacional em comemoração ao aniversário de Palhoça. VALOR: R\$ 10.950,00 (dez mil novecentos e cinquenta reais). DATA: 20/04/2015.

EXTRATO DE CONTRATO N.º085/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA / SAMAE

CONTRATO N.º085/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, para drenagem e execução de repavimentação asfáltica da Rua Roberto Sell e Avenida Rio Grande. VALOR: R\$ 641.136,70 (seiscentos e quarenta e um mil cento e trinta e seis reais e setenta centavos). DATA: 27/04/2015.

EXTRATO DE CONTRATO N.º082/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATO N.º082/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MDR PRODUÇÃO LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, operacionalização e execução de show nacional em comemoração ao aniversário de Palhoça. VALOR: R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais). DATA: 20/04/2015.

EXTRATO DE CONTRATO N.º086/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO N.º 086/2015 AO CONTRATO N.º 121/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONSÓRCIO QUANTUM-SADENCO-ARCADIS (CONSÓRCIO SQE – LUZ – PALHOÇA). OBJETO: Fica prorrogado até 30/04/2016 o prazo contratual anunciado na Cláusula Sétima do Contrato de Prestação de Serviços n.º 121/2014. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 30/03/2015. Data: 28/04/2015.

EXTRATO DE CONTRATO N.º094/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º094/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa IMPERATRIZ TURISMO LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa para o transporte de alunos do curso de Turismo da Faculdade Municipal para viagem a Punta Del Este no Uruguai para o IV Intercâmbio de Acadêmicos Internacional que se realizará entre os dias 29/05 à 07/06/2015. VALOR: R\$ 7.870,00 (sete mil oitocentos e setenta reais). DATA: 13/05/2015.

PREGÃO PRESENCIAL 71 - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº71/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 71/2015, no dia 09 de junho de 2015, às 14:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº71/2015 tem como objeto a Locação de veículo para atender as necessidades do PRONATEC para a Secretaria de Assistência Social no Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 20 de maio de 2015. A Pregoeira.

PREGÃO PRESENCIAL 72 - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº72/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 72/2015, no dia 11 de junho de 2015, às 14:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº72/2015 tem como objeto a Contratação de empresa especializada em fornecimento de COFFEE BREAK para os programas (CRAS, CREAS, SCFV, CMAS, IGD), atividades do PRONATEC e dia Internacional da Pessoa Idosa da Secretaria de Assistência Social do município de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 20 de maio de 2015. A Pregoeira.

PREGÃO PRESENCIAL 74 - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº74/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 74/2015, no dia 12 de junho de 2015, às 14:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº74/2015 tem como objeto a Aquisição de NO-BREAK COM MONTAGEM E INSTALAÇÃO INCLUINDO MATERIAIS, para suprir as necessidades do setor de Informática da Secretaria de Administração do Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 20 de maio de 2015. A Pregoeira.

RESULTADO TP 34-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 34/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para elaboração do projeto de engenharia para execução da dragagem e proteção da margem esquerda do Rio Cubatão com espigões, guias correntes e enrocamentos na localidade da Guarda do Cubatão, neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

ACQUAPLAN TECNOLOGIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA venceu o item com proposta no valor de R\$128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

Palhoça, 20 de Maio de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 023/2015**

PORTARIA Nº 023/2015

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. MILTON LUIZ ESPÍNDOLA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO,

Artigo 1º - Nos termos do artigo 51 e parágrafos da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, ficam os servidores abaixo designados a comporem a Comissão Especial de Licitação, Luiz Filipe Cascaes, matrícula 3001741, ocupante cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, Thiago Pedro da Rosa, matrícula 900049, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Previdenciário e Valdivia Cabral de Souza, matrícula 900047, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Previdenciária, para atuarem como membros titulares da Comissão ora designada, para juntos receberem, examinarem e julgarem todos os documentos e procedimentos relativos a Licitação 001/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 04 de maio de 2015.

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

Matrícula 1500043

PORTARIA Nº 031/2015

PORTARIA Nº 031/2015.

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. MÍLTON LUIZ ESPÍNDOLA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as Portarias 047 e 055/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 19 de maio de 2015.

MÍLTON LUIZ ESPÍNDOLA

Presidente do IPPA

Matrícula 500022-1

Palmitos

PREFEITURA

LEI 068/2015

<p>LEI COMPLEMENTAR Nº. 068/2015. De 08 de maio de 2015.</p>	<p>REEDITA O ART. 1º, MODIFICA O ART. 10 E REVOGA O ART. 12 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2013, QUE CRIOU O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES E CLANDESTINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
--	---

Art. 1º Fica reeditado o artigo 1º da Lei Complementar nº 053/2013, de 07 de agosto de 2013.

Art. 2º O artigo 10 da Lei Complementar nº 053/2013, de 07 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os interessados em promover a regularização de suas obras deverão providenciar o protocolo do requerimento de que trata o artigo 4º, com toda a documentação ali referida, até o dia 30 de julho de 2016. Condicionado que a regularização do artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, a entrega da documentação completa deverá ser protocolada até 10 dias antes do prazo do vencimento da Lei Complementar”.

Art. 3º Fica revogado o artigo 12 da Lei Complementar nº 053/2013, de 07 de agosto de 2013.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 08 de maio de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.848/2015

<p>LEI Nº. 3.848/2015. De 08 de maio de 2015.</p>	<p>CRIA O POLO DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL EM PALMITOS, INSTITUI O CONSELHO DE APOIO PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
---	--

Art. 1º Fica o Poder executivo autorizado a criar o Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil - UAB, como unidade educacional voltada para o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo), sequencial, pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) e de formação continuada no âmbito regional, a ser implantado na cidade de Palmitos.

Art. 2º São Objetivos do Polo UAB-Palmitos/SC:

I - Oferecer prioritariamente cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada a professores da educação básica;

II - Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica;

III - Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - Ampliar o acesso a educação superior pública;

V - Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiados em tecnologias de informação e comunicação.

VI - Oferecer formação a egressos e estudantes do Ensino Médio.

Art. 3º O Polo UAB- Palmitos/SC cumprirá suas finalidades e objetivos sócio-educacionais em regime de colaboração com a União, Estados e Municípios, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior à distância por instituições públicas de ensino superior, após análise e deliberação da UAB, autorizados pela DED/MEC/CAPES.

§ 1º Para fins desta Lei, caracteriza-se o Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil em Palmitos, como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior.

§ 2º A Sede do Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil em Palmitos deverá dispor de edificação com boas condições físicas, infraestrutura tecnológica, mobiliário necessário, rede elétrica adequada para suporte dos equipamentos, acessibilidade, segurança e limpeza, bem como ambientes compatíveis ao bom andamento das atividades educativas com a seguinte infraestrutura mínima de funcionamento, sob responsabilidade do Município:

I - infraestrutura física:

a) sala de coordenação de polo;

LEI Nº. 3.848/2015.

De 08 de maio de 2015.

- b) sala para secretaria acadêmica;
- c) biblioteca;
- d) sala para tutores;
- e) salas de aula presencial típica;
- f) sala de vídeo conferência;
- g) auditório ou espaço adequado para reuniões
- h) laboratório de informática;
- i) laboratórios específicos por cursos de acordo com a oferta.

Art. 4º O Polo UAB de Palmitos/SC deverá dispor de recursos humanos para garantir um efetivo acompanhamento em todas as fases dos cursos, contando com profissionais qualificados para dar suporte acadêmico e administrativo aos estudantes, desenvolvendo atividades de acordo com as orientações e normas das Instituições de Ensino Superior - IES - ofertantes dos cursos e da UAB/MEC, composto de:

- I - coordenador do polo;
- II - técnico em informática;
- III - bibliotecário;
- IV - secretário;
- V - tutores presenciais;
- VI - tutores à distância.

§ 1º O Coordenador do Polo deverá ser professor da rede pública municipal ou estadual, em efetivo exercício a mais de 3 (três) anos em magistério na educação básica, devendo o Município enviar para as coordenações da UAB das Instituições que ofertam cursos no Polo o currículo de 3 (três) professores indicados para a posição.

§ 2º Após exames dos currículos e realização de entrevistas que serão feitas pelas Universidades ofertantes dos cursos, os colegiados desses cursos apontarão o nome do coordenador do Polo.

§ 3º A IES que coordenar o processo seletivo deverá encaminhar a solicitação de cadastramento do coordenador de Polo à Direção da UAB para análise interna da situação de Polo/Cursos, visando a liberação da Bolsa.

§ 4º Os Técnico em Informática, Bibliotecário e Secretário devem ser servidores da rede pública já existentes no quadro de pessoal, sob responsabilidade da mesma.

§ 5º Ao encargo das IES os tutores presenciais e à distância serão selecionados e pagos com bolsa do MEC, através do CAPES/UAB.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar acordos de cooperação técnica ou convênios com os entes federativos com fins de manter o Polo UAB-Palmitos/SC.

Art. 6º Fica determinado que o horário de funcionamento do Polo UAB-Palmitos/SC será organizado a partir das demandas das Universidades ofertantes dos cursos no Polo, respeitados os feriados nacionais, estaduais e municipais, adequando-se, sempre que possível, às reais condições de disponibilidade dos alunos.

LEI Nº. 3.848/2015.

De 08 de maio de 2015.

DO CONSELHO DO POLO DE APOIO PRESENCIAL

Art. 7º Fica instituído o Conselho do Polo de Apoio Presencial - UAB/NH, organizado na forma de órgão colegiado que terá atribuições normativas e deliberativas, com a finalidade de acompanhar a implementação e execução das atividades do Polo de Apoio Presencial vinculado ao Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB/CAPES/MEC, de forma a assegurar o seu pleno funcionamento os benefícios educacionais à sociedade e à qualidade do ensino ofertado no Município.

Art. 8º Compete ao Conselho do Polo de Apoio Presencial:

- I. Acompanhar e apoiar o desenvolvimento das atividades realizadas no Polo;
- II. Requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal e/ou Estadual, a

infraestrutura e as condições materiais necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades do Polo, observando-se as orientações prescritas no Edital de Seleção, os resultados das avaliações in loco e as normativas da UAB/CAPES/MEC;

III. Participar da elaboração da demanda de cursos de extensão, de aperfeiçoamento, de graduação e de pós graduação que atendam às reais necessidades do Município e micro região;

IV. Subsidiar a elaboração do planejamento estratégico do Polo de Apoio Presencial;

V. Participar da formulação das políticas e diretrizes para a implementação do Polo de Apoio Presencial, no âmbito do Município;

VI. Apresentar propostas para elaboração e reelaboração do Regimento Interno do Polo, observando-se as diretrizes e normativas da UAB/CAPES/MEC e das IES ofertantes dos cursos;

VII. Manter, se necessário, intercâmbio com os responsáveis institucionais, IES atuantes no Polo e MEC no sentido de resolver questões relativas à organização do Polo;

VIII. Manter e tomar decisões colegiadas visando o bom funcionamento do Polo, de acordo com as diretrizes e normas do Sistema Universidade Aberta do Brasil das IES ofertantes dos cursos e as finalidades do Polo;

IX. Aprovar o calendário acadêmico anual do Polo;

X. Aprovar as datas de realizações de exames vestibulares no Polo;

XI. Acompanhar o cumprimento das diretrizes da UAB/CAPES/MEC no que se refere à seleção do Coordenador de Polo.

Art. 9º O Conselho do Polo de Apoio Presencial, nomeado por Decreto Municipal, terá a seguinte composição:

I. O Coordenador do Polo;

II. Um representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo;

III. Um representante de uma Instituição de Ensino Superior que oferece os cursos no Polo;

IV. Um representante da sociedade civil indicado pelo Conselho Municipal de Educação;

V. Um representante dos alunos por turma de cada curso do Polo;

§1º. A cada membro titular corresponderá um suplente.

LEI N° 3.848/2015.

De 08 de maio de 2015.

§2º Os membros titulares e suplentes, exceto o Coordenador de Polo e os alunos, terão um mandato de dois anos, permitida uma única recondução para mandato subsequente, por apenas uma vez.

§3º O Coordenador do Polo é membro nato e os alunos encerram o seu mandato ao término do curso.

§4º A nomeação dos membros, exceto o Coordenador de Polo, ocorrerá a partir da indicação ou eleição por parte dos segmentos ou entidades participantes desse Conselho.

§5º Caberá ao membro suplente completar o mandato do titular e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

§6º O Presidente e o vice-presidente do Conselho serão eleitos por seus pares para mandato de dois anos, com obtenção de maioria simples dos votos.

§7º O exercício do mandato de conselheiros do Polo de Apoio Presencial - UAB é considerado serviço público relevante, não remunerado.

Art. 10º Caberá ao Conselho do Polo de Apoio Presencial - UAB criar e aprovar seu regimento interno.

Art. 11º Fica o Poder Executivo autorizado a orçar despesas decorrentes da implantação e manutenção do Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil em Palmitos à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei n 3.251/2008, bem como as demais disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 08 de maio de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 029/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 029/2015, Objeto: Locação de uma área de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), para realizar a exploração de cascalho existente na referida área e instalar britador e seus equipamentos, a qual situa-se na localidade de Rio Bonito, neste Município. Contratado: ONEI INACIO DOS SANTOS, totalizando o montante de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais. Vigência: O presente instrumento terá início no dia 20 de maio de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

Papanduva/SC, 20 de maio de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2015 PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PAPANDUVA E A EMPRESA MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME, OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015.

DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto alterar membro da equipe de apoio, participante do referido certame, a saber:

Onde se lê:

_____ - Eliton Luis de Souza Prestes – Equipe de Apoio

Leia-se:

_____ - Sirlei Aparecida Alves Lopes – Equipe de Apoio

DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços.

Papanduva, 20 de maio de 2015.

Passo de Torres

PREFEITURA

COMUNICADO 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Secretaria de Administração e Finanças

Convite

Convidamos toda comunidade de Passo de Torres para participar da realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL, referente as metas fiscais do 1º quadrimestre de 2015 e discussão PARA ELABORAÇÃO DA LDO , a realizar-se nas dependências da Câmara Municipal no dia 28 de MAIO `as 17hs.

Prefeitura municipal de passo de torres
secretaria de administração e finanças

DEC 045/2015

DECRETO Nº 045 DE 18 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PROVISÓRIA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso V e VII do Artigo nº. 53 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Provisória de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

- 1- Presidente: Emerson Cardoso Kjillim
- 2- Vice-Presidente: Paulo Ernesto Pellanda
- 3- 1º Secretário: Antonio Carlos Biff
- 4- 2º Secretário: Camila Machado da Silva

Art. 2º - A Comissão devidamente constituída, possui atribuições para resolver os casos omissos do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, bem como analisar e julgar recursos impetrados pelos participantes.

Art. 3º - A Comissão persistirá até extinguir-se a validade do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, sendo que naquela data, a Comissão extinguir-se-á automaticamente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 18 de maio de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 18 de maio de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N. 0055/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0055/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: INSDUSTRIA E COMÉRCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS BRANFOR - ME

OBJETO: Tem por objeto o presente contrato a aquisição de uma grade arradora, oriunda do contrato de repasse n. 805984/2014/ Ministério Da Agricultura e Abastecimento.

VALOR: O valor total do presente contrato é de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, 12 de maio de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO N. 0056/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0056/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: SHARK DISTRIBUIDORA DE TRATORES E PEÇAS LTDA

OBJETO: Tem por objeto o presente contrato a aquisição de 01 Trator Agrícola sobre rodas novo, tração 4x4, oriundo do contrato de repasse n. 805984/2014/ Ministério Da Agricultura e Abastecimento, e 01 Trator Agrícola novo tração 4x4, oriundo do contrato de repasse n. 804751/2014/ Ministério Do Desenvolvimento Agrário.

VALOR: O valor total do presente contrato é de R\$ 209.980,00 (duzentos e nove mil novecentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, 12 de maio de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO N. 0057/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0057/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: COMERCIAL AGRICOLA CAPRI LTDA

OBJETO: Tem por objeto o presente contrato a aquisição de 01 ensiladeira, oriundo do contrato de repasse n. 805984/2014/ Ministério Da Agricultura e Abastecimento.

VALOR: O valor total do presente contrato é de R\$ 13.480,00 (treze mil quatrocentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, 12 de maio de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO N. 0058/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0058/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A

OBJETO: Tem por objeto o presente contrato a aquisição de passagens para munícipes em tratamento de saúde fora do município de Passo Maia – SC, para Secretaria Municipal de Educação e para usuários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

VALOR: O valor total do presente contrato é de R\$ 21.652,30 (vinte e um mil seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura até 18 de maio de 2016.

Passos Maia, 18 de maio de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 182/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

ERRATA

Na portaria nº182/2015 de 05 de Maio de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 06/05/2015, onde se lê "05/05/2014 ate 04/08/2014" Leia-se "05/05/2015 ate 04/08/2015". Permanecendo o restante do texto sem alteração

Município de Paulo Lopes - SC, 20 Maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 197/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 197/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Jucinei de Souza, brasileiro, portador do CPF nº 789.570.799-04, matrícula nº 993, ocupante do Cargo Motorista, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, até 19/05/2015, conforme benefício nº 6105362980.

Município de Paulo Lopes – SC, em 19 de Maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

AVISO ABERTURA EDITAL CC01/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE ABERTURA

Concorrência Pública 01/2014 – PMP

Objeto: CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

Informamos a quem possa interessar que a Concorrência Pública nº01/2014 - PMP será realizada o recebimento das propostas no dia 29 de Maio de 2015 às 09h00m, na Sala das Licitações no Endereço Av. Nereu Ramos, nº 19, Centro deste Município, em conformidade com a decisão singular – GC-JG/2015/056 proferida do processo ELC-14/00434200 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina do qual revogou a suspensão do certame reabrindo os prazos legais suspensos anteriormente pela cautelar.

Maiores informações encontram-se no site www.penha.sc.gov.br

Penha/SC, 20 de Maio de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO 01/2013 -ESF - CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Concurso Público – Emprego Público nº 01/2013

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 29/05/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hs às 17:30hs, conforme cláusula 8 do Edital do Concurso Público 01/2013 - ESF.

Cargo: ENFERMEIRO

CLASSIFICAÇÃO CPF NOME

22º. 062.246.349-71 BRUNA CARLA STORCK

23º. 057.215.019-95 DAIANE DEISE PEREIRA MASSAROLI

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio

privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.

l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;

n) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

o) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;

p) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

q) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

r) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

s) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;

t) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 20 de maio de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO 01/2014 -ESF - CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 29/05/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital do Concurso Público – Emprego Público nº 01/2014 - ESF.

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
6º	0000032	CÉLIA REGINA CAPONI

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- i) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- j) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- k) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- l) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- m) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- n) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- p) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- q) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- r) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- s) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público - Emprego Público e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 20 de maio de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2333/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2333/2015

EXONERA: o Sr. MISAEL CORDEIRO, do cargo em comissão de Secretário da Educação e Cultura, a contar desta data.

Penha/SC, 14 de maio de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2334/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2334/2015

NOMEIA: o Sr. ADRIANO DE SOUZA, para ocupar o cargo em comissão de Secretário da Educação e Cultura, a contar desta data.

Penha/SC, 15 de maio de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO 04/2015

CONVÊNIO Nº 04/2015 - PMP

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DE PENHA "11 DE AGOSTO"-AMEP.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, estabelecida na Av. Nereu Ramos, nº 190, devidamente representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.762, de 14 de maio de 2015, juntamente com o Decreto Municipal nº 2.331, de 14 de maio de 2015, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA e a ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DE PENHA "11 DE AGOSTO"-AMEP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.035.912/0001-73, entidade civil, sem fins lucrativos, estabelecida nesta cidade, na Av. Eugênio Krause nº661, centro, neste município, devidamente representada na forma de seu estatuto, pela Presidente Sra. Diana Bittencourt Vicenti, brasileira, portadora do CPF nº 004.158.969-67, doravante denominada simplesmente CONVENIADA, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, e o fazem, mediante as cláusulas e condições estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O Presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros para auxiliar a entidade conveniada na contratação de transporte estudantil, com itinerário Penha X Itajaí - Itajaí x Penha, de segunda à sexta-feira, no período noturno, durante todo o ano letivo, beneficiando os estudantes associados do ensino superior, técnico e pós- graduandos, que comprovarem o domicílio na cidade de Penha, como preceitua o Estatuto Social da entidade e a Lei Orgânica do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Para atender o convênio que trata o artigo supra, a PREFEITURA repassará a título de subvenção social, à CONVENIADA, a importância de R\$-231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais) que

será depositado na c/c nº 113.949-5, agência 5411-9 – Banco do Brasil, denominada ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DE PENHA “11 DE AGOSTO”-AMEP, CNPJ: 09.035.912/0001-73.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

São obrigações da CONVENIADA:

- Manter seu cadastro atualizado junto à Prefeitura;
- Aplicar o recurso recebido em 40 (dias) dias contados da data do recebimento, e providenciar prestação de contas.
- A prestação de contas da subvenção recebida deverá ser apresentada a PREFEITURA até 10 (dez) dias após o término do prazo de aplicação.
- Os recursos financeiros serão depositados em conta bancária específica e vinculada, movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.
- Não repassar os recursos recebidos para outras entidades.
- Devolver os recursos não utilizados para conta da Prefeitura Municipal de Penha, no Banco do Brasil, Agência 5411-9, na conta corrente 095-7.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
Atividade: 2.023 –Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte de Recursos: 0001 – Recursos Próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00– Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos repassados a entidade deverão conter:

- Processo de concessão dos recursos;
- Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- Parecer do Conselho Fiscal, quanto a correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas;
- Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
- Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas, com a devida justificativa;
- Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
- Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários a perfeita comprovação de execução.
- Manifestação do controle interno quanto a regular aplicação dos recursos no objeto do convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência até 31.05.2016

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe a Prefeitura Municipal de Penha decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder a fiscalização nas instalações e documentos relativos á execução do presente convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo suspensão de repasses de recursos financeiros pela PREFEITURA, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA NONA – DA MODIFICAÇÃO E RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser modificado de comum acordo entre as partes, mediante simples troca de correspondência, desde que não haja inclusão de recursos financeiros ou por Termo Aditivo, ou rescindido por quaisquer das partes no caso de superveniência de norma que o torne ilegal ou formalmente impraticável, ou no caso de inadimplemento e/ou infringência às cláusulas conveniadas.

CLÁUSULA DÉCIMA– DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Convênio.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, depois de lido e achado conforme, na presença de duas testemunhas.

Penha/SC, 15 de maio de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Diana Bittencourt Vicenti
Presidente Amep

Rafael Celestino
Controlador Interno

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

EXTRATO CONVÊNIO 05/2015

CONVÊNIO Nº 005/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL DIVINO ESPIRITO SANTO - ACADIES.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, estabelecida na Av. Nereu Ramos, nº 190, devidamente representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2744, de 30 de março de 2015, juntamente com o Decreto Municipal nº 2278/2015, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL DIVINO ESPIRITO SANTO – ACADIES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.002.395/0001-00, entidade civil, sem fins lucrativos, estabelecida nesta cidade, na Rua Manoel Henrique de Assis, nº 10, centro, neste município, devidamente representada na forma de seu estatuto, pela Presidente, Sra. MARIA IMACULADA DA SILVA ROCHA, brasileira, portadora do CPF nº 523.419.159-87, doravante denominada simplesmente CONVENIADA, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, e o fazem, mediante às cláusulas e condições estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O Presente convênio tem por objeto o repasse financeiro para auxiliar na realização do evento Cultural - 179 º Festa do Divino Espírito Santo do presente exercício, de acordo com o estatuto social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Para atender o convênio que trata o artigo supra, a PREFEITURA repassará à título de subvenção social, à CONVENIADA, a importância de R\$-55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), que será depositado na c/c nº 7.774-7, agência 5411-9 – Banco do Brasil, denominada ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - ACADIES, CNPJ: 07.002.395/0001-00.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

São obrigações da CONVENIADA:

- Manter seu cadastro atualizado junto à Prefeitura;
- Aplicar o recurso recebido em 40 (dias) dias contados da data do recebimento, e providenciar prestação de contas.
- A prestação de contas da subvenção recebida deverá ser apresentada a PREFEITURA até 10 (dez) dias após o término do prazo de aplicação.
- Os recursos financeiros serão depositados em conta bancária específica e vinculada, movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.
- Não repassar os recursos recebidos para outras entidades.
- Devolver os recursos não utilizados para conta da Prefeitura Municipal de Penha, no Banco do Brasil, Agência 5411-9, na conta corrente 095-7.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas do presente Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.034 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0000/99 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos repassados a entidade deverão conter:

- Processo de concessão dos recursos;
- Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- Parecer do Conselho Fiscal, quanto a correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas;
- Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
- Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas, com a devida justificativa;
- Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
- Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders,

cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários a perfeita comprovação de execução.

- Manifestação do controle interno quanto a regular aplicação dos recursos no objeto do convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência até 31/12/2015.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Cabe a Prefeitura Municipal de Penha decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder a fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo suspensão de repasses de recursos financeiros pela PREFEITURA, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA NONA – DA MODIFICAÇÃO E RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser modificado de comum acordo entre as partes, mediante simples troca de correspondência, desde que não haja inclusão de recursos financeiros ou por Termo Aditivo, ou rescindido por quaisquer das partes no caso de superveniência de norma que o torne ilegal ou formalmente impraticável, ou no caso de inadimplemento e/ou infringência às cláusulas conveniadas.

CLÁUSULA DÉCIMA– DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Convênio.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, depois de lido e achado conforme, na presença de duas testemunhas.

Penha/SC, 20 de maio de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

MARIA IMACULADA DA SILVA ROCHA

Presidente

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

RAFAEL CELESTINO

Controlador Interno

PP12/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015– FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A NOVA UNIDADE DE SAÚDE DA COHAB, DE MATERIAL PARA A COLETA DE SANGUE DO PROGRAMA DST/AIDS E EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA SER UTILIZADO NO CEFIR DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 08/06/2015

ATÉ AS: 17h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09/06/2015

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 – Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro – Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e

demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 20 de maio de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

AGENTE ENDÊ-MICO		
Inscrição	Candidato	Situação
9	CARLA IHOANA BAIROS MARIN	DEFERIDO(A)
24	EDSON LUIZ VASCONCELOS	DEFERIDO(A)
5	JAINARA CATARINA DE OLIVEIRA	DEFERIDO(A)
11	JEAN CARLOS NILSEN	DEFERIDO(A)
10	MARGARETE MAXIMILIANO CORDOVA	DEFERIDO(A)
25	VANDERSON DE SOUZA	DEFERIDO(A)
AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL		
Inscrição	Candidato	Situação
15	ANA PAULA WINZEWSKI	DEFERIDO(A)
21	FERNANDA CRISTINA DA SILVA	DEFERIDO(A)
18	SILVANA NASCIMENTO DIAS	DEFERIDO(A)
MOTORISTA CATEGORIA D		
Inscrição	Candidato	Situação
6	ALESSANDRO JANKOVSKI	DEFERIDO(A)
23	GIZELI DE SOUZA	DEFERIDO(A)
3	IZAIAS IOLANDO VIEIRA	DEFERIDO(A)
4	JHEFFERSON CARLOS COSTA DE AZEVEDO	DEFERIDO(A)
17	MARCIO DE BULHOES GOMES	DEFERIDO(A)
19	MAYCO HERIKE GOMES	DEFERIDO(A)
14	OSCAR ANDRÉ FILHO	DEFERIDO(A)

Penha, 20 de maio de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO (DATA DE ABERTURA) -EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 032/2015

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA ABERTURA DE
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 032/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O prefeito de Pinheiro Preto faz saber a todos os interessados, que o edital de licitação nº 032/2015, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com alterações, tendo sido prorrogada a data de credenciamento e abertura da sessão, cujo o preambulo do edital passa a ser o seguinte:

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Prefeito Municipal, comunica aos interessados que se encontra aberta a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015, Processo Administrativo nº 109/2015, visando o fornecimento de óleo lubrificante, conforme descrição em anexo. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e Documentação deverão ser entregues no Departamento de Licitações, localizado no Paço Municipal, à Avenida Marechal Costa e Silva, 111, em Pinheiro Preto –SC, cujo credenciamento ocorrerá das 09:45 às 10:00 horas do dia 03/06/2015. Abertura da sessão às 10:00 horas do mesmo dia. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, entrega parcelada, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93.

Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalteradas.

Pinheiro Preto, 20 de maio de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 166/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 166/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato AQUISIÇÃO DE PERCIANAS, PISO EM BORRACHA E CANTONEIRAS PARA INSTALAÇÃO NA UNIDADE DE SAUDE.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 080/2015.

EMPRESA CONTRATADA: ODELIR DECORAÇÕES LTDA – ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 7.737,70 (sete mil setecentos e trinta e sete reais).

DATA DO CONTRATO: 15 DE MAIO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.932, DE 20 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.932, DE 20 DE MAIO DE 2015

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o art. 74, Inciso I, letra "g" da Lei Orgânica do Município, de 30 de março de 1990 e a Lei Complementar nº 176, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso e sobre o Conselho Municipal do Idoso

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento interno do Conselho Municipal do Idoso – COMID do Município de Pomerode, criado pela Lei Complementar nº 70, de 03 de outubro de 2001 e alterado pela Lei Complementar nº 176, de 31 de agosto de 2009.

Art. 2º O referido Regimento Interno fica anexado ao presente Decreto, fazendo parte do mesmo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2410/2009 e o Decreto nº 1845/2002.

Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 004/2015/COMID

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode e revoga as disposições contrárias.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 176, de 31 de Agosto de 2009, e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Idoso, realizada no dia 14 de Maio de 2015,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode – SC.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revoga o Regimento Interno aprovado através do Decreto nº 2.410/2009.

REGIMENTO INTERNO
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE POMERODE

CAPITULO I CATEGORIA E FINALIDADES

Art. 1º. O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Pomerode, com sede e foro no município de Pomerode, órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e fiscalizador das políticas públicas e ações voltadas para a pessoa idosa no âmbito do Município de Pomerode, integrante da estrutura básica da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, criado pela Lei Municipal nº 176, de 31 de Agosto de 2009, tem por finalidade, além de propor as diretrizes para a formulação das políticas do município:

I. Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos

direitos da pessoa idosa;

II. Propor, opinar e acompanhar a criação e elaboração da lei de criação da Política Municipal da Pessoa Idosa;

III. Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas a pessoa idosa, zelando pela sua execução;

IV. Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/01/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/03 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;

V. Denunciar à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VI. Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos da pessoa idosa e solicitar das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

VII. Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa;

VIII. Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do Fundo Municipal da Pessoa Idosa;

IX. Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

X. Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais (Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XI. Divulgar os direitos das pessoas idosas, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XII. Convocar e promover as conferências de direitos da pessoa idosa em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

XIII. Observar preceitos éticos e morais, compartilhando somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, e resguardar o caráter confidencial das comunicações, preservando o sigilo das situações que o merecerem.

XIV. Realizar outras ações que considerar necessário à proteção do direito da pessoa idosa.

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º. O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Pomerode será composto por 10 (dez) membros e respectivos suplentes, sendo 5 (cinco) representantes governamentais e 5 (cinco) representantes não governamentais, assim definido:

I – um representante de cada uma das Secretarias a seguir indicadas:

- a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora;
- d) Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte;
- e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

II – 5 (cinco) representantes de entidades não governamentais

atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou de atendimento a pessoa idosa, eleitos em fórum específico para este fim, nas seguintes categorias:

- a) representante de Sindicato e/ou associação de aposentados;
- b) representante de Organização de grupo ou movimento da pessoa idosa, devidamente legalizada e em atividade;
- c) representantes de Credo Religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção do idoso.
- d) representantes de outras entidades que comprovem possuir políticas relativas à pessoa idosa.

§1º. Os representantes governamentais e seus respectivos suplentes serão indicados pelos titulares das unidades administrativas, trinta dias antes do término dos mandatos.

§2º. Para fins de indicação para composição do Conselho, são consideradas entidades não-governamentais no município de Pomerode:

- I – órgãos de classe e sindicatos de profissionais com políticas e ações explícitas e regulares de atendimento e promoção de direitos da pessoa idosa;
- II – as Associações de aposentados;
- III – as organizações de grupo ou movimento de pessoas idosas, devidamente legalizado e em atividade a mais de 01 (um) ano;
- IV – entidades de credo religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção de direitos do idoso;
- V – Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) em funcionamento há mais de 01 (um) ano;
- VI - Instituições de Ensino Superior;
- VII – outras entidades legalmente constituídas, com funcionamento regular por tempo não inferior a 01 (um) anos, desde que atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa e seus respectivos suplentes serão nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas na Lei Complementar nº 176 de 31 de Agosto de 2009.

§ 1º. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§2º. Os suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos e, em caso de vacância, assumirá a titularidade do Conselho.

Art. 4º. Os titulares dos órgãos ou entidades governamentais indicarão seus representantes.

Art. 5º. Os representantes das organizações da sociedade civil serão escolhidos por meio de votação, em Fóruns Específicos.

§1º. A eleição para a escolha das entidades não governamentais será convocada pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa por meio de Edital, publicado no Diário Oficial do Município, onde houver, ou dada a publicação de costume, 60 (sessenta) dias antes do final do mandato.

§2º. As entidades não governamentais indicarão os membros titulares e suplentes para comporem o Conselho.

§3º. A eleição dos representantes da sociedade civil será realizada pelo menos 30 dias antes do final do mandato.

§4º. O processo eleitoral será acompanhado por um representante do Ministério Público indicado para esse fim.

Art. 6º. A função do membro do Conselho Municipal da Pessoa

Idosa não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal da Pessoa Idosa perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no Conselho;
- III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 8º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III – apresentar renúncia a plenária do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V – for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

§1º. O Conselheiro será destituído pelo Prefeito Municipal, por solicitação do Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, após apreciação pela Plenária.

§2º. O Presidente do Conselho requisitará a indicação de outro representante governamental ou não governamental ao órgão ou entidade de origem do substituído, o mesmo deverá ser providenciado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, remetendo em seguida o nome do indicado para nomeação pelo Prefeito Municipal.

§3º. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 9º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, os quais exercerão os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

SEÇÃO II DOS CONSELHEIROS

Art. 10. Aos membros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa cabe:

- I – Participar das reuniões plenárias, apreciando a ata da reunião anterior assinando-a;
- II - justificar por escrito ou via e-mail as faltas em reuniões do Conselho até a data da reunião;
- III - assinar em local designado sua presença na reunião a que comparecer;
- IV - solicitar à Secretaria a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que desejam discutir;
- V - debater e votar a matéria em discussão;
- VI - requerer informações, providências e esclarecimentos à mesa ou Secretaria;
- VII - pedir vista de processo em discussão, devolvendo-o com parecer no prazo máximo estabelecido neste Regimento Interno, ou requerer adiamento da votação;
- VIII - apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido pelo Presidente;
- IX - proferir declarações de voto, quando o desejar;
- X - propor temas e assuntos à deliberação da Plenária;
- XI - propor a Plenária a convocação de audiência ou reunião extraordinária;
- XII - apresentar questões de ordem na reunião;
- XIII - acompanhar as atividades da Secretaria Executiva;

XIV - apresentar, em nome da comissão de que fizer parte, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;
XV - propor alterações no Regimento Interno do Conselho;
XVI - votar e ser votado para cargos do Conselho;
XVII - requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;
XVIII - fornecer à Secretaria Executiva todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;
XIX - requerer votação de matéria em regime de urgência;
XX - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados a pessoa idosa;
XXI - participar de eventos de capacitação e de aperfeiçoamento;
XXII - observar preceitos éticos e morais, compartilhando somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, e resguardar o caráter confidencial das comunicações, preservando o sigilo das situações que o merecerem.

Art. 11 A substituição do conselheiro titular pelo suplente ou por outro representante institucional se dará nos seguintes casos:

- I – em caso de vacância, o conselheiro suplente completará o mandato do substituído;
- II – no caso de falta do conselho titular, respeitando-se, quando representante da sociedade civil, a ordem numérica de suplência definida no Fórum específico;
- III – quando houver nova indicação de órgão governamental ou da entidade da sociedade civil, bem como quando houver nova eleição para escolha dos representantes não governamentais.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I DA ESTRUTURA

Art. 12 O Conselho Municipal da Pessoa Idosa estruturar-se-á em:

- I – Plenária
- II - Diretoria
- II – Secretaria
- III – Comissões permanentes.

Parágrafo único - A Plenária é composta pelos conselheiros e pela Diretoria, formada pelo Presidente e Vice-Presidente.

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art. 13 O Conselho Municipal da Pessoa Idosa terá uma Diretoria, constituída por um Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Vice-Secretário.

Art. 14 O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus pares, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange a ambos, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais.

Art. 15 Compete ao Presidente:

- I – cumprir e zelar pelo cumprimento das decisões da Plenária do Conselho Municipal da Pessoa Idosa;
- II – representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho;
- III – convocar e presidir as seções da Plenária;
- IV – submeter à pauta à aprovação da Plenária;
- V - submeter à votação as matérias a serem decididas pela Plenária, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os, sempre que necessário;

- VI – participar das discussões na plenária nas mesmas condições dos outros conselheiros;
- VII – praticar atos necessários ao exercício de tarefas administrativas, assim como os que resultem de deliberação da Plenária;
- VIII – assinar resoluções, portarias e correspondências do Conselho, aprovadas pela Assembleia Geral, salvo quando for delegada a atribuição a algum outro Conselheiro;
- IX – delegar atribuições, desde que previamente submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
- X – submeter à apreciação da Assembleia Geral a programação orçamentária e a execução físico-financeira do Conselho;
- XI - submeter à plenária o relatório anual do Conselho;
- XII – dar publicidade às decisões do Conselho;
- XIII – consultar a assembleia geral quando solicitar a órgãos públicos ou a entidades privadas informações e apoio técnico e operacional necessários ao andamento dos trabalhos do Conselho;
- XIV – convidar pessoas ou entidades a participarem, sem direito a voto, de reuniões da plenária;
- XV – decidir sobre questões de ordem;
- XVI – desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da presidência;
- XVII – exercer o voto de desempate, sempre que houver necessidade;
- XVIII – solicitar recursos financeiros e humanos junto ao poder público, para a realização das atividades do Conselho.

Parágrafo único. O Vice-Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo Secretário.

Art. 16 São atribuições do Vice-Presidente:

- I – substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências e vacância, completando o mandato neste último caso;
- II – auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III – exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Plenária ou delegadas pelo Presidente.

Art. 16 São atribuições do Secretário:

- I – redigir e ler a ata da reunião plenária;
- II – substituir o Presidente e o Vice-Presidente nas ausências e impedimentos destes;
- III – fazer o controle de frequência dos conselheiros, comunicando eventuais exclusões e substituições;
- IV – distribuir documentos aos conselheiros durante as sessões.

SEÇÃO III DA PLENÁRIA

Art. 17 Cabe a Plenária do Conselho Municipal da Pessoa Idosa:

- I – deliberar, por maioria absoluta:
 - a) nos casos de alteração do Regimento Interno;
 - b) na eleição direta do Presidente, do Vice-Presidente, do Secretário e do Vice-Secretário;
 - c) quanto à destinação dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.
- II – deliberar, por maioria simples, sobre os demais assuntos de sua competência e os encaminhados à sua apreciação.
- III – baixar normas e resoluções de sua competência, necessárias à implantação da Política Municipal da Pessoa Idosa;
- IV – requisitar aos órgãos da administração pública municipal e às organizações não governamentais documentos, informações, estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho;
- V – propor a convocação da Conferência Municipal da Pessoa Idosa que se reunirá a cada dois anos, ou, extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, sob a coordenação do Conselho;
- VI – deliberar a destituição de Conselheiros;

VII – convocar o fórum para eleição dos representantes das entidades não governamentais;

VIII – elaborar e aprovar, em parceria com o órgão competente, o plano de ação e aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa;

IX - analisar e aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 18 Todas as sessões do Conselho serão publicadas, precedidas de ampla divulgação e as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral serão encaminhadas à Secretaria Executiva para publicação na imprensa oficial, onde houver, ou para ser amplamente divulgada.

Art. 19 O Conselho reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário, conforme calendário de reuniões anual aprovado pelo Conselho, em local previamente designado e, extraordinariamente, sempre que convocada por escrito via e-mail pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento da maioria simples de seus membros, com a antecedência mínima de 02 (dois) dias.

§1º Na convocação deverá constar a ordem do dia com a pauta dos assuntos a serem tratados.

Art. 20 As reuniões terão sua pauta preparada pelo Secretário-Executivo, sob a supervisão do Presidente, e dela constará necessariamente:

I – abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;

II – avisos, comunicações, apresentação de correspondências e documentos de interesse da Plenária;

III – outros assuntos de ordem geral de interesse do Conselho.

Parágrafo único – A ordem do dia abrangerá a discussão e a votação da matéria, conforme a pauta de convocação.

Art. 21 Os trabalhos das reuniões terão a seguinte ordem:

I – verificação do quorum necessário para a instalação dos trabalhos;

II – apresentação das justificativas de ausências;

III – abertura da sessão pelo Presidente;

IV - leitura da ata anterior, pelo Secretário-Executivo, sua discussão, aprovação e assinatura pelos membros do Conselho;

V – Enviada a ata por meio eletrônico, fica dispensada sua leitura, sendo examinados apenas os destaques;

VI - comunicações do Presidente;

VII - comunicações dos demais membros do Conselho;

VIII - leitura do expediente;

IX - leitura da pauta do dia;

X - pedido de inclusão de matéria nova na "ordem do dia";

XI - discussão e votação da "ordem do dia";

XII – apresentação dos relatórios das Comissões Permanentes;

XIII – deliberações e encaminhamentos;

XIV – encerramento da sessão.

§1º. Havendo número legal será iniciada a sessão.

§2º. Não havendo quorum, aguardar-se-á durante 30 (trinta) minutos e, após este prazo, persistindo a falta de quorum, ficará adiada a sessão para o mês seguinte, cabendo ao Secretário-Executivo colher as assinaturas dos presentes.

§3º. Ausente o Secretário-Executivo, o Presidente nomeará um Conselheiro pro ato.

§4º. Após proferir o seu voto, poderá o membro do Conselho, antes de proclamado o resultado, reconsiderá-lo.

Art. 22 As atas das sessões serão lavradas pelo Secretário, onde

constará a presença de cada membro do Conselho, as justificativas dos ausentes, se apresentadas.

§1º Os assuntos tratados serão registrados em ata, de forma resumida, sem que isto venha a prejudicar a sua essência, sendo as resoluções impressas pelo Secretário-Executivo, a fim de que sejam arquivadas em pasta destinada a esse fim.

§2º Todos os incidentes relativos às eventuais retificações de ata anterior serão discutidos e votados, antes do prosseguimento da sessão, e nesta serão consignados em ata.

Art. 23 As sessões extraordinárias destinar-se-ão às mesmas competências previstas para as sessões ordinárias.

Parágrafo único – Aplicam-se às sessões extraordinárias, no que couberem, as mesmas disposições previstas para as sessões ordinárias.

SEÇÃO IV DAS COMISSÕES

Art. 24 As Comissões Permanentes de natureza técnica serão constituídas com caráter permanente, com tarefas e prazos determinados. Serão constituídas por representantes governamentais e não governamentais e compostas de, no mínimo, 03 (três) membros eleitos pelos Conselheiros, os quais nomearão os seus coordenadores.

§ 1º - Ficam instituídas as seguintes Comissões Permanentes:

a) Comissão de Políticas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar todas as políticas direcionadas à população idosa a serem aprovadas pelo Conselho;

b) Comissão de Normas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar normas para aprovação do Conselho, bem como acompanhar matérias de interesse da população idosa nas instâncias legislativas e judiciárias;

c) Comissão de Orçamento e Finanças com a finalidade de sugerir e apreciar propostas orçamentárias pertinentes ao segmento da pessoa idosa elaboradas pelos órgãos setoriais do Município, bem como acompanhar e avaliar sua execução financeira; elaborar plano de ação e aplicação do Fundo Municipal e ainda acompanhar toda a sua movimentação e avaliar resultados.

§ 2º - as Comissões Permanentes deverão apresentar à assembleia o relatório de suas atividades.

SEÇÃO V DA SECRETARIA

Art. 25 São atribuições do Secretário-Executivo:

I – secretariar as reuniões do Conselho;

II – tomar as providências necessárias à execução das deliberações do Conselho;

III – encaminhar os processos a serem apreciados pela Assembleia, dando cumprimento aos despachos neles proferidos;

IV – prestar, na Plenária, as informações que lhes forem solicitadas pela Diretoria ou por Conselheiros;

V – redigir as atas das sessões do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, quando necessário, bem como colher as assinaturas dos presentes;

VI – controlar a assinatura dos Conselheiros, comunicando ao Presidente as ausências injustificadas há mais de 02 (duas) sessões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas.

VII – proceder à leitura das atas no início das sessões do Conselho, quando necessário;

VIII – providenciar cópia e extrato da ata já aprovada, providenciando a devida publicação na imprensa oficial, quando for o caso;

IX – receber do Presidente a pauta das sessões, bem como o respectivo expediente;
X – informar aos Conselheiros o calendário das reuniões ordinárias;
XI – receber e arquivar documentos relativos à convocação das sessões;
XII – proceder à leitura da pauta das sessões;
XIII – desempenhar outras atribuições inerentes à sua função ou outras determinadas pela Presidência.

Art. 26 A Secretaria do Conselho contará com servidores designados pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia.

Art. 28 O presente Regimento poderá ser alterado somente com a aprovação de 2/3 (dois terços) do total de seus membros.

Art. 29 Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto nº 2410/2009 e Decreto nº 1.845/2002.

Pomerode, 14 de Maio de 2015.

Fabiana Fragoso

Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode

DECRETO Nº 2.933 DE 20 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.933 DE 20 DE MAIO DE 2015

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 1º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020– Manutenção da Secretaria de Obras

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento Economico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec.Oper.entre Órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

Art 2º - O valor resultante da transposição do Art. 1º deste Decreto, serão destinados as seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020– Manutenção da Secretaria de Obras

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento Economico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 20 de maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Administração e Fazenda

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 043/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CALHAS, FILTROS, FOSSAS, GRELHAS, GELO BAIANO, MEIO FIO, MOURÃO E TUBOS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 08/06/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 08/06/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 21 de Maio de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º
023/2015 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 044/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO LAMINADO, RODAPÉ, ISOLMANTA E LONA PLÁSTICA PARA AS SALAS DE AULA DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 09/06/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 09/06/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 21 de Maio de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 2015

EXTRATOS
CONTRATOS 2015

CONTRATO Nº 083/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 015/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: AMALIA GENOVEVA CHISTÉ
CNPJ: 17.345.916/0001-86
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL OU EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE VINHETAS DE UTILIDADE PÚBLICA OU INSTITUCIONAL, E APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS NOS ESPAÇOS RADIOFÔNICOS E DE EVENTOS DO MUNICÍPIO.
VALOR: R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA: DE 20 DE ABRIL DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 084/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 016/2015 - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 – FMS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: RM COMÉRCIO DE GASES LTDA ME
CNPJ: 07.290.987/0001-75
OBJETO: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL 8m³, DE FORMA PARCELADA, PARA SER UTILIZADO CONFORME AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
VALOR: R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
VIGÊNCIA: DE 16 DE ABRIL DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 085/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 048/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: JC ASSESSORIA AMBIENTAL E FLORESTAL LTDA ME
CNPJ: 20.082.496/0001-05
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA AMBIENTAL, AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA, PARA PRESTAR SERVIÇOS REQUISITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.
VALOR: R\$ 23.200,00 (Vinte e três mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA: DE 18 DE MAIO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 086/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: COOPERATIVA DE PEQUENOS EMPREENHIMENTOS FAMILIARES DE PONTE SERRADA/SC.
CNPJ: 08.694.285/0001-10
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.
VALOR: R\$ 44.552,00 (Quarenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e dois reais)
VIGÊNCIA: DE 04 DE MAIO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 087/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO PASSOS MAIA/SC

- ADAPAMA
CNPJ: 11.157.556/0001-02
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ÁRBITROS PARA OS JOGOS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, EDIÇÃO 2015.
VALOR: R\$ 42.395,00 (Quarenta e dois mil e trezentos e noventa e cinco reais)
VIGÊNCIA: DE 23 DE ABRIL DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO Nº 088/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: ELETRÔNICA COPPINI LTDA ME
CNPJ: 80.994.346/0001-91
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA DE TORRES REPETIDORAS DE CANAIS DE TELEVISÃO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, EM REGIME DE SOBREAVISO, 24 HORAS POR DIA.
VALOR: R\$ 18.800,00 (Dezoito mil e oitocentos reais)
VIGÊNCIA: DE 18 DE MAIO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Ponte Serrada, SC, 19 de Maio de 2015.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 2235/2015

LEI Nº 2.235/2015
"LIBERA POR TEMPO DETERMINADO RESTRIÇÃO URBANÍSTICA AO REGISTRO DE LOTES URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica liberado até o dia 30 de dezembro 2015, a exigência de metragem mínima de 250 metros quadrados (duzentos e cinquenta metros quadrados) e frente mínima de 10 (dez) metros constantes do Art. 41 da Lei 410/73 para registro ou desmembramentos de lotes urbanos no município de Ponte Serrada, devendo ser obedecidas as disposições da Lei federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979.

§ 1º - A presente Lei se restringe apenas aos casos onde os terrenos já possuem edificações concluídas até a aprovação desta Lei pela Câmara Municipal, mediante fiscalização do setor de tributação.

§ 2º - Os terrenos que não possuem edificações consolidadas até a data estabelecida no parágrafo anterior, seguirão o Art. 41 da Lei Municipal nº 410/73 para registro de lotes urbanos no município de Ponte Serrada.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, SC, EM 05 DE MAIO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI 2236/2015

LEI 2.236//2015, DE 19 DE MAIO DE 2015

AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO PONTE SERRADA E O MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1º Fica autorizada a realização de Termo de Convênio (Anexo Único) entre o Município de Ponte Serrada e o Município de Vargem Bonita para realização de transporte escolar de alunos do Município de Ponte Serrada residentes nas proximidades da divisa intermunicipal a ser executado pelo Município de Vargem Bonita.

Art.2 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 19 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI 2237/2015

LEI Nº 2.237/2015, 19 DE MAIO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA A FILIAR-SE E CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Município de Ponte Serrada autorizado a filiar-se e/ou contribuir financeiramente com a Federação Catarinense de Municípios – FECAM, portadora do CNPJ n.º 75.303.982/0001-90, com sede na Rua Santos Saraiva, n.º 1546 - Estreito, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, mantendo em dia as mensalidades fixadas pela Assembleia Geral Extraordinária da entidade e publicadas conforme Resolução de seu Presidente.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária: 3.3.50.41 – CONTRIBUIÇÕES.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 19 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em data supra.

LEI 2238/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.238/2015, 19 DE MAIO DE 2015.

Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de PONTE SERRADA - COMDESU.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponte Serrada - COMDESU, órgão colegiado vinculado à Secretaria de Administração e Fazenda destinada a promover, incentivar, acompanhar e avaliar as ações de desenvolvimento econômico do Município, através de formação, capacitação e apoio as grupo de empreendedores, visando a geração de trabalho e renda.

Art. 2º. O Conselho criado por esta Lei será integrado por representantes do Poder Executivo, Legislativo, de entidades de classe ligadas às atividades empresariais e desenvolvimento tecnológico, além da representação dos trabalhadores, com a seguinte composição:

- I - representante do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal;
- II - representante da Secretaria de Administração e Fazenda;
- III - representante da Secretaria da Assistência Social;
- IV - representante da Secretaria de Agricultura;
- V – 02 (dois) representantes do Poder Legislativo;
- VI - representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;
- VII - representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- VIII - representante do Sindicato de Produtores Rurais.

§1º. A critério do Sr. Prefeito Municipal, poderá o mesmo designar o representante do Gabinete do Chefe do Executivo para ocupar o cargo de Presidente do Conselho.

§2º. Os membros suplentes serão indicados pelos titulares e terão a atribuição de substituí-los nos casos de impedimento ou força maior sempre justificadamente.

§3º. A prestação de serviço como membro do plenário do Conselho não será remunerada, e considerada de relevância social.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponte Serrada - COMDESU;

I - promover o desenvolvimento econômico de Ponte Serrada de maneira planejada e integrada;

II - estimular o crescimento e desenvolvimento de empresas já instaladas em nosso Município;

III - promover a atração de investimentos de forma ordenada e planejada visando principalmente o aproveitamento do potencial da região e a geração de empregos;

IV - estimular e apoiar investimentos e empresas existentes e/ou em implantação que apresentem uma ou mais das seguintes características:

- a) estruturantes;
- b) de base tecnológica;
- c) do segmento turístico;
- d) que desenvolvam programas de qualidade;
- e) que desenvolvam programas de formação de mão de obra especializada;
- f) que desenvolvam programas de preservação ambiental;
- V - avaliar e dar parecer sobre Processos de Concessão de Incentivos e Estímulo Fiscal de acordo com a legislação municipal, encaminhando seu parecer ao Prefeito Municipal;
- VI - acompanhar, avaliar e inspecionar as empresas que receberam o Incentivo e o Estímulo Fiscal, tomando as providências cabíveis quando da constatação da inadimplência;
- VII - avaliar a amplitude de projetos de empreendimentos a serem

implantados bem como executar o acompanhamento do cumprimento do cronograma estabelecido;

VIII - promover divulgação dirigida da área econômica e social de nosso Município por meio de promoção de eventos tais como congressos, feiras, palestras, etc., preferencialmente em parceria com a iniciativa privada;

IX - associar-se a iniciativa de entidades públicas e privadas que tendo como objetivo o desenvolvimento econômico de Ponte Serrada;

X - avaliar estruturação do Plano de Desenvolvimento do Turismo e fazer recomendações para o seu aprimoramento;

XI - incentivar a criação de novos empregos;

XII - promover gestão junto a entidades de ensino e em especial o SENAI, SENAC, SENAR, SEBRAE, FETI, SESI, SESNAT e FIEMG, bem como escolas, faculdades e instituições públicas e privadas visando a formação, treinamento e aprimoramento da mão-de-obra local.

Art. 4º. As reuniões do Conselho serão realizadas com a maioria simples de seus membros, ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente quando convocada pelo seu presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros.

Art. 5º. As deliberações do Conselho serão por decisão da maioria simples dos seus membros.

Art. 6º. O COMDESU poderá criar subcomissões permanentes ou transitórias para estudos, trabalhos especiais e/ou fiscalização de empreendimentos relacionados ao seu campo de atuação.

Art. 7º. A dotação orçamentária destinada a instalação e funcionamento do Conselho será designada na verba orçamentária destinada à Secretaria de Administração E Fazenda, cabendo a esta Secretaria dotá-lo de infraestrutura técnico/administrativa necessária ao seu efetivo funcionamento.

Art. 8º. O Plenário elaborará o regimento interno do COMDESU que será aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º. O Prefeito Municipal regulamentará a presente Lei através de Decreto.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 19 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada em
Data supra.

LEI COMPLEMENTAR 173/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 173/2015

“ACRESCENTA INCISO III AO ART. 74 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 022/2003, DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1º - O artigo 74 da Lei Complementar n. 023/2003, de 20 de janeiro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 74º

I-

II-

III – Exercício de serviços de vigilância em logradouros e prédios

públicos municipais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI COMPLEMENTAR 176/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015

“ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 47, § 3º, LEI COMPLEMENTAR 022/2003, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1º - O artigo 47, parágrafo terceiro da Lei Complementar 022/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47º

§ 1º.:

§ 2º.:

§ 3º.: Anualmente, sempre no mês de maio, é assegurada a revisão geral da remuneração, observada a iniciativa privativa em cada caso.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE MAIO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra na forma da Lei.

Porto Belo

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

A Prefeitura Municipal de Porto Belo no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas as inscrições a para o Processo Seletivo a partir de 21 de maio de 2015, destinado ao cadastro de reserva e preenchimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal do Poder Executivo, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas

no presente Edital, bem como na legislação vigente: Lei nº 37/11, Lei nº 1649/09, Lei nº 1879/10, Lei nº 1678/09, Lei nº 1969/11, Lei nº 1637/08, Lei nº 2105/13 e suas alterações.. Maiores informações no site www.portobelo.sc.gov.br e <http://www.infinityprovas.com.br>.

Porto Belo, 20 de maio de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito de Porto Belo

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº 2.278/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.278 /2015

"DÁ DENOMINAÇÃO À PRAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Eu, Jonas Amadeu Raulino, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Belo, no uso de minhas atribuições asseguradas por lei, conforme prescreve art. 66, IV e Art. 92§ 6º da Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou, e caracterizada sanção tácita do Executivo Municipal, promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica Denominada "Mário Manoel da Silva", a praça pública localizada na Avenida Governador Celso Ramos, em frente a residência do Senhor Mário José da Silva, no Bairro Vila Nova, neste Município.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 20 dias do mês de maio de 2015.

Jonas Amadeu Raulino

Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino

"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Porto União

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 001, de 09 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre a prorrogação do Mandato dos Conselheiros Municipais de Assistência Social.

CONSIDERANDO que o Decreto nº 1.016, de 23 de novembro de 2012, que nomeia os Membros do Conselheiro Municipal de Assistência Social, encerrou-se em 23 de novembro de 2014;

CONSIDERANDO que nas reuniões referentes aos meses de Novembro e Dezembro de 2014 não houve quórum para deliberações;

CONSIDERANDO que no mês de janeiro de 2015 a maioria dos membros do CMAS encontravam-se em férias;

CONSIDERANDO que a primeira reunião ordinária do CMAS, com número de conselheiros presentes, possibilitando deliberações foi em 06 (seis) de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Prorrogar o mandato da atual Gestão, reconduzindo os membros do CMAS por igual período, cujos efeitos dos atos praticados retroagem ao dia 23 de novembro de 2014.

Porto União (SC), 09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 002/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 002, de 12 de maio de 2015.

Dispõe sobre o Demonstrativo Físico Financeiro dos recursos de cofinanciamento dos três entes administrativos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social de Porto União (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião Extraordinária realizada em 24 de abril de 2015, Ata nº 159,

RESOLVE:

Aprovar o Demonstrativo Físico Financeiro dos recursos dos três entes administrativos, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, referente ao exercício de 2014.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de maio de 2015.

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 003/2015 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 003, de 12 de maio de 2015.

Dispõe sobre o Plano de Ação para cofinanciamento do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para 2015, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social de Porto União (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião realizada em 24 de abril de 2015, Ata nº 159,

RESOLVE:

Aprovar o Plano de Ação para cofinanciamento do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para o exercício de 2015, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social de Porto União (FMAS).

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de maio de 2015.

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS

Presidente do CMAS

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 024 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 24/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 02.06.2015, para Aquisição de vigas de eucalipto tratado para manutenção das pontes do município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 20 de Maio de 2015.

Paulo César Voltolini

Prefeito Municipal em exercício

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 02 (dois) de junho de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõem as Cestas Básicas, a fim de atender ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Presidente Castello Branco/SC no exercício de 2015, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 20 DE MAIO DE 2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

1466/2015

LEI Nº 1466/2015, de 20/05/2015

“INSERE E ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL 1430/2014, DE 24/06/2014 QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS PARA CUMPRIMENTO DOS DEVERES E EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS INERENTES A ADEÇÃO AO PROGRAMA “MAIS MÉDICOS” COMO ESPECÍFICA”.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. – O inciso I do art. 1.º da Lei 1430/2014, de 24/06/2014, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar despesas para o cumprimento dos deveres e exercício das competências do Município de Presidente Nereu inerentes a Adesão ao Programa “Mais Médicos”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º - ...:

I – Concessão Mensal de Auxílio Moradia, no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) ao(s) profissional (is) médico(s) participante(s) do Programa “Mais Médicos” que atuar (em) no Município, sendo que o imóvel poderá ser do próprio patrimônio do Município ou por ele alocado, e deverá ter padrão suficiente para acomodação do médico e de seus familiares.

Art. 2º. – O § 2.º da Lei 1430/2014, de 24/06/2014, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar despesas para o cumprimento dos deveres e exercício das competências do Município de Presidente Nereu inerentes a Adesão ao Programa “Mais Médicos”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2.º - O auxílio alimentação será creditado em favor do(s) profissional(is) médico(s) participante(s) do Programa “Mais Médicos” até o quinto dia útil;”

Art. 3º - O Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Presidente Nereu, 20 de maio de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4709, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4709, de 19 de maio de 2015

"HOMOLOGA O PROGRAMA ANUAL DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI do Art. 37, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no parágrafo 3º do art. 10 do Decreto nº 1.468, de 20 de outubro de 2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica definido o Programa Anual de Capacitação e Aperfeiçoamento para 2015, destinado aos servidores do Poder Executivo Municipal.

Art.2º - Os Cursos ou eventos de capacitação expressos nos Anexos I deste Decreto foram definidos através do Levantamento das Necessidades de Treinamento efetivado no ano de 2013.

Art.3º - A inclusão ou ampliação de cursos/eventos no Programa Anual de Capacitação e Aperfeiçoamento para o exercício de 2015 somente será viabilizada desde que exista dotação orçamentária e venha ao encontro às necessidades da Administração Pública.

Art.4º - O cronograma e o conteúdo programático dos cursos ou eventos, previstos no Anexo I deste Decreto, serão previamente publicados no Portal do Servidor, site: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>.

Art.5º - As inscrições deverão ser efetivadas diretamente no Portal do Servidor e dependem da homologação ou não pelo Departamento de Recursos Humanos.

Art.6º - Os cursos poderão ser ministrados por servidores integrantes dos quadros de pessoal do Poder Executivo Municipal ou por terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), devendo nesta última hipótese, quando for o caso, observar-se o precedente processo licitatório.

Art.7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO I

PROGRAMA ANUAL DE CAPACITAÇÃO – 2015

1 - LINHA DE DESENVOLVIMENTO INICIAL:

CURSO	CARGA HORÁRIA	DATA PREVISTA	PÚBLICO-ALVO	QTIDADE TURMAS
Curso Introdutório de Estratégia de Saúde da Família	40h	09 a 13/03/2015	Agente de Combate a Endemias	2
Programa de Integração dos Servidores Novos Módulos I, II, III, IV e V	27h	Maio a Novembro	Servidores Estatutários admitidos em 2013 e 2014 e 2015.	8
Curso Introdutório aos Monitores Escolares	20h	Junho	Servidores aprovados no Processo Seletivo 001/2015	2

2 - LINHA DE DESENVOLVIMENTO GERAL:

CURSO	CARGA HORÁRIA	DATA PREVISTA	PÚBLICO -ALVO	QTIDADE TURMAS
Conhecendo o Poder Executivo Municipal	14h	Junho, Julho e Setembro	Todos	2
Ética no Serviço Público	8h	Agosto	Todos	1
Gestão de Mudanças	16h	Julho e Outubro	Todos	2
Relacionamento Interpessoal	8h	Julho e Outubro	Todos	1
Atendimento ao Público	8h	Outubro	Todos	1
Palestra em Comemoração ao Mês do Trabalhador	2h	Maio	Todos	1
V Semana de Gestão Pública	20h	Novembro	Todos	1
Informática Básica	40h	Maio a Agosto	Todos	1
Informática Avançada	40h	Julho a Agosto	Todos	1
Comunicação Interna	4h	Maio e Agosto	Todos	2
Resiliência	8h	Junho e Julho	Todos	2
Mediação de Conflitos	16h	Junho a Setembro	Todos	3
Comunicação Verbal e Oratória - Introdutório	10h	Outubro	Todos	1

Comunicação Verbal e Oratória - Avançado	10h	Novembro	Todos	1
--	-----	----------	-------	---

3 - DESENVOLVIMENTO DE GESTORES:

CURSO	CARGA HORÁRIA	DATA PREVISTA	PÚBLICO -ALVO	QTIDADE TURMAS
Capacitação de Lideranças	4h	Junho e Outubro	Chefes, Diretores e Assessores	2

4 - INTER AMBIENTES:

Curso	Carga Horária	Data Prevista	Público-Alvo	QTIDADE TURMAS
Café com RH	32h	De Maio a Dezembro	Servidores que desenvolvem ações na área de Recursos Humanos nas diversas unidades administrativas do Poder Executivo Municipal	1

5 - ESPECÍFICAS:

Curso	Carga Horária	Data Prevista	Público-Alvo	QTIDADE TURMAS
Curso de Defesa Pessoal	70h	Maio a Dezembro	Guardas Municipais e Vigias	2
Processo Administrativo Disciplinar	16h	Junho	Servidores Designados das respectivas Secretarias as quais responderam o Ofício Circular 002/2015	1

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/15.

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Carlos Alberto Adami	Xxx.286.849-xx	152911
Marilane Stock Schenkel	Xxx.102.519-xx	79052
Aline Carla Blasius	Xx.052.963/0001-xx	150737
Alessandro Ferreira Agacy	xxx.322.349-xx	153126
Cleiton Michalutti	xxx.262.369-xx	153127
Guilherme Egon Becker – Espólio	Xxx.177.119-xx	153052
Jaci Silveira Moreira ME	xx.034.102/0001-xx	151951
Edite Alves	Xxx.251.319-xx	150499

Rio do Sul, 20 de Maio de 2015
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
Secretário Municipal da Fazenda

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº001/2015**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº001/2015**

Institui normas acerca dos períodos e da forma de concessão do recesso escolar para o magistério público municipal de Rio do Sul.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, considerando, o disposto no inciso XIV, Art. 157 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, esclarece:

Art. 1º Os períodos de recesso escolar para titular de cargo de Professor em função docente, de que trata o art. 11, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 75/2001, devem ser concedidos das seguintes formas:

I – Professor ocupante de cargo de provimento efetivo, que atue no ensino fundamental, terá 15 dias de recesso escolar;

II – Professor contratado em caráter temporário (ACT), que atue no ensino fundamental, terá o período de recesso escolar igual ao do servidor do inciso I;

III – Professor ocupante de cargo de provimento efetivo, que atue na educação infantil, terá 15 dias de recesso escolar;

IV – Professor contratado em caráter temporário, que atue na educação infantil, terá a quantidade de dias de recesso escolar concedidos de forma proporcional. Considerando a data de contratação, data de término de contrato e períodos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, conforme exemplo do Anexo I.

Parágrafo Único – Terá direito ao recesso escolar apenas o titular de cargo de Professor em função docente.

Art. 2º Os períodos de recesso escolar serão os previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação. Sendo, preferencialmente nos meses de janeiro, fevereiro, julho e/ou dezembro do ano corrente para os professores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Art. 3º Caso o Professor esteja afastado do Centro Educacional ou Centro de Educação Infantil em que atua, durante o recesso escolar, este não poderá fruir em outro período.

Art. 4º Durante o período de recesso escolar, o Professor ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação e da unidade em que atua para treinamento, cursos, formação e/ou realização de trabalhos didáticos. Conforme previsto no § 4º da Lei Complementar Nº 207, de 28 de setembro de 2010.

Parágrafo Único – O período de recesso escolar possui natureza jurídica diferente das férias anuais. Sendo recesso escolar, a suspensão temporária das atividades normais dos estabelecimentos de ensino.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de Abril de 2015.
Regina Garcia Ferreira
Secretária Municipal de Educação

Garibaldi Antonio Ayroso
Prefeito Municipal

Anexo I

Data de contratação	Data de término de contrato	Quantidade de dias de recesso escolar
09/02	14/06	5*

* 125 (corresponde a quantidade de dias de vigência do contrato) x 0,04 (quociente que corresponde a 15 dias de recesso escolar/365 dias) = 5 dias de Recesso Escolar;

** Os períodos de concessão serão determinados pela Secretaria Municipal de Educação anualmente.

PORTARIA Nº 0320/RH

PORTARIA N. 0320/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor CIRI-NEU BLEMER DIAS, matrícula n. 105619-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 149987/2014, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0321/RH

PORTARIA N. 0321/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora BRUNA LIVRAMENTO, matrícula n. 186937-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 150924/2014, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de dezembro de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar

n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0322/RH

PORTARIA N. 0322/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora SIMONE GROSCHE, matrícula n. 187470-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 130862/2011, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de janeiro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0323/RH

PORTARIA N. 0323/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora BEATRIZ PETRY PFLEGER, matrícula n. 171263-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 127235/2011, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de janeiro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0324/RH

PORTARIA N. 0324/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora ELISANDRA DIAS, matrícula n. 165379-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 152173/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0325/RH

PORTARIA N. 0325/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor FABRICIO ULHMANN, matrícula n. 106011-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 150436/2014, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01

de janeiro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PREGÃO PRESENCIAL 051/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2015

OBJETO: Aquisição de microcomputadores e notebooks para os setores de Fiscalização, Cadastro e Arrecadação. Secretaria da Fazenda.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 03/06/2015, às 08:30h, no endereço abaixo
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 03/06/2015, no endereço abaixo.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 19 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

PREGÃO PRESENCIAL 055/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2015

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição parcelada de papel a4 e envelopes para as secretarias municipais, guarda municipal e defesa civil.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 03/06/2015, às 11:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 03/06/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 18 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESOLUÇÃO Nº 011, DE 20 DE MAIO DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 11/2015, DE 20 DE MAIO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO COMITE DE INVESTIMENTOS"

O Presidente do FAP - Fundo de Aposentadoria e Pensões, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto no Art. 3º da Resolução Conjunta nº 001/2008, de 11/08/2008 e atendendo determinação do Ministério da Previdência.

RESOLVE:

Art. 1º - Compor o Comitê de Investimentos, observadas as respectivas indicações dentre os membros dos Conselhos e do quadro de servidores, pelos seguintes membros:

Conselho de Administração: Carlos Alberto Luithardt

Conselho de Administração: Ramiro de Liz e Souza

Diretor Presidente do FAP: Valdenir Borges Ribeiro

Representante dos Servidores: Fernando Guedes

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul, 20 de Maio de 2015.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Presidente do FAP

RESUMO DO ADITIVO 037/2015

3º TERMO ADITIVO Nº 037/2015 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 039/2012, SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA JFQUATROOITO PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.

Aos trinta (30) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa JFQUATROOITO PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, estabelecida na Rua Tuiuti, 181, 1º andar, sala 101-A, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.373.818/0001-07, ora denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Sra. Fernanda Regina Vieira, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 121 de 26/10/2011, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 039, datado de 30 de março de 2012, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da cláusula quarta do Contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo o mesmo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 30 de março de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito em Rio do Sul
Contratante

FERNANDA REGINA VIEIRA

JFquatroito Publicidade e Propaganda Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

RESUMO DO ADITIVO 038/2015

4º TERMO ADITIVO Nº 038/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 081/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA LUIZ GAVIOLLI, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Aos dois (02) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 044/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 081, datado de 23 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 86 (oitenta e seis) dias, com o seu término em 29 de junho de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES

Terraplenagem Azza Eireli.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

RESUMO DO ADITIVO 039/2015

2º TERMO ADITIVO Nº 039/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 082/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA EMÍLIO WUTZOW, BAIRRO CANTA GALO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Aos cinco (05) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 044/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 082, datado de 23 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 172 (cento e setenta) dias, com o seu término em

27 de junho de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

AVELINO ALVARES

Terraplenagem Azza Eireli.

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 040/2015

3º TERMO ADITIVO Nº 040/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 083/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA IDA LENZI, BAIRRO CANTA GALO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Aos dois (02) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 044/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 083, datado de 23 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante

da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 56 (cinquenta e seis) dias, com o seu término em 29 de junho de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

AVELINO ALVARES

Terraplenagem Azza Eireli.

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO CONTRATO 083/2015

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS Nº 050/2015

Convite nº 050/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Dalcir Catafesta - ME

Objeto: execução de demolição completa e remoção dos materiais e coberturas existentes nos lotes de matrículas 39078, 8265, 8263 e 8262, situada na Rua Ruy Barbosa, 1051, Bairro Sumaré
Valor: R\$ 34.600,00 (trinta e quatro mil e seiscentos reais).

Prazo de Execução: 15 (quinze) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 18 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**CONSULTAS/ATENDIMENTOS POR PROFISSIONAL PSICÓLOGO Nº 15/2015 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS POR PROFISSIONAL PSICÓLOGO Nº 15/2015 FMS.

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob nº. 10.469.199/0001-55, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/93, estará recebendo a partir do dia 13/05/2015, no horário das 07:30 às 13:30 horas, no endereço rua Tuiuti, 154, bairro Centro, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-000, no Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, sala 110, propostas de profissionais de nível superior com formação em PSICOLOGIA, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS no município de Rio do Sul:

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Credenciamento:

Anexo I – Documentação necessária para Credenciamento;
Anexo II – Minuta de contrato;
Anexo III – Declaração de retirada de edital;
Anexo IV – Requerimento;
Anexo V– Declaração de concordância;

I – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente credenciamento é o chamamento de pessoas físicas interessadas em firmar com a Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul/Fundo Municipal de Saúde, contrato de prestação de serviços, conforme minuta de contrato constante no ANEXO II deste edital, visando a contratação de profissionais de nível superior com habilitação em PSICOLOGIA CLÍNICA, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, de acordo com as quantidades e detalhamento abaixo:

Formação / habilitação	Número de Profissionais	Código/ Descrição do Atendimento	Valor Unitário por consulta/atendimento
Psicologia	3	03.01.01.004-8 – Consulta / Atendimento de Profissional de Nível Superior na Atenção Especializada	7,05

1.2 O número de consultas/atendimentos a serem realizadas deverá estar compatível com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros, não devendo exceder a 342 atendimentos por mês, e o valor de R\$ 2.411,10 (dois mil quatrocentos quarenta e dois reais e dez centavos).

1.3 A íntegra do edital pode ser solicitada pelo e-mail sau.dvcaa@riodosul.sc.gov.br. Maiores informação podem ser obtidas pelo fone (47) 3531-1449.

1.4. As despesas decorrentes das contratações previstas neste edital serão cobertas pela seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade: 2.080 – BLMAC – MANUTENÇÃO DA GESTÃO PLENA (MAC)

Rio do Sul (SC), 06 de maio de 2015.

Garibaldi Antônio Ayroso Prefeito Municipal	Ivanir Schlemper Neves Secretária Municipal de Saúde em exercício
--	--

Rio dos Cedros

PREFEITURA

3º TA AO CT Nº. 79/2014 - EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

3º TA ao CT nº. 79/2014 de 18/03/2014

DATA: 18/05/2015

CONTRATO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZOS e SUPRESSÃO DE ITENS

INÍCIO: 18/05/2015

TÉRMINO: 31/12/2015

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 23/2014

CT. Nº072/ 2015 - SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME

CT. Nº072/ 2015

DATA: 08/05/2015

CONTRATO: SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME
OBJETO: REFORMA E MELHORIAS NA QUADRA DE ESPORTES DO GINÁSIO PREFEITO WALMOR BUSARELLO

INÍCIO: 08/05/2015

TÉRMINO: 60 (sessenta dias)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 32/2015

CT. Nº068/ 2015 - GREIDE ENGENHARIA LTDA

CT. Nº068/ 2015

DATA: 04/05/2015

CONTRATO: GREIDE ENGENHARIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA

INÍCIO: 04/05/2015

TÉRMINO: 12 (doze meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 28/2015

CT. Nº073/ 2015 - NG QUADRATEC CONSTRUÇÕES ESPORTIVAS LTDA EPP

CT. Nº073/ 2015

DATA: 08/05/2015

CONTRATO: NG QUADRATEC CONSTRUÇÕES ESPORTIVAS LTDA EPP

OBJETO: REFORMA E MELHORIAS NA QUADRA DE ESPORTES DO GINÁSIO PREFEITO WALMOR BUSARELLO

INÍCIO: 08/05/2015

TÉRMINO: 60 (sessenta dias)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 32/2015

CT. Nº069/ 2015 - DART COMERCIAL LTDA ME

CT. Nº069/ 2015

DATA: 04/05/2015

CONTRATO: DART COMERCIAL LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO (INSTALAÇÃO E MATERIAIS)

INÍCIO: 04/05/2015

TÉRMINO: 30 (trinta dias)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 31/2015

CT. Nº074/ 2015 - CONTRATO: CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

CT. Nº074/ 2015

DATA: 11/05/2015

CONTRATO: CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS à Administração Pública Municipal

INÍCIO: 11/05/2015

TÉRMINO: 12 (doze meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 34/2015

CT. Nº070/ 2015 - DART COMERCIAL LTDA ME

CT. Nº070/ 2015

DATA: 08/05/2015

CONTRATO: DART COMERCIAL LTDA ME

OBJETO: REFORMA E MELHORIAS NA QUADRA DE ESPORTES DO GINÁSIO PREFEITO WALMOR BUSARELLO

INÍCIO: 08/05/2015

TÉRMINO: 60 (sessenta dias)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 32/2015

CT. Nº075/ 2015 - VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ – ME (RV – TRANSPORTES)

CT. Nº075/ 2015

DATA: 18/05/2015

CONTRATO: VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ – ME (RV – TRANSPORTES)

OBJETO: TRANSPORTE ESCOLAR

INÍCIO: 18/05/2015

TÉRMINO: 06 (seis meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 35/2015

CT. Nº071/ 2015 - SERRALHERIA DECOFER LTDA ME

CT. Nº071/ 2015

DATA: 08/05/2015

CONTRATO: SERRALHERIA DECOFER LTDA ME

OBJETO: REFORMA E MELHORIAS NA QUADRA DE ESPORTES DO GINÁSIO PREFEITO WALMOR BUSARELLO

INÍCIO: 08/05/2015

TÉRMINO: 60 (sessenta dias)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 32/2015

CT. Nº076/ 2015 - REANTUR TRANSPORTES LTDA ME

CT. Nº076/ 2015

DATA: 18/05/2015

CONTRATO: REANTUR TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO: TRANSPORTE ESCOLAR

INÍCIO: 18/05/2015

TÉRMINO: 06 (seis meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 35/2015

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2015 , que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de veículo de transporte de passageiros para Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 02/06/2015 até as 09h00min.

Abertura: 02/06/2015, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 13 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra-se prorrogado o prazo para TOMADA DE PREÇOS 02/2015, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de projeto de construção de Mirante Público, no município de Salto Veloso.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 28/05/2015 até as 09h00min.

Abertura: 28/05/2015, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC.

Salto Veloso (SC), 20 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

portaria nº75/2015 marcelo sansigolo

PORTARIA Nº 075/2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. MARCELO SANSIGOLO, matrícula nº10910/01 ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DA SAUDE, lotado na Secretaria Municipal de SAUDE, relativamente ao período aquisitivo 02/03/2013 a 01/03/2014, a serem gozadas no período de 15/05/2015 a 13/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 20 de Maio 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 132/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 09 de junho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES (TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201300578).

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2015.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

CANCELAMENTO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2014 EMHAB

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2014

A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB, informa, por meio do Presidente da Comissão Especial de Chamamento Público, que, em virtude da comunicação expressa de desistência da empresa vencedora do Chamamento Público 003/2014, em 14/05/2015, fica declarado cancelado o processo em epígrafe.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2015.

Oswaldo José Candatten

Presidente da Comissão Especial de Chamamento Público

DECRETO Nº 0961/2015

DECRETO Nº 0961, DE 13 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(518) 3.3.90.39.00.00.00 001 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 70.000,00

(519) 3.3.90.39.00.00.00 158 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(516) 3.3.90.32.00.00.00 158 - Mat. Distribuição Gratuita R\$ 30.000,00

(523) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0962/2015

DECRETO Nº 0962, DE 18 DE MAIO DE 2015.

PRORROGA PRAZO PARA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EDITAL Nº 005/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, de 15/05/2015 a 27/05/2015, o prazo para as inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo de Formação de Cadastro de Reserva para Eventual Contratação Temporária nº 005/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2015.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 0963/2015

DECRETO Nº 0963, DE 19 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei

do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(512) 3.3.90.30.00.00.00 001 - Material de Consumo R\$ 9.000,00

(513) 3.3.90.30.00.00.00 158 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(543) 3.3.90.33.00.00.00 001 - Passagens e despesas R\$ 9.000,00

(568) 4.4.90.51.00.00.00 158 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0964/2015

DECRETO Nº 0964, DE 19 DE MAIO DE 2015.

ALTERA O DECRETO Nº 0600/2014 QUE NOMEIA os membros do GRUPO GESTOR DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC NA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 0600, de 23 de junho de 2014, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º (...)

“I - Representantes da 25ª Gerência Regional de Educação:

a) Luciana Pscheidt – Titular”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de maio de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 146/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 146/2015

OBJETO: PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS INCLUINDO TAXAS DE EMBARQUE ATRAVÉS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PALESTRANTE E TRADUTOR REFERENTE A EVENTO "CONVERSA ABERTA SOBRE ACOLHIMENTO FAMILIAR" A SER REALIZADO NOS DIAS 21, 22 E 23 DE MAIO DE 2015.

CONTRATADO: Alpina Viagens e Turismo Ltda – ME

Valor: R\$ 4.454,51

SÃO BENTO DO SUL, 19 de maio de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços e Assistência Técnica e Extensão Rural que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa de PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.

DO OBJETO: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para o CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho – PAT, conforme Dispensa de Licitação nº 120/2015.

DO VALOR: R\$ 33.930,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2015.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2015.

ASS: LIRIO VOLPI, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 136/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para reforma da cobertura da E.B.M. Aracy Hansen, no Município de São Bento do Sul, conforme Convênio nº 2014TR0002495, Processo ER 252156148, memorial descritivo e projetos em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 89/2015.

DO VALOR: R\$ 53.220,51 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será conforme o Convênio nº 2014TR0002495 – 31/12/2015, porém a conclusão das obras deverão ser realizadas no prazo estipulado na Cláusula Sexta.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 137/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA EPP.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção de muro de contenção na E.B.M. Alfredo Diener, no Município de São Bento do Sul, conforme Convênio nº 2014TR0002495, Processo ER 252156148, memorial descritivo e projetos em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 89/2015.

DO VALOR: R\$ 17.489,60 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será conforme o Convênio nº 2014TR0002495 – 31/12/2015, porém a conclusão das obras deverão ser realizadas no prazo estipulado na Cláusula Sexta.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

JDI CONSTRUTORA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção de uma rampa em concreto armado na Escola Básica Municipal Professora Adélia Lutz, situado na Rua Alto Paraguaçu, esquina com a Rua Campo Tenente, Bairro Cruzeiro, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 94/2015.

DO VALOR: R\$ 57.948,20 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses, a contar desta data,

São Bento do Sul, 08 de maio de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA EPP.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para a execução de Passeios, nos Bairros Brasília e Serra Alta, conforme Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA, memorial descritivo, projetos e demais informações conforme anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

DO VALOR: R\$ 133.408,80 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será conforme o Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA – 16/04/2016, porém a conclusão da obra deve ser realizada no prazo estipulado na Cláusula Sexta.

São Bento do Sul, 11 de maio de 2015.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

JDI CONSTRUTORA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA EPP.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para a execução de Abrigos de Embarque e Desembarque de Passageiros em diversos locais da cidade, conforme Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA, memorial descritivo, projetos e demais informações conforme anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

DO VALOR: R\$ 213.558,50 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será conforme o Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA – 16/04/2016, porém a conclusão da obra deve ser realizada no prazo estipulado na Cláusula Sexta.

São Bento do Sul, 11 de maio de 2015.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

JDI CONSTRUTORA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 117/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 117/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Acolhimento Institucional Modalidade Abrigo de nº 107/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL - IDI, em 02 de ABRIL de 2015, conforme Edital de Dispensa Emergencial nº 105/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 107/2015, que tem como objeto a Dispensa Emergencial para contratação de empresa/entidade para operação e manutenção dos serviços de Acolhimento Institucional – Modalidade Abrigo – Municipal para atendimento de crianças e adolescentes;

Considerando que o Contrato nº 107/2015 decorre do processo de Dispensa Emergencial de Licitação nº 105/2015, o qual foi realizado tendo como base o Pregão Presencial nº 39/2015, que foi revogado, pois uma das empresas foi inabilitada e outra desclassificada, faz-se necessário retificar à Cláusula Sétima – das Obrigações da Contratada, para que Processo Licitatório e Contrato fiquem de igual acordo, nos seguintes termos:

Fica retificada a Cláusula Sétima do Contrato nº 107/2015, para que onde se lê “A CONTRATADA, através de seus educadores e cuidadores, orientarão os abrigados na execução das tarefas escolares, favorecendo o aprendizado dos conteúdos ministrados pela escola e superando as eventuais dificuldades de aprendizagem. Também é de responsabilidade do educador atender aos chamados da escola, bem como participar de eventos e reuniões escolares”, leia-se “A CONTRATADA, através de seus educadores e cuidadores, orientarão os abrigados na execução das tarefas escolares, favorecendo o aprendizado dos conteúdos ministrados pela escola e superando as eventuais dificuldades de aprendizagem, supervisionado pelo pedagogo. Também é de responsabilidade do pedagogo atender aos chamados da escola, bem como participar de eventos e reuniões escolares” e onde se lê “A CONTRATADA, através de seus educadores e cuidadores, serão responsáveis pelos encaminhamentos e acompanhamentos de crianças e adolescentes acolhidos em atendimentos de saúde, seja atendimento psicológico, psiquiátrico, odontológico, entre outros. Em casos de hospitalização, caberá à CONTRATADA organizar e prestar acompanhamento contínuo e sistemático à criança ou adolescente, enquanto o mesmo estiver internado” leia-se “A CONTRATADA, através de sua equipe técnica, educadores e cuidadores, será responsável pelos encaminhamentos e acompanhamentos de crianças e adolescentes

acolhidos em atendimentos de saúde, seja atendimento psicológico, psiquiátrico, odontológico, entre outros. Em casos de hospitalização, caberá à contratada organizar e prestar acompanhamento contínuo e sistemático à criança ou adolescente, enquanto o mesmo estiver internado”.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de abril de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL - IDI, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 121/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 121/2015

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 173/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, em 26 de MAIO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 102/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 173/2014, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Pedro Fleischmann, Bairro Oxford, conforme Memorial Descritivo, Projetos e de acordo com o Programa Juro Zero – BADESC / CIDADES;

Considerando que devido a incidentes ocorridos em outras obras de pavimentação referente a resistência das bocas de lobo, foi verificado que o material indicado no projeto inicial para grelha de boca de lobo, sendo de concreto armado, não tem grande resistência para ser utilizado devido ao tráfego intenso sobre as mesmas. Para tanto, será realizada a substituição desse material pela boca de lobo com grelha de ferro fundido, sendo necessário assim suprimir e aditivar o referido contrato com base no Art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica suprimido no Contrato o valor total de R\$ 14.461,44 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 14.461,44 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos). Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 122/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 122/2015

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 159/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, em 15 de MAIO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 121/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 159/2014, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Getúlio Vargas, Bairro Boehmerwald, com extensão total de 363,48 m e área total a ser pavimentada de 2.923,20 m², conforme Memorial Descritivo, Projetos e de acordo com o Programa Juro Zero – BADESC CIDADES;

Considerando discordâncias de valores entre Contratante e Contratada referentes ao Termo Aditivo nº 061/2015, que trata de alterações da especificação de serviços com aditivo e supressão de valores;

Considerando que a obra ainda não está concluída devido a estas discordâncias e que a mesma está conveniada junto ao BADESC CIDADES pelo Programa Juro Zero – Contrato nº 2013030602, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução e de vigência do referido Contrato, com base no e Art. 57, parágrafo 1º inciso IV da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 15 de abril de 2015 e com término em 14 de julho de 2015.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 15 de maio de 2015 e com término em 14 de agosto de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHELIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 124/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 124/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 021/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, em 21 de JANEIRO de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 360/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 021/2015, que constitui no fornecimento de material e mão de obra e demais obrigações necessárias para revitalização da rede cicloviária e acessibilidade na Avenida dos Imigrantes e Rua Antonio Kaesemodel, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 310.833-29/2009 - Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, em anexo a Tomada de Preços 360/2014.

Item 1 – Fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para adequação acessibilidade Avenida dos Imigrantes, situada no Bairro Progresso, com extensão de aproximadamente 2.600m, conforme memorial descritivo, projetos e contrato de repasse nº 310.833-29/2009 Ministério das Cidades/CAIXA.

Considerando Ofício nº 03/2015 enviado pela Contratada em anexo a este Termo Aditivo, onde a mesma solicita prorrogação de prazo de execução e vigência da obra em virtude das chuvas ocorridas nos últimos meses, acarretando em atraso na conclusão da mesma, sendo que conforme Ofício nº 03/2015 a obra está em fase de finalização, faltando concluir os serviços de sinalização viária; Considerando que a justificativa apresentada não se enquadra nos critérios da Lei 8.666/93 em seu art. 57, parágrafos 1, 2, 3 e 4, porém considerando o princípio da economicidade, solicita-se a prorrogação dos prazos de execução e de vigência, uma vez que a paralisação da obra, rescisão do Contrato e abertura de novo processo licitatório causaria prejuízos a Administração; Diante do exposto, fazendo-se necessário prorrogar o referido Contrato, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 28 de abril de 2015 e com término em 11 de junho de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 21 de julho de 2015 e com término em 04 de setembro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 23 de abril de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 131/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 131/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 137/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa 9 MM PROPAGANDA LTDA, em 07 de MAIO de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 316/2013.

Considerando o objeto do Contrato de nº 137/2014 que consiste na contratação de serviços de agência de propaganda, que se compõe de planejamento, criação, execução, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias, promoções, materiais de divulgação, produção gráfica, eletrônica (VT, Spot etc...), eventos e outros serviços necessários às ações de comunicação social da Administração Municipal;

Considerando que a Empresa 9MM Propaganda Ltda presta serviços para a Prefeitura de São Bento do Sul, decorrentes do Edital de Concorrência Pública nº 316/2013, e face a obrigação do Município de divulgação de seus atos, prestação de contas, programas, obras, serviços e campanhas, bem como divulgações de caráter educativo, informativo ou de orientação social aos munícipes das ações desenvolvidas pela Administração Direta, Indireta e Autarquias;

Considerando que os serviços são solicitados de acordo com as necessidades do Município, conforme consta no Edital de Concorrência Pública nº 316/2013 e conforme Cláusula Quarta – do Prazo do Contrato nº 137/2014, onde informa a possibilidade de prorrogação por no máximo 60 meses, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 07 de maio de 2015 e com término em 06 de maio de 2016. Os serviços que não forem contratados até 31 de dezembro de 2015, deverão ser desconsiderados caso não haja termo aditivo ao contrato. Neste caso não há obrigatoriedade de contratação pela Prefeitura, não podendo se falar em perdas e danos.

Permanece o valor mensal do Contrato em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), totalizando o valor em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), referente ao período prorrogado para pagamento de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2015.

Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

9 MM PROPAGANDA LTDA, como Contratada.

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 146/2015

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS INCLUINDO TAXAS DE EMBARQUE ATRAVÉS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PALESTRANTE E TRADUTOR REFERENTE A EVENTO "CONVERSA ABERTA SOBRE ACOLHIMENTO FAMILIAR" A SER REALIZADO NOS DIAS 21, 22 E 23 DE MAIO DE 2015.

II – Contratado: ALPINA VIAGENS E TURISMO LTDA-ME

III – Caracterização da situação que justifica a dispensa de

licitação: A aquisição destas passagens ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência social – SEMAS, conforme o projeto "Conversa Aberta" 3ª Edição, que será realizado pela SEMAS, Gerando Amor e Poder Judiciário. Foi realizado o primeiro pregão nº 113/15, em 29/04/15, a qual ficou deserta, não havendo nenhum fornecedor para as passagens do palestrante, que vira de Londres e do tradutor, que vem de São Paulo. Em seguida foi iniciado novo processo licitatório, pregão nº 130/15, com abertura em 15/05/15, 9:30 h, que também ficou deserta. O setor de compras da SEMAS fez contato com diversas agências de viagens da cidade e região para ver qual poderia vender as passagens nos valores estipulados no referido pregão, mas não obteve sucesso, pois os valores estavam muito acima dos previstos em decorrência do dólar que a cada dia aumentava. Os valores previstos no pregão nº 130/15 eram R\$ 3.242,12, este foi o motivo alegados pelas agências de viagens consultadas que ficava inviável efetivar a venda com estes valores.

Ressaltamos que o evento, "Conversa Aberta" 3ª Edição foi amplamente divulgado nas mídias locais e regionais, inclusive com participação de pessoas ligadas ao Serviço de Acolhimento Familiar de outros estados, como Rio de Janeiro e Paraná, que já tinham adquiridos suas passagens e reservado hotéis na cidade. Além disso, a SEMAS já realizou uma licitação para aluguel de tradução simultânea, bem como organizado em parceria com o Grupo de Estudos a Adoção Gerando Amor e Poder Judiciário toda a estrutura e logística deste evento.

IV – Razão da escolha do fornecedor: Por não haver tempo hábil para novo processo e considerando a importância da aquisição destas passagens, pois o palestrante precisa embarcar em Londres dia 20/05/15 e o tradutor em São Paulo, no mesmo dia. Importante ressaltar que o palestrante é a razão deste evento, caso não pudesse vir não teria o evento, pois foi todo formatado com a participação do mesmo. Ficando desta forma impossível não contar com a participação do palestrante que tem vasto conhecimento sobre o assunto e agregará muito, tanto para os profissionais da área quanto para as famílias acolhedoras do Município.

V – Justificativa de preço: A SEMAS realizou cotação de preço com outras empresas do ramo para as duas passagens, onde a Alpina Turismo cotou em R\$ 4.454,51, Adriática Turismo R\$ 4.943,43 e Orgasul Turismo R\$ 9.675,43. Tiveram ainda as empresas que nem responderam a solicitação de cotação de preço, que são elas: Terra Brasil, Positivo Turismo e BTG Viagens, as duas últimas são de Curitiba. Desta forma, não nos restou outra alternativa, além de optar pela aquisição das passagens da empresa que ofereceu o menor preço, Alpina Turismo, R\$ 4.454,51, mesmo estando acima dos valores previsto, pois neste momento, não há outro meio possível para trazer o palestrante/tradutor de Londres/São Paulo, que vêm gratuitamente ministrar a palestra sobre Acolhimento Familiar.

RITA MARIA DUMS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LISTAGEM PORTARIAS 05/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 9142, de 13 de maio de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 13 de maio de 2015. Marili Tatiane Theisges da Silva. Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9166, de 15 de maio de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 14 de maio de 2015. Maria Aparecida de Souza Eichen-dorf. Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9167, de 15 de maio de 2015. Exonera Coordenador de Setor de Secretaria da Junta Militar, a partir de 22 de maio de 2015.

Adriana Brosowski. GAPRE.

Portaria nº 9168, de 15 de maio de 2015. Nomeia Coordenador de Serviços de Secretaria da Junta Militar, a partir de 22 de maio de 2015. Irene Leoni Brosowski. GAPRE.

Portaria nº 9172, de 18 de maio de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 15 de maio de 2015. Jeferson Jocelon Chaves. Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SECON.

Portaria nº 9173, de 18 de maio de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 15 de maio de 2015. Geanise Virginia Martins de Sousa. Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9174, de 19 de maio de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 12/06/2015 a 11/07/2015. Jaime Ropke. Soldador. SEMOB.

Portaria nº 9175, de 19 de maio de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2004/2007, período de 29/06/2015 a 28/07/2015. Marco Aurelio Olinisky. Médico Veterinário. SEMUS.

Portaria nº 9176, de 19 de maio de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 25/06/2015 a 25/07/2015. Zila Rosi Jantsch. Auxiliar de Serviços. Fundação Cultural.

Portaria nº 9177, de 19 de maio de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 24/06/2015 a 23/07/2015. Gisele Linzmeyer. Auxiliar Administrativo. SEMUS.

São Bento do Sul, 21 de maio de 2015.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 9169/2015

PORTARIA Nº 9169, DE 15 DE MAIO DE 2015

Altera a Portaria nº 5424, de 09 de maio de 2014, que Nomeia Membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul - CONCIDADE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1680, de 10 de outubro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria nº 5424, de 09 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

II – Representantes da Sociedade Civil:

b) representantes da Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul - ACISBS: Rafael Olices Celeski - Titular e Benedito Torquato - Suplente

(...)"

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9170/2015

PORTARIA Nº 9170, DE 15 DE MAIO DE 2015
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor CASSIANO RUTHES, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

· Fiat/Doblô, placas MKU 3593
· GM/Celta, placas MBT 6615

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9171/2015

PORTARIA Nº 9171, DE 15 DE MAIO DE 2015

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 006/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 006/2015.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;
EDERVAL JOSÉ NEIDERT- Representante do Departamento de Recursos Humanos;
ZILA ADA TERRES TSCHOEKE - Representante do Departamento de Recursos Humanos;
SANDRA PETERS - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 127/2015

ADENDO DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2015

1 - No Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 127/2015

APRESENTAR JUNTO AO ENVELOPE DE PROPOSTA CERTIFICAÇÃO DO INMETRO DE TODOS OS ITENS LICITADOS .

Apresentar Catálogo ou Folder do fornecedor/fabricante contendo a descrição técnica do produto, o qual deverá conter no mínimo os seguintes dados: Marca, Modelo, Indicação de Uso, Medida e Índice de Carga e Velocidade.

Catálogo ou Folder do fornecedor/fabricante contendo o Prazo de Garantia contra defeitos de fabricação.

Somente serão classificados os itens com certificação INMETRO.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO NO EDITAL E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, MANTEM-SE A ABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2015 NO DIA 26/05/2015.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE COMPRAS

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 39/2015 FMS

ADENDO DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015 FMS

1 - No Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 39/2015 FMS

APRESENTAR JUNTO AO ENVELOPE DE PROPOSTA CERTIFICAÇÃO DO INMETRO DE TODOS OS ITENS LICITADOS.

Apresentar Catálogo ou Folder do fornecedor/fabricante contendo a descrição técnica do produto, o qual deverá conter no mínimo os seguintes dados: Marca, Modelo, Indicação de Uso, Medida e Índice de Carga e Velocidade.

Catálogo ou Folder do fornecedor/fabricante contendo o Prazo de Garantia contra defeitos de fabricação.

Somente serão classificados os itens com certificação INMETRO.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO NO EDITAL E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, MANTEM-SE A ABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015 NO DIA 27/05/2015.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE COMPRAS

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 76/2014

Contrato Nº: 20/2015 1º Termo Aditivo de prazo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Ancora Prime Assessoria e Consultoria Ltda - ME

Vigência: Início: 03/04/15/ - Término: 03/05/2015

Recursos: Dotação:

(14) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor Administrativo – Exercício Vigente.

Objeto: Prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em gestão e avaliação patrimonial.

Valor total do contrato original: R\$ 75.500,00 (Setenta e Cinco Mil e Quinhentos Reais).

São Bento do Sul, 20 de maio de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

RESUMO DO CONTRATO N.25/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:25/2015

Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Contratada...:CONSORCIO INT DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL-IBERÊ.

Objeto :PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS
INERENTES A EXECUÇÃO DOS PROJETOS AMBIENTAIS

Valor :R\$11.500,00(onze mil e quinhentos reais)

Licitação :056/2015

SAO CARLOS, 19 de maio de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO 037 SINALTEC PORTAL II PRAZO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: ABRIL/2015

SEXTO TERMO ADITIVO: PREFE N. 037 DE 09/04/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/04/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 099/2014 Modalidade: Tomada de Preços n. 010/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Do Prazo do Contrato PREFE 073 de 07/10/2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda

CPF/CNPJ: 02.898.145/0001-87

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 15/08/2015

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda - Da Vigência do contrato PREFE n. 078, de 13/11/2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Macromaq Equipamentos Ltda

CNPJ: 83.675.413/0002-84

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/06/2015

ADITIVO 038 - TERRAMAX IRINEU - PRAZO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: ABRIL/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 038 DE 27/04/2015 - 3º Termo Aditivo ao Contrato n. 052, de 24/06/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/04/2015

LICITAÇÃO: Processo PREFE n. 061/2014 – Tomada de Preços PREFE n. 006/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do contrato n. 052 de 24/06/2014

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

CNPJ/CPF: 04.406.660/0001-28.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 29/06/2015

CONT. PREFE N. 018 PARALELAS LOTE 03

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 018 DE 16/03/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 6.300,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA O CENTRO DE EVENTOS E CONVENÇÕES MUNICIPAL, objeto do Termo de Compromisso n. 1013892-13/2013/MTUR/CAIXA.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: PARALELAS COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ n. 07.555.459/0001-09

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

ADITIVO 040 DE 2015 SETEP 03 RUAS

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: ABRIL/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO PREFE N. 040 DE 29/04/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 059/2014 Tomada de Preços 004/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do Contrato PREFE 051 de 24 de junho de 2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

CNPJ: 83.665.141/0001-50,

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 03/07/2015

CONT. PREFE N. 034 MAISATIVO LEILÃO

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: ABRIL/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 034 DE 07/04/2015

VALOR DO CONTRATO: 10% (dez por cento) do preço de arrematação dos bens.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/04/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA

CNPJ n. 03.386.739/0001-26,

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 07/04/2016

ADITIVO 042 PÁ CAREEGADEIRA

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MAIO/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 042 de 11/05/2015 (QUARTO TERMO ADITIVO)

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 125/2014 Pregão Presencial 042/2014

CONT. PREFE N. 038 ALF EQUIPAMENTO MULHERES

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MAIO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 038/2015 DE 12/05/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 2.376,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2015

DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO

À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, objeto do Convênio n. 796304/2013 da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
CONTRATADA: ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
CNPJ n. 12.581.380/0001-84
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. PREFE N. 039 GGA EQUIPAMENTO MULHERES

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MAIO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 039/2015 DE 12/05/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 7.192,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2015

DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, objeto do Convênio n. 796304/2013 da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: GGA Info Serv Ltda ME

CNPJ: 03.857.781/0001-23

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. PREFE N. 040 RUDIGER EQUIPAMENTO MULHERES

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MAIO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 040/2015 DE 12/05/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 28.950,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2015

DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, objeto do Convênio n. 796304/2013 da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: RUDIGER MULTIMARCAS LTDA,

CNPJ n. 11.962.590/0002-30

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. PREFE N. 041 TELECOPY EQUIPAMENTO MULHERES

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MAIO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 041/2015 DE 12/05/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 27.641,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2015

DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, objeto do Convênio n. 796304/2013 da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ n. 04.303.600/0001-80,

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

DEC 1981 DE 20 05 15 NOMEIA ANDRESSA LORENZON PARA O CARGO DE CONSULTOR TÉCNICO

DECRETO Nº 1981, DE 20 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualiza; e

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Andressa Lorenzon, para exercer o cargo de Consultor Técnico, neste Município de São Domingos (SC), enquadrada no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.04, Nível CC-02, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada, a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 20 de maio de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS MES 04 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA
 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/4
 Data: 20/05/2015
 Hora: 11:19:17
 Período: 01/04/2015 - 30/04/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 01/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	805,06
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	345,03
Total de recursos recebidos em 01/04/2015:			1.150,09

Recursos recebidos em: 02/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.704,19
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	730,37
Total de recursos recebidos em 02/04/2015:			2.434,56

Recursos recebidos em: 06/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.068,51
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	24.336,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Da Família - SF	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	19.130,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	4.084,68
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.493,19
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF Federal	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	12.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	6.690,00
Total de recursos recebidos em 06/04/2015:			69.802,38

Recursos recebidos em: 07/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	470,30
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.097,34
Total de recursos recebidos em 07/04/2015:			1.567,64

Recursos recebidos em: 08/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	818,50
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	350,79
Total de recursos recebidos em 08/04/2015:			1.169,29

Recursos recebidos em: 09/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	2.291,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	34.500,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	505,70
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfvs (Ex-	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	2.430,15
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.179,95
Total de recursos recebidos em 09/04/2015:			40.907,35

Recursos recebidos em: 10/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	36.400,47
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.696,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	22,14
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	13,29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/4
 Data: 20/05/2015
 Hora: 11:19:17
 Período: 01/04/2015 - 30/04/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 10/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	53,14
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	15.624,61
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	145.601,88
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	60.667,45
Total de recursos recebidos em 10/04/2015:			265.079,24

Recursos recebidos em: 13/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	8.586,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	8.226,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	178.944,78
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	928,72
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.166,99
Total de recursos recebidos em 13/04/2015:			198.853,04

Recursos recebidos em: 14/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Piso de Atenção Básica - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	20.342,83
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	13.086,68
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	30.535,59
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Média e Alta Complexidade - MAC	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	44.568,08
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	708,45
Total de recursos recebidos em 14/04/2015:			109.241,63

Recursos recebidos em: 15/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	16.733,52
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	39.044,89
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	6.000,00
Total de recursos recebidos em 15/04/2015:			61.778,41

Recursos recebidos em: 16/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.411,97
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	605,13
Total de recursos recebidos em 16/04/2015:			2.017,10

Recursos recebidos em: 17/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	745,43
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	319,47
Total de recursos recebidos em 17/04/2015:			1.064,90

Recursos recebidos em: 22/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	10.000,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	180,73
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	433,76

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 3/4
 Data: 20/05/2015
 Hora: 11:19:17
 Período: 01/04/2015 - 30/04/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 22/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	16.667,93
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	6.690,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	40.003,02
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.775,54
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	108,44
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.903,80
Total de recursos recebidos em 22/04/2015:			83.763,97

Recursos recebidos em: 23/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.275,43
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	22.233,91
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	54.603,44
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	975,18
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	4.725,37
Total de recursos recebidos em 23/04/2015:			84.813,33

Recursos recebidos em: 24/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.110,52
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	18.924,54
Total de recursos recebidos em 24/04/2015:			27.035,06

Recursos recebidos em: 27/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	3.165,34
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	7.385,78
Total de recursos recebidos em 27/04/2015:			10.551,12

Recursos recebidos em: 28/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	763,63
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.781,80
Total de recursos recebidos em 28/04/2015:			2.545,43

Recursos recebidos em: 29/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	566,65
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.322,17
Total de recursos recebidos em 29/04/2015:			1.888,82

Recursos recebidos em: 30/04/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	2.457,57
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.703,81
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	25.738,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	23,30
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	102.954,19

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 4/4

Data: 20/05/2015

Hora: 11:19:17

Período: 01/04/2015 - 30/04/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 30/04/2015

Órgão concededor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	42.897,58
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	55,91
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	15.642,23
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	13,98
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	56.556,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	1.474,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	5.898,15
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferencias de Recursos do PDDE	4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	10,77
Total de recursos recebidos em 30/04/2015:			260.427,48

TOTAL GERAL:**1.226.090,84**

SAO DOMINGOS, SC, 20 de maio de 2015.

Recebido em ____/____/____.

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2015 - Processo nº 205/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO EM CANAL DE DRENAGEM NA RUA CORNÉLIO CASTRO, NO BAIRRO FORQUILHINHAS, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 08 de junho de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 08 de junho de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - CONVITE 003/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 142/2015 - CONVITE Nº 003/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA RECUPERAÇÃO DO CANAL DO RIO TRÊS HENRIQUES, BAIRRO AREIAS, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe:

EMPRESAS LICITANTES

- KS CONSTRUÇÕES LTDA-ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- CONBELL CONSTRUÇÕES LTDA-EPP;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP.

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as Propostas de Preços apresentadas pelas empresas participantes do certame e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- KS CONSTRUÇÕES LTDA-ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- CONBELL CONSTRUÇÕES LTDA-EPP;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP.

Assim sendo, após análise das propostas de preços apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de menor preço global:

- 1ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES LTDA-ME – R\$ 62.899,01 (sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e um centavo);
- 2ª Classificada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. – R\$ 70.560,26 (setenta mil, quinhentos e sessenta reais e vinte e seis centavos);
- 3ª Classificada: CONBELL CONSTRUÇÕES LTDA-EPP – R\$ 89.150,63 (oitenta e nove mil, cento e cinquenta reais e sessenta e três centavos);
- 4ª Classificada: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP – R\$ 90.100,09 (noventa mil, cem reais e nove centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no dia 21 de maio de 2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para Homologação, Revogação ou Anulação.

São José, 20 de maio de 2015.

Carlos Schmidt Rejane Magali dos S. Medeiros
Presidente da CPL Membro da CPL

Paulo Dutra
Membro da CPL

Kety T. da Silva Trierveiler Ramon de Souza C. Martins
Membro da CPL Membro da CPL

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 014/2015

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO Nº 014/2015. PARTES: Município de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José – FMCT e ASSOCIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME. OBJETO: apoio financeiro para realização da 9ª Edição da Festa do Siri. Dotação Orçamentária: 13 39201132062.000.335042.00.00.00. VALOR: R\$ 34.880,00 (trinta e quatro mil oitocentos e oitenta reais). VIGÊNCIA: Data da assinatura até 29/05/2015. LOCAL E DATA: São José (SC), 16 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Carlos Eduardo de Souza Martins pelo Município de São José, e José Ricardo Koerich pela ASSOCIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ DA TERRA FIRME. PA 4923/2015.

PORTARIA - SA - Nº. 280/2015

P O R T A R I A - SA - N.º 280/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). TELMA NELITA SCHMITT ALEXANDRE, matrícula n.º 13832-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professora. Readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 01.04.2015 à 30.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 318/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 318/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) HERCILIO ANTUNES VARGAS, matrícula n.º 1876-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Agente Operacional. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 20.03.2015 à 19.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 340/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 340/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CLÉVIS DE MELO, matrícula n.º 39529-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde. Licença para Tratamento de Saúde por 21 (vinte e um) dias, de 06.04.2015 à 26.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 04 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 341/2015

PORTARIA- SA - Nº 341/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) MICHELLE ESTÁCIO, matrícula nº 10197-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeira, entrará em Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias a partir de 13.04.2015, referente ao período aquisitivo 2006/2011.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 342/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 342/15

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I - Conceder o retorno às atividades, do servidor Sr. LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO, matricula nº 2767-7, lotado na Secretaria da Educação, no cargo de Professor, visto que estava em Licença sem Vencimentos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11.02.2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 343/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 343/15

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I - Conceder o retorno às atividades, do (a) servidor (a) Sr. (a) NICELENE MARIA SOARES, matrícula nº 24511-9, lotada na Secretaria da Educação, no cargo de Professor, visto que estava em Licença sem Vencimentos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01.10.2014.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de Maio de 2015.

SINARA REGONA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 344/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 344/15

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I - Conceder o retorno às atividades, do (a) servidor (a) Sr. (a) LUCIANE SCHVEPPE LOPES, matrícula nº 13550-0, lotada na Secretaria da Educação, no cargo de Professor, visto que estava em Licença sem Vencimentos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11.02.2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de Maio de 2015.

SINARA REGONA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 346/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 346/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. VIVIAN DA CAS ENGELKE, matrícula

n.º 41323-2, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Medica, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 08.04.2015 a 04.10.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 347/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 347/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91, e art. 88, - Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANDREA FLORA PAUSEWANG, matrícula n.º 23296-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Combate as Endemias. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 50 (cinquenta) dias, de 21.04.2015 à 09.06.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 348/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 348/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91, e art. 88, - Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). IZOLETE SILVEIRA SILVA, matrícula n.º 35256-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico de Enfermagem. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 13.04.2015 à 12.05.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 349/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 349/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91, e art. 88, - Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). REGINA DE FATIMA RA-CHADEL AROUCA, matrícula n.º 17510-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 14.04.2015 à 13.05.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 350/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 350/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LOURDES MARIA CANAZARO DALLA VECCHIA, matrícula n.º 21700-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 27.04.2015 à 26.05.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 352/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 352/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91, e art. 88, - Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADELAR PEREIRA CHAVES, matrícula n.º 2660-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Agente Operacional. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 26.03.2015 à 24.04.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 353/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 353/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JANETE SANTOS COSTA MERIZE, matrícula n.º 21743-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 23.04.2015 à 22.05.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 354/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 354/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. MELISSA DEL REI DE SOUZA, matrícula n.º 15192-0, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 31.03.15 à 26.09.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 355/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 355/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOÃO JOAQUIM MARTINS, matrícula n.º 1934-8, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 10.04.15 à 09.05.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10.04.2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 356/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 356/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta

Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SANDRO JOSÉ DA SILVA, matrícula n.º 17001-1, lotado (a) na Procuradoria, no cargo de Agente Administrativo. Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 19.04.15 à 17.07.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 357/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 357/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ODILON FARIAS COSTA, matrícula n.º 1732-9, lotado (a) na Fundação Municipal de Esporte, no cargo de Agente Operacional. Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 15.04.15 à 13.07.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 358/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 358/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSIANE GONÇALVES, matrícula n.º 1811-2, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente de Serviços Gerais. Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 13.04.15 à 11.07.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 359/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 359/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ANDREIA EDY ANDRADE, matrícula n.º 13963-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 07.04.2015 à 21.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 360/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 360/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) SIMONE FAORO DOS SANTOS, matrícula n.º 10811-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 04.04.2015 à 02.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 361/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 361/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) CARMEN LUCIA MEDEIRO LAURIANO, matrícula n.º 10785-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 11.04.2015 à 09.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 362/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 362/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) NAYME FOGAÇA LAUREANO, matrícula n.º 15212-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 22.04.2015 à 20.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 363/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 363/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) JOSÉ NICOLAU SCHMIDT, matrícula n.º 1828-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Motorista. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 09.04.2015 à 07.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 364/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 364/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) TANIA REGINA ZLUHAN, matrícula n.º 13529-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala. Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 02.04.2015 à 16.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 365/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 365/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANDREY LEAL LEITE, matrícula n.º 23438-9, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 10.04.2015 à 09.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 366/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 366/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). PRISCILA GODINHO, matrícula n.º 15741-1, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 14.04.2015 à 12.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 367/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 367/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARCOS FIRMINO DE MORAES, matrícula n.º 22708-0, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Agente de Fiscalização

de Transporte Coletivo. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 08.04.2015 à 06.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 368/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 368/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ARACELI GHEDIN DIAS, matrícula n.º 29015-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeira da Família. Licença para Tratamento de Saúde por 17 (dezessete) dias, de 06.04.15 à 22.04.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 369/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 369/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MURILO DOS SANTOS, matrícula n.º 40742-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista. Licença para Tratamento de Saúde por 20 (vinte) dias, de 13.04.15 à 02.05.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 370/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 370/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSIMERY MARIA DA SILVA CLAUDIO, matrícula n.º 39190-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 14.04.15 à 13.05.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 371/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 371/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANA PAULA MARCELINO, matrícula n.º 39323-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 22.04.15 à 20.06.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 372/2015

P O R T A R I A - SA - N.º 372/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

Considerando Termo de Inspeção de Saúde anterior, conforme portaria nº 308/15, com licença para tratamento de saúde concedida de 15.03.2015 à 13.04.2015,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). RENATO JOSÉ VIEIRA, matrícula n.º 15438-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo. Licença para Tratamento de Saúde por 12 (doze) dias, de 14.04.2015 à 25.04.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 08 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 406/2015

PORTARIA- SA - Nº 406/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) NEY DESTRI, matrícula nº 6018-6, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Arquiteto, entrará em Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias a partir de 18.05.2015, referente ao período aquisitivo 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Janeiro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 409/2015

PORTARIA- SA - Nº 409/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores

Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) ROSILEA PONTES, matrícula nº 1805-8, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professor, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 12.05.2015, referente ao período aquisitivo 1990/1995.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Maio de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 410/2015

PORTARIA- SA - Nº 410/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) ROZANA MARIA KUSTER, matrícula nº 16252, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Agente Administrativo, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 04.05.2015, referente ao período aquisitivo 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 411/2015

PORTARIA- SA - Nº 411/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) MATHEUS VAZ ALVES, matrícula nº 21483-3, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, entrará em Licença Prêmio por 90 (noventa) dias a partir de 01.05.2015, referente ao período aquisitivo 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 412/2015

PORTARIA- SA – Nº 412/2015

O Secretário de Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) JEAN MATTOS ALVES TEIXEIRA, matrícula nº 23237, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 11.05.2015, referente ao período aquisitivo 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 413/2015

PORTARIA- SA – Nº 413/2015

O Secretário de Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) EDILENE EVA DE LIMA, matrícula nº 10817-0, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Orientador Educacional, entrará em Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias a partir de 04.05.2015, referente ao período aquisitivo 2007/2012.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 414/2015

PORTARIA- SA – Nº 414/2015

O Secretário de Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) RITINHA ROMAGNO NAZARO, matrícula nº 13957-2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professor, entrará em Licença Prêmio por 90 (noventa) dias a partir de 12.05.2015, referente ao período aquisitivo 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Maio de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 415/2015

PORTARIA- SA – Nº 415/2015

O Secretário de Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) CLEUNICE MUSSATO BARCELOS, matrícula nº 13706-5, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professor, entrará em Licença Prêmio por 90 (noventa) dias a partir de 04.05.2015, referente ao período aquisitivo 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 416/2015

PORTARIA- SA – Nº 416/2015

O Secretário de Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) CECILIA GONÇALVES DE SOUZA, matrícula nº 13595-0, lotado (a) na

Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professor, entrará em Licença Prêmio por 90 (noventa) dias a partir de 12.05.2015, referente ao período aquisitivo 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Maio de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 417/2015

PORTARIA– SA – Nº 417/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) ANTONIA DE CASSIA AYRES, matrícula nº 1749-3, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professor, entrará em Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias a partir de 12.05.2015, referente ao período aquisitivo 1990/1996.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Maio de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 418/2015

PORTARIA– SA – Nº 418/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) KATIA REGINA CORREA CLARINDA, matrícula nº 13711-1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, entrará em Licença Prêmio por 90 (noventa) dias a partir de 12.05.2015, referente ao período aquisitivo 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Maio de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 420/2015

PORTARIA– SA – Nº 420/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) CHARLES NEY CURCIO, matrícula nº 6037, lotado (a) na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, no cargo de Agente Administrativo, entrará em Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias a partir de 04.05.2015, referente ao período aquisitivo 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 421/2015

PORTARIA– SA – Nº 421/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) ARMI DE MELO, matrícula nº 6037, lotado (a) na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, no cargo de Professor, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 04.05.2015, referente ao período aquisitivo 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 422/2015

PORTARIA– SA – Nº 422/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) MARIA FRANCELINA DE SOUZA, matrícula nº 2099, lotado (a) na

Secretaria de Saúde, no cargo de Atendente Saúde Pública, entrará em Licença Prêmio por 60 (sessenta) dias a partir de 06.05.2015, referente ao período aquisitivo 2002/2007.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 423/2015

PORTARIA- SA – Nº 423/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) FABRIZIO VENDRAMIN, matrícula nº 15444, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 04.05.2015, referente ao período aquisitivo 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Maio de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretário de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 424/2015

PORTARIA- SA - N.º 424/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARILZA BITTENCOURT, matrícula n.º 15633-7, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem. Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 08.04.2015 à 22.05.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 13 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - Nº. 425/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 425/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Que o servidor RENATO LUIZ FARACO ROCHA, matrícula n.º 1913-5, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, está apto para exercer suas atividades laborativas desde 27 de Abril de 2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Abril de 2015.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de Maio de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL 061/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 061/2015 – Processo nº 173/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS A DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA PREFEITURA DE SÃO JOSE/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 02/06/2015 às 13h15min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 02/06/2015 às 13h20min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

RESOLUÇÃO Nº 016/2015/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 016/2015/CMAS

APROVA A SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO DA ENTIDADE LAR DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA PERANTE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/05, conforme deliberado em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 14 de Maio de 2015; CONSIDERANDO o disposto nos artigos 5º, inciso LV e 227 da Constituição Federal do Brasil; CONSIDERANDO o disposto dos art. 90 e 91 da Lei Federal 8.069/1990, CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso II, "a" e "b", da Lei Municipal 2.411/1992; CONSIDERANDO o art. 3º e 9º da Lei Federal 8.472/93 e o art.8º da lei Municipal nº 4.308/2005; CONSIDERANDO o art.4º, 5º e 6º da Resolução Nº 14/CNAS;

CONSIDERANDO a resolução 007/2015/CMAS que dispõe sobre instauração de processo administrativo referente a regularidade da inscrição referente a entidade lar da criança Nossa Senhora de Fátima e da regularidade da mesma entidade enquanto membro da atual gestão do conselho Municipal de Assistência Social de São José;

CONSIDERANDO a deliberação em Assembléia Ordinária do dia 14 de maio de 2015, no tocante a instauração de processo administrativo referente a regularidade da inscrição referente a entidade Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima e da regularidade da mesma entidade enquanto membro da atual gestão do Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a conclusão do aludido Processo Administrativo, cujo Parecer Condutor da presente deliberação foi acolhido por maioria de votos dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social de São José - CMAS/SC;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender, pelo prazo de seis meses, a Inscrição de Entidade de "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima", a contar da deliberação da Plenária de 14/05/2015.

Art. 2º - Perda do Mandato do "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima" perante a atual composição do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e, conseqüentemente, na impossibilidade de Participação de Fóruns Eletivos da Sociedade Civil no tocante ao CMAS, enquanto perdurar a suspensão prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Passado o prazo previsto no Art. 1º sem que seja protocolizado tempestivamente perante o CMAS ou caso não acatado pela Plenária o pedido de reativação da Inscrição, seja então cancelado a Inscrição da Entidade "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima".

Art. 4º - Competirá à Secretaria Executiva proceder comunicação da Decisão da Plenária aos órgãos e instituições integrantes do sistema de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, especificamente os Conselhos Tutelares de São José, ao Ministério Público (4ª e 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José), ao Poder Judiciário, (Vara da Infância e Juventude e Anexos da Comarca de São José) e à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - Notifique-se a Entidade "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima" para, querendo, interpor recurso, observados o prazo e a legislação aplicável, bem como, a data de publicação da presente Resolução.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 7º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 14 de maio de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

TERMO ADITIVO/TA Nº 285/2013-03 – CC 003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 285/2013-03 – CC 003/2013 - Processo 205/2013 – Contratado: KS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: ATENDIMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DAS RECLAMAÇÕES EMERGENCIAIS ATRAVÉS DA OUVIDORIA GERAL E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, PARA REALIZAÇÃO DE PEQUENOS REPAROS E MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Readequação Quantitativa de Valor: o Contrato nº 285/2013 vigorará com a readequação de 24,55% sobre seu valor original, o que representa a importância de R\$ 91.885,43 (noventa e um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos). O valor total do Contrato, que era de R\$ 374.219,86 (trezentos e setenta e quatro mil, duzentos e dezenove reais e oitenta e seis centavos), a partir deste termo passará a vigorar com a importância de R\$ 466.105,29 (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e cinco reais e vinte e nove centavos). Data da assinatura: 30 de abril de 2015.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-INSTITUCIONAL

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-INSTITUCIONAL

PARTES: Municípios de São José e Florianópolis. OBJETO: Ajustar as regras relativas à permuta de servidor entre os Municípios de São José/SC e Florianópolis/SC, com vistas à troca de experiência nas mais diversas áreas de atuação das instituições. VIGÊNCIA: da assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016. LOCAL E DATA: São José (SC), 24 de abril de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont pelo Município de São José e Cesar Souza Júnior pelo Município de Florianópolis.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.51/2015 ERRA

ERRATA/REPUBLIÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº51/2015

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, realizou correção no item 2.1 e item 8.1.3 do Processo Licitatório nº 51/2015, Edital de Pregão Nº 51/2015, para registro de preço que tem como objeto: "contratação de laboratório credenciado junto aos órgãos competentes para realização de análises mensais, trimestrais, semestrais e anuais para o sistema de abastecimento de água do município de São José do Cedro, distrito de Mariflor e distrito de Padres Réus, de acordo com a portaria 2914/11 e a resolução CONAMA 357. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 03/06/2015. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 03/06/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.375, DE 19 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 4.375, DE 19 DE MAIO DE 2015.

"REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, REVOGA AS LEIS Nº. 2.333 DE 20 DE SETEMBRO DE 1995 E 2.456 DE 24 DE ABRIL DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art 1º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de São José do Cedro, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

§1º O conselho Municipal de Assistência Social de São José do Cedro ficará vinculado a Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação do município, órgão responsável pela coordenação da política de assistência social e que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

§2º Os recursos destinados ao apoio técnico e operacional do Conselho de Assistência Social deverá observar os critérios previstos do Decreto Federal nº 7.363 de 07 de dezembro de 2011 e Portaria nº 07 de 30 de janeiro de 2012 do Ministério do Desenvolvimento Social.

Art 2º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§1º As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

§2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas às atividades e aos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência social públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

I – elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III – convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV – encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) Recursos Humanos (NOB RH/SUAS);

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

X - aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XIII - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV - encaminhar a documentação ao gestor municipal das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no município para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), estabelecido na NOB/SUAS e aprovar seu relatório;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;

XVII - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais, conforme o disposto no § 2º do art. 22 da Lei n. 8.742 de 1993;

XVIII - acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XIX - realizar o controle social do Programa Bolsa Família;

XX - publicar no respectivo Diário Oficial do Município todas as suas deliberações.

SEÇÃO II

DO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) a política municipal de assistência social;

b) o plano municipal de assistência social;

c) o plano de ação;

d) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;

e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;

f) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete mensal e prestação de contas ao final do exercício;

g) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

h) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social às entidades e organizações de assistência social;

i) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social;

j) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social;

k) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

a) o estatuto social;

b) o plano de trabalho;

c) o relatório anual de execução; e

d) os documentos contábeis.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas;

b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);

V - da Comissão Intergestores Bipartite, para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado. Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

SEÇÃO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto de, no mínimo, 10 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - cinco representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

a) dois da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação;

b) um da Secretaria Municipal de Educação;

c) um da Secretaria Municipal da Saúde;

d) um da Secretaria Municipal da Fazenda;

II - cinco representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

a) dois representantes dos usuários e/ou organizações e usuários da assistência social;

b) dois representantes de entidade e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS; e

c) um representante de entidade de trabalhadores efetivos do setor.

Parágrafo Único: No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

Art. 6º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada nas seguintes formas:

I - grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecidos como legítimos;

II - movimentos sociais, as associações, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

Parágrafo único. Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência, que deverá ser de no mínimo dois anos, por meio dos seguintes documentos:

a) um instrumento de comunicação e informação de circulação regional;

b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e

c) documento oficial de sua criação e existência.

Art. 7º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 8º Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§1º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

a) de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

b) de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas

ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS; e

c) de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CMAS.

§2º As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei n. 8.742 de 1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, conforme Resolução do CNAS e regulamento pelos CMAS, sobre os parâmetros que definem sobre a inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipais dos Municípios.

§ 3º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 4º Somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Art. 9. Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 10. Os representantes do Governo de que trata o inciso I do art. 5º devem ser indicados e nomeados pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art. 11. A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 5º ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público.

§ 1º Caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§ 2º Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

§ 3º O processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

Art. 12. A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo único: O ressarcimento de despesas e o adiantamento

ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.

Art. 13. Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única reeleição.

Art. 14. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 15. O Conselho Municipal de Assistência Social será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de um ano, permitida uma única reeleição.

Art. 16. Junto ao Conselho Municipal de Assistência Social poderá atuar, com direito a voz, um representante do Ministério Público, indicado pelo Procurador Geral de Justiça, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades da sociedade civil, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da assistência social.

Art. 17. Os membros referidos do art. 5º, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa; e

VI - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 5º, incisos I e II, da presente Lei.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 18. O Conselho Municipal de Assistência Social compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de um ano, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) 1º Secretário; e

d) 2º Secretário.

§ 3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil respeitadas as seguintes condições:

a) Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o/a vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

b) Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno;

§4º As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar

como colaboradores, os representantes de outras entidades, outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

- a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;
- b) de Financiamento e Orçamento;
- c) de Políticas; e
- d) de Divulgação e Comunicação.

§ 5º O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§ 6º As ações de capacitação dos Conselheiros deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§ 7º A Secretaria do Desenvolvimento social e Habitação será o órgão de apoio técnico administrativo do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§ 8º A Secretaria subsidiará a Assembleia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

SEÇÃO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 19. A Assembleia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 20. O CMAS tem autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas respeitando o mínimo de 10 (dez) dias.

Art. 21. A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os Conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 22. A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social ficam a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município, competindo-lhe:

- I - coordenar e executar as ações no campo da assistência social;
- II - elaborar o diagnóstico social e propor o plano de assistência social do município;
- III - propor ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) a política municipal de assistência social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridades e de elegibilidades, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;
- IV - elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, especialmente a da seguridade social, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;
- V - encaminhar para a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social, os relatórios trimestrais e anuais de atividade e de realização financeira dos recursos destinados à assistência social;
- VI - prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social;
- VII - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;
- VIII - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede socioassistencial Governamental e da sociedade civil do Município e

encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009;

IX - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como os demais setores afins;

X - expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

XI - elaborar e submeter à deliberação do CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;

XII - envidar esforços para a garantia de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a órgãos municipais e entidades não-governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

XIII - criar o Sistema de Informações Sociais;

XIV - destinar recursos financeiros do município, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, estabelecidos pelo CMAS.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 23. O Fundo Municipal de Assistência Social é instrumento de captação e aplicação de recursos e tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas e projetos específicos de assistência social.

Art. 24. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos e dos critérios de partilha, do plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social e por ocasião de sua apreciação, considerar os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e/ou de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Conselho Nacional de Assistência Social;

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política;

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da

assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;
b) relação com o plano municipal de assistência social;
c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;
d) regularização no alcance da previsão de atendimento;
e) a qualidade dos serviços prestados; e
f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social, se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;
VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regime Interno; e
XII - aprovar o Regime Interno do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 25. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social:

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;

II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - doações em espécies;

VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

IX - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras; e
X - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a X do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 26. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação e pela Política Municipal, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social integrará o orçamento do FMAS.

Art. 27. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social e Lei Municipal Nº 4.208 de 25 de fevereiro de 2014.

VIII - atendimento das ações sócioassistenciais de caráter emergencial;

IX - provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social; e

X - custeio de despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política de Assistência Social.

Parágrafo único. Incluem-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública, conforme disposto no art. 22 e parágrafos da Lei Orgânica de Assistência Social e Lei Municipal Nº 4.208 de 25 de fevereiro de 2014.

Art. 28. O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 29. As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, mensal e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§1º O FMAS deverá ter contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes e balanços anuais.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

§1º Os Conselheiros admitidos anteriormente a esta Lei e que se encontram ativos quando da publicação desta, deverão receber o certificado ao término do seu mandato.

§2º Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas Comissões Temáticas e nos Grupos de Trabalho.

Art. 31. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 32. O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;
IV - racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos Conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos; e

V - Garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 33. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 34. O Regimento Interno do CMAS complementará a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS, devendo ser submetido à Assembleia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 2.333 de 20 de setembro de 1995 e Lei Municipal nº 2.456 de 24 de abril de 1997.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de Maio de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.
FERNANDO JÚLIO WILL,

Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2015 - PR Nº 047/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/06/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 047/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CORA CORALINA (CRECHE PROINFANCIA TIPO C), DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 20 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.099, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 5.099, DE 20 DE MAIO DE 2015.

Isenta o valor de locação da Sala de Exposições, Oficina 01, Cozinha, Restaurante de Praça de Alimentação e Teatro Professor Arno Ignácio Etges, situados no Centro de Eventos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 2.045, de 13 de novembro de 2012, e

CONSIDERANDO que o evento "Assembleia Rotária do Distrito 4740", realizado pelo Rotary Club, tem por objetivo estimular a defesa dos direitos sociais, bem como a cultura e a arte do município de São Lourenço do Oeste, em vista de tratar-se de um evento regional, e tem o apoio da Prefeitura Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica isento o valor de locação da Sala de Exposições, Oficina 01, Cozinha, Restaurante de Praça de Alimentação e Teatro Professor Arno Ignácio Etges, situados no Centro de Eventos, sito na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste, em virtude da realização da Assembleia Rotária do Distrito 4740, a ser promovida no dia 23 de maio de 2015, pelo Rotary Club de São Lourenço do Oeste, inscrito no CNPJ sob o nº 04.756.460/0001-03, com fulcro no art. 2º, inciso II, alíneas "a" e "b" e § 2º da Lei Municipal nº 2.045, de 13 de novembro de 2012.

Parágrafo único. Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e o sindicato que promoverá os eventos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.100, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 5.100, DE 20 DE MAIO DE 2015.

Fixa o horário de expediente e de atendimento ao público dos órgãos da Administração Pública Municipal e institui o Sistema de Registro Eletrônico de efetividade funcional dos servidores municipais da Administração Direta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de acordo com o que dispõe os artigos 41, 42, § 1º e 67 da Lei Complementar Municipal nº 118, de 23 de junho 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado, em dois turnos, o horário de expediente e de atendimento ao público dos órgãos da Administração Pública Municipal direta, Autarquias, SINE e Junta do Serviço Militar, os quais cumprirão jornada de trabalho de 08 horas, com intervalo de 02h para o almoço, nos seguintes horários: das 07h e 30m às 11h e 30m, e das 13h e 30m às 17h e 30m, de segunda à sexta-feira.

Parágrafo único. Excetuam-se do cumprimento do horário previsto no caput, as Escolas Públicas Municipais e o Conselho Tutelar, os quais permanecerão com os horários de funcionamento inalterados.

Art. 2º Fica instituído o Sistema de Registro Eletrônico da efetividade funcional dos servidores municipais da Administração Direta, que será regulado conforme as disposições deste Decreto.

Parágrafo único. A apuração da efetividade observará os horários de expediente fixados no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Consideram-se servidores municipais para fins deste Decreto, os servidores detentores de cargos de provimento efetivo e os admitidos em caráter temporário - ACT.

Art. 4º O registro eletrônico da efetividade funcional será realizado pessoalmente, através de sistema que armazenará, diariamente, de forma automatizada, seus horários de entradas e saídas.

§ 1º O registro eletrônico da efetividade funcional por sistema eletrônico será efetuado através de identificação biométrica por impressão digital.

§ 2º Nos órgãos da administração direta e indireta, enquanto não houver sido implantado o Sistema de Registro Eletrônico, o controle da efetividade funcional continuará sendo realizado através do preenchimento manual de ficha ponto.

§ 3º Na hipótese de eventual falha no Sistema de Registro Eletrônico, ou na identificação biométrica por impressão digital, o servidor, de que trata o art. 3º, é responsável por entrar em contato, imediatamente, com a Gerência de Recursos Humanos e solicitar a anotação atestando seus horários de entrada e saída, conforme o caso, sob pena de sofrer os descontos previstos no artigo 6º deste Decreto, exceto se averiguado pane geral no Sistema, caso em que será procedida a anotação, pela Gerência de Recursos Humanos, nos respectivos registros.

Art. 5º Fica vedado ao servidor municipal efetuar registro de efetividade aquém ou além dos limites de sua jornada, de acordo com os horários previstos no art. 1º e conforme sua carga horária diária e semanal de trabalho, exceto se previamente autorizada a prestação de serviço extraordinário ou a compensação de horários.

§ 1º Os afastamentos legais e autorizações prévias serão registrados

no sistema de registro eletrônico da efetividade.

§ 2º Somente será autorizada a compensação de horários em casos excepcionais, mediante prévia autorização e justificativa expedida pelo superior hierárquico e protocolada junto à Gerência de Recursos Humanos.

§ 3º Os servidores públicos municipais que forem convocados para realizar trabalho em horário diverso do horário de expediente, especificado no artigo 1º deste Decreto, em vista de eventos realizados pelo Município, poderão compensar as horas excedentes em folgas, conforme definição, autorização e justificativa do Secretário da pasta, devidamente protocoladas junto à Gerência de Recursos Humanos, sempre com respaldo ao cumprimento da carga horária relativa ao respectivo cargo.

Art. 6º De acordo com os dados constantes do Sistema de Registro Eletrônico da efetividade funcional, o servidor perde:

I - a remuneração do dia, quando faltar ao serviço sem motivo justificado legalmente;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos não justificados e saídas antecipadas.

§ 1º Fica autorizada a Gerência de Recursos Humanos a processar automaticamente os descontos, de que trata o caput deste artigo, de acordo com os dados constantes do Sistema de Registro Eletrônico, salvo se houver justificativa legal expedida pelo superior hierárquico ou compensação de horários, na forma prevista no art. 5º, § 2º, deste Decreto.

§ 2º Caso não seja possível o processamento dos descontos na folha de pagamento da mesma competência em que ocorrer a falta ou atraso, os descontos poderão ocorrer nos meses subsequentes.

Art. 7º O servidor que deixar de cumprir a carga horária diária de trabalho por motivo de falta e atraso, deverá providenciar imediatamente a justificativa perante seu superior hierárquico.

§ 1º As faltas ao serviço por motivo de doença serão justificadas para fins de anotação no assentamento individual e pagamento, mediante atestado médico, o qual será aceito para afastamentos de até 3 (três) dias e, para período superior a este e inferior a dezesseis dias, caberá avaliação por Junta Médica Oficial do Município ou, na sua falta, por Médico Oficial do Município.

§ 2º Em qualquer dos casos mencionados no § 1º deste artigo o atestado médico ou o laudo da junta médica oficial, deverá ser apresentado ao Setor de Recursos Humanos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não ser aceito e as faltas tidas como injustificadas.

Art. 8º Fica sob responsabilidade das respectivas chefias imediatas acompanhar e controlar a frequência do servidor e adotar as medidas administrativas cabíveis para garantir a fiel execução deste Decreto e demais normas regulamentadoras.

Art. 9º Cabe aos servidores referidos no art. 3º deste Decreto:

I - realizar o registro de seus horários de entradas e saídas, de acordo com o art. 4º, sempre com respaldo nos horários previstos no artigo 1º e de acordo com a respectiva jornada de trabalho;

II - acompanhar o registro eletrônico de sua jornada diária de trabalho, por meio de consulta às informações eletrônicas que serão colocadas a sua disposição; e

II - conferir a folha eletrônica individual do ponto até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao registro da frequência, podendo, dentro do mesmo prazo, manifestar a sua discordância justificadamente.

§ 1º O servidor que não manifestar discordância quanto ao registro de sua efetividade no prazo previsto no inciso II deste artigo, terá seus dados confirmados.

§ 2º O servidor que não cumprir as normas previstas neste Decreto estará sujeito às medidas administrativas previstas no artigo 6º, conforme o caso, e medidas disciplinares estabelecidas na Lei Complementar nº 118/2010, de 23 de junho de 2010.

Art. 10. Para fins deste Decreto, compete:

I - à chefia imediata do servidor abonar e validar o registro eletrônico de sua efetividade funcional até o 5º (quinto) dia do mês subsequente;

II - à Gerência de Recursos Humanos, conferir, efetuar os descontos, homologar e transpor o registro das ocorrências para o sistema, tempestivamente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente; e

III - à Gerência de Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a gestão do sistema, a orientação e auditoria na utilização do registro.

Art. 11. A divulgação das normas estabelecidas neste Decreto caberá ao Gabinete do Prefeito, à Gerência de Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, competindo-lhes, ainda:

I - orientar os servidores quanto às diretrizes estabelecidas para o registro eletrônico da efetividade;

II - zelar pela conservação dos equipamentos e programas utilizados e pela segurança das informações do sistema; e

III - dirimir dúvidas relativas ao previsto neste Decreto, com vistas à sua fiel aplicação.

Art. 12. Ficam revogados os Decretos nº 4.994, de 26 de novembro de 2014 e 5.076, de 22 de abril de 2015 e as demais disposições em contrário.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.101, DE 21 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 5.101, DE 21 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a anulação do Processo Licitatório n. 066/2015, na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 55, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 49 da Lei n. 8666/93 e,

Considerando que os elementos constantes no projeto não são suficientes para uma perfeita execução dos serviços a serem contratados, pois não identificam corretamente os serviços, necessitando uma reformulação para melhor atendimento ao interesse público, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;

DECRETA

Art. 1º Fica anulado o Edital de Processo Licitatório n. 066/2015, na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2015, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de melhoria na iluminação pública de determinadas ruas do perímetro urbano.

Parágrafo único. Determina-se a repetição do procedimento licitatório, com as adequações necessárias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de maio de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 698/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 698, DE 19 DE MAIO DE 2015.

Aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Estadual, alterando o inciso I do § 2º e o § 3º do art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para fixar o percentual de recursos a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde e estabelece outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovada a apresentação à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, da Proposta de Emenda à Constituição do Estado, constante do Anexo Único deste Decreto Legislativo, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 49 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Objetiva a referida Proposta alterar o inciso I do § 2º e o § 3º do art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para fixar o percentual de recursos a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde e estabelecer outras providências.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 19 de maio de 2015.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 41/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para contratação de serviços de Horas/Maquinas e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 02/06/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 20 de maio de 2015.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.333/2015 - FIXA DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA A SER REALIZADA NESTE MUNICÍPIO NO MÊS DE MAIO DO CORRENTE EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.333/2015

Fixa data e horário da Audiência Pública a ser realizada neste Município no mês de MAIO do corrente exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990,

DECRETA

Art. 1º Fica fixada a data de 29 de maio do corrente exercício financeiro de 2015, no horário das 8h30min, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marcílio Dias nº 1199, Centro, no Município de São Miguel do Oeste – SC, para realização da Audiência Pública, para prestação de contas do 1º Quadrimestre de 2015, referida no artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000 e no artigo 166, parágrafo 1º da Constituição Federal.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato, correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em, 18 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.335/2015 - FIXA NOVOS PREÇOS DAS TARIFAS DOS VEÍCULOS DE ALUGUEL (TÁXI) DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.335/2015

FIXA NOVOS PREÇOS DAS TARIFAS DOS VEÍCULOS DE ALUGUEL (TÁXI) DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.

DECRETA

Art. 1º Os preços das tarifas dos veículos de aluguel (táxi) do

Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, passam a vigorar a partir da presente data, nas seguintes condições e valores:

I	Corrida Mínima	R\$ 11,00
II	Corrida de Bairros	R\$ 16,50
III	Trevo e Santa Rita	R\$ 22,00
IV	Aeroporto	R\$ 27,50
V	Linha Santo Expedito	R\$ 33,00
VI	Frigorífico Sul Valle	R\$ 33,00
VII	Vila Basso, Vila Nova, Morada do Sol, UNOESC	R\$ 16,50
VIII	Exército	R\$ 22,00
IX	Linha Três Curvas	R\$ 27,50
X	Frigorífico Aurora	R\$ 22,00
XI	Km Rodado Asfalto	R\$ 1,40
XII	Km Rodado Sem Asfalto	R\$ 2,20
XIII	Hora Comercial	R\$ 66,00
XIV	Bairro Progresso	R\$ 22,00
XV	Bairro São Sebastião	R\$ 22,00
XVI	Bairro Colina	R\$ 22,00
XVII	Fundo Madeireira Gazola	R\$ 22,00
XVIII	Bairro Fundo da UNOESC	R\$ 22,00
XIX	Pedreira Pedro Paz	R\$ 27,50

Art. 2º Do ponto de táxi, sairá o veículo que estiver na vez, ou seja, o veículo que estiver em primeira posição de partida, vedada qualquer alteração de posição diferente sem consentimento do primeiro titular.

Parágrafo único – Caso o veículo de aluguel, esteja circulando de retorno ao ponto ou for convocado a prestar serviço pela preferência do usuário, por meio de telefone, somente será permitido o serviço se o usuário estiver a uma distância não inferior a 500 metros de quaisquer um dos pontos de táxi.

Art. 3º No caso de não obediência deste ato, ficará o responsável sujeito às seguintes penalidades:

I – as infrações à tabela, serão punidas com notificação e multa de 30% (trinta por cento) da UPM;

II – na reincidência, suspensão até 60 (sessenta) dias;

III – em nova reincidência, cassação do direito de exercício do ponto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 7.858 de 19 de setembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 19 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.123/2015 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 86.849,21 (OITENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS) LEI Nº 7.123/2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 86.849,21 (OITENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

**CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 86.849,21 (oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e vinte e um centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de móveis, equipamentos diversos e materiais de consumo diversos destinados às creches municipais, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

**CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 86.849,21 (oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e vinte e um centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
02 – SETOR DE ENSINO

27.365.0185.1.110 – Aquisição de móveis e equipamentos-MEC/FNDE.

4.4.90.00.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 2.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (superavit) R\$ 20.000,00

27.365.0185.1.200 – Aquisição de materiais diversos de consumo-MEC/FNDE.

3.3.90.00.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (superavit) R\$ 64.349,21

TOTAL R\$ 86.849,21

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito de que trata a presente Lei fica utilizado os recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, constante

do Recurso Código nº. 1017 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, oriundo do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, conta Banco do Brasil S/A – sob nº. 41754-8, na ordem de R\$ 84.349,21 (oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e um centavos), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito deste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1017 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, oriundo do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, conta Banco do Brasil S/A – sob nº. 41754-8 na ordem de R\$ 2.500,00 (dois mil reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

**CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 86.849,21 (oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e vinte e um centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de móveis, equipamentos diversos e materiais de consumo diversos destinados às creches municipais, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

**CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 86.849,21 (oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e vinte e um centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de móveis, equipamentos diversos e materiais de consumo diversos destinados às creches municipais, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 19 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.124/2015 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 114.681,69 (CENTO E QUATORZE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E UM REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 114.681,69 (CENTO E QUATORZE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E UM REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

**CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 114.681,69 (cento e quatorze mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição brinquedos e demais material de consumo para manutenção dos serviços das Creches com recursos do MEC/FND, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

**CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 114.681,69 (cento e quatorze mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 – SETOR DE ENSINO

27.365.0185.2.201 – Aquisição de brinquedos e demais material de consumo

para manutenção dos serviços das Creches-MEC/FNDE.

3.3.90.00.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (superavit) R\$ 112.681,69

TOTAL R\$ 114.681,69

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito de que trata a presente Lei fica utilizado os recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, constante do Recurso Código nº. 1017 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, oriundo do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, conta Banco do Brasil S/A – C/BRASIL CARINHOSO NAS CRECHES - 46531-3, na ordem de R\$ 112.681,69 (cento e doze mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito deste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1017 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, oriundo do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, conta Banco do Brasil S/A – C/BRASIL CARINHOSO NAS CRECHES - 46531-3, na ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

**CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 114.681,69 (cento e quatorze mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição brinquedos e demais material de consumo para manutenção dos serviços das Creches com recursos do MEC/FND, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

**CAPÍTULO IV
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 114.681,69 (cento e quatorze mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição brinquedos e demais material de consumo para manutenção dos serviços das Creches com recursos do MEC/FND, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 19 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.125/2015 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 39.875,12 (TRINTA E NOVE MIL, OITOCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E DOZE CENTAVOS), E CON

LEI Nº 7.125/2015.
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 39.875,12 (TRINTA E NOVE

MIL, OITOCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E DOZE CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro e de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 39.875,12 (trinta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e doze centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de brinquedos, em conformidade com Plano de Trabalho aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e Termo de Compromisso do PAR nº 201306585, firmado entre as partes.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 39.875,12 (trinta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e doze centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 – SETOR DE ENSINO

27.365.0185.2.199 – Aquisição de brinquedos, material didático e pedagógico.

3.3.90.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 39.875,12

Art. 3º Para o atendimento complementar do crédito deste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1017 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, Termo de Compromisso do PAR nº 201306585, na ordem de R\$ 39.875,12 (trinta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e doze centavos), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 39.875,12 (trinta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e doze centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de brinquedos, em conformidade com Plano de Trabalho aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e Termo de Compromisso do PAR nº 201306585, firmado entre as partes.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 39.875,12 (trinta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e doze centavos), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de brinquedos, em conformidade com Plano de Trabalho aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e Termo de Compromisso do PAR nº 201306585, firmado entre as partes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 19 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 72/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Prefeito Municipal, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto Locação do imóvel sob matrícula n. 41.349, na Rua Santo Molin, Centro de São Miguel do Oeste – SC, com edificação de 800m2, destinado para o Setor de Trânsito, para o período de 12 meses, a contar a partir de 01 de junho de 2015, conforme laudo de indicação da Comissão de Avaliação, prorrogáveis conforme a necessidade/ conveniência da Administração Pública e de acordo entre as partes, nos termos da Lei n. 8.666/93 e suas alterações. Valor Mensal de R\$ 3.650,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Contratada: PEDRO GILBERTO GIANI.

São Miguel do Oeste – SC, 19 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº43/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº43/2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 963/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir o Crédito Especial no total de R\$57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10.1.091 – Drenagem Pluvial R\$ 57.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$57.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais) na dotação abaixo identificada:

07.01.26.782.10.1.072 – Aquisição de Veículo R\$40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$40.000,00

07.01.26.782.10.1.075 – Reforma de Equipamentos R\$17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$17.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015

A Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de auxiliar de enfermagem, para o período de 06 (seis) meses, podendo haver uma renovação de contrato até 31/12/2015.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido a necessidade da contratação de um(a) auxiliar de enfermagem, devido a não inclusão de tal cargo no Edital de Processo Seletivo nº 02/2014, no entanto no presente momento há necessidade de tal profissional na Unidade de Saúde Centro II Maria R. Junkes.

Art. 2º - Os/as auxiliares de enfermagem interessados (as) em

participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 29 de maio de 2015, às 9h, portando a seguinte documentação:

- I - Xerox Identidade;
- II - Xerox CPF;
- III - Xerox PIS PASEP/ Carteira Trabalho;
- IV - Xerox Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral;
- V - Xerox Certificado de Reservista;
- VI - Xerox Títulos Escolares (autenticado);
- VII - Xerox Certidão de Casamento;
- VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos;
- IX - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);
- X - 01 Foto 3 x 4 atual;
- XI - Comprovante de Residência;
- XII - Declaração de bens;
- XIII - Declaração de Acumulação;
- XIV - Conta Banco Brasil;
- XV - Declaração Penalidades;
- XVI - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 8h as 12h ou através do telefone (48) 32770122 r:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - A vaga ofertada, tem como pré-requisito o título de auxiliar de enfermagem em escola reconhecida e o candidato deverá possuir registro no COREN com duração de no mínimo de 01 (um) de ano.

§ 1º - No momento da escolha o candidato deverá apresentar cópia autenticada do certificado de conclusão do curso de auxiliar de enfermagem, bem como documento original comprobatório do registro no COREN;

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 4º - O (a) auxiliar de enfermagem, irá assumir uma carga horária de 40 horas semanais.

§ 1º - Devendo desempenhar tarefas auxiliares de enfermagem quanto aos cuidados com pacientes. Efetuar registros e relatórios de ocorrências. Trabalhar em conformidade com as boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

§ 2º - O (a) auxiliar de enfermagem, deverá exercer as atividades que constam na descrição do cargo da Lei Municipal nº 128/99, ou outras atividades relevantes na área da saúde, determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 5º - A escolha será realizada em forma de assembléia, sendo exposta a vaga, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um candidato (a) interessado pela mesma vaga, será adotado os seguintes critérios de desempate:

- I – Título em auxiliar de enfermagem; havendo empate;
- II – Tempo de serviço na função de auxiliar de enfermagem; havendo empate;
- III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§ 2º - Para o critério de desempate em tempo de serviço na função de auxiliar de enfermagem, o candidato deverá possuir um comprovante, que deverá ser a certidão original de tempo de serviço. A não apresentação de tal documentação, no ato da escolha é de caráter eliminatório.

Art. 6º - Após a escolha da vaga, o(a) auxiliar de enfermagem, irá assinar a declaração de ciência da vaga e de suas atribuições, conforme o ANEXO 1, do presente edital.

São Pedro de Alcântara, 20 de maio de 2015.
TATIANA CORDEIRO DA SILVA
Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, servidor (a) aprovado (a) na Chamada Pública nº 01/2015, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Auxiliar de Enfermagem, declaro que escolhi tal vaga, e tenho ciência das atribuições do cargo prevista na Lei Municipal nº 128/99 e que poderei vir a desempenhar outras funções não descritas no cargo, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

São Pedro de Alcântara, 29 de maio de 2015.

Nome:

II TERMO DA ERRATA DO CREDENCIAMENTO 02.2014 - INCLUSÃO DE ITEM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

II TERMO ADITIVO EDITAL
CREDENCIAMENTO nº. 02/2014

1 - DA JUSTIFICATIVA

1.1- Considerando a C.I de nº 24.2015 encaminhado pela Secretária de Saúde Municipal, faz-se necessário acrescentar o item do Anexo Edital.

2 – DO ACRÉSCIMO

2.1 - Em continuidade ao Anexo do Edital de CREDENCIAMENTO nº. 02/2014 - FMS ACRESCENTA-SE o item conforme Tabela abaixo:

ITEM	ESPECIALIDADE OU PROCEDIMENTO EXAMES	Quantidade Estimada /ANO	VALOR EM R\$ Por consulta com exame	ESPECIFICAÇÕES/OBRIGAÇÕES
59	Oftalmologista (adulto e infantil) com exame de Fundo de olhos e Tonometria.	300	120,00	O credenciado contratado deverá realizar o serviço em Consultório, Clínica ou unidade hospitalar.

Os demais itens permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com este Aditivo.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de Maio de 2015.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 965, DE 18 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 965, DE 18 DE MAIO DE 2015

“Altera o Anexo do PPA do Programa OBRA E SERVIÇOS PÚBLICOS da Lei nº777/2013, que Dispõe Sobre o PPA 2014/2017”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo do PPA do Programa OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS da Lei nº777/2013, acrescentando a AÇÃO - Drenagem Pluvial no valor de R\$57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais) conforme Plano Plurianual - Programas de Governo. Segue o novo anexo atualizado.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de maio de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de maio de 2015.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 966, DE 18 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 966, DE 18 DE MAIO DE 2015

“Altera a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa Obra da LDO, Lei nº914/2014”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS da Lei 914/2014 acrescentando a Ação - Drenagem Pluvial. Segue em anexo a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de maio de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de maio de 2015.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 198/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 198/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de 28/04/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28/04/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2015-PMS

PROCESSO Nº. 98/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa prestadora de seguros para veículos lotados na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de junho de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 08 de junho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 21 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CONVITE - CONFERÊNCIA MUNICIPAL PARA DISCUSSÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME)

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

O Prefeito Municipal de Schroeder, Excelentíssimo Senhor Osvaldo Jurck e o Secretario de Educação, Senhor Maykel Roberto Laube, convidam todos os interessados para participar da Conferência Municipal para discussão do Plano Municipal de Educação (PME).

Local: Câmara de Vereadores de Schroeder
Avenida dos Imigrantes, 2520 – Centro – Schroeder - SC
Data: 26 de maio de 2015
Horário: 14h às 17h.

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LUCILENE PEREIRA, inscrita no CPF sob nº. 083.581.309-61, aprovada

em 11º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR A – ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 29 de maio de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 19 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.321/2015 DE 18 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3.321/2015 de 18 de maio de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 5.000,00

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0043 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 18 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 49/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 49/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 38/2015–FMS - Dispensa de Licitação nº. 21/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CM HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.420.164/0003-19, estabelecida Eixo 3, quadra 9 A, módulo 26 a 30, Bairro Dimic, na cidade de Catalão, Estado de Goiás, CEP: 75.709-685.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de fórmula infantil fornecida para paciente através da Ação Civil Pública de nº 0900043-63.2015.8.24.0026 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	NEOCATE 400g ou ALFAMI- NO 400g	6	Latas	150,00	900,00
VALOR R\$ TOTAL	900,00				

Valor do contrato: R\$ 900,00 (novecentos reais).

Data da Assinatura: 20/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 165/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº165/2015

ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº062/2008, QUE ESTRUTURA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II da Lei Complementar no 062/2008, que passa a vigorar com a redação que lhes dá o Anexo I desta lei.

Art. 2º Fica alterado o número de vagas do cargo de Assessor Jurídico no Quadro de Pessoal da Administração do Município de Schroeder, passando de 01 (uma) para 02 (duas) vagas.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições dos cargos do Quadro de Pessoal da Administração do Município de Schroeder, constante no anexo II da referida Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

4) LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2008 E ALTERAÇÕES:**ALTERAÇÕES NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR N.º 062/2008**

GABINETE DO PREFEITO			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Procurador Municipal	01	5	FG-5
Controlador Municipal	01	3	FG-3
Chefe de Gabinete	01	2	FG-2

Secretário Executivo	01	2	FG-2
Agente de Controle Interno (Obrigatoriamente Servidor Efetivo)	01	-	FG-3
Diretor de Convênios	01	2	FG-2
Diretor do PROCON	01	2	FG-2
Secretário do PROCON	01	1	FG-1
Assessor Jurídico	02	4	FG-4
Diretor Municipal de Defesa Civil	01	2	FG-2
Secretário Executivo de Defesa Civil	01	1	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças	01	Lei Específica	
Diretor de Finanças	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento	01	02	FG-2
Diretor de Informática	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Humanos	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Materiais	01	02	FG-2
Diretor de Tributação	01	02	FG-2
Secretário de Gabinete	01	01	FG-1
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças	14	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	01	Lei Específica	
Coordenador Administrativo	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Esporte e Lazer	01	02	FG-2
Diretor de Unidade de Ensino	12	02	FG-2
Diretor de Cultura	01	02	FG-2
Orientador Escolar	06	02	FG-2
Supervisor Escolar	03	02	FG-2
Assessor de Cultura	04	01	FG-1
Assessor de Educação	08	01	FG-1
Assessor de Esporte e Lazer	04	01	FG-1
Secretário de Unidade de Ensino	06	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Saúde	01	Lei Específica	
Diretor de Saúde	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Coordenador da Atenção Básica	01	02	FG-2
Assessor de Saúde	10	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Assistência Social	01	Lei Específica	
Diretor de Assistência Social	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Coordenador de CRAS	01	01	FG-1
Coordenador de CREAS	01	01	FG-1
Assessor de Assistência Social	04	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Obras e Serviços Urbanos	01	Lei Específica	
Diretor de Obras e Serviços Urbanos	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento Urbano	01	02	FG-2
Assessor de Obras e Serviços Urbanos	08	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	01	Lei Específica	
Diretor de Agricultura	01	02	FG-2

Diretor de Indústria, Comércio e Turismo	01	02	FG-2
Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	05	01	FG-1
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Águas, Saneamento e Gestão Ambiental	01	Lei Específica	
Diretor de Saneamento	01	02	FG-2
Assessor de Saneamento e Gestão Ambiental	03	01	FG-1

LEI Nº 2.103/2015

LEI Nº 2.103/2015

ALTERA O ART. 2º DA LEI Nº 2.015/2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICO COM A ADEHASC – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE SANTA CATARINA/SOCIEDADE DE HABITAÇÃO POPULAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 2º da Lei nº 2.015/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a destinar o imóvel da Rua 23 de Março, na localidade de Itoupava-Açú, sob a matrícula nº. 27.752, contendo uma área de 20.361,00m² (vinte mil trezentos e sessenta e um metros quadrados) e o imóvel da Rua 95-Rua Guilherme Bauer, na localidade Sossego, sob a matrícula nº. 17.448, contendo uma área de 2.555,6 m² (dois mil quinhentos e cinquenta metros e sessenta décimos quadrados), para fins de interesse social, possibilitando a construção de casas populares.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 20 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.058/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 6.058/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015

FICA CORRIGIDO ERRO MATERIAL COMETIDO NA PORTARIA Nº 5.941/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE NOMEIA SERVIDORES PARA A COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES COORDENADORA E TÉCNICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Fica corrigido erro material cometido na Portaria nº 5.941/2015, de 18 de fevereiro de 2015, que servidores para a composição das Equipes Coordenadora e Técnica do Plano Municipal de Educação do Município de Schroeder, a saber:

Onde se lê:

Equipe Técnica:

- Coordenadora Geral: Fabiane Heller
- Representante da Educação Infantil: Tereza Stefan
- Representante do Ensino Fundamental: Diviê Roberta Welter Carvalho
- Representante do Ensino Médio: Alícia Flora Buttner
- Representante da Educação Especial: Geziane Machado
- Representante do Conselho Municipal de Educação de Schroeder - COMED: Djuli Cristiane Konell
- Representante de Instituição Particular de Ensino: Alexandre Santos de Oliveira

Leia-se:

Equipe Técnica:

- Coordenadora Geral: Fabiane Heller
- Representante da Educação Infantil: Tereza Stefan

- Representante do Ensino Fundamental: Diviê Roberta Welter Carvalho
- Representante do Ensino Médio: Alícia Flora Buttner
- Representante da Educação Especial: Geziane Machado
- Representante do Conselho Municipal de Educação de Schroeder - COMED: Djuli Cristiane Konell
- Representante de Centro de Apoio Educacional: Alexandre Santos de Oliveira

Art. 2º Art. 2º Continuam inalterados os demais dispositivos da Portaria nº5.941/2015, de 18 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2015.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 19 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.059/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.059/2015, DE 19 DE MAIO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Losangela Belers em 19 de dezembro de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.034/2014, de 08 de agosto de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Vanessa Stack do Amaral, para exercer o cargo de Professora B, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 003/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA PREGÃO PRESENCIAL 15/2015-FMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 34/2015 Data do Processo: 30/04/2015

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 24/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos e fórmulas infantis para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com a representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que a representante da empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. está credenciada para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Diante de dificuldades técnicas para análise das propostas e documentação exigida o processo será paralisado de acordo com o item 1.2- E-. "Etapa de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas comerciais, conforme Portaria nº. 5720 /2014, de 16 de setembro de 2014", e item 6.2 "Dada a especificidade do objeto licitado, restando dúvidas sobre a vinculação da proposta aos objetos licitados, ou do atendimento dos subitens do 6.1.10, a pregoeira poderá suspender o processo até que o parecer técnico seja ofertado" e para análise dos itens 6.1.10 "Obrigatoriamente a empresa deverá apresentar juntamente com a Proposta os seguintes documentos": item 6.1.10.1 "Licença de funcionamento expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da sede do licitante, válida para o ano em exercício", item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere", item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere", e item 6.1.10.4 "Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da licitante, juntamente com sua publicação no Diário Oficial da União, não superior a 12 meses". Após parecer técnico será feita a classificação da proposta comercial e marcada uma data para continuação do certame com a etapa de lances. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata a empresa participante.

Schroeder, 20 de Maio de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandara de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 15/2015 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 34/2015
Data do Processo: 30/04/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 24/2015 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

SILVANA SEMENTINO AMARIO

- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2015 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 34/2015 Data do Processo: 30/04/2015
Folha: 1/2	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 24/2015 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos e fórmulas infantis para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com a representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que a representante da empresa NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. está credenciada para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Diante de dificuldades técnicas para análise das propostas e documentação exigida o processo será paralisado de acordo com o item 1.2- E-. "Etapa de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas comerciais, conforme Portaria nº. 5720 /2014, de 16 de setembro de 2014", e item 6.2 "Dada a especificidade do objeto licitado, restando dúvidas sobre a vinculação da proposta aos objetos licitados, ou do atendimento dos subitens do 6.1.10, a pregoeira poderá suspender o processo até que o parecer técnico seja ofertado" e para análise dos itens 6.1.10 "Obrigatoriamente a empresa deverá apresentar juntamente com a Proposta os seguintes documentos": item 6.1.10.1 "Licença de funcionamento expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da sede do licitante, válida para o ano em exercício", Item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere", item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere", e item 6.1.10.4 "Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da licitante, juntamente com sua publicação no Diário Oficial da União, não superior a 12 meses". Após parecer técnico será feita a classificação da proposta comercial e marcada uma data para continuação do certame com a etapa de lances. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata a empresa participante.

Schroeder, 20 de Maio de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 15/2015 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 34/2015
Data do Processo: 30/04/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 24/2015 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

SILVANA SEMENTINO AMARIO

- - Representante

DISPENSA Nº 21/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 21/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 38/2015
Data: 20/05/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: CM HOSPITALAR LTDA
Endereço: EX 3,SN - QUADRA9 A - MODULO 26 A 30
Cidade: CATALAO - GO
CNPJ: 12.420.164/0003-19

Código: 12169

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de fórmula infantil fornecida para paciente através da Ação Civil Pública de nº 0900043-63.2015.8.24.0026 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	6,00	NEOCATE 400g ou ALFAMINO 400g	LATA	150,00	900,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Criança portadora de alergia à proteína do leite animal (CID K52-2).

Schroeder, 20 de Maio de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 21/2015 - DL

Processo Nr.: 38/2015
Data: 20/05/2015

Folha: 2/2

20/5/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 20 de Maio de 2015

Valor da Despesa: 900,00 (novecentos reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Sombrio

PREFEITURA

075-2015

PORTARIA Nº 075 DE 04 DE MAIO DE 2015.
EXONERAR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 04/05/2015, o Senhor ADEMIR EUZÉBIO, matrícula 928, nomeada pela portaria nº 154, de 01 DE março de 1994, para o Cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Fica revogada a Portaria nº 154, de 01 de março de 1994.

Município de Sombrio-SC, 04 de maio de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

076-2015

PORTARIA Nº 076 DE 04 DE MAIO DE 2015.
EXONERAR POR APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 04/05/2015, o Senhor LUIZ ANTONIO FREITAS DE CARVALHO, matrícula 2862, nomeada pela portaria nº 025, de 06 de março de 2003, para o Cargo de Operador de Equipamento, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Fica revogada a Portaria nº 025, de 06 de março de 2003.

Município de Sombrio-SC, 04 de maio de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

077-2015

PORTARIA Nº 077 DE 04 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Prorrogar Licença sem vencimentos pelo período de (2) (dois anos), a contar de 04/05/2015 a 04/05/2017, para o Funcionário Público Municipal, abaixo relacionado.

NOME MATRÍCULA FUNÇÃO
ALDOIR MINATTO 682 TEC. AGRICOLA.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 04 de maio de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

078-2015

PORTARIA Nº 078 DE 04 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Prorrogar Licença sem vencimentos pelo período de (2) (dois anos), a contar de 04/05/2015 a 04/05/2017, para o Funcionário Público Municipal, abaixo relacionado.

NOME MATRÍCULA FUNÇÃO
LEANDRO PEREIRA VUOLO 2852 AUX ADMINISTRATIVO.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 04 de maio de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

079-2015

PORTARIA Nº 079 DE 04 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECÍFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra LOUISE VARGAS ROSSO, Técnico em Enfermagem, com Carga Horária de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO

4463 2008 à 2013 01/05/2015 `a 30/06/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 04 de maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

080-2015

PORTARIA Nº 080 DE 04 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECÍFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 3ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra JEANE MARTINS JOÃO, Auxiliar Administrativo, com Carga Horária de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO

923 2004 à 2009 01/04//2015 `a 30/05/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 04 de maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

081-2015

PORTARIA Nº 081 DE 04 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Prorrogar Licença sem vencimentos pelo período de (1) (um ano), a contar de 08/05/2015 a 07/05/2016, para ao Funcionário Público Municipal, abaixo relacionado.

NOME MATRÍCULA FUNÇÃO

JUÇARA T. BORBA SCHEFFER 289 PROFESSORA.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos a contar de 08 de maio de 2015.

Município de Sombrio-SC, 04 de maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

082-2015

PORTARIA Nº 082 DE 04 DE MAIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 5ª Licença Prêmio a servidora efetiva Sra. ANA PAULA DA ROSA MENGUE PEREIRA, Professora, Nível III, com regime de trabalho de 40 horas semanais.

A Licença Prêmio a que se refere o item acima, será somente sobre a carga horária de 20 horas semanais, como segue

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO

279 02/05/2010 a 02/05/2015 14/05/2015 a 14/11/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos a contar de 14/05/2015.

Município de Sombrio-SC, 04 de maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbó

PREFEITURA

AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 48 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - srp Nº 48/2015 - PMT

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial acima citado, que objetiva o REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS POUCO PERECÍVEIS E PERECÍVEIS DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS E À CORPORAÇÃO DE BOMBEIROS MILITARES sofreu alteração conforme segue:

No ANEXO I, Especificações e Quantidades do Objeto - Termo de Referência, fica incluído o item 74 – Açúcar Branco Refinado conforme a tabela abaixo:

Item	Qtd	Und.	Descrição	Observações	Valor unitário de referência (R\$)
...
74	50	KG	Açúcar Branco Refinado	De primeira qualidade, branco, especial peneirado, isento de fermentações, matéria terrosas, parasitas e detritos animais e vegetais. Embalagem: Primária – polietileno ou polietileno de baixa densidade, atóxica, original do fabricante, de 1 kg, secundária, caixa de papelão ou tipo fardo. Resolução – RDC nº 271, de 22 de setembro de 2005,	1,98

Permanecem inalterados os demais itens e exigências do edital.

Timbó/SC, 20 de maio de 2015.

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.78 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/78

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Direta Telecomunicações LTDA.

OBJETO: Alteração dos quantitativos e valor da Cláusula Primeira do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo 2013/78, sendo que no item 1.2 deve ocorrer a Supressão 05 unidades, resultando em um total de R\$ 1.650,00 (hum mil seiscentos e cinquenta reais) mensais. Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Edital de Pregão Presencial nº. 23/2013, Contrato Administrativo nº 2013/78, aditivos, atos e procedimentos a eles vinculados.

DATA DA ASSINATURA: 04/05/2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

EXTRATO CONTRATO 2015.081 SEPLAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/081

AUTORIZANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ/ FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

AUTORIZADO: TBONET SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÕES LTDA ME.

OBJETO: Autorização de Uso, pelo AUTORIZANTE ao AUTORIZADO, de parte do imóvel de sua propriedade denominado Parque Ecológico Freymund Germer – Morro Azul, localizado na Rua Mulde Alta, nº. s/n, para a instalação de antena destinada a retransmissão de sinal wireless na frequência de 5.15 Ghz – 5.85 Ghz. Valor mensal a ser pago pelo AUTORIZADO: R\$ 644,10 (seiscentos e quarenta e quatro reais e dez centavos). PRAZO: 08/05/2015 até 21/01/2018. Data da Assinatura 08/05/2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secr. Mun. Planej. Trans. e Meio Ambiente

EXTRATO CONTRATO 2015.76 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/76
AUTORIZANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.
AUTORIZADO: ESPORTE CLUBE ÁGUA VERDE.

OBJETO: autorização de uso, a título gratuito, ao AUTORIZADO de 1 (um) espaço (correspondente ao antigo restaurante) na parte externa do Pavilhão Municipal de Eventos "Henry Paul", durante a 25ª FESTA DO IMIGRANTE, período de 09/10/2015 a 12/10/2015. Data da Assinatura 04/05/2015.

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2015.82 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIAPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/82
AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
AUTORIZADO: ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de atividades postais para coleta, transporte e entrega de documentos no âmbito nacional.
VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
DATA DA ASSINATURA: 18/05/2015

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO CONVÊNIO 2015.16 - ONG EQUILÍBRIO VITAL

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2015/16
CONVENIENTE: Município de Timbó/ Fundo Municipal de Saúde
CONVENIADA: Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais – ONG.
OBJETO: execução, pela CONVENIADA, de atividades, ações e campanhas (inclusive de ordem educacional), que objetivem o controle das zoonoses e do crescimento populacional animal desordenado, além do encaminhamento para a prestação de assistência médico – veterinária/clinica veterinária dos animais de rua e aqueles pertencentes à população carente, especialmente para fins de castração de caninos e felinos (machos e fêmeas), sem prejuízo das demais atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 2340/07 (principalmente aquelas do art. 10). O objeto compreende inclusive a execução, pela CONVENIADA, do recolhimento, acolhimento e todas as medidas necessárias a adoção dos animais de rua. O encaminhamento para prestação de assistência médico – veterinária, no que tange as castrações, será de no mínimo de 20 (vinte) mensais. PRAZO: 04/05/2015 e término em 31/12/2015. VALOR TOTAL: R\$ 36.093,44 (trinta e seis mil e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos). Data da Assinatura: 04/05/15.
Laércio Demerval Schuster Júnior
Prefeito de Timbó

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2014.061 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/061
CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADO: Empreiteira de Mão-de-obra E.M.C Ltda Me
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2015.
DATA DA ASSINATURA: 05/05/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 2015.69 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/69
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.
CONTRATADO: TÚLIO CESAR CORDEIRO ME.
OBJETO: prorrogação do prazo do contrato que tem por objeto o pagamento, pela FUNDAÇÃO à CONTRATADA, da inscrição da candidata do Município de Timbó para o concurso MISS SANTA CATARINA OFICIAL 2015, viabilizando assim a participação da municipalidade e a promoção e organização do evento. PRAZO: prorrogado até 20/06/15. Data da Assinatura 15/05/15.

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 136 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 136/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó
OBJETO: Registro de Preço para aquisição de materiais e equipamentos de informática, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e do Fundo Municipal de Trânsito – FUMTRAN.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Infoplan Ltda Me, AJ Brasil Informática Eirelli ME, Top Center Comercial Ltda Me, Nano Empreendimentos Ltda Me, Doin Gama Comercio de Produtos de Informática Ltda Me, Império do Papel Comércio de Papéis LTDA ME, Luiz Fernando Cunha Grenier Me.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 54.481,80 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 20/11/2015

Timbó, 21/11/2014
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

Três Barras

PREFEITURA

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 002/2015

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 002/2015

Vigência: 18/05/2015 a 31/12/2015.

Contratante: Fundo Municipal De Desenvolvimento Rural De Três Barras – SC.

Contratado: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI - CNPJ sob o nº 83.052.191/0012-15.

Objeto: a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela Contratada para a Contratante.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 20 de Maio de 2015.

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2020

DECRETO Nº 2.020/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 25.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

25.000,0 (vinte e cinco mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

09– Secretaria de Administração e Fazenda

01 – Extensão Rural

Atividade: 2.017 –

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 R\$ 25.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica utilizado os recursos do excesso de arrecadação verificado no período e ou sua tendência.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 18//05/2015

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

LEI 1861

LEI Nº. 1.861/2015 18/05/2015

“CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO CORAL AMICI DELLA CANTORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com a finalidade específica e exclusiva de colaborar no custeio das atividades de sua manutenção fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação Coral Amici Della Cantoria, CNPJ Nº 12.387.401/0001-25 subvenção social no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) cuja liberação fica condicionada à apresentação das certidões negativas de débitos, Federais, Estaduais e municipais.

Parágrafo único. O valor da subvenção será dividido em (01) uma parcela de 1.500,00 e o saldo em 08 (oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas a contar do mês de maio de 2015.

Art. 2º A entidade beneficiada deverá Prestar Contas, até o 60 (sessenta) dias após o recebimento da última parcela, conforme Lei 4320/64

Art. 3º É vedada a redistribuição dos recursos de que trata esta Lei a outras entidades congêneres ou não.

Art. 4º O saldo eventualmente não aplicado deverá ser revertido aos cofres públicos até 31 de janeiro do exercício seguinte ao do recebimento.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei onerarão a dotação orçamentária 07.01.2015.3.3.50.00.00.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias, SC, 18 de maio de 2015
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

PORTARIA 039/2015

PORTARIA Nº 039/15 DE 15 DE MAIO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Gilmar Pessin	12/02/2014 a 11/02/2015	14/05/2015 a 12/06/2015	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 15 DE MAIO DE 2015.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 040/2015

PORTARIA Nº 040/15 DE 15 DE MAIO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Ivan José Scheuer	02/02/2014 a 01/02/2015	18/05/2015 a 01/06/2015	15
Neide Fachin Piaia	02/10/2013 a 01/10/2014	18/05/2015 a 01/06/2015	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 15 DE MAIO DE 2015.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 041/2015

PORTARIA Nº 041/15 DE 18 DE MAIO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 17 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora ANE MARGARIDA SOERGER ZARO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade N.º 5.060.798, inscrita no CPF sob o N.º 048.111.929-90, residente e domiciliada na cidade de Videira/SC, aprovada em concurso público oriundo do Edital N.º 01/2013 de 28 de maio de 2013, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 1826/2013 de 19 de novembro de 2013, para o cargo de T.M.N.S FISCAL RECEITAS TRIBUTÁRIAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 18 DE MAIO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 042/2015

PORTARIA Nº 042/15 DE 18 DE MAIO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Diego Mergener	11/02/2014 a 10/02/2015	18/05/2015 a 06/06/2015	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 18 DE MAIO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 043/2015

PORTARIA Nº 043/15 DE 18 DE MAIO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. MARCELO ENDLER, CPF nº 032.183.269-82, residente e domiciliado no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR DE ENSINO.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 18 DE MAIO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

RGF

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	(b)							(c)
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Assistência Farmacêutica Básica Atenção Básica ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB VALORIZAÇÃO MAGISTÉRIO OUTROS Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvinhen Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde PNAE PNATE Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - RECURSO VINCULADO AO FUNDEF RECURSO VINCULADO FUNDEF RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS RECURSOS ORDINÁRIO - SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.772,39	0,00	0,00	
	(73.460,53)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.702,54)	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	8.507,14	0,00	2.355,43	0,00	2.355,43	0,00	3.796,28	0,00	0,00	
	6.062,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.062,09	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.000,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
(113.088,69)	6.618,75	84.032,84	49,82	105.045,70	(308.835,80)	0,00	0,00	0,00		

Continua 1/5

MUNICÍPIO DE TREZE TIJAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/5
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
RECURSOS ORDINÁRIOS SAÚDE	995.393,30	0,00	0,00	0,00	0,00	995.393,30	0,00	0,00	
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CRÉDITOS INTERNOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
recursos vinculados Fundef	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS VINCULADOS SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	(756.071,50)	0,00	0,00	0,00	0,00	(756.071,50)	0,00	0,00	
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - RECURSOS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - RECURSOS ORDIN.VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Outros (Não relação Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	105.341,81	6.618,75	86.388,27	49,82	94.926,20	(82.641,23)	0,00	0,00	
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	3.424,27	0,00	0,00	0,00	0,00	3.424,27	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	9.180,50	0,00	0,00	(9.180,50)	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	(5.404,88)	0,00	0,00	0,00	9.180,50	(14.595,38)	0,00	0,00	
Atenção Básica	29.850,03	0,00	9.721,58	0,00	13.304,45	6.824,00	0,00	0,00	
Bolsa Família	7.100,02	0,00	0,00	0,00	0,00	7.100,02	0,00	0,00	
Comissão Transitória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 2/5

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")		IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
				Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
				Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
				(a)	(b)					
R\$ 1,00										
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilum										
Convênio Trânsito - Civil										
Convênio Trânsito - Civil										
Convênio Trânsito - Militar										
Convênio Trânsito - Prefeitura										
ENSINO FUNDAMENTAL										
Fundeb										
Fundo Especial do Petróleo										
Fundo Especial do Petróleo										
Operações de Crédito Internas - Outros Programas										
Operações de Crédito Internas - Outros Programas										
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de										
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de										
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de										
OUTROS										
Polícia Civil										
Polícia Militar										
RECURSO ORDINÁRIOS										
RECURSO ORDINÁRIOS										
RECURSO ORDINÁRIOS EDUCAÇÃO										
RECURSO VINCULADO FUNDEF										
recurso vinculado Fundo Assistência Social										
RECURSOS DO TESOIRO - ORDINARIOS										
Recursos Municipais - Superávit										
Recursos Municipais Superávit										
RECURSOS ORDINARIOS										
Recursos ordinários										

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/5
R\$ 1,00

Continua 3/5

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 4/ R\$ 1,00.	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
						(b)				(c)	(d)
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)		
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS ORDINARIOS	206.484,68	0,00	0,00	0,00	0,00	206.484,68	0,00	0,00	0,00		
Recursos ordinários	(156.700,96)	0,00	0,00	0,00	0,00	(159.211,94)	0,00	0,00	0,00		
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Ordinários - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos ordinários - Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos ordinários Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Próprios Superavit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Superavit 017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Salário Educação	105.972,88	0,00	40.380,52	0,00	0,00	25.211,84	0,00	0,00	0,00		
SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERENCIAS CONVENIO SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERENCIAS CONVENIO SAUDE	201.597,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.597,00	0,00	0,00	0,00		
Transferencias de Convênios - Outros (Não relacio	1.662.844,11	0,00	0,00	70.535,83	0,00	1.593.751,62	0,00	0,00	0,00		
Transf. de Recursos do FUNDEB - 40 %	120.382,69	0,00	13.242,18	0,00	0,00	80.233,60	0,00	0,00	0,00		
Vigilância em Saúde	38.729,71	0,00	161,10	0,00	0,00	38.407,51	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.683.059,48	0,00	641.236,83	497.121,25	0,00	2.796.022,45	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III) = (I + II)	4.788.401,29	6.618,75	727.625,10	497.171,07	0,00	2.713.381,22	0,00	0,00	0,00		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 4/5

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 5/5
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	8.910,93	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	8.910,93	0,00	0,00
Interna	0,00	8.910,93	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	5.083.090,44	4.054.157,44	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.130.333,66	4.788.401,29	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	47.243,22	734.243,85	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-5.083.090,44	-4.045.246,51	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	23.490.436,52	24.622.953,30	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,04%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-21,64%	-16,43%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	28.188.523,82	29.547.543,96	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	25.369.671,44	26.592.789,56	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	8.910,93	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	8.910,93	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	82.854,04	115.980,05	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	993.148,98	2.235.770,85	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.220.692,17	68,74
Pessoal Ativo	12.115.452,17	68,74
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	105.240,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	12.220.692,17	68,74
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	24.622.953,30	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	12.220.760,91	49,63
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.773.771,98	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	14.035.083,38	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	13.296.394,78	54,00
FONTE:		

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.490.436,52	24.622.953,30	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.167.896,03	5.417.049,73	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.651.106,43	4.875.344,75	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	24.622.953,30	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.939.672,53	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.545.705,28	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.723.606,73	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		24.622.953,30	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		12.220.760,91	49,63
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		14.773.771,98	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		14.035.083,38	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-4.045.246,51	-16,43
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		29.547.543,96	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		5.417.049,73	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		3.939.672,53	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.723.606,73	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	2.713.381,22

FONTE:

RREO 2 BIMESTRE

Município de TREZE TIJAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)										R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)		
RECEITA DE CAPITAL										
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		11.000,00						0,00	11.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00						0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		11.000,00						0,00	11.000,00	
TOTAL		11.000,00						0,00	11.000,00	
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)		
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	404.749,79	0,00		
Investimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	404.749,79	0,00		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	404.749,79	0,00		
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)		
		0,00	-404.749,79					-404.749,79		

FONTE:

Município de TREZE TIHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	25.403.725,00	25.403.725,00	4.670.929,65	18,39	9.194.414,56	16.209.310,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.648.725,00	23.648.725,00	4.670.929,65	19,75	9.194.414,56	14.454.310,44
IMPOSTOS	1.606.100,00	1.606.100,00	291.449,75	18,15	584.429,39	1.021.670,61
TAXAS	1.347.600,00	1.347.600,00	262.565,38	19,48	540.302,38	807.297,62
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	181.500,00	181.500,00	28.817,23	15,88	43.992,73	137.507,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	77.000,00	77.000,00	67,14	0,09	134,28	76.865,72
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	367.180,00	367.180,00	83.509,11	22,74	173.625,17	193.554,83
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	72.380,00	72.380,00	55.634,03	76,86	87.773,74	-15.393,74
RECEITA PATRIMONIAL	294.800,00	294.800,00	27.875,08	9,46	85.851,43	208.948,57
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	107.500,00	107.500,00	19.418,02	18,06	80.899,19	26.600,81
RECEITA DE SERVIÇOS	107.500,00	107.500,00	19.418,02	18,06	80.899,19	26.600,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	70.120,00	70.120,00	0,00	0,00	370,47	69.749,53
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	21.394.900,00	21.394.900,00	3.762.570,94	17,59	7.759.795,47	13.635.104,53
Transf. de Conv.	21.090.727,43	21.090.727,43	3.750.973,50	17,78	7.728.622,28	13.362.105,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	304.172,57	304.172,57	11.597,44	3,81	31.173,19	272.999,38
Multas e Juros de Mora	102.925,00	102.925,00	513.981,83	499,38	595.294,87	-492.369,87
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	95.500,00	95.500,00	63.555,98	66,55	107.905,18	-12.405,18
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	187,28	0,00	9.150,88	-9.150,88
RECEITAS DIVERSAS	3.025,00	3.025,00	9.959,77	329,25	23.127,50	-20.102,50
RECEITAS DE CAPITAL	4.400,00	4.400,00	440.278,80	10.006,34	455.111,31	-450.711,31
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.755.000,00	1.755.000,00	0,00	0,00	0,00	1.755.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.310.000,00	1.310.000,00	0,00	0,00	0,00	1.310.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	434.000,00	434.000,00	0,00	0,00	0,00	434.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	434.000,00	434.000,00	0,00	0,00	0,00	434.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.403.725,00	25.403.725,00	4.670.929,65	18,39	9.194.414,56	16.209.310,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	23.600.000,00	25.189.706,00	5.387.862,23	10.800.870,11	14.388.835,89	9.062.270,33	9.062.270,33	16.127.435,67	8.284.200,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.463.560,00	22.363.560,00	4.911.861,90	9.769.639,44	12.593.920,56	8.308.484,10	8.308.484,10	14.065.075,90	7.547.914,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.035.930,00	10.135.930,00	2.055.919,79	4.108.008,29	6.027.921,71	2.058.282,59	4.105.684,52	6.030.245,48	3.881.463,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.200,00	10.200,00	100,59	151,79	10.048,21	151,79	151,79	10.048,21	151,79
DESPESAS DE CAPITAL	11.417.430,00	12.217.430,00	2.855.841,52	5.661.479,36	6.555.950,64	2.618.115,65	4.202.647,79	8.014.782,21	3.686.298,77
INVESTIMENTOS	2.126.440,00	2.816.146,00	476.000,33	1.031.230,67	1.784.915,33	386.899,39	753.786,23	2.062.359,77	736.286,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.114.440,00	2.804.146,00	475.481,30	1.030.141,60	1.774.004,40	386.120,88	752.697,16	2.051.448,84	735.197,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	12.000,00	519,03	1.089,07	10.910,93	778,51	1.089,07	10.910,93	1.089,07
RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	23.600.000,00	25.189.706,00	5.387.862,23	10.800.870,11	14.388.835,89	9.062.270,33	9.062.270,33	16.127.435,67	8.284.200,58

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de TREZE TIJAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	23.600.000,00	25.189.706,00	5.387.862,23	10.800.870,11	14.388.835,89	5.063.449,42	9.062.270,33	16.127.435,67	8.284.200,58
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	8.438.343,06
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	23.600.000,00	25.189.706,00	5.387.862,23	10.800.870,11	—	5.063.449,42	9.062.270,33	—	16.722.543,64

FONTE:

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.353.100,00	1.353.100,00	529.715,90	39,15
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	743.300,00	743.300,00	64.910,09	8,73
1.1.1- IPTU	740.000,00	740.000,00	59.315,15	8,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.100,00	1.100,00	579,65	52,70
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.100,00	1.100,00	3.275,97	297,82
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.100,00	1.100,00	1.739,32	158,12
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	157.300,00	157.300,00	114.659,59	72,89
1.2.1- ITBI	157.300,00	157.300,00	114.659,59	72,89
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	314.600,00	314.600,00	192.485,35	61,18
1.3.1- ISS	312.400,00	312.400,00	179.045,27	57,31
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.100,00	1.100,00	619,24	56,29
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	6.633,29	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	6.187,55	562,50
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	137.900,00	137.900,00	157.660,87	114,33
1.4.1- IRRF	137.900,00	137.900,00	157.660,87	114,33
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.352.924,11	17.352.924,11	6.325.283,92	36,45
2.1- Cota-Parte FPM	6.682.448,11	6.682.448,11	2.137.683,62	31,99
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.682.448,11	6.682.448,11	2.137.683,62	31,99
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.494.103,00	9.494.103,00	3.780.358,96	39,82
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	49.500,00	49.500,00	15.370,43	31,05
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	259.545,00	259.545,00	39.937,16	15,39
2.5- Cota-Parte ITR	1.328,00	1.328,00	59,58	4,49
2.6- Cota-Parte IPVA	866.000,00	866.000,00	351.874,17	40,63
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.706.024,11	18.706.024,11	6.854.999,82	36,65
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	563.750,00	563.750,00	242.265,84	42,97
5.1- Transferências do Salário-Educação	422.000,00	422.000,00	200.770,95	47,58
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	115.000,00	115.000,00	32.174,80	27,98
5.4- Transferências Diretas - PNATE	26.750,00	26.750,00	9.320,09	34,84
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	696.358,00	696.358,00	72.022,86	10,34
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.260.108,00	1.260.108,00	314.288,70	24,94
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.392.464,68	3.392.464,68	1.257.068,63	37,05
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.363.074,68	1.363.074,68	427.536,60	31,37
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.804.000,00	1.804.000,00	756.071,50	41,91
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	13.200,00	13.200,00	3.074,08	23,29
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	31.460,00	31.460,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	330,00	330,00	11,91	3,61
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	180.400,00	180.400,00	70.374,54	39,01
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.860.000,00	2.860.000,00	1.356.394,78	47,43
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.860.000,00	2.860.000,00	1.356.394,78	47,43
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-532.464,68	-532.464,68	99.326,15	-18,65
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE TREZE TIHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.002.000,00	2.012.000,00	984.428,13	48,93	984.428,13	48,93
13.1- Com Educação Infantil	450.000,00	460.000,00	448.048,24	97,40	448.048,24	97,40
13.2- Com Ensino Fundamental	1.552.000,00	1.552.000,00	536.379,89	34,56	536.379,89	34,56
14- OUTRAS DESPESAS	858.000,00	1.150.806,00	662.586,43	57,58	561.356,51	48,78
14.1- Com Educação Infantil	95.000,00	185.000,00	151.761,67	82,03	138.729,85	74,99
14.2- Com Ensino Fundamental	763.000,00	965.806,00	510.824,76	52,89	422.626,66	43,76
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.860.000,00	3.162.806,00	1.647.014,56	52,07	1.545.784,64	48,87
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.545.784,64
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						72,58
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						41,39
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-13,96
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ^a	4.676.506,03		4.676.506,03		1.713.749,96	36,65
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.041.000,00	1.141.000,00	701.124,34	61,45	679.462,16	59,55
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.998.100,00	3.305.906,00	1.228.452,85	37,16	1.055.648,48	31,93
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.315.000,00	2.517.806,00	1.047.204,65	41,59	959.006,55	38,09
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	684.100,00	788.100,00	181.248,20	23,00	96.641,93	12,26
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.040.100,00	4.446.906,00	1.929.577,19	43,39	1.735.110,64	39,02
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						99.326,15
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						99.326,15
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.635.784,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						23,86
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	458.750,00	458.750,00	186.203,86	40,59	143.551,11	31,29
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	458.750,00	458.750,00	186.203,86	40,59	143.551,11	31,29
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.498.850,00	4.905.656,00	2.115.781,05	43,13	1.878.661,75	38,30

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR		
	FUNDEB (h)	FUNDEF	
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	115.384,19	0,00	
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.356.394,78	0,00	
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.447.241,31	0,00	
49.1 Orçamento do Exercício	1.447.241,31	0,00	
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00	
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00	
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	24.537,66	0,00	

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de TREZE TIJAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	23.600.000,00	5.387.862,23	10.800.870,11	100,00	14.388.835,89	5.063.449,42	9.062.270,33	100,00	16.127.435,67	
	Ação Legislativa	620.480,00	101.110,93	176.781,46	1,64	443.698,54	95.017,41	159.211,94	1,76	461.268,06	
	Administração	620.480,00	101.110,93	176.781,46	1,64	443.698,54	95.017,41	159.211,94	1,76	461.268,06	
	Administração Geral	3.897.740,00	4.001.640,00	756.899,79	1.400.706,12	12,97	2.600.933,88	568.983,34	1.042.764,87	11,51	2.958.875,13
	Segurança Pública	3.897.740,00	4.001.640,00	756.899,79	1.400.706,12	12,97	2.600.933,88	568.983,34	1.042.764,87	11,51	2.958.875,13
	Defesa da Ordem Jurídica	130.000,00	130.000,00	9.975,36	33.937,08	0,31	96.062,92	10.338,79	28.062,93	0,31	101.937,07
	Assistência Social	130.000,00	130.000,00	9.975,36	33.937,08	0,31	96.062,92	10.338,79	28.062,93	0,31	101.937,07
	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.229.000,00	1.229.000,00	231.707,61	426.734,23	3,95	802.265,77	212.612,52	377.593,80	4,17	851.406,20
	Assistência Comunitária	105.000,00	105.000,00	24.914,37	44.689,87	0,41	60.310,13	18.505,76	38.281,26	0,42	66.718,74
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	724.000,00	724.000,00	150.577,17	280.255,81	2,59	443.744,19	137.890,69	237.523,99	2,62	486.476,01
	Saúde	400.000,00	400.000,00	56.216,07	101.788,55	0,94	298.211,45	56.216,07	101.788,55	1,12	298.211,45
	Atenção Básica	4.360.100,00	4.408.100,00	806.268,67	1.802.720,58	16,69	2.605.379,42	855.775,73	1.593.845,01	17,59	2.814.254,99
	Vigilância Sanitária	4.340.300,00	4.388.300,00	800.269,14	1.791.027,63	16,58	2.597.272,37	846.870,68	1.582.780,56	17,47	2.805.519,44
	Educação	19.800,00	19.800,00	8.999,53	11.692,95	0,11	8.107,05	8.905,05	11.064,45	0,12	8.735,55
	Ensino Fundamental	5.414.150,00	5.820.956,00	1.169.783,98	2.438.121,35	22,57	3.382.834,65	1.076.828,27	2.150.619,78	23,73	3.670.336,22
	Ensino Superior	3.653.750,00	3.856.556,00	537.125,98	1.382.603,81	12,80	2.473.952,19	536.880,65	1.221.283,87	13,48	2.635.272,13
	Educação Infantil	496.000,00	496.000,00	113.044,35	173.445,29	1,61	322.554,71	114.527,91	173.213,40	1,91	322.786,60
	Educação de Jovens e Adultos	1.041.000,00	1.141.000,00	378.789,25	701.124,34	6,49	439.875,66	384.091,27	679.462,16	7,50	461.537,84
	Educação Especial	155.300,00	155.300,00	45.795,23	77.537,00	0,72	77.763,00	29.446,73	61.188,50	0,68	94.111,50
	Educação Básica	57.000,00	57.000,00	32.747,73	41.129,47	0,38	15.870,53	11.881,71	15.471,85	0,17	41.528,15
	Cultura	11.100,00	115.100,00	62.281,44	62.281,44	0,58	52.818,56	0,00	0,00	0,00	115.100,00
	Diffusão Cultural	511.000,00	531.000,00	224.799,30	264.945,12	2,45	266.054,88	106.166,90	143.065,73	1,58	387.934,27
	Urbanismo	511.000,00	531.000,00	224.799,30	264.945,12	2,45	266.054,88	106.166,90	143.065,73	1,58	387.934,27
	Serviços Urbanos	864.800,00	1.211.800,00	480.427,93	898.358,61	8,32	313.441,39	422.104,94	542.400,78	5,99	669.399,22
	Habituação	864.800,00	1.211.800,00	480.427,93	898.358,61	8,32	313.441,39	422.104,94	542.400,78	5,99	669.399,22
	Habituação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Agricultura	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Extensão Rural	664.000,00	1.264.000,00	546.312,87	1.082.244,74	10,02	181.755,26	694.171,29	953.206,45	10,52	310.793,55	
Comércio e Serviços	664.000,00	1.264.000,00	545.312,87	1.082.244,74	10,02	181.755,26	694.171,29	953.206,45	10,52	310.793,55	
Turismo	672.000,00	736.000,00	299.664,77	403.585,99	3,74	332.414,01	159.183,52	240.453,94	2,65	495.546,06	
Transporte	672.000,00	736.000,00	299.664,77	403.585,99	3,74	332.414,01	159.183,52	240.453,94	2,65	495.546,06	
Transporte Rodoviário	4.855.730,00	4.855.730,00	696.538,12	1.743.441,26	16,14	3.112.288,74	792.151,54	1.704.042,01	18,80	3.151.887,99	
Desporto e Lazer	4.855.730,00	4.855.730,00	696.538,12	1.743.441,26	16,14	3.112.288,74	792.151,54	1.704.042,01	18,80	3.151.887,99	
Desporto Comunitário	371.000,00	371.000,00	62.372,90	129.293,57	1,20	241.706,43	70.115,17	127.003,09	1,40	243.996,91	
	371.000,00	371.000,00	62.372,90	129.293,57	1,20	241.706,43	70.115,17	127.003,09	1,40	243.996,91	

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.600.000,00	25.189.706,00	5.387.862,23	10.800.870,11	14.388.835,89	5.063.449,42	9.062.270,33	100,00
Desporto e Lazer	371.000,00	371.000,00	62.372,90	129.293,57	241.706,43	70.115,17	127.003,09	1,40
Desporto Comunitário	371.000,00	371.000,00	62.372,90	129.293,57	241.706,43	70.115,17	127.003,09	1,40
TOTAL (III) = (I + II)	23.600.000,00	25.189.706,00	5.387.862,23	10.800.870,11	14.388.835,89	5.063.449,42	9.062.270,33	100,00

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.310.000,00	0,00			1.310.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.816.146,00	1.031.230,67	753.786,23	0,00	1.784.915,33
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.816.146,00	1.031.230,67	753.786,23	0,00	1.784.915,33
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.506.146,00	-1.031.230,67	-	-	-474.915,33

FONTE:

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.293.398,60	2.056.822,05	2.062.109,75	2.551.278,19	2.105.922,23	2.291.946,53	2.326.507,76	2.655.577,76	2.476.071,70	2.318.192,17	2.177.152,14	2.723.995,68	24.939.189,68
RECEITA TRIBUTÁRIA	204.333,78	147.811,42	206.994,45	588.571,63	196.331,21	240.846,03	258.022,09	258.022,09	138.782,51	154.217,13	137.887,12	153.952,63	1.606.100,00
IPTU	0,00	0,00	59.892,68	420.124,72	72.945,05	97.435,21	41.486,75	40.113,15	22.994,91	13.889,95	14.552,78	7.877,51	740.000,00
IRPJ	43.463,39	34.588,44	25.707,35	33.791,70	29.980,14	30.336,09	51.503,37	42.128,66	32.315,79	34.074,37	41.723,10	48.566,10	20.686,00
I.S.S.	46.100,09	46.048,99	74.994,08	52.596,81	53.519,46	55.802,79	51.087,27	50.476,19	46.051,95	40.877,33	38.270,92	52.845,06	312.400,00
ITBI	25.429,92	34.628,02	10.750,26	21.734,22	9.237,66	34.480,80	38.427,10	40.479,14	19.413,90	52.846,80	25.546,89	16.850,00	157.300,00
Outras Receitas Tributárias	89.370,38	32.535,37	35.650,08	60.324,18	33.693,90	22.134,27	22.333,54	84.824,93	17.985,95	12.526,68	16.793,43	27.033,96	455.181,69
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	40.885,12	42.641,00	45.015,95	42.972,02	43.776,02	47.591,95	16.958,95	73.952,23	44.942,91	45.273,15	47.357,93	36.151,18	375.715,00
RECEITA PATRIMONIAL	16.192,76	27.261,88	7.194,35	40.684,65	20.259,84	15.624,93	25.482,79	32.747,21	16.254,70	45.226,47	14.237,84	5.180,06	367.180,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	11.289,76	7.674,94	4.943,20	5.123,66	9.409,92	8.325,17	10.436,24	10.053,53	370,47	0,00	0,00	0,00	70.120,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.865.285,37	1.812.361,07	1.719.634,28	1.800.429,88	1.791.518,21	1.888.644,89	2.027.679,18	2.235.593,27	2.231.774,54	2.006.229,95	1.899.824,87	2.092.864,24	22.885.364,68
Cota-Parte do FPM	573.089,30	426.779,99	393.123,63	448.426,05	393.082,94	371.500,84	491.732,86	790.906,07	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.931,82	6.005.331,30
Cota-Parte do ICMS	780.695,10	791.993,65	735.987,71	772.132,00	827.914,27	853.890,73	941.726,90	907.094,27	1.007.284,57	899.201,66	903.102,45	970.770,28	9.494.103,00
Cota-Parte do IPVA	125.505,03	103.654,53	120.746,31	104.343,90	104.132,80	99.765,56	75.932,07	35.799,75	48.780,32	92.954,65	97.778,39	111.390,81	885.000,00
Cota-Parte do ITR	6,03	6,03	0,00	14,53	1.659,92	3.116,19	61,68	6,05	19,60	0,00	12,85	27,13	1.328,00
Outras Transferências Correntes	154.096,23	172.232,09	200.575,34	192.573,40	146.193,61	197.775,74	169.739,95	148.132,43	202.227,88	92.235,77	121.690,06	155.952,48	2.574.895,57
Transferências de LC 61/1989	10.223,84	9.737,67	10.003,61	10.311,51	9.703,66	10.391,81	11.932,90	11.774,30	16.841,23	10.017,71	9.829,35	10.234,58	157.300,00
Transferências de LC 87/1996	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	6.897,76	0,00	0,00	0,00	15.370,43	46.500,00
Transferências do FUNDEB	319.240,96	302.108,23	279.742,80	296.239,61	305.379,13	319.051,14	333.101,94	330.952,64	355.235,27	330.011,55	321.841,25	348.255,71	2.860.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	54.411,61	58.471,74	78.357,51	53.495,35	41.827,03	121.170,42	41.102,57	44.990,93	44.065,57	37.246,47	77.944,28	435.137,55	1.028.925,00
DEDUÇÕES (II)	295.540,67	265.776,41	245.862,30	265.672,86	265.047,52	265.283,00	297.920,46	297.920,46	331.283,81	320.792,23	289.300,66	315.691,93	3.392.464,68
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	295.540,67	265.776,41	245.862,30	265.672,86	265.047,52	265.283,00	302.580,91	297.920,46	331.283,81	320.792,23	289.300,66	315.691,93	3.392.464,68
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.998.857,93	1.831.045,64	1.816.247,45	2.285.605,33	1.839.874,71	2.025.663,53	2.355.388,80	2.355.388,80	2.144.787,89	1.997.399,94	1.887.851,48	2.408.303,75	21.546.725,00

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS											R\$ 1,00	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014						
PODER/ÓRGÃO													
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)													
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA													
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	47.243,22	46.824,59	0,00	418,63	0,00	993.148,98	454.767,50	448.567,38	41.210,41	503.371,19	503.789,82	
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES	0,00	98,03	98,03	0,00	0,00	0,00	992.742,52	454.452,18	448.252,06	41.119,27	503.371,19	503.789,82	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168,60	53.578,66	53.578,66	0,00	113.790,00	113.790,00	
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	429.343,48	211.880,50	211.880,50	0,00	217.462,98	217.462,98	
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	47.145,19	46.726,56	0,00	418,63	0,00	32.411,42	32.361,60	26.161,48	0,00	6.249,94	6.698,57	
SECRETARIA DE TURISMO INDUSTRIA E COMERC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	357.890,77	152.903,23	152.903,23	41.119,27	163.888,27	163.888,27	
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	345,00	345,00	345,00	0,00	0,00	0,00	
LEGISLATIVO													
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.214,59	3.214,59	3.214,59	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	0,00	0,00	0,00	406,46	315,32	315,32	91,14	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	47.243,22	46.824,59	0,00	418,63	0,00	993.148,98	454.767,50	448.567,38	41.210,41	503.371,19	503.789,82	

ONTE:

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	9.429,96	8.910,93
DEDUÇÕES (II)	5.083.090,44	5.095.113,95	4.054.157,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.130.333,66	5.540.496,99	4.788.401,29
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	47.243,22	445.383,04	734.243,85
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.083.090,44	-5.085.683,99	-4.045.246,51
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.083.090,44	-5.085.683,99	-4.045.246,51

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
VALOR	1.040.437,48	1.037.843,93

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	433.332,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	23.541.225,00	9.113.515,37	7.251.588,12
Receita Tributária	1.606.100,00	584.429,39	403.701,39
I.P.T.U.	740.000,00	59.315,15	1.288,71
I.S.S.	312.400,00	179.045,27	172.089,58
I.T.B.I.	157.300,00	114.659,59	100.507,13
I.R.R.F.	137.900,00	157.660,87	89.320,38
Outras Receitas Tributárias	258.500,00	73.748,51	40.495,59
Receita de Contribuição	367.180,00	173.625,17	158.036,68
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	367.180,00	173.625,17	158.036,68
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	107.500,00	80.899,19	64.666,02
(-) Aplicações Financeiras	107.500,00	80.899,19	64.666,02
Transferências Correntes	21.394.900,00	7.759.795,47	6.458.598,32
F.P.M.	5.319.373,43	1.710.147,02	1.629.491,04
I.C.M.S.	9.494.103,00	3.780.358,96	2.518.712,26
Convênios	304.172,57	31.173,19	111.282,21
Outras Transferências Correntes	6.277.251,00	2.238.116,30	2.199.112,81
Demais Receitas Correntes	173.045,00	595.665,34	231.251,73
Dívida Ativa	3.025,00	23.127,50	32.406,27
Diversas Receitas Correntes	170.020,00	572.537,84	198.845,46
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.755.000,00	0,00	505.267,85
Operações de Crédito (III)	1.310.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	11.000,00	0,00	50.000,00
Transferências de Capital	434.000,00	0,00	455.267,85
Convênios	434.000,00	0,00	455.267,85
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	434.000,00	0,00	455.267,85
	1.755.000,00	0,00	505.267,85
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	23.975.225,00	9.113.515,37	7.706.855,97

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	22.363.560,00	9.769.639,44	7.514.507,23	8.308.484,10	5.956.056,40
Pessoal e Encargos Sociais	10.135.930,00	4.108.008,29	3.207.776,61	4.105.684,52	3.153.254,25
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.200,00	151,79	232,26	151,79	232,26
Outras Despesas Correntes	12.217.430,00	5.661.479,36	4.306.498,36	4.202.647,79	2.802.569,89
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	22.353.360,00	9.769.487,65	7.514.274,97	8.308.332,31	5.955.824,14
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.816.146,00	1.031.230,67	2.343.492,22	753.786,23	938.156,42
Investimentos	2.804.146,00	1.030.141,60	2.342.491,49	752.697,16	937.155,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	12.000,00	1.089,07	1.000,73	1.089,07	1.000,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.804.146,00	1.030.141,60	2.342.491,49	752.697,16	937.155,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	25.167.506,00	10.799.629,25	9.856.766,46	9.061.029,47	6.892.979,83
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.192.281,00	-1.686.113,88	-2.149.910,49	52.485,90	813.876,14
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	465.312,56

FONTE:

Município de TREZE TIJAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100			
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.171.575,00	1.171.575,00	372.082,84		31,76		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	740.000,00	740.000,00	59.315,15		8,02		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	157.300,00	157.300,00	114.659,59		72,89		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	234.300,00	234.300,00	176.510,78		75,34		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	34.475,00	34.475,00	2.562,30		7,43		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.200,00	2.200,00	1.198,89		54,50		
Divida Ativa dos Impostos	1.100,00	1.100,00	9.909,26		900,84		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.200,00	2.200,00	7.926,87		360,31		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.376.519,11	17.376.519,11	6.332.331,63		36,44		
Cota-Parte FPM	6.682.448,11	6.682.448,11	2.137.683,62		31,99		
Cota-Parte ITR	1.328,00	1.328,00	59,58		4,49		
Cota-Parte IPVA	866.000,00	866.000,00	351.874,17		40,63		
Cota-Parte ICMS	9.494.103,00	9.494.103,00	3.780.358,96		39,82		
Cota-Parte IPI-Exportação	283.140,00	283.140,00	46.984,87		16,59		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	49.500,00	49.500,00	15.370,43		31,05		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	49.500,00	49.500,00	15.370,43		31,05		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.548.094,11	18.548.094,11	6.704.414,47		36,15		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00		0,00		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00		0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	77.000,00	77.000,00	134,28		0,17		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	77.000,00	77.000,00	134,28		0,17		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
Pessoal e Encargos Sociais	4.335.100,00	4.335.100,00	1.751.967,35	40,41	1.543.091,78		35,60
Outras Despesas Correntes	2.344.700,00	2.344.700,00	1.022.896,22	43,63	1.022.485,10		43,61
	1.990.400,00	1.990.400,00	729.072,13	36,63	520.606,68		26,16
DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	73.000,00	50.753,23	69,52	50.753,23		69,52
Investimentos	25.000,00	73.000,00	50.753,23	69,52	50.753,23		69,52

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de TREZE TIJAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	73.000,00	50.753,23	69,52	50.753,23	69,52
Investimentos	25.000,00	73.000,00	50.753,23	69,52	50.753,23	69,52
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.360.100,00	4.408.100,00	1.802.720,58	40,90	1.593.845,01	36,16
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.135.100,00	1.135.100,00	333.842,85	18,52	324.368,87	20,35
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.135.100,00	1.135.100,00	333.842,85	18,52	324.368,87	20,35
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.135.100,00	1.135.100,00	333.842,85	18,52	324.368,87	20,35
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.225.000,00	3.273.000,00	1.468.877,73	81,48	1.269.476,14	79,65
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,93
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						263.813,97

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de TREZE TILIAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.340.300,00	4.388.300,00	1.791.027,63	99,35	1.582.780,56
Vigilância Sanitária	19.800,00	19.800,00	11.692,95	0,65	11.064,45
TOTAL	4.360.100,00	4.408.100,00	1.802.720,58	100,00	1.593.845,01

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula [(i+i)-(15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de TREZE TILIAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Município de TREZE TILIAS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		25.403.725,00		
Previsão Atualizada		25.403.725,00		
Receitas Realizadas		9.194.414,56		
Déficit Orçamentário		8.152.056,35		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.385.806,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		23.600.000,00		
Créditos Adicionais		1.589.706,00		
Dotação Atualizada		25.189.706,00		
Despesas Empenhadas		10.800.870,11		
Despesas Liquidadas		9.062.270,33		
Despesas pagas		8.284.200,58		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		10.800.870,11		
Despesas Liquidadas		9.062.270,33		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		24.622.953,30		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.300.000,00	1.037.843,93	79,83
Resultado Primário		-1.396.300,00	52.485,90	-3,76
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	993.148,98	41.210,41	448.567,38	503.371,19
EXECUTIVO	992.742,52	41.119,27	448.252,06	503.371,19
LEGISLATIVO	406,46	91,14	315,32	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	47.243,22	0,00	46.824,59	418,63
EXECUTIVO	47.243,22	0,00	46.824,59	418,63
TOTAL:	1.040.392,20	41.210,41	495.391,97	503.789,82
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.635.784,49	25%	23,86
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		984.428,13	60%	72,58
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.310.000,00	
Despesa de Capital Líquida		753.786,23	2.062.359,77	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de TREZE TILIAS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos						11.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos						0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde				0,00		15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)				0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2015

Edital de Pregão Presencial nº 56/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, que tem por objeto a Aquisição e Plantio de Leivas de Grama para o CEI- Centro de Educação Infantil e Quadra Escolar, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega das propostas até às 13h15min do dia 03/06/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 21 de maio de 2015.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

LEILÃO PÚBLICO 23/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA VIDAL RAMOS

LEILÃO PÚBLICO 23/2015

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação 23/2015, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:
Lote 01 - 01 (UMA) PAS/MICROONIB/VW/KOMBI LOTAÇÃO, CAPACIDADE PARA 12 PASSAGEIROS /80CV DE COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO 2008 E MODELO 2009, ALCOOL/GASOLINA, PLACA MEW 4334, CHASSI: 9BWMF07X29P000434

Lote 02 - de 01 (UM) CAR/CAMINHÃO BASCULANTE, M. BENZ/L 1113, 19.00 T/130CV, MOVIDO A DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 1983, PLACA MAT 6206 DE COR AMARELA, CHASSI: 34403212622949.

Lote 03 - 01 (UM) PAS/MICROONIB/ FIAT/ DUCATO COMB JAEDI T, CAPACIDADE PARA 19 PESSOAS /127 CV DE COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO 2007 MODELO 2008, DIESEL, PLACA MFG 7178, CHASSI: 93W244M2382016451.

O interessado deverá se cadastrar até as 09:00 horas do dia 22/06/2015 na Garagem da Prefeitura, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300. Vidal Ramos, 19 de maio de 2015. Laercio da Cruz – Prefeito Municipal.

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.035/15

DECRETO Nº 12.035/15, DE 18 DE MAIO DE 2015

Nomeia Membros para o Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº 544/99, de 04 de março de 1999 e, com as alterações das Leis nº 1.046/02, 2.003/08 e 2.296/10;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes do Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI, os seguintes membros:

I - Órgão Superior:

a) Representante do Poder Executivo do Município de Videira:
GILBERTO LUIZ BOSCHETTI

b) Assessor Jurídico Municipal:
LUCIANE MARIA DOS SANTOS

c) Representante da Associação Comercial e Industrial:
GUSTAVO PICKERT

d) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
CELSON FRANCISCO TESTOLIN

e) Secretário Municipal de Infraestrutura:
VOLNEI GRANETTO

f) Assessor do Planejamento:
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI

g) Representante da Câmara Municipal de Vereadores:
LOURENÇO BECKER

h) Representante do Sindicato de Condutores de Veículos:
WILSON SILVA DO AMARAL

i) Delegado Regional de Polícia:
IGHOR SIQUEIRA DE ARAÚJO

j) Representante da Polícia Militar:
CÉSAR LUIZ FINGER

k) Representante da União Videirense das Associações de Moradores:
JOSÉ DIOMIR DE OLIVEIRA

l) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas:
ELOI MARCELINO PARIZOTTO

m) Representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA:
FRANCISCO CIPOLLI MONTENEGRO FILHO

n) Representante da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos de Videira - AREAVID:
RICARDO TESTOLIN

o) Representante do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas da Região de Videira - SINTRAVIR:
IVANIR PAULO CARLESSO

II - Órgão Executor:

a) Diretor Administrativo:
LUIS HENRIQUE FREITAS MACHADO

b) Diretor Técnico:
NADIR BIZZOTTO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.557/13.

Videira, 18 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 018/15

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 018/2015

O Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao previsto na Lei Orgânica, artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85), artigo 87, §2º, e considerando ainda o que consta nos Autos de Infrações e seus anexos, os quais se encontram à disposição dos contribuintes na Secretaria de Finanças no Departamento de Tributação/Fiscalização Tributária,

DECLARA

Notificados os contribuintes abaixo relacionados, por não terem sido encontrados em seus domicílios constantes em nossos cadastros, do lançamento de multa por descumprimento de obrigações acessórias:

Contribuinte: ALBINO BASSANI
Endereço: Rodovia SC 303, Bairro Dois Trevos - Videira/SC
Inscrição Municipal: 2073145 CNPJ: 82.874.801/0001-40 Processo Administrativo 7108/2015.

Auto de Infração nº 38/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 1.649,22

Infração: Falta de protocolo, não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, Inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração Dec. 8.864/2007 de 07/12/2007, art. 1º, art. 3º § 1º, art. 4º, art. 5º, e art. 13. RISS/VDA-94, aprovado

pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Contribuinte: AMERICA MOVEIS E ELETROCOMESTICOS LTDA
Endereço: Rua Nicolau Cavan, 188 – Centro - Videira/SC.
Inscrição Municipal: 1957864 CNPJ: 03.432.734/0012-90 Processo Administrativo 7109/2015.

Auto de Infração nº 51/2015 Data de Emissão: 30/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de abril a dezembro do ano de 2013, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 52/2015 Data de Emissão: 30/04/2015 - Valor: R\$ 1.649,22

Infração: Falta de protocolo, não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, Inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração Dec. 8.864/2007 de 07/12/2007, art. 1º, art. 3º § 1º, art. 4º, art. 5º, e art. 13.RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Contribuinte: BYTE SUL INFORMATICA LTDA
Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto nº 1397 – Floresta - Videira/SC.
Inscrição Municipal: 164181 CNPJ: 02.840.996/0001-79 Processo Administrativo 7110/2015.

Auto de Infração nº 47/2015 Data de Emissão: 30/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2011, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 48/2015 Data de Emissão: 30/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2012, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 49/2015 Data de Emissão: 30/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2013, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 50/2015 Data de Emissão: 30/04/2015 - Valor: R\$ 1.649,22

Infração: Falta de protocolo, não entrega da Declaração de

Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, Inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração Dec. 8.864/2007 de 07/12/2007, art. 1º, art. 3º § 1º, art. 4º, art. 5º, e art. 13.RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Contribuinte: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES T.F. – TRÂNSITO EM FOCO LTDA - ME

Endereço: Rua Saul Brandalise nº 514 – Sala 6; 2º andar – Centro de Videira/SC.

Inscrição Municipal: 2166984 CNPJ: 18.804.606/0001-45 Processo Administrativo 7528/2015.

Auto de Infração nº 53/2015 Data de Emissão: 05/05/2015 - Valor: R\$ 1.649,22

Infração: Falta de protocolo, não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, Inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração Dec. 8.864/2007 de 07/12/2007, art. 1º, art. 3º § 1º, art. 4º, art. 5º, e art. 13. RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Contribuinte: CS CLIMATIZAÇÃO LTDA

Endereço: Rua XV de Novembro, 1003 – Centro - Videira/SC.

Inscrição Municipal: 2035618 CNPJ: 10.314.478/0001-40 Processo Administrativo 7111/2015.

Auto de Infração nº 35/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de junho a dezembro do ano de 2011, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX.

Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 36/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2012, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 37/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2013, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Contribuinte: DANI-LI REPRESENTAÇÕES LTDA

Endereço: Rua Rouxinol, s/nº, Bairro Morado dos Pássaros, Videira/SC

Inscrição Municipal: 2003805 CNPJ: 08.713.165/0001-12 Processo Administrativo 7552/2015.

Auto de Infração nº 55/2015 Data de Emissão: 05/05/2015 - Valor: R\$ 137,44

Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados no período de janeiro a dezembro do ano de 2011, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX.

Fundamentação legal: Infração: RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 56/2015 Data de Emissão: 05/05/2015 - Valor: R\$ 137,44

Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados no período de janeiro a dezembro do ano de 2012, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX.

Fundamentação legal: Infração: RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 57/2015 Data de Emissão: 05/05/2015 - Valor: R\$ 137,44

Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados no período de janeiro a dezembro do ano de 2013, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX.

Fundamentação legal: Infração: RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 58/2015 Data de Emissão: 05/05/2015 - Valor: R\$ 1.649,22

Falta de protocolo, não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, Inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração: Dec. 8.864/2007 de 07/12/2007, art. 1º, art. 3º § 1º, art. 4º, art. 5º, e art. 13. RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Contribuinte: EVA APARECIDA DE LIMA CASTRO - ME

Endereço: Rodovia SC 355, Bairro Rio das Pedras - Videira/SC

Inscrição Municipal: 2124971 CNPJ: 17.318.016/0001-40 Processo Administrativo 1089/2015.

Auto de Infração nº 21/2015 Data de Emissão: 16/04/2015 - Valor: R\$ 412,31

Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados nos meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração: Dec. 8.864/2007 de 07/12/2007, art. 1º, art. 3º § 1º, art. 4º, art. 5º, e art. 13. RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Contribuinte: INTEGRAL CONSULTORIA LTDA

Endereço: Rua XV de Novembro, 290 - Centro - Videira/SC.

Inscrição Municipal: 170978 CNPJ: 03.362.140/0001-06 Processo Administrativo 7115/2015.

Auto de Infração nº 26/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF

- relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de fevereiro de 2011 a dezembro do ano de 2011, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 27/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2012, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 28/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2013, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 29/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 1.649,22

Infração: Falta de protocolo, não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, Inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração Dec. 8.864/2007 de 07/12/2007, art. 1º, art. 3º § 1º, art. 4º, art. 5º, e art. 13. RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Contribuinte: MARCHESAN COMERCIO E TRANSPORTES LTDA

Endereço: Rodovia SC 355, sala 06 KM 53,5 Bairro Nossa Senhora Aparecida - Videira/SC

Inscrição Municipal: 2090678 CNPJ: 13.725.376/0001-05 Processo Administrativo 7083/2015.

Auto de Infração nº 043/2015 Data de Emissão: 30/04/2015 - Valor: R\$ 824,61

Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados nos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração: Dec. 8.864/2007 de 07/12/2007, art. 1º, art. 3º § 1º, art. 4º, art. 5º, e art. 13. RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Contribuinte: WR COMERCIO DE MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA

Endereço: Rodovia SC 453 sn - Dois Trevos - Videira/SC.

Inscrição Municipal: 1904990 CNPJ: 04.693.261/0001-95 Processo Administrativo 7114/2015.

Auto de Infração nº 30/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de maio a dezembro do ano de 2010, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no

Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 31/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2011, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 32/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2012, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 33/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2013, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

Auto de Infração nº 34/2015 Data de Emissão: 29/04/2015 - Valor: R\$ 1.649,22

Infração: Falta de protocolo, não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, Inciso II, art. 58, IX. Fundamentação legal: Infração Dec. 8.864/2007 de 07/12/2007, art. 1º, art. 3º § 1º, art. 4º, art. 5º, e art. 13. RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º.

O lançamento acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85 (Código Tributário Municipal). Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 19 de maio de 2015.
Alexandre Ganasini
Secretário de Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015- FMAS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 05/2015 - FMAS. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS DE CESTAS BÁSICAS PARA SUBSISTÊNCIA A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA AOS IDOSOS QUE RESIDAM NO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 03/06/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 20 de Maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015,

DE 14 DE MAIO DE 2015

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor WILMAR CARELLI, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Concurso Público nº 001/2015.

1. A expressão "www.diariomunicipal.com.br" constante no item 11.4 do Edital de Concurso Público nº 001/2015, de 14 de maio de 2015, fica alterada para "www.diariomunicipal.sc.gov.br".

2. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Videira, SC, 20 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito de Videira, SC

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015,

DE 15 DE MAIO DE 2015

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor WILMAR CARELLI, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo nº 001/2015.

1. A expressão "www.diariomunicipal.com.br" constante no item 11.4 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2015, de 14 de maio de 2015, fica alterada para "www.diariomunicipal.sc.gov.br".

2. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Videira, SC, 20 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito de Videira, SC

RETIFICAÇÃO EXTRATO CONTRATO Nº 91/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO Nº91/2015

O Departamento de Licitações torna público a retificação do extrato do Contrato nº 91/2015, veiculado na edição nº 1744 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no dia 18/05/2015, devido a erro de digitação por este departamento no tocante ao nº do processo de Dispensa de Licitação, passando a ter a seguinte redação:

Contrato nº: 91/2015

Data de Assinatura: 12.05.2015

Fornecedor.....: HGS Pesquisa e Assessoria Ltda - ME

Valor : R\$ 5.500,00

Licitação : Dispensa de Licitação nº 09/2015-PMV

Vigência : Início: 12.05.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Xavantina

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / TERMO DE COMPROMISSO PP 02/2015 FMS

TERMO DE COMPROMISSO Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015 FMS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2015 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Centro, Xavantina, SC, representado pelo seu gestor Sr. Osmar Dervanóski, inscrito sob o CPF nº 463.673.499-87, e a empresa MAP SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES, inscrita no CNPJ nº 07.307.489/0002-79, Termo de Compromisso/Ata de Registro de Preços representada pela sua Procuradora, Sra. FABIANA FUNK, portadora do CPF nº 973.682.880-87, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços SRP nº 02/2015 FMS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de Vacina Influenza Triviral Cepas 2015 para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde de Xavantina.

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	QTDADE	PREÇO MÁXIMO EM R\$
1	Vacina Influenza Triviral Cepas 2015, Frascos com 10 doses, com a seguinte composição: *vírus similar ao vírus influenza A / Califórnia / 7 / 2009 (H1N1) pdm09; *vírus similar ao vírus influenza A / Texas/ 50 / 2012 (H3N2); * vírus similar ao vírus influenza B / Massachusetts / 2 / 2012. A licitante vencedora fará a aplicação das doses na população no Posto de Saúde localizado no Centro do Município no Máximo 24 horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento.	Fra	40,00	R\$ 500,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 02/2015 FMS e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 20 de maio de 2015.

MAP SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES Fabiana Funk	OSMAR DERVANÓSKI, Gestor FMS.
--	----------------------------------

DECRETO 050/2015

DECRETO Nº 050/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. FERNANDO BRINGHENTI PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Complementar nº 041, de 17 de setembro de 2009, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. FERNANDO BRINGHENTI, brasileiro, solteiro, advogado – OAB/SC Nº 40.348A, portadora da cédula de identidade nº 4092811332 e CPF nº 007.531.360-07, para exercer o cargo comissionado de Assessor Jurídico, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração fixada na Lei Complementar Municipal nº 041, de 17 de setembro de 2009, atualizada, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 12 de Maio de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 051/2015

DECRETO Nº 051/2015

INSTITUI O FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DE XAVANTINA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13005/2014, e;

Considerando o ofício da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, o qual solicita nova adequação;

DECRETA:

Art. 1º Instituir o Fórum Permanente de Educação de Xavantina, que tem por finalidade coordenar as Conferências Municipais, Intermunicipais de Educação de Xavantina - SC, bem como efetuar o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações, e promover as articulações necessárias entre os correspondentes da Educação dos entes federados.

Parágrafo único – O Fórum Municipal de Educação é um órgão permanente, constituído por representantes de órgão e entidades públicas governamentais e não governamentais e da sociedade civil com atuação e abrangência no município de Xavantina/SC.

Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I - Convocar, planejar e coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação, PME e demais eventos afins, bem como divulgar suas deliberações;

II - Elaborar seu regimento Interno, bem como os das Conferências Municipais de Educação;

III - Acompanhar e avaliar o processo de encaminhamentos das deliberações das Conferências Municipais de Educação e do Plano Municipal de Educação;

IV - Zelar para que as Conferências Municipais de Educação estejam articuladas com a Conferência Estadual de Educação correspondente;

V - Planejar e organizar espaços de discussão com a Sociedade, visando o debate sobre as Políticas da Educação;

VI - Organizar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, as Conferências Municipais de Educação, em datas apazadas pelos Fóruns Nacional e Estadual de Educação.

VII – Elaborar, acompanhar a aprovação e avaliar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Conselho Municipal de Educação o Plano Municipal de Educação, fiscalizar o financiamento da educação, bem como a aplicação dos recursos destinados para esse fim e as diretrizes curriculares dos sistemas municipais de ensino bem como a tramitação de projetos legislativos relativos à política Municipal de Educação.

VIII- revisar e/ou reestruturar em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Conselho Municipal de Educação o Plano Municipal de Educação a cada 02 (dois) anos.

Art. 3º O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º O Fórum Permanente de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

a) Secretaria Municipal de Educação;

Titular: Elianice Battiston

Suplente: Jarbas Rosatto

b) Câmara Municipal de Vereadores;

Titular: Hélio Domingos Sordi

Suplente: Fernando Borges

c) Conselho Municipal de Educação;

Titular: Valdenir Marchioro

Suplente: Patricia Moterle

d) Associação de Pais e Servidores – APSs;

Titular: Angela Sirena Formagini

Suplente: Adriane Chiossi

Suplente: Sirlei Chiossi

e) Diretores das Escolas Municipais e Estaduais;

Titular: Edinéia Fátima Paludo

Suplente: Juliane Moretto Tedesco

g) Educação Especial;

Titular: Adriane da Silva Gabiatti

Suplente: Zenilde Dervanoski

h) Educação de Jovens e Adultos EJA;

Titular: Thuane Gandolfi

Suplente: Sidiane Bringuentti

i) Conselho do FUNDEB;

Titular: Mauri Seghetto

Suplente: Lenice Bicigo Marangoni

j) Conselho de Direitos da Criança e Adolescente;

Titular: Meryen Renostro Martins de Quadros

Suplente: Marineuza Fachinello Granoski

l) Conselho Tutelar;

Titular: Clarice Betiatto

Suplente: Juçara Câmara

m) Educação Infantil;
Titular: Lucivane Regina Ongaratto
Suplente: Leonilde Maria Geremia Gandolfi

n) Educação Básica – Ensino Fundamental;
Titular: Loirizane Maria Moretto Balen
Suplente: Silvania Rabaioili Canesso
Titular: Lorivanda Testa Camara
Suplente: Edivani Talaska

o) Ensino Médio;
Titular: Weslin Zancanaro
Suplente: Lânie Gandolfi

p) Conselho de Alimentação;
Titular: Marta Caon Suzana
Suplente: Juliana Canton

Parágrafo Único - Demais órgãos ou entidades interessadas em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

Art. 5º Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Serão indicados um titular e um suplente para cada órgão ou entidade, conforme o art. 4º.

Art. 6º Os representantes de que trata o art. 4º deste decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Permanente de Educação constarão do seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições deste decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), em 18 de Maio de 2015.
MAURO JUNES POLETTI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 052/2015

DECRETO Nº 052/2015

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE É RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei nº 1.046, de 31 de outubro de 2008;

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado aos adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadas, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

CONSIDERANDO que um dos membros da comissão senhora Ane Caroline de Oliveira da Luz, representante da Secretaria Municipal de Saúde não é mais servidora pública deste município de Xavantina;

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a Comissão Intersectorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

- Edineia Fatima Paludo, representando a Secretaria Municipal de Educação;
- Jordane Fabrin, representando a Secretaria Municipal de Saúde;
- Gicele Parizotto, representando a Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 053/2015

DECRETO Nº 053/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.443, de 19 de Maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 2.003 – Manter as Atividades da Administração e Finanças	
Elem. Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.00.0.3.0000 – CR 97	
R\$	7.020,00
TOTAL	7.020,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão subtraídos do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 054/2015

DECRETO Nº 054/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.444, de 19 de Maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 68.448,14 (sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0052 – CR 100	
R\$	10.081,74
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.1152 – CR 105	
R\$	16.899,74
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.1252 – CR 110	
R\$	39.320,29
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF E SUAS	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0063 – CR 104	
R\$	2.146,37
TOTAL	68.448,14

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

03.0052 – Outras Transferências - FNAS, no valor de R\$: 10.081,74.

03.1152 – FNA

S – Co-Financiamento, no valor de R\$: 16.899,74.

03.1252 – FNAS – PBV - SCFV, no valor de R\$: 39.320,29.

03.0063 – Bolsa Família, no valor de R\$: 2.146,37.

TOTAL	68.448,14
-------------	-----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 055/2015

DECRETO Nº 055/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.445, de 19 de Maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total até R\$ 4.410,20 (quatro mil, quatrocentos e dez reais e vinte centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 2.020 – Manter os Serviços Urbanos	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0017 – CR 99	
R\$	2.824,21
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento de Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0016 – CR 98	
R\$	1.359,99
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento de Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.1224 – CR 111	
R\$	226,00
TOTAL	4.410,20

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

03.0017 – COSIP, no valor de R\$: 2.824,21.

03.0016 – CIDE, no valor de R\$: 1.359,99.

03.1224 – Convênio Defesa Civil - União, no valor de R\$: 226,00.

TOTAL	4.410,20
-------------	----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 056/2015

DECRETO Nº 056/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.446, de 19 de Maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 16.588,06 (dezesesseis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e seis centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0056 – CR 106	
R\$	5.569,41
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0054 – CR 108	
R\$	3.628,01
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0055 – CR 109	
R\$	3.390,64
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0054 – CR 107	
R\$	4.000,00
TOTAL	16.588,06

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

03.0056 – Trânsito Prefeitura, no valor de R\$: 5.569,41.

03.0054 – Trânsito Polícia Militar, no valor de R\$: 7.628,01.

03.0055 – Trânsito Polícia Civil, no valor de R\$: 3.390,64.

TOTAL	16.588,06
-------------	-----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1443

LEI Nº 1443, DE 19 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	

Projeto Atividade: 2.003 – Manter as Atividades da Administração e Finanças	
Elem. Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.0.3.0000 – CR 97	
R\$	7.020,00
TOTAL	7.020,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão subtraídos do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos próprios.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.

Jose Dal Bosco

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1444

LEI Nº 1444, DE 19 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor total de até R\$ 68.448,14 (sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0052 – CR 100	
R\$	10.081,74
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1152 – CR 105	
R\$	16.899,74
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1252 – CR 110	
R\$	39.320,29
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF E SUAS	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0063 – CR 104	
R\$	2.146,37

TOTAL	68.448,14
-------------	-----------

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

03.0052 – Outras Transferências - FNAS, no valor de R\$: 10.081,74.

03.1152 – FNA

S – Co-Financiamento, no valor de R\$: 16.899,74.

03.1252 – FNAS – PBV - SCFV, no valor de R\$: 39.320,29.

03.0063 – Bolsa Família, no valor de R\$: 2.146,37.

TOTAL	68.448,14
-------------	-----------

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.

Jose Dal Bosco

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1445

LEI Nº 1445, DE 19 DE MAIO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor total de até R\$ 4.410,20 (quatro mil, quatrocentos e dez reais e vinte centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 2.020 – Manter os Serviços Urbanos	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0017 – CR 99	
R\$	2.824,21
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento de Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0016 – CR 98	
R\$	1.359,99
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento de Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1224 – CR 111	
R\$	226,00
TOTAL	4.410,20

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

03.0017 – COSIP, no valor de R\$: 2.824,21.
 03.0016 – CIDE, no valor de R\$: 1.359,99.
 03.1224 – Convênio Defesa Civil - União, no valor de R\$: 226,00.

TOTAL	4.410,20
.....	

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.
 Jose Dal Bosco
 Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
 Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1446

LEI Nº 1446, DE 19 DE MAIO DE 2015
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor total de até R\$ 16.588,06 (dezesesseis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e seis centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 12 – ENCARGOS GERAIS	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0056 – CR 106	
R\$	5.569,41
.....	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0054 – CR 108	
R\$	3.628,01
.....	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0055 – CR 109	
R\$	3.390,64
.....	
Unidade Orçamentária: 12.01 – Encargos Gerais	
Projeto Atividade: 0.001 – Outros Encargos Gerais	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0054 – CR 107	
R\$	4.000,00
.....	
TOTAL	16.588,06
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

03.0056 – Trânsito Prefeitura, no valor de R\$: 5.569,41.
 03.0054 – Trânsito Polícia Militar, no valor de R\$: 7.628,01.
 03.0055 – Trânsito Polícia Civil, no valor de R\$: 3.390,64.

TOTAL	16.588,06
.....	

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.
 Jose Dal Bosco
 Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
 Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1447

LEI Nº 1447, DE 19 DE MAIO DE 2015
 DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS E PROVENTOS DOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º Nos termos do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, com a redação que lhe deu o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, os vencimentos e proventos dos agentes públicos ativos, inativos e pensionistas do Município de Xavantina – SC, serão revisados e reajustados mediante os acréscimos dispostos nesta Lei, calculados sobre o respectivo vencimento, subsídio, salário, pensão ou provento, com efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 2º Todos os servidores do Executivo e do Legislativo, aposentados e pensionistas terão uma percentual de acréscimo de 8,42% (oito, virgula quarenta e dois por cento), a título de revisão, de acordo com o INPC-IBGE, previsto de abril/2014 a março/2015.

Parágrafo Primeiro. Aos agentes políticos do Executivo e Legislativo somente será concedido a título de revisão, 100% da variação INPC-IBGE previsto de abril/2014 a março/2015.

Art. 3º Os cargos com carga horária de 40hrs/semanais e níveis com valores inferiores ao que dispõe o inciso VII do art. 7º da CF, passam, automaticamente, a serem elevados ao mesmo montante deste, sempre que o salário mínimo nacional for reajustado.

Art. 4º Os novos níveis e valores em função da reposição que trata esta lei constam no Anexo Único.

Art. 5º Para fins de concessão do Vale Alimentação, fica alterado o vencimento base de que trata o art. 2º da Lei Municipal nº 952, de 18 de maio de 2006, o qual passa a ser de R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 6º Os encargos decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias existentes no Orçamento Municipal vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 19 de Maio de 2015.
 Jose Dal Bosco
 Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO ÚNICO
LEI Nº 1447, DE 19 DE MAIO DE 2015

1 - SERVIÇOS GERAIS			
Código/Nível	Código/Cargo	Cargo	Salário Reajustado
1	8017	Agente de Atividades Gerais	R\$ 1.145,19
2	8019	Atendente de Unidade (PSF*)	R\$ 1.141,47
3	8018	Auxiliar de Mecânico	R\$ 1.638,12
4	5002	Bibliotecária	R\$ 1.361,85
5	8090	Jardineiro	R\$ 1.390,80
6	1009	Obreiro	R\$ 1.472,97
7	8092	Agente de Saúde (PSF*)	R\$ 1.099,38
2 - SERVIÇOS OPERACIONAIS			
Código/Nível	Código/Cargo	Cargo	Salário Reajustado
20	1003	Auxiliar Agropecuário	R\$ 1.638,12
21	2010	Auxiliar de Operador	R\$ 1.163,80
22	2009	Mecânico	R\$ 2.541,62
23	8107	Merendeira	R\$ 1.145,19
24	2008	Motorista	R\$ 1.341,61
25	8077	Operador de Escavadeira Hidráulica	R\$ 1.690,84
26	8051	Operador de Máquina	R\$ 1.505,42
27	2001	Operador de Trator de Esteira	R\$ 1.571,11
3 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS			
Código/Nível	Código/Cargo	Cargo	Salário Reajustado
35	8023	Atendente Administrativo	R\$ 1.361,85
36	3009	Auxiliar Administrativo	R\$ 1.690,84
37	3010	Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 1.690,84
38	8091	Fiscal Municipal	R\$ 2.320,61
39	8020	Fiscal Sanitarista	R\$ 1.517,13
40	3012	Telefonista	R\$ 1.133,75
41	3006	Tesoureiro	R\$ 2.524,09
4- SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS			
Código/Nível	Código/Cargo	Cargo	Salário Reajustado
50	8025	Advogado – 20h	R\$ 4.812,35
51	4006	Assistente Social	R\$ 3.330,61
52	8021	Auxiliar de Enfermagem (PSF*)	R\$ 1.690,84
53	8080	Auxiliar de Odontólogo – 40h (PSF*)	R\$ 1.441,44
54	3001	Contador	R\$ 3.330,61
55	8078	Enfermeiro Nível Superior (PSF*)	R\$ 3.807,61
56	4007	Enfermeiro Padrão	R\$ 3.330,61
57	4004	Engenheiro Agrônomo	R\$ 3.330,61
58	4005	Engenheiro Civil - 30hs	R\$ 3.885,39
59	8068	Farmacêutico (PSF*)	R\$ 3.807,61
60	8081	Fisioterapeuta – 30hs (PSF)*	R\$ 3.059,23
61	8089	Fonoaudiólogo – 20hs (PSF)*	R\$ 2.040,18
62	8087	Médico (PSF*)	R\$ 13.981,28
63	8024	Médico Especialista – 40h	R\$ 10.153,56
64	4003	Médico Veterinário	R\$ 3.701,72
65	8083	Nutricionista – 20hs (PSF*)	R\$ 2.040,18
66	8103	Nutricionista – 25hs	R\$ 2.260,74

67	4002	Odontólogo	R\$ 3.885,39
68	8079	Odontólogo - 42h (PSF*)	R\$ 4.518,35
69	8082	Psicólogo – 25hs (PSF*)	R\$ 2.547,57
70	8102	Psicólogo – 40hs	R\$ 3.885,39
71	8010	Técnico Agropecuário	R\$ 1.933,80
72	8026	Técnico de Enfermagem	R\$ 1.738,11
73	8088	Técnico de Enfermagem (PSF*)	R\$ 1.738,11
71	8027	Técnico em Administração e Planejamento	R\$ 2.260,74
5-PROFIS- SIONAIS DA EDUCAÇÃO			
Código/Nível	Código/Cargo	Cargo	Salário Reajustado
100	8053	Administrador Escolar	R\$ 2.489,72
101	5001	Professor	R\$ 2.489,72
102	8112	Professor - 10hs	R\$ 623,21
103	8111	Professor - 20hs	R\$ 1.244,88
104	8095	Professor de Artes – 10hs	R\$ 623,21
105	8076	Professor de Artes – 20hs	R\$ 1.244,88
106	8115	Professor de Educação Especial – 20hs	R\$ 1.244,88
107	8075	Professor de Educação Especial – 40hs	R\$ 2.489,72
108	8093	Professor de Educação Física – 10hs	R\$ 623,21
109	8073	Professor de Educação Física – 20hs	R\$ 1.244,88
110	8097	Professor de Filosofia – 10hs	R\$ 623,21
111	8096	Professor de Filosofia – 20hs	R\$ 1.244,88
112	8094	Professor de Língua Estrangeira – 10hs	R\$ 623,21
113	8074	Professor de Língua Estrangeira – 20hs	R\$ 1.244,88
114	8028	Professor Normalista - 40h	R\$ 1.738,10
115	8113	Professor Normalista - 20h	R\$ 869,05
116	8114	Professor Normalista - 10h	R\$ 434,52
117	8052	Psicopedagogo	R\$ 2.524,09
118	8110	Professor de Música - 10h	R\$ 623,21
119	8109	Professor de Musica - 20h	R\$ 1.244,88
6 - CARGOS EM COMIS- SÃO			
Código/Nível	Código/Cargo	Cargo	Salário Reajustado
500	8037	Assessor de Comunicação Social e Imprensa	R\$ 3.145,55
501	8034	Assessor de Direção	R\$ 2.493,38
502	8100	Assessor de Direção Escolar	R\$ 2.775,48
503	8040	Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa	R\$ 3.807,61
504	8036	Assessor Especial de Gabinete	R\$ 3.145,55
505	8035	Assessor Esportivo	R\$ 3.145,55
506	8039	Assessor Jurídico	R\$ 9.044,67
507	8038	Chefe do Gabinete do Prefeito	R\$ 3.145,55
508	8041	Contador Geral do Município	R\$ 5.064,10
509	8047	Coordenador de Controle Interno	R\$ 3.807,61
510	6003	Diretor	R\$ 2.775,48
511	8099	Diretor Escolar	R\$ 3.145,55
512	8004	Prefeito Municipal	R\$ 9.882,58
513	6001	Secretário	R\$ 4.768,05
514	8002	Vice Prefeito	R\$ 1.538,90

PE 13/2015 PMXV
MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015 PMXV

Objeto: Aquisição de Distribuidores de Adubo Orgânico Líquido Novos para o Departamento de Agricultura, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 03/06/2015.

Abertura: dia 03/06/2015, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 21 de maio de 2015.

JOSÉ DAL BOSCO,

Prefeito Municipal em Exercício.

PORTARIA 126/2015

PORTARIA Nº 126/2015

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor municipal MOISES SOARES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista, para exercer suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, SC, 18 de Maio de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 127/2015

PORTARIA Nº 127/2015

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor municipal EDEMAR CARON, ocupante do cargo de Motorista, para exercer suas atividades na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, SC, 18 de Maio de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 190

DECRETO Nº. 190/2015.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir da presente data, a servidora municipal JUCELIA DE FREITAS COSTA, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, portadora da matrícula 6829, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 191

DECRETO Nº. 191/2015.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir da presente data, o servidor municipal RONALDO BARCAROLO, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR DE SERVIÇOS GERAIS, portador da matrícula 6044, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 194

DECRETO Nº 194/2015.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2013, de 08 de agosto de 2013, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, ROSANE APARECIDA COLETTI RODRIGUES, CPF: 021.970.429-55, para exercer o cargo de COZINHEIRA, código 002, categoria AGG (Atividades de Apoio Geral), nível 009, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 552, de 06 de novembro de 2013, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 20 de maio de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Associações

AMAVI

EXTRATO CONVITE Nº 01/2015

CONVITE Nº 01/2015

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - AMAVI, inscrita no CNPJ sob nº 82.762.469/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Centro, CEP 89160-015, Rio do Sul/SC, torna público que fará realizar licitação na modalidade "CONVITE", do tipo "MENOR PREÇO", nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, sob o regime de empreitada por preço global, objetivando a contratação de empresa para fornecimento e suporte técnico de um link de acesso à Rede Mundial de Computadores – Internet. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: 15h do dia 27/05/2015, na sede da AMAVI. A documentação completa do Edital poderá ser retirada na sede da AMAVI ou no endereço eletrônico www.amavi.org.br. Rio do Sul, 20 de maio de 2015. Nilson Francisco Stainsack - Presidente.

FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2015 - RETIFICAÇÃO - REUNIÃO CONSELHO EXECUTIVO FECAM E CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO EGEM, CIGA E ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2015 - RETIFICAÇÃO

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Senhor JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, no uso de suas atribuições,

RETIFICA:

O local e data da reunião dos prefeitos membros do Conselho Executivo da FECAM e Conselhos Administrativos da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS:

Data: 18 de maio de 2015 - Horário: 10 horas

Local: Associação de Municípios da Grande Florianópolis – GRAN-FPOLIS
Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis – SC, 88090-800

Ordem do Dia:

- Avaliação sobre as deliberações da reunião do Conselho Executivo da FECAM do dia 13 de abril de 2015, conforme Edital de Convocação nº 06/2015, de 10 de abril de 2015, e informações sobre aquisição da Sede Administrativa das entidades que compõem o Sistema FECAM;
- Assuntos gerais.

Florianópolis/SC, 06 de maio de 2015.
JOSÉ CLAUDIO CARAMORI
Prefeito de Chapecó
Presidente da FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2015 REUNIÃO CONSELHO EXECUTIVO FECAM E CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO EGEM, CIGA E ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2015

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Senhor JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, no uso de suas atribuições,

CONVIDA:

Os senhores prefeitos membros do Conselho Executivo da FECAM e Conselhos Administrativos da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA e Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS para reunião com a seguinte ordem do dia:

Data: 19 de maio de 2015 - Horário: 14 horas

Local: Associação Catarinense de Medicina - ACM
Rodovia SC 401, Km 4, 3854 - Saco Grande, Florianópolis - SC, 88032-005

Ordem do Dia:

- Avaliação sobre as deliberações da reunião do Conselho Executivo da FECAM do dia 13 de abril de 2015, conforme Edital de Convocação nº 06/2015, de 10 de abril de 2015, e informações sobre aquisição da Sede Administrativa das entidades que compõem o Sistema FECAM;
- Assuntos gerais.

Florianópolis/SC, 29 de abril de 2015.
JOSÉ CLAUDIO CARAMORI
Prefeito de Chapecó
Presidente da FECAM

Consórcios

ARIS

AUTO DE INFRAÇÃO 18/2015

Processo Administrativo Punitivo

Auto de Infração nº 18/2015

Autuado(a): Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

Município: Paineira

Decisão nº 42/2015

Consoante manifestação da autuada (fls. 09/37) e parecer técnico nº 63/2015 (fls. 38), restou demonstrado que a recorrente, de fato, solucionou a não conformidade elencada nos autos, adequando o serviço prestado aos parâmetros definidos na norma de regulação da ARIS, razão pela qual reconsidero a decisão, anulando o Auto de Infração nº 18/2015, com fulcro no artigo 13, "caput" da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011.

Florianópolis, 18 de maio de 2015

Adir Faccio

Diretor Geral

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 15/2015

Processo Administrativo Punitivo

Auto de Infração nº 15/2015

Autuado(a): Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

Município: Turvo

Decisão nº 41/2015

Consoante manifestação da autuada (fls. 09/23) e parecer técnico nº 60/2015 (fls. 24), restou demonstrado que a recorrente, de fato, solucionou a não conformidade elencada nos autos, adequando o

serviço prestado aos parâmetros definidos na norma de regulação da ARIS, razão pela qual reconsidero a decisão, anulando o Auto de Infração nº 15/2015, com fulcro no artigo 13, "caput" da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011.

Florianópolis, 18 de maio de 2015

Adir Faccio

Diretor Geral

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 19/2015

Processo Administrativo Punitivo

Auto de Infração nº 19/2015

Autuado(a): Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

Município: Palmeira

Decisão nº 43/2015

Consoante manifestação da autuada (fls. 09/37) e parecer técnico nº 62/2015 (fls. 38), restou demonstrado que a recorrente, de fato, solucionou a não conformidade elencada nos autos, adequando o serviço prestado aos parâmetros definidos na norma de regulação da ARIS, razão pela qual reconsidero a decisão, anulando o Auto de Infração nº 19/2015, com fulcro no artigo 13, "caput" da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011.

Florianópolis, 18 de maio de 2015

Adir Faccio

Diretor Geral

CIMCATARINA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE

ATA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL 1_2015

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS, ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA E OUTRAS PROPOSIÇÕES.

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às dez horas em primeira convocação, e às dez horas e trinta minutos, em segunda convocação na Câmara de Vereadores do Município de Rio das Antas, situada na Rua do Comércio, 1045, Centro, Rio das Antas - SC, reuniram-se os Chefes dos Poderes Executivos e representantes dos municípios consorciados, que ratificaram por lei o protocolo de intenções do CIMCATARINA, quais sejam: Alcir José Bodanese – RIO DAS ANTAS; Alcides Felchilcher - ARROIO TRINTA; Ademil Antonio da Rosa – BRUNÓPOLIS; Gilberto Amaro Comazzetto – CAÇADOR; Ivo Biazolo – FRAIBURGO; Hideki Iwasaki – FREI ROGÉRIO; Clovis José Busatto – IBIAM; Luciano Paganini – IOMERE; Ludovino Labas – LEBON RÉGIS; Emerson Zanella - MACIEIRA; Marcos Nei Correa Siqueira – MONTE CARLO; Euzébio Calisto Vicelli – PINHEIRO PRETO; Euclides Cruz – TANGARÁ e Wilmar Carelli – VIDEIRA. Fizeram-se presente também os seguintes agentes públicos representantes dos municípios consorciados, cuja identificação e assinatura ao final desta ata, para realização de ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA com a devida convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, Edição 1738, de 08 de maio de 2015, obedecidas as disposições do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, objetivando: I – Prestação de Contas do CIMCATARINA referente ao quarto trimestre do ano de 2014; II - Relatório Geral das atividades do Consórcio CIMCATARINA exercício

2014; III – Prestação de Contas do CIMCATARINA referente ao primeiro trimestre do ano de 2015; IV – Ratificação das Resoluções 039/2014, 001/2015, 002/2015, 005/2015 e 006/2015; V – Homologação da resolução 003/2015 da Presidência que trata de reajuste salarial; VI – Análise de proposição para adequação do Mandato da Presidência ao exercício financeiro, para ser coincidente com o ano civil, a fim de segregar e organizar os registros relativos a arrecadação de receitas, execução de despesas e aos atos gerais da administração financeira e patrimonial do CIMCATARINA; VII – Eleição da Presidência (Presidente e Vice-Presidente) e Conselho Fiscal do CIMCATARINA; VIII – Aprovação da solicitação do ingresso automático de novos municípios previstos no Anexo I do Contrato do CIMCATARINA, conforme deliberado em assembleia anterior; IX - Deliberação de assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do Consórcio; X - Outros assuntos diversos de interesse do CIMCATARINA e dos municípios consorciados. Os trabalhos foram presididos pelo Prefeito Municipal de Rio das Antas, Sr. Alcir José Bodanese, PRESIDENTE do CIMCATARINA, a quem escolheu a mim, Elói Rönna, Diretor Executivo do Consórcio, para auxiliá-lo. Com a palavra o Presidente, cumprimentando a todos, deu as boas vindas. Após, verificou-se, que em segunda chamada, encontram presentes o número mínimo de associados para realização da Assembleia Geral Ordinária. Em seguida, traçou comentários e explicações acerca do Consórcio Público, as ações e atividades desenvolvidas, seus objetivos e finalidades, além do seu funcionamento, constituição, alterações e futuras atividades a serem desenvolvidas. Passou-se a palavra ao Diretor Executivo do CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, para suas considerações de acordo

com a pauta apresentada. O Diretor Executivo, cumprimentando a todos passou apresentação e discussão e votação dos itens do Edital n. 0001/2015, a seguir dispostos: I – Prestação de Contas do CIMCATARINA referente ao quarto trimestre do ano de 2014, II - Relatório Geral das atividades do Consórcio CIMCATARINA exercício 2014, III – Prestação de Contas do CIMCATARINA referente ao primeiro trimestre do ano de 2015, os itens relacionados acima (I, II e III) foram discutidos e aprovados pelos presentes, sendo que foram encaminhados anteriormente aos representantes dos municípios consorciados. Após passou a análise do item IV – Ratificação das Resoluções 039/2014, 001/2015, 002/2015, 005/2015 e 006/2015, ficando estas ratificadas. Ato contínuo em análise do item V – Homologação da resolução 003/2015 da Presidência que trata de reajuste salarial, esta foi homologada pela assembleia geral. Em sequência referente ao item VI – Análise de proposição para adequação do Mandato da Presidência ao exercício financeiro, para ser coincidente com o ano civil, a fim de segregar e organizar os registros relativos a arrecadação de receitas, execução de despesas e aos atos gerais da administração financeira e patrimonial do CIMCATARINA, ficou definido a prorrogação do mandato da atual Presidência até 31 de dezembro de 2015, o que foi discutido e aprovado pelos presentes. Em razão da decisão de prorrogação de mandato da Presidência atual e o mandato do Conselho Fiscal ser até 30 de maio de 2016, fica prejudicado o item VII, devendo ser realizada eleição da Presidência em dezembro de 2015. Nos termos do Contrato de Consórcio Público, destarte, pela Presidência foi confirmada a Diretoria já nomeada, sendo aceito a confirmação pelo Diretor Executivo Elói Ronnau e pelo Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional, Luiz Fernando Raldi, presentes na Assembleia Geral. Por fim referente ao item VIII – Aprovação da solicitação do ingresso automático de novos municípios previstos no Anexo I do Contrato do CIMCATARINA, foi aprovado em Assembleia Geral a homologação do ingresso no CIMCATARINA de todos os Municípios Catarinenses constantes da relação do Anexo I do Protocolo de Intenções, ficando automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 31 de dezembro de 2015, sendo que o município fará o pedido formal ao Presidente do CIMCATARINA. Referente ao item IX - Deliberação de assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do Consórcio, não houve tratativa de nenhum assunto. E para o item X - Outros assuntos diversos de interesse do CIMCATARINA e dos municípios consorciados, o Diretor Executivo, informou que o Consórcio encaminhou manifestação de interesse para o Ministério do Meio Ambiente – MMA, referente carta consulta para sediar projeto de cooperação técnica a ser celebrado entre o Brasil e República da Coreia para atuar na gestão de resíduos sólidos. E também informou que o Consórcio esta pleiteando projeto para eficiência energética (substituição das lâmpadas de sódio mercúrio por led) em parceria com entidades do governo do Estado de Santa Catarina. Em relação as obrigações institucionais comunicou que o CIMCATARINA prestou as informações para o Tribunal de Contas de Santa Catarina através do e-Sfinge, sistema de Fiscalização Integrada de Gestão. Pelo Presidente foi determinado a expedição dos atos competentes para dar cumprimento a todas as deliberações da Assembleia Geral Ordinária. Por fim o Senhor Presidente deixou livre a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembleia Geral Ordinária, determinando a mim, Diretor Executivo, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, no órgão de publicação oficial do Consórcio Público, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos. A presente ata segue assinada por mim, Diretor Executivo, pela Presidência, pelos demais entes consorciados e presentes, como sinal de sua aprovação, Rio das Antas, 20 de maio de 2015. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada as folhas 89 a 92, do livro ata eletrônico n. 01.

ALCIR JOSÉ BODANESE Presidente Prefeito de Rio das Antas	GILBERTO AMARO COMAZZETTO Vice-Presidente Prefeito de Caçador
ALCIDIR FELCHILCHER Prefeito de Arroio Trinta	ADEMIL ANTONIO DA ROSA Prefeito de Brunópolis
CLOVIS JOSÉ BUSATTO Prefeito de Ibiam	IVO BIAZZOLO Prefeito de Fraiburgo
HIDEKI IWASAKI Prefeito de Frei Rogério em Exercício.	LUCIANO PAGANINI Prefeito de Iomerê
LUDOVINO LABAS Prefeito de Lebon Régis	EMERSON ZANELLA Prefeito de Macieira
EUZÉBIO CALISTO VICELLI Prefeito de Pinheiro Preto	MARCOS NEI CORRÊA SIQUEIRA Prefeito de Monte Carlo
EUCLIDES CRUZ Prefeito de Tangará	WILMAR CARELLI Prefeito de Videira
ELÓI RONNAU Diretor Executivo CIMCATARINA	LUIZ FERNANDO RALDI Diretor de Gestor de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA Secretário de Administração e Planejamento de FRAIBURGO	LETÍCIA M. SCALCO TANGARÁ
LAELCIO A. GASANIYC Secretário de Administração de IBIAM	ANA PAULA ORTIGARI IBIAM

CIS NORDESTE**CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014 – CISNORDESTE/SC - NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO****NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO**

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014 – CISNORDESTE/SC

A Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no uso das atribuições previstas no art. 31, inciso III do Contrato de Consórcio Público e art. 46 da Resolução nº 27/2014 – CISNORDESTE/SC, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 88/2014 e a classificação obtida pelos candidatos no Concurso Público nº 01/2014, bem como as necessidades do CISNORDESTE/SC, resolve:

I – NOMEAR a candidata abaixo relacionada, para que tome posse no emprego público do quadro permanente do CISNORDESTE/SC. Bianca Menssaline de Souza – Contador

II – A NOMEADA deverá comparecer para posse, na forma, prazo e condições estabelecidas no Edital.

Joinville, 20 de maio de 2015.

Ana Maria Groff Jansen

Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC

CIGAMERIOS**EXTRATO DE ADITIVOS REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO 10.000/2014**

	CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS	
--	--	--

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público e Privado, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público extrato de aditivos de Atas de Registro de Preços, referente o PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.000/2014, pelo "SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS".

Ata de Registro de Preços nº 03/2014.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

VIGÊNCIA: 19/03/2015 a 31/12/2015

OBJETO: promover o reequilíbrio econômico financeiro ao item "419" da Ata de Registro de Preços nº 003/2014, que passa a obter o seguinte preço unitário:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
419	FUROSEMIDA - DOSE 40MG	COMPRIMIDO	HIPOLABOR	1.200.000	0,038

Ata de Registro de Preços nº 02/2014.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa A G KIENEN & CIA LTDA.

VIGÊNCIA: 06/04/2015 a 31/12/2015

OBJETO: promover o reequilíbrio econômico financeiro aos itens "269 e 577" da Ata de Registro de Preços nº 002/2014, que passa a obter o seguinte preço unitário:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO
269	DEXACITONEURIN(vitamina B1), (vitamina B6),(vitamina B12), Cloridrato de procaína, Acetato de dexametasona	AMPOLA	MERCK	8,2605
577	METILDOPA - DOSE 250MG	COMPRIMIDO	EMS	0,1787

DILAIR MENIN

PRESIDENTE DA AMERIOS

EXTRATO DE ATAS REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO 10.000/2014

	CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS	
--	--	--

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público e Privado, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público extrato das Atas de Registro de Preços com empresas com classificações subseqüentes devido a desclassificação da primeira colocada, referente o PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.000/2014, pelo "SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS".

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futuras e parceladas aquisições de medicamentos Éticos ou Genéricos, pelos seguintes MUNICÍPIOS PARTICIPANTES: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelandia, Saltinhos, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos, para o exercício financeiro de 2015. **AMPARO LEGAL:** Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3555 de 08 de agosto de 2000, Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, subsidiariamente pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Ata de Registro de Preços nº 236/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Vigência: 16/04/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
339	ENALAPRIL - DOSE 20MG	COMPRIMIDO	TEUTO	1.500.000	0,0512

Ata de Registro de Preços nº 237/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

Vigência: 17/04/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
70	ANLÓDIPINO, BESILATO DE - DOSE 10MG	COMPRIMIDO	TEUTO	139.000	0,0358

Ata de Registro de Preços nº 277/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa A G KIENEN & CIA LTDA.

Vigência: 23/04/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
290	DICLOFENACO SÓDICO - DOSE 75 MG/ 3 ML	AMPOLA	TEUTO	40.000	0,619

Ata de Registro de Preços nº 278/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.

Vigência: 14/05/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
384	FENITOÍNA- DOSE 100MG	COMPRIMIDO	TEUTO GENERICO	25.000	0,25

Ata de Registro de Preços nº 279/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

Vigência: 14/05/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
574	METFORMINA – DOSE 500MG	COMPRIMIDO	TEUTO	2.000.000	0,0685
123	BROMAZEPAM - DOSE 6MG	COMPRIMIDO	TEUTO	74.000	0,1031

Ata de Registro de Preços nº 280/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

Vigência: 14/05/2015 a 31/12/2015

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
308	DIOSMINA+ HESPERIDINA - DOSE 450+50MG	COMPRIMIDO	SERVIER	9.000	1,88
346	ERITROMICINA - DOSE 125MG/5ML	FRASCO	PRATI	1.000	3,8070
347	ERITROMICINA - DOSE 250MG/5ML	FRASCO 60ML	PRATI	1.000	4,8330
348	ERITROMICINA - DOSE 500MG	COMPRIMIDO	PRATI	10.000	0,6580
351	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE - DOSE 10MG/ML	FRASCO 20 ML	PRATI	3.000	3,7260
599	MICONAZOL, NITRATO DE, CREME VAGINAL - DOSE 2%	TUBO 80 GR	PRATI	5.000	5,4940
754	SALBUTAMOL - DOSE 2MG/5ML	FRASCO 120 ML	PRATI	3.000	1,0660

DILAIR MENIN

PRESIDENTE DA AMERIOS